Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Paula da Costa Souza

**A dupla negação pré-verbal no catalão e no português
brasileiro: história, variação e uso.**

Versão Corrigida

São Paulo
2017

Paula da Costa Souza

**A dupla negação pré-verbal no catalão e no português brasileiro:
história, variação e uso.**

Versão Corrigida

**Tese apresentada para a obtenção do título de
Doutor em Filologia e Língua Portuguesa do
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Valéria
Gil Condé.**

**Área de Concentração: Filologia e Língua
Portuguesa**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria Gil Condé

**São Paulo
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719d Souza, Paula da Costa
A dupla negação pré-verbal no catalão e no português brasileiro: história, variação e uso. / Paula da Costa Souza ; orientadora Valéria Gil Condé. - São Paulo, 2017.
256 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. dupla negação pré-verbal. 2. concordância negativa. 3. português brasileiro. 4. catalão. I. Condé, Valéria Gil , orient. II. Título.

Nome: SOUZA, Paula da Costa

Título: A dupla negação pré-verbal no catalão e no português brasileiro: história, variação e uso.

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Valéria Gil Condé.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof^o Dr^o _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof^o Dr^o _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof^o Dr^o _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof^o Dr^o _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof^o Dr^o _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

No longo trajeto percorrido até a concretização desta pesquisa, pouco mais de quatro anos, tive grandes oportunidade de conhecer e conviver com pessoas que me incentivaram na caminhada. Pude perceber, assim, que a pesquisa não é feita apenas de teorias e ideias; nela colaboram pessoas que me impulsionaram de diversas maneiras. Espero um dia poder retribuir essa atenção tão importante que obtive junto a elas.

Faço um agradecimento muito especial à minha orientadora, Valéria, pelos anos de dedicação e pela confiança no meu trabalho, e também à professora Montserrat Batllori (UdG), quem me recebeu pela segunda vez em Girona e acompanhou boa parte da construção deste processo. Aos professores Mário Eduardo Viaro e Elis de Almeida Cardoso pelos olhares sempre atentos e contribuições feitas na banca de qualificação.

Agradeço especialmente à família e aos amigos, em especial, Alice, Vicente, Fernanda, Roberta, Débora, Amália, Cleide, Daniela, Lisandra, Rafael, Priscila, Amanda, Sandra, Gizele, Dora, Ana Beatriz. Aos meus queridos sobrinhos, pelos momentos em que apenas a presença deles era já uma grande motivação para seguir adiante: Vinícius, Eduarda, Luiza, Akemi, Miguel e Kenzo.

Agradeço aos queridos amigos da UNIFAL: Daniela, Lilian, Marta, Verlan, Elias, Cida. Aos amigos, colegas e professores com quem convivi na UdG (Universitat de Girona): Paulo, Bárbara, Anne, Elisabeth, professora Isabel Pujol, professora Avel·lina Suñer, Carla, Elisa. Também gostaria de agradecer a cordialidade de todos os membros do grupo de estudos do Centro de Linguística Teórica da UAB (Universitat de Barcelona). Aos grandes amigos de Girona e da Catalunha: Carla, Núria, Manel, Isabel, Sacri, Nuri, Sarima, Laia.

Deixo um agradecimento especial à professora Ana Maria Martins, da Universidade de Lisboa, quem constantemente manteve comigo um diálogo produtivo e incentivador. Também agradeço as orientações do amigo e professor Rafael Minussi (UNIFESP).

Muitas pessoas colaboraram com o fornecimento de *corpus* para a tese; a eles, um agradecimento muito especial: Thalita Souza e professora Marta Rovai (*corpus* Piauí Maranhão), professor Sebastião Carlos Leite Salgado (*corpus* Iboruna), professora Maria da Conceição Paiva (*corpus* PEUL).

Agradeço a todos os membros do Catalonia de São Paulo por promover a cultura e a língua catalãs.

Agradeço à UNIFAL-MG pelo apoio à pesquisa docente, em especial ao meu instituto, o ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras).

Registro um agradecimento especial à CAPES pela oportunidade de finalizar meu trabalho em Girona com a bolsa de doutorado sanduíche, sem a qual esta pesquisa ficaria muito defasada.

Finalizo agradecendo de forma muito especial ao Bruno, companheiro de todas as horas, principalmente das horas mais difíceis, e ao Lorenzo, *amb tot el cor*, quem ainda não chegou, mas já é um pequeno catalanista.

RESUMO

SOUZA, P.C. **A dupla negação pré-verbal no catalão e no português brasileiro: história, variação e uso.** 2017. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Na presente pesquisa, volta-se o olhar para a dupla negação pré-verbal, fenômeno de grande difusão nas línguas românicas e com ressonâncias nas variedades linguísticas do português brasileiro. Elementos como *nada*, *nenhum* e *ninguém*, entre outros, em determinados estágios das línguas românicas, eram apenas licenciados como negativos por meio de concordância com outro marcador negativo, p.e., *não*. Para entender, então, a maneira como esses termos negativos chegaram ao português brasileiro, propõe-se uma abordagem diacrônica e comparativa, além de se levar em consideração fatores não somente linguísticos, mas também, extralinguísticos. Dentre as línguas românicas que auxiliam, a partir de uma perspectiva comparada, no desenvolvimento deste trabalho, prioriza-se o catalão, dado que esta língua, segundo os estudos de Martins (2002), ao lado do romeno, é a que se mantém mais próxima da fase romance. Neste período, segundo a mesma autora, a concordância dos elementos apontados com um marcador negativo para expressar a negação pré-verbal era licenciado de forma opcional. Ao entrar em contato, então, com a língua catalã e, principalmente, ao cotejar os possíveis usos da negação nas variedades linguísticas do português brasileiro, suscita-se a hipótese de que catalão e português não se encontram em estágios tão distantes um do outro no que tange à realização da concordância negativa. Assim, ao tomar como modelo linguístico o catalão, no que tange à evolução do fenômeno, revisitam-se teorias fundamentais que abordam, de diversas maneiras, a evolução da negação nas línguas, não somente as românicas. Dessa maneira, não passa despercebida a clássica teoria do Ciclo de Jespersen, especialmente revisitada em trabalhos atuais, como o de Zeijlstra (2004). Contudo, nota-se que, para a explicação da sobrevivência e manutenção do fenômeno nas variedades linguísticas do português brasileiro, teorias e análises meramente linguísticas não se fazem suficientes. Por isso, levam-se em consideração, também, fatores extralinguísticos, como os da abordagem Sociolinguística, para poder contemplar, de forma abrangente, a manifestação do fenômeno da dupla negação pré-verbal no português brasileiro, especialmente nas suas variedades linguísticas apartadas do modelo estandar.

Palavras-chave: dupla negação pré-verbal; concordância negativa; português brasileiro; catalão.

ABSTRACT

SOUZA, P.C. **The Double Negation in Catalan and in Brazilian Portuguese: History, Variation and Use.** 2017. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This research focuses on double preverbal negation, a very well-known phenomenon in Romance Languages and with some empirical attestations in the language varieties of Brazilian Portuguese. Elements like *nothing*, *no* and *nobody*, among others, at certain stages of the Romance Languages, were only licensed as negatives by their co-occurrence with another negative marker, e.g., *no*. To understand, then, how these negative terms came to be used in Brazilian Portuguese, we propose a diachronic and comparative approach, and taking into account not only linguistic factors, but also extralinguistic ones. Among the Romance languages that contribute to the development of this work from a comparative perspective, Catalan is prioritized because, according to Martins (2002) studies, it remains closer to the stage of early romance, together with Romanian. In this period, according to the same author, agreement between elements introduced by a negative marker to express preverbal denial was optional. When one gets in touch then with the Catalan language, and mainly, when one compares the possible denial structures of the language varieties of Brazilian Portuguese, the hypothesis raises that Catalan and Portuguese are not so distant from one another concerning the realization of negative concord. Therefore, if we take Catalan as a linguistic model, as far as the evolution of the phenomenon is concerned, we need to revisit fundamental theories that approach, in different ways, the evolution of negation in languages, not only Romance languages. In this way, the classical theory of Jespersen cycle does not go unnoticed, especially revisited in current works, such as Zeijlstra (2004). However, it is observed that for the explanation of the survival and maintenance of the phenomenon under study in the linguistic varieties of Brazilian Portuguese, linguistic analysis and theories alone are not enough. For that reason, other approaches, such as the Sociolinguistics approach, are also taken into account. Therefore, the extralinguistic factors related to the Sociolinguistics approach are also taken into account, in order to consider in a comprehensive manner the manifestation of the phenomenon of double preverbal negation in Brazilian Portuguese, especially in its linguistic varieties apart from standard model.

Keywords: double preverbal negation; negative agreement; Brazilian Portuguese; Catalan.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

alg. - alguerês
ant. - antigo
cast. - castelhano
cat. - catalão
esp. - espanhol
i.e. - isto é
it. - italiano
mod. - moderno
Op $\neg$ - operador negativo
p.e. - por exemplo
port. - português
prov. - provençal
rom. - romeno
[iNeg] - *interpretable negative* (“interpretável como negativo”)
[NÃO V NEG] ou [NEG V NEG] - dupla negação pós-verbal
[NEG NÃO V] - dupla negação pré-verbal
[NEG NUM V] - dupla negação pré-verbal com redução fonológica de *não*
[NEG V] - negação simples pré-verbal
[NEG [xxx] NÃO V] - dupla negação pré-verbal com sintagma intermediando
[NUM V] – negação simples pré-verbal com redução fonológica de *não*
[NUM V NEG] - dupla negação pós-verbal com redução fonológica de *não*
[uNeg] - *uninterpretable negative* (“não interpretável como negativo”)
[V NADA] - negação enfática com *nada* à direita
[V NEG] - negação simples pós-verbal com negativo à direita
[- Aff.] - elemento não interpretável como afirmativo
[+ neg] - elemento plenamente negativo
[α neg] - elemento ambíguo: pode ser negativo ou afirmativo; depende do contexto.
[+ σ] - traço semântico

SUMÁRIO

Introdução	13
Proposta do Estudo	26
A. Objetivos	26
A1. Objetivo Geral	27
A2. Objetivos Específicos	27
B. Procedimentos Metodológicos	28
B1. <i>Corpora</i> de Análise	32
B2. Coleta de Material	37
B3. Tratamento de Dados, Análise e Discussão	38
C. Hipóteses Prévias	40
Capítulo 1: A negação, as negações: a filosofia da linguagem e a linguística	44
1.1 A abordagem das proposições negativas na perspectiva sincrônica: a linguística gerativa	55
1.2 O(s) sistema(s) latino(s): linguística diacrônica e variação linguística nas línguas românicas	61
1.2.1 A negação nas línguas românicas: contexto histórico-comparado	75
1.3 O estágio arcaico frente ao moderno/contemporâneo: o português e o catalão	88
Capítulo 2: Variação linguística no português brasileiro e no catalão	97
2.1 A construção do português brasileiro	99
2.2 A variação linguística no português brasileiro	103
2.2.1 Variação horizontal no português brasileiro	106
2.2.2 Variação vertical no português brasileiro	108
2.2.3 Registro no português brasileiro	111

2.3 A (re)construção do catalão e a língua estandar	112
2.3.1 A língua estandar e a dupla negação em catalão	119
2.3.2 Variação horizontal na língua catalã	121
2.3.3 Variação vertical no catalão	124
2.3.4 Registro na língua catalã	129
 Capítulo 3: Estudos e apontamentos da dupla negação pré-verbal	 132
3.1 Estudos linguísticos sobre o português brasileiro	132
3.1.1 <i>O dialeto caipira</i> , de Amadeu Amaral	132
3.1.2 <i>O linguajar carioca</i> , de Antenor Nascentes	135
3.1.3 <i>O dialeto caipira na região de Piracicaba</i> , de Ana Rodrigues	137
3.1.4 <i>A língua do Nordeste. Alagoas e Pernambuco</i> , de M. Marroquim	138
3.2 Algumas gramáticas do português brasileiro	140
3.2.1 <i>A Gramática Descritiva do Português</i> , de M. A. Perini	142
3.2.2 <i>A Gramática do Português Brasileiro</i> , de M. A. Perini	143
3.2.3 <i>A Gramática de Usos do Português</i> , de M.H.M. Neves	146
3.3 Gramáticas, estudos e variação no português brasileiro	148
3.4 Estudos linguísticos sobre a negação em catalão	149
3.5 A dupla negação nas gramáticas	154
3.5.1 <i>A Gramàtica del català rossellonès</i> , de Gómez-Duran	154
3.5.2 <i>A Gramàtica Normativa Valenciana</i> , da <i>Acadèmia Valenciana de la Llengua</i>	159
3.5.3 As anotações sobre o dialeto alguerês nas gramáticas	160
3.5.4 A gramática catalã do dialeto balear, de Moll	162
3.5.5 As gramáticas de Badia i Margarit	163
3.6 A obra de Pompeu Fabra	165
 Capítulo 4: Tratamento de Dados, Análise e Discussões	 169

4.1 Os dados de análise e a situação diatópica	169
4.2 Avaliação da contribuição dos <i>corpora</i>	175
4.3 Apreciação dos dados representativos da dupla negação pré-verbal no português brasileiro	177
4.3.1 Casos autênticos de [NEG NÃO V]	178
4.3.2 Casos autênticos intermediários [NEG [xxx] NÃO V]	182
4.3.3 Casos potenciais	183
4.4 Casos com <i>nem</i> nos <i>corpora</i> e a questão diacrônica	187
4.4.1 <i>Nem</i> e a abrangência diatópica	189
4.4.2 Considerações diastrásticas acerca de <i>nem</i>	191
4.4.3 Breves considerações sobre <i>nem</i> e os níveis gramaticais	193
4.5 Outros casos de negação	194
4.6 Comportamento dos elementos negativos em orações com dupla negação pré-verbal	196
4.6.1 <i>Não</i> e <i>num</i> nas orações de dupla negação pré-verbal	196
4.6.2 Os elementos negativos na formação de orações de dupla negação pré-verbal	199
4.6.3 A busca de padrão para o elemento <i>ninguém</i>	205
4.6.3.1 O nível fonológico	206
4.6.3.2 O nível morfológico	207
4.6.3.3 O nível sintático	207
4.6.3.4 O nível morfossintático	208
4.6.3.5 O nível semântico	210
4.6.3.6 O nível pragmático	210
4.6.3.7 <i>Ninguém</i> e a variação diacrônica	211
4.6.3.8 <i>Ninguém</i> e a variação diatópica	213
4.6.3.9 <i>Ninguém</i> e a variação diastrástica	214
4.6.3.10 Considerações acerca do contexto linguístico	216

4.7 Discussão de dados em cotejo com os estudos precedentes	217
4.7.1 A realização fonética do operador negativo discutida nos estudos brasileiros	219
Conclusões	225
Referências	246

INTRODUÇÃO

As proposições negativas ganham espaço para estudo em diversas línguas, entre elas, a portuguesa. As abordagens são as mais diversas e remontam, inclusive, a Antiguidade Clássica. Ou, ainda, trabalhos contemporâneos, como o de Cavalcante (2012), também abordam algumas dessas discussões¹. São especialmente intrigantes as discussões de ordem lógico-filosóficas sobre as propriedades das proposições negativas. Devido a essa ampla abrangência de perspectivas a respeito da negação, reserva-se um espaço, no capítulo primeiro, para pontuar algumas dessas questões.

No presente estudo, decidiu-se retomar e ampliar questões discutidas em Da Costa Souza (2011)². Ali foi onde se reavivou, em um recorte diacrônico, a discussão da obrigatoriedade da dupla negação³, em algumas línguas românicas arcaicas, com especial atenção ao português e ao catalão, partindo do uso do latim clássico, em que se verificava que o emprego de duas negativas originava uma afirmação. Seguiu-se pela análise do fenômeno passando pela fase romance até chegar às línguas românicas; em seguida, alcançou-se o estágio moderno das línguas portuguesa e catalã. Ainda no referido trabalho, ressalta-se que as considerações tecidas se referiam exclusivamente a documentos de ordem do registro escrito. O desfavorecimento do registro oral é a principal motivação de um novo estudo, que, certamente, trará novos dados para contribuir para a história das proposições negativas nas duas línguas que aqui se privilegiam, com ênfase para o português brasileiro.

1 Por exemplo em: “A negação sentencial é, por definição, uma operação que toma uma proposição afirmativa *p* e inverte-lhe a polaridade ou valor de verdade, resultando em $\neg p$ ”. (CAVALCANTE, 2012, p. 35). Neste caso, o autor se baseia na lógica proposicional dos estoicos. Mas também leva em consideração a versão aristotélica: “Na lógica aristotélica, a negação afeta ou um termo ou um predicado ou, mais especificamente, a relação entre o sujeito e o predicado (cf. Horn, 1989, p. 1-35)”. (CAVALCANTE, 2012, p. 35)

2 O uso de Da Costa Souza, P. é equivalente a Souza, P.C. O primeiro uso é referente a minha pesquisa na Universitat de Girona ou para publicações na Espanha. O segundo uso segue o padrão brasileiro de referências.

3 Decidiu-se endossar, para essa terminologia, as palavras de Cavalcante (2012, p.56): “A expressão “dupla negação” é ambígua dentro da literatura linguística, pois pode se referir a uma propriedade semântica ou sintática. Ou seja, ora a expressão é usada para indicar a propriedade de algumas línguas como o inglês, em que a presença de mais um elemento negativo na mesma sentença provoca uma leitura de cancelamento da negação, resultando em uma sentença semanticamente afirmativa; ora a mesma expressão é usada para se referir à simples existência material de mais de um elemento negativo na sentença. E mesmo nesse segundo sentido, a expressão às vezes se refere à coocorrência de um marcador negativo e de alguma outra categoria sintática (como pronomes indefinidos) que também possuem algum traço negativo secundário”. No presente estudo, entende-se “dupla negação” ou “concordância negativa” como o uso de dois elementos negativos tal como usado em diversas línguas românicas arcaicas, incluindo-se o português. Ou seja, a “dupla negação” pré-verbal utilizada para conferir o caráter efetivamente negativo à sentença: elementos negativos fracos necessitam item de concordância (p.e. *não*) para expressar, conjuntamente, uma negação.

A negação nas línguas românicas é licenciada, mais comumente, de duas maneiras: em posição pré-verbal e também em posição pós-verbal, ambos os padrões se desdobram nas formas simples ou duplicada. Por forma simples em posição pré-verbal, entende-se [NEG V]⁴; enquanto que a negação simples pós-verbal é entendida como [V NEG]⁵. No que concerne à dupla negação, tem-se: pré-verbal [NEG NÃO V]⁶ e, pós-verbal, [NÃO V NEG]⁷.

Na língua latina, no entanto, observa-se que alguns elementos negativos tinham funções bastante diferentes das línguas que dela derivam. O latim clássico conheceu tanto a negação simples como a dupla e, como muitas das línguas, também registrou em suas fases diferente tratamento aos elementos negativos:

In Latin negation was first expressed by a single element *ne*, followed by a strengthening element *oenum*, from which the later *non* is derived. This *non* expresses the negation on its own (without *ne*) and finally occupies the original position of *ne* in the sentence.

- (62) a. *Ne dico*
neg say.1SG
b. *Dico ne oenum*
say-1SG neg a-thing
c. *Dico non*
Say.1SG
d. *Non dico*
neg say-1SG
'I don't say (anything)' (ZEIJLSTRA, 2004, p. 56)⁸

O elemento negativo por excelência, *non*, produto herdado pelas línguas românicas, já é um bom representante da possibilidade de concordância negativa na oração, conforme mostram os dados acima. *Ne* seguido de outro termo negativo *oenum* sofreram um processo

4 Seria um exemplo do português brasileiro: Paulo *não veio*?

5 Seria um exemplo do português brasileiro: “[...] mas a gente ia poque num tava fazeno nada”. Exemplo do *corpus* PEUL Mobral M05 Sid. (Grifos nossos).

6 Um exemplo possível do português brasileiro seria: “Não, nunca dei e se’u pudesse nem num dava nunca”. Exemplo do *corpus* PEUL Mobral M04 Geo. (Grifos nossos).

7 Seria um exemplo do português brasileiro: “eu Acho que Isso... num aPRENde NAda... quanto mais você conversa menos você aPREN::de... né?”. Exemplo do *corpus* IBORUNA AC-002-TRANS. (Grifos nossos).

8 Em Latim, a negação foi expressa primeiramente por um único elemento *ne*, seguido por um elemento de reforço *oenum*, a partir do qual o posterior *non* foi mais tarde derivado. Este *non* expressa a negação por conta própria (sem *ne*) e, finalmente, ocupa a posição original do *ne* na sentença.

(62) a. *Ne dico*
negativa diz.1SG
b. *Dico ne oenum*
dizer-1SG nega uma coisa
c. *Dico non*
Dizer.1SG
d. *Non dico*
negativa dizer-1SG
'Eu não digo (nada)' (ZEIJLSTRA, 2004, p. 56). Tradução nossa

de aglutinação por desgaste, o que leva a concluir que a incidência de uso de ambos os elementos juntos era muito recorrente. No processo evolutivo, o produto aglutinado, *non*, passa a servir à legitimação de outros elementos.

Algumas combinações de elementos negativos ocorriam sem prejuízo à qualidade negativa inerente. Assim, em latim, eram comuns as orações com negações simples e independentes. Observem-se os seguintes exemplos⁹:

Non ludit neque legit.
Neque ludit neque legit.
Ne legat neve scribat.

Nesses casos, preserva-se a negação frásica em todas as orações; os elementos negativos estão circunscritos cada qual a um verbo diferente e, portanto, pertencentes a uma oração independente. São, assim, um padrão de negação simples, sem concordância negativa. Em outras circunstâncias, uma oração com dois elementos negativos é capaz de anular o sentido negativo frásico, concedendo à oração uma qualidade afirmativa:

Nemo non benignus est sui iudex.
Quae res etiam non nullam afferebat deformitatem.
Nemo non uidet.
Nunquam nihil agit.¹⁰
Nullus non venit.¹¹

Pode-se observar, por meio da disposição sintática dos elementos negativos, a influência de uma partícula negativa sobre outra. Na primeira oração, *nemo* (*ninguém*), ao ser exposto à influência do negativo *non*, torna-se uma palavra afirmativa, com o sentido de *alguém*. O mesmo ocorre com o termo *nullam* (*nenhuma*), o qual, ao se juntar com *non*, negativo de carga plena, torna-se *alguma*. Por fim, o mesmo fenômeno é observado na correlação negativa de *nunquam* (*nunca*) com o negativo *nihil* (*nada*), transformando-se em *sempre*. A sintaxe é uma estrutura determinante na composição da negação e sua interpretação é variável entre as línguas e também dentro de seus sistemas linguísticos. Conforme Horn (2010, p.111-112), a disposição de mais de um item negativo na oração gera a discussão de dois fenômenos:

Most discussions of multiple negation (including Horn 1991, 2002c) begin with the premise that the major distinction to be drawn is that between true *Duplex negatio affirmat* (DNA) phenomena and the typologically more

9 Cart *et alii* (1986, p. 78)

10 Os quatro primeiros exemplos apresentados são adaptados de Martins (1996, p.179).

11 Exemplo de Ernout; Thomas (1972, p. 153)

robust categories reflecting *Duplex negatio negat* (DNN), including negative concord itself and the related phenomena of pleonastic (a.k.a. Expletive, paratactic, sympathetic, or abusive) negation. Essentially, the map would look like this:

O esquema apresentado pelo autor coloca em paralelo os dois sistemas de negação discutidos por diversos teóricos. Nele, há um sistema que interpreta que duas ou mais negações se anulam (DNA), enquanto no outro, (DNN) os itens negativos da oração, conjuntamente, validam a negação, seja por meio de NC (*negative concord*) ou PN (*pleonastic negation*).

A representatividade do esquema apresentado por Horn, se tomado pelo prisma diacrônico, torna-se ainda mais complexo, visto que as línguas podem passar de um sistema DNN para um sistema DNA. Ou, ainda, com a adoção de uma perspectiva sincrônica, diferenças notáveis são encontradas entre os padrões adotados pela língua padrão e os selecionados pelos diversos dialetos.¹³

Ao retomar a língua latina como parâmetro, e especialmente se se abordarem registros escritos que não estejam muito comprometidos com a delimitação da gramática normativa da

¹² A maioria das discussões sobre a negação múltipla (incluindo Horn 1991, 2002c) começa com a premissa de que a principal distinção a ser feita é que entre os fenômenos da Dupla Negação Afirmativa (DNA) e as categorias tipologicamente mais fortes que refletem a Dupla Negação Negativa (DNN), incluindo o fato de que o negativo concorda consigo mesmo e com os fenômenos relacionados de pleonismo/redundância (também conhecidos como Expletivo, Paratático, Simpático ou Abusivo) de negação. Essencialmente, o mapa ficaria assim:

¹³ "But another approach would begin by asking WHY: Why, in the DNA cases, would a speaker expend the effort on two negations to affirm when a simple less costly affirmative is available? Why, in the DNN cases, expend the effort on marking negation twice when the semantics only requires one? What motivates the twin negations in the former contexts, and what motivates the extra negation(s) in the latter?" (HORN, 2010, p 112). "Mas uma outra abordagem seria começar por perguntar POR QUE: Por que, nos casos de DNA, um falante despenderia o esforço em duas negações para afirmar quando uma simples afirmativa menos custosa está disponível? Por que, nos casos de DNN, fazer o esforço de marcar a negação duas vezes quando a semântica requer apenas uma? O que motiva as negações gêmeas nos antigos contextos, e o que motiva a(s) negação(ões) extra(s) nos últimos?" (HORN, 2010, P. 112). Tradução nossa

língua clássica, como a escrita de algumas poesias, a negação pode receber outro tratamento. Em Ernout; Thomas (1972, p.153) ressalta-se:

Négations composées, négations fortes – les negations composées *nemo, nihil, nullus, numquam, nusquam*, etc., ne connaissent aucune specialization de mode. Dans les defenses, elles tiennent lieu de particule prohibitive: Cic., Mu. 65: *nihil ignoueris* “ne pardonne rien”; de Or. 2, 280: *mihi neminem dederis* “ne me donne personne”.

Il arrivait à ces formes de perdre leur sens propre pour servir de négations fortes, surtout dans la langue parlée et en poésie: Vg. En. 2, 670: *numquam omnes hodie moriemur inulti* “nous ne mourrons certes pas tous aujourd’hui sans être vengés” (et non pas “jamais”).¹⁴

Expressões linguísticas à margem das prescrições gramaticais¹⁵ são passíveis de desenvolver uma outra concepção do funcionamento de elementos linguísticos, levando, dessa forma, a formularem leis ou regras próprias. Ao alcançar, por exemplo, outros estratos sociais da língua, perdem-se, ganham-se e se reformulam muitos desses elementos. No que tange à concepção dos elementos negativos, podem-se observar dois sistemas que convivem paralelamente¹⁶.

Nas línguas latinas contemporâneas, majoritariamente, verifica-se a concordância negativa em posição pós-verbal; porém, em seus estágios arcaicos, a duplicação se dava, também, na posição pré-verbal, como “nada não + verbo”, “ninguém não + verbo” ou “nenhum não + verbo”, como no padrão [NEG NÃO V]. No português arcaico, por exemplo, observam-se diversas construções como as que seguem:

- a. e do preço nê hũa cousa a uos ficou por dar (1290 L 223)
- b. E do preço nê da rrouora nemigalha ficou por dar (1287 G 102)
- c. E do prezo e da rouora nemjgalla en deujda fñcou por dar (1295 G 108)
- d. E do preço nêhũa cousa ficou por dar (NO 1318-22)
- e. E do preço nê da robora nê do faiuyzo nō ficou ende nê una coufa por dar

14 Negações compostas, negações fortes – as negações compostas por *nemo, nihil, nullus, numquam, nusquam*, etc., não conhecem nenhuma especialização de modo. Nas interdições, têm função de partícula proibitiva: Cic. Mu. 65: *nihil ignoueris* “nada perdoa”; de Or. 2, 280: *mihi neminem dederis* “ninguém me dá”. Estas formas chegariam a perder seu significado próprio para servir como negações fortes, principalmente na língua falada e na poesia: Vg. En. 2, 670: *numquam omnes hodie moriemur inulti* “Nós não morreremos todos hoje sem sermos vingados” (e não “jamais”). Tradução nossa.

15 Também em Horn (2010, p. 112): “Both logical double negation and NC are recurrent targets of traditional grammarians, who have often attributed the latter tendency to logical immaturity (doubtless a troubling condition for speakers of such primitive languages as Spanish, Italian, Russian, etc.) [...] But other grammarians have been more tolerant of this foible [...]”. “Tanto a lógica dupla negação quanto a NC são alvos recorrentes de gramáticos tradicionais, que frequentemente têm atribuído a última tendência à imaturidade lógica (sem dúvida uma condição preocupante para os falantes dessas línguas primitivas como espanhol, italiano, russo, etc.) [...] Mas outros gramáticos têm sido mais tolerantes com esse ponto fraco [...]”. Tradução nossa

16 Para mais informações e exemplos sobre as orações negativas em diversas etapas da língua latina, cf. Da Costa Souza (2011).

nem por pagar (1298 G 105)

f. E do preço nẽ da reuora nada nõ ficou por dar (1329 NO 34)

g. E do preço nẽ da Reuora nẽhũa Cousea nõ ficou por dar (1353 NO 8)

h. E do preço nẽ hũa cousea nõ ficou por dar (1297 L 152)¹⁷

Alguns dos exemplos expostos atestam a existência da concordância negativa pré-verbal, ou seja, a duplicação de um elemento negativo fraco que carece de outro elemento negativo para expressar esse valor. Ilustram o padrão [NEG NÃO V] os exemplos *b*, *e*, *f*, *g*, *h*. Atente-se para o fato de que a negação de *b* é efetivada pela expressão negativa *nemigalha*¹⁸, a qual também legitima a negação simples, [NEG V], em *c*. Os demais exemplos apresentados, *a*, *c*, *d*, enquadram-se no modelo de negação simples [NEG V]. Com esses exemplos, pode-se concluir que, já em estágio arcaico, a língua portuguesa conhecia e utilizava dois modelos, ao menos, de negação: [NEG NÃO V] e [NEG V]. Assim, ao atestar a coexistência dessas formas, pode-se falar também em competição entre elas.

Os itens negativos estudados em diversas línguas e que possuem diferente caracterização podem ser definidos a partir de quatro classes, conforme a figura¹⁹ abaixo:

Negative elements

Negative element	Properties	Examples
Negative markers	Yield (sentential) negation	<i>Niet</i> (Dutch) <i>Not</i> (English),
Negative quantifiers	Quantifiers that always introduce a negation and that bind a variable within the domain of negation	<i>Nothing</i> (English) <i>Niets</i> (Dutch)
N-words	Quantifiers that introduce negation in particular syntactic configurations	<i>Personne</i> , <i>Rien</i> (French) <i>Nessuno</i> (Italian)
Semi-negatives	Verbs or prepositions that have a negative connotation and that can be paraphrased with a true negative sentence	<i>Sans</i> (French) <i>Few</i> (English)

Figura 1– Elementos Negativos

¹⁷ Exemplos de Morais (2001, p. 188), com opções gráficas da autora. (Grifos nossos).

¹⁸ *Nemigalha* é ou foi uma expressão negativa produtiva em diversas línguas. Sobre seu significado, esclarece Maia (1997, p. 702), para o galego: “Tem valor indefinido a forma *nemigalla*, *nemjgalla* que aparece documentada algumas vezes com o sentido de “nada”, “absolutamente nada”: “τ do prezo nẽ da rroua nemigalla ficou por dar” (1287 P 102), “τ do prezo τ da roura nemjgalla em deujda ffjcou por dar” (1295 P 108) (4). Em catalão contemporâneo, ainda se utiliza *ni mica* com esse mesmo sentido.

¹⁹ Zeijlstra (2004, p. 39).

Da classificação acima proposta, é possível inserir ainda os itens de polaridade. Esses termos, a depender de contextos e outras estruturas da oração, podem ser utilizados para negar ou afirmar. Há termos que, desde a sua origem, têm tendência a realizar-se, por si só, como negativos plenos, enquanto outros foram/são acompanhados por elementos negativos que, conjuntamente, expressam a negação. Conforme os estudos acerca da negação em diversas línguas foram avançando, esses termos também foram ganhando traços formais do tipo: a) [+neg] e [αneg] (MARTINS, 2001), por exemplo, para referir-se, respectivamente, a elementos plenamente negativos,- portanto, sem necessidade de nenhum outro elemento para legitimar a negação,- e de elementos que, a depender do contexto, podem ser negativos ou afirmativos. Nesse mesmo sentido, Zeijlstra (2004) propõe a nomenclatura: [uNeg], *uninterpretable negative*, e [iNeg], *interpretable negative*. Um elemento [iNeg] sempre apresenta o comportamento de um operador negativo, ou seja, legitima-se, por si só, como negativo no contexto; este é o caso de *não*, por exemplo. Por sua vez, um elemento [uNeg], apesar de ser uma palavra negativa, necessita de um operador negativo que a legitime no contexto; é o caso de indefinidos como *nenhum*, *ninguém*. Este operador negativo, com o poder de legitimar a negação, i.e., o elemento [iNeg], pode ser realizado foneticamente ou pode também apresentar-se como um operador negativo abstrato. Dar-se-á, quando for o caso, preferência à nomenclatura de Zeijlstra, visto que consiste na mais atualizada que se tem a respeito dentro da literatura específica.

Os trabalhos que estudam a negação em português europeu arcaico, como Morais (2001, p. 188), confirmam a realização da dupla negação em posição pré-verbal oscilando com a negação simples ([NEG V] *versus* [NEG NÃO V]); ou seja, para esse período da língua, o fenômeno se apresentava de forma mais fraca, em especial nos séculos XIII-XIV. Em período posterior, século XV, a produção da concordância negativa em posição pré-verbal continua sendo consideravelmente baixa.

A progressão do latim clássico ao romance moderno possibilitou, a partir de diversas mudanças, a determinação do perfil das línguas românicas: a grande maioria prescindiria, no período moderno, da dupla negação pré-verbal. A partir da análise do comportamento de três termos indefinidos que estuda Martins (2001, p. 182), a saber, *nada*, *nenhum*, *ninguém*, verifica-se que, no presente, somente o romeno apresenta a dupla negação (pré-verbal) obrigatória, ao passo que as outras línguas românicas modernas, de acordo também com Martins (2001, p. 196), não mostram a coocorrência de indefinidos negativos com o marcador

negativo oracional, ou seja, a dupla negação no padrão [NEG NÃO V] não é legitimada. Apesar da observação da autora acerca da língua romena, nesse campo, também chamam a atenção as produções negativas nas línguas portuguesa e catalã.

O português europeu é considerado a língua mais inovadora no que concerne ao fenômeno. Isso quer dizer que é a que apresenta uma inovação mais particular, o que não lhe permite se agrupar com nenhuma outra língua românica. O português, que teve boa frequência de uso, na sua origem, da dupla negação em posição pré-verbal, restringe-a ou não a aceita no período moderno. Da mesma maneira, também é desconhecido o uso de um indefinido negativo em contextos modais, o qual é ainda vigente em castelhano e catalão modernos:

- a. És massa d'hora per anar **enlloc**.
 be.3s too [...] early for go.INF to **nowhere**
It is too early to go anywhere
- b. Es demasiado pronto para ir a **ningún sitio**.
 be.3s too [...] early fo go.INF to **nowhere**
It is too early to go anywhere (VÁSQUEZ-ROJAS, M.; MARTÍN, T., 2007, p. 3)

Conforme sugerem os exemplos acima, os termos negativos cat. *enlloc* (“nenhum lugar”) e também cast. *ningún* (“nenhum”) adquirem um valor afirmativo legitimado na oração. Assim, ambas as orações devem ser entendidas/traduzidas por *É cedo demais para ir a algum lugar*. A tradução literal das mesmas, *É cedo demais para ir a nenhum lugar*, não tem um uso aceitável na língua portuguesa moderna.

A dupla negação pré-verbal em catalão, segundo ainda os mesmos estudos de Martins, é uma forma legítima de negação; porém, apresenta um caráter opcional em língua moderna. E mais, a autora chega a comparar as línguas destacadas nesta pesquisa: “o quadro patenteado pelo catalão contemporâneo é idêntico ao que pode observar-se no português dos séculos XV e XVI” (MARTINS, 2001, p. 20). Apesar da não obrigatoriedade da concordância negativa, a autora considera o catalão uma língua conservadora desse fenômeno, o qual apresentou grande difusão em romance ou mesmo em latim vulgar. O relaxamento do fenômeno, de acordo com as suas observações, iniciou-se já na época medieval e cada um dos elementos negativos progrediu de maneira e em tempo diferentes; por isso não é possível fazer uma generalização. Também se pode especular que a hegemonia política e linguística do castelhano, a partir do século XVI, sobre o catalão e as outras línguas minoritárias da

Península, pode ter sido responsável por acelerar algum processo de mudança na sintaxe catalã.

Ainda que não seja uma forma relativamente produtiva, acredita-se que, no português brasileiro, o fenômeno da dupla negação está diretamente relacionado a uma das diversas normas que possui esta língua. Assim, a conservação desse fenômeno pode ser tratada, por exemplo, como uma variação de registro. Essa hipótese é também corroborada nas seguintes palavras de Moraes (2001, p. 200):

Finalmente, consideremos que a mudança acima descrita foi precedida por um período de variação que ainda se encontra em línguas como o catalão moderno. O interessante é que a perda da “dupla negação” é observada na evolução da maioria das línguas românicas, evidenciando que a variação que precedeu a mudança é instável diacronicamente, ou seja, trata-se de competição de gramáticas nos termos de Krock (1994).

Essa colocação da autora permite refletir acerca da condição da dupla negação pré-verbal no português brasileiro. De certo, o fenômeno havia chegado ao Brasil com os colonizadores e, a partir de um duelo de gramáticas (normas possibilitadas pela permissividade do sistema linguístico), esse uso foi relegado a uma norma subestândar, que fica ainda por caracterizar.

De maneira semelhante ao que acontece em catalão, o português brasileiro contemporâneo pode apresentar registros ou cristalizações da concordância negativa. Se for assim, a suposta competição de gramáticas, por exemplo, não é nada mais que uma repetição de uma situação linguística bastante antiga e conhecida, já que começou na língua latina e que se sustenta pela dicotomia norma/uso. Uma ideia dessa competição entre registros é apontada por Said Ali²⁰ ou ainda por Martins (1996, p. 205):

Se o português europeu foi, como estamos a supor, idêntico ao catalão moderno até época muito recente, é natural que encontremos no português

20 Pode-se interpretar o uso da palavra “povo” como um registro ou mesmo um padrão não normativo nos seguintes dizeres do autor: “Quanto à presença, dentro de uma mesma oração, de outros termos negativos além da palavra *não*, é fácil de ver que não anda o raciocínio dos homens cultos bem emparelhados com o sentimento popular. Para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço. Entende a gente de letras, pelo contrário, que negar o negado equivale a afirmar, mas abre exceção- admitindo, pois, que se suspenda este raciocínio -desde que o novo termo negativo não anteceda o advérbio *não*. Segundo esta doutrina, aceita na linguagem literária do português moderno, é lícito dizer:

Na feitoria *não* avia *nem hum* só prego..., *nem* outra *cousa nenhũa* das que eram necessarias (Fernão Mendes Pinto 3, 203) – *Não* tinham *cousa nenhũa* pera comerem (ib., 3, 214) – *Não* aparecia *cousa nenhũa* (ib. 3, 273) – *Não* falou mais palavra *nenhũa* (ib. 7, 277)”. (SAID ALI, 1971, p.198-199). O autor registra, com clareza, a perceptível diferença de entendimento de orações negativas entre o “povo” e “homens cultos” e esta oposição pode marcar o que se está nomeando “diferença de registro” (culto *versus* popular, por exemplo).

moderno vestígios fossilizados de construções com *nenhum, nada, ninguém* em contextos de que hoje estão excluídos (nomeadamente, os contextos modais).

Em estudo anterior, mencionado no início desta Introdução, tentou-se verificar, em documentos oriundos do português brasileiro, o fenômeno da dupla negação. No entanto, os documentos analisados no estudo compreendiam uma delimitação temporal que se estendia pelos séculos XVII e XVIII. Nesse estágio da língua, segundo critérios históricos estabelecidos naquele estudo, denominou-se a variedade brasileira como “pré-brasileiro”. Isso porque a língua não apresentava elementos próprios e a literatura ainda era fortemente influenciada pela variedade europeia. De qualquer forma, a análise da produção da dupla negação em posição pré-verbal foi concluída; porém, no *corpus* selecionado, restrito ao registro escrito, não foi possível atribuir ao português brasileiro essa produção do fenômeno como característica linguística peculiar a esta variedade.

Ainda assim, a hipótese de que o português brasileiro possa ter recebido um sistema com características arcaicas é plausível. Isso se verifica nos exemplos do português cabo-verdiano contemporâneo, uma variedade de língua, assim como o português brasileiro, transplantada. Observe-se a seguinte colocação:

Vale ainda salientar que em CV, apesar de as expressões de negação *nigen, nada, ninhun, tioxi* serem intrinsecamente negativas, diferentemente do que sucede em PE, as frases negativas não-elípticas requerem a co-ocorrência com *ka*. Na ausência deste marcador, originam construções mal-formadas – (cf. 188) ou a agramaticalidade [...] (PINA, 2006, p.143).

De acordo com o que as afirmações acima sugerem, o português cabo-verdiano contemporâneo mantém o mesmo sistema arcaico do português europeu para a formação de frases negativas. Os elementos negativos, nessa língua, não admitem o mesmo traço formal [iNeg]; por isso, carecem de complementação tanto na posição pré quanto na posição pós-verbal. Pina (2006) ainda descreve a necessidade linguística da dupla negação do português cabo-verdiano e a compara com outras línguas românicas:

Em CV:
Ningen ka fla nada. (Cf. *Ningen fla nada)
Ninguém não falou nada
‘Ninguém disse nada’
Em PE:
Ninguém disse nada. (Cf. *Ninguém não disse nada)
Em italiano:
Nessuno ha detto niente (Cf. *Nessuno no ha detto niente)

(Italiano. Zanuttini 1994:449)

Em espanhol:

(23) Nadie ha dicho nada. (Cf. *Nadie no ha dicho nada)

(Espanhol. Zanuttini op. cit.). (PINA, 2006, p.147).²¹

A obrigatoriedade da concordância negativa na variante cabo-verdiana é fundamental para se conceder vigor à hipótese de que houve não somente a chegada da dupla negação às terras brasileiras, mas também, da conservação da mesma em algum(ns) registro(s) ou estrato(s) linguístico(s) desta variedade.²²

Não passou despercebido no mesmo estudo anterior, contudo, que a gramática normativa contemporânea do português brasileiro, o português padrão, não prescreve a concordância negativa pré-verbal e que, por isso, havia poucas possibilidades de comprovar este fenômeno no registro escrito.

Não obstante, essas mesmas análises demonstraram que o português brasileiro tem características bastante diferenciadas da variedade europeia, tanto em sua fase arcaica quanto na contemporânea. Por isso, alguns estudos sincrônicos levados em consideração também testemunham um funcionamento diferenciado do tratamento da negação entres as duas variedades do português.

Além disso, deve-se recordar que a língua portuguesa que chega ao Brasil, no século XV, é a que está em um período de transição (do estágio arcaico para o moderno), na qual se verifica um relaxamento do fenômeno da dupla negação pré-verbal, segundo constata os

21 O autor utiliza os asteriscos (*) para indicar agramaticalidade nas orações. Assim, depreende-se que o cabo-verdiano vai na contramão de línguas como o português europeu, o italiano e castelhano. Nestas línguas, a dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V], não constitui uma produção possível.

22 De qualquer maneira, a manutenção do emprego da dupla negação pré-verbal obrigatória no português cabo-verdiano apenas oferece elementos para supor que o fenômeno tenha chegado ao português brasileiro. No entanto, não se pode afirmar que o português brasileiro desenvolveu o fenômeno a partir do contato com línguas africanas. Segundo Noll (2008, p. 216-217): “A negação repetitiva é um arcaísmo, que era usual no português europeu, sem ênfase, até o século XVI. Além disso, também não é possível fazer uma ligação aqui com as línguas africanas. O quimbundo nega com a prefixação de *ki* e um sufixo, que pode cair, no linguajar rural (Chatelain, 1964: 51). O ewe junta a partícula *me* antes e *o* depois do verbo (Westwemann, 1907: 73). O ioruba antepõe diversas partículas, sendo que a dupla negação conduz a uma afirmação (Delano, 1965: 103). Em nenhum caso ocorre uma circunfixação de idênticas partículas de negação, como é o caso do português brasileiro (*não quero não*).

Os exemplos mostram de novo que a mera comparação estrutural não serve para deduzir uma afiliação indígena ou africana. Isso vale, sobretudo, quando se considera que a atribuição dupla dos elementos indígenas e africanos parece quase arbitraria e intercambiável.

Todas as características do português brasileiro, com exceção do léxico – ao qual se conferem influências indígenas e africanas –, podem ser explicadas, com relação ao seu desenvolvimento, como simplesmente portuguesas ou românicas. Apesar disso, uma influência externa concorrente não se exclui, por fim, em casos particulares, desde que possa ser fundamentada por testemunhos substanciais”.

estudos de Moraes (2001, p. 188). A variedade do português brasileiro começa a ter seus próprios traços, acredita-se, somente a partir do século XIX, quando a língua-geral é abolida.

Naquele estudo prévio, ficou claro que os documentos escritos analisados eram continuadores de uma tendência do português peninsular, ou seja, prescindiam da dupla negação pré-verbal; ademais, ainda não deixavam entrever quase as características da variedade brasileira. Ou, ainda mais, os registros selecionados, especialmente a literatura culta, simplesmente não favoreceram a manifestação da dupla negação que ainda conserva, supostamente, a variedade brasileira.

Pelo exposto, acredita-se na necessidade de estender as investigações aos séculos posteriores, mais recentes e que imprimem características mais peculiares da variedade brasileira. Além disso, há a necessidade de se analisar dados oriundos de outros registros da língua, como o falado, especialmente o informal. Dessa forma, poder-se-á chegar a hipóteses mais plausíveis acerca da manutenção da dupla negação pré-verbal no português brasileiro, e caracterizar o fenômeno a partir da observação dos níveis gramaticais que incidem sobre o padrão [NEG NÃO V] bem como observar se há contextos e registros que favorecem a legitimação da estrutura em estudo.

Também, será preocupação do presente estudo investigar qual posição ocupa o português brasileiro no quadro evolutivo da negação proposto por Martins (2002, p. 280).²³ Nesse quadro, a autora sugere que o catalão, dentre as línguas românicas, é uma língua conservadora do fenômeno da dupla negação pré-verbal, atrás somente do romeno, e que o português europeu é a língua que mais inovou nesse sentido. Ou seja, serão tratadas as línguas que estão nos extremos dessa escala que verifica a conservação ou inovação a respeito do fenômeno da dupla negação pré-verbal. Já se mencionou, contudo, que o português cabo-verdiano, hoje, está mais próximo do catalão que do português europeu, nesse aspecto. Faltam estudos que possam traçar mais detalhes sobre o perfil do português brasileiro e, em especial, faltam documentos que registrem normas marginais, que fogem aos cânones literários. Assim, acredita-se que, para tal abordagem, o mais adequado é buscar as respostas a essas questões no registro oral, especialmente o espontâneo e informal.

O fenômeno da dupla negação pré-verbal chama a atenção em muitas outras línguas românicas como, por exemplo, o catalão. Além dos argumentos expostos mais acima, como uma língua conservadora do fenômeno da dupla negação pré-verbal, o catalão é, outrossim,

23 O referido quadro pode ser visto na seção A2. Objetivos Específicos.

representante e herdeiro direto do latim pré-clássico, o latim que se disseminou pela Península Ibérica. De acordo com Beltrán-Lloris (2008, p. 85):

[...] la documentación disponible muestra que los fenómenos lingüísticos que experimenta el latín en Hispania tenían una extensión pan-románica (GIL 1970) y hasta en los textos de ambiente rústico y carácter documental de fecha más avanzada, lo que encontramos es una variante más o menos descuidada del latín literario tardío [...] ²⁴

No fragmento citado, concede-se destaque a “tenían una extensión pan-románica”, em que o autor enfatiza a considerável homogeneidade do latim que se fixou na Península Ibérica. Também contribuiu com algumas considerações acerca do latim peninsular ao se referir que “[...] a finales del siglo II el latín era ya la lengua indiscutida de Hispania: en la Bética y en la parte oriental de la Tarraconense había sido asumida como idioma materno, mientras que en las regiones más occidentales y septentrionales era empleada por muchos hispanos como lengua escrita o culta junto a las hablas vernáculas en vías de extinción” (BELTRÁN-LLORIS, 2008, p. 98). É notória a rapidez com que o latim se espalhou e se consolidou não somente nas regiões da Hispânia, já que as mesmas considerações são verdadeiras também para a realidade da região da Lusitânia e para a Península Ibérica como um todo. Assim, as regiões da Lusitânia, as quais servirão de berço à língua portuguesa, e a região da Tarraconense, que abrigará a língua catalã, são receptáculos do latim arcaico de Plauto, o qual se situa temporalmente entre o princípio do Império e o fim da República.

Também em catalão se pretende descrever o funcionamento do fenômeno da dupla negação pré-verbal. Entender o funcionamento do fenômeno nesta língua, -na qual existem os dois padrões de negação aceitos pela norma, tal como nos moldes da transição das línguas arcaicas para o estágio moderno- permitirá sugerir explicações também para entender a existência não-normativa de ambos os padrões no português brasileiro. A norma do catalão parece se pautar sobre os cânones linguísticos, especialmente na literatura do Século de Ouro (séculos XIV-XV). Contudo, ao aceitar também o padrão [NEG V], a negação simples, leva em conta também o uso linguístico. Dessa forma, pelo menos à primeira impressão, a língua catalã demonstra uma preocupação maior com o equilíbrio da dicotomia norma/uso.

24 [...] a documentação disponível mostra que os fenômenos linguísticos vivenciados pelo latim na Hispânia tinham uma extensão pan-românica (GIL 1970) e inclusive nos textos de ambiente rústico e caráter documental de data mais avançada, o que encontramos é uma variante mais ou menos descuidada do latim literário tardio [...]. Tradução nossa.

PROPOSTA DO ESTUDO

A. Objetivos

O cerne desta investigação se debruça sobre um fenômeno linguístico antigo de ampla abrangência nas línguas românicas: a concordância negativa conhecida como dupla negação pré-verbal. Duas dessas línguas românicas serão especialmente contempladas: o português brasileiro e o catalão. Acredita-se que, ao abordar essas duas línguas, as quais se encontram em estágios evolutivos diferentes, no que concerne ao tratamento da negação, contribui-se para entender, também, a negação em outras línguas. Dessa maneira, corroboram-se as seguintes ideias:

If negation is indeed a phenomenon that exhibits cross-linguistic and language-internal variation in a similar way, it suffices methodologically to draw generalisations on the basis of Dutch microvariation. The major requirement then is that afterwards it needs to be ‘checked’ whether the generalisations that have been drawn correspond to cross-linguistic variation. Hence, on the basis of a detailed study of one language and a small number of less-extensively studied other languages, a series of generalisations can be drawn that are typologically well grounded. (ZEIJLSTRA, 2004, p. 6)²⁵

Para que se alcance uma análise mais produtiva, alguns objetivos foram estabelecidos e se encontram dispostos a seguir.

25 Se a negação é, de fato, um fenômeno que apresenta variação linguística cruzada e variação linguística interna de forma semelhante, isso basta metodologicamente para desenhar generalizações com base na microvariação holandesa. A principal exigência é, então, que posteriormente é preciso “checar” se as generalizações que foram desenhadas correspondem à variação linguística cruzada. Por isso, como base de um estudo detalhado de uma língua e um pequeno número de outras línguas menos extensivamente estudadas, uma série de generalizações podem ser desenhadas, sendo tipologicamente bem fundamentadas. (ZEIJLSTRA, 2004, p. 6). Tradução nossa.

A1. Objetivo Geral

Descrever e analisar o fenômeno da dupla negação pré-verbal à luz da diacronia, e imprimir ênfase na produção do padrão [NEG NÃO V] nas variedades do português brasileiro contemporâneo, estabelecendo um cotejo com as teorias que tratem do fenômeno, especialmente as que se debruçam sobre a língua catalã.

A2. Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste estudo:

- Analisar, no registro oral, a produtividade da dupla negação pré-verbal no português brasileiro contemporâneo;
- Analisar os registros orais que favorecem o emprego da dupla negação pré-verbal, i.e., verificar os contextos dessas produções;
- Analisar qualitativamente as ocorrências de registro oral da dupla negação no português brasileiro.
 - Reavaliar as considerações do quadro²⁶ proposto por Martins (2002, p. 280) - as quais se debruçavam, especificamente, sobre o registro escrito das línguas românicas- a fim de comparar se as conclusões são aplicáveis também ao registro oral para o português brasileiro contemporâneo:

26 A autora delinea esse perfil representado pelo quadro a partir de dados obtidos do registro escrito das línguas que considera. No presente estudo, porém, o registro é outro, já que interessa analisar a língua falada. A simples mudança de registro já implica em uma nova proposta para a situação apresentada no quadro. Mesmo assim, toma-se o quadro como uma referência inicial. O registro selecionado pela autora, o escrito, privilegia, como não podia ser diferente, o português europeu, em detrimento de outras variedades da língua.

	Co-ocorrência de indefinidos negativos pré-verbais com “não”	Ocorrência de indefinidos negativos em contextos modais não negativos
Romances “antigos” (1ª fase)	Sim (obrigatório)	Sim
Romances “antigos” (2ª fase) Catalão	Sim (opcional)	Sim
Galego Castelhano Italiano Francês	Não	Sim
Português	Não	Não

- Cotejar o emprego da dupla negação pré-verbal do português brasileiro com as postulações da Gramática Normativa, Histórica, entre outras;
- Caracterizar o fenômeno da dupla negação pré-verbal no português brasileiro segundo os dados coletados;
- Comparar o fenômeno da dupla negação em português brasileiro e em catalão;
- Testar as hipóteses formuladas após diversas reflexões sobre o fenômeno da dupla negação à luz da literatura (gramáticas e estudos) que retomam o tema.

B. Procedimentos Metodológicos

A delimitação deste estudo descritivo acerca do fenômeno da dupla negação parece demandar um trabalho que concentre mais de uma metodologia com o fim de conseguir respostas mais satisfatórias para as perguntas formuladas. Verificam-se, a partir de uma perspectiva diacrônica, alguns benefícios para esta análise, pois ela permite satisfazer algumas questões por meio da abordagem do método comparativo ou ainda histórico-comparativo, por meio de verificação de mudança linguística em diversos níveis, por meio da exploração da variação linguística e, ainda, por meio da constatação de fatos linguísticos apontados pela

Gramática Histórica. A análise se faz entre dois sistemas linguísticos, na qual a língua catalã é adotada como um modelo para se compreender, da perspectiva da gramática comparada, o funcionamento de um mesmo fenômeno no português brasileiro. Esta escolha se deve especialmente pelo fato de que, em catalão, ainda convivem os dois padrões de negação, em moldes semelhantes à apresentação do fenômeno em grande parte das línguas românicas arcaicas.

Vale recordar, ainda, que este estudo não se limita às análises das teorias que versam sobre o fenômeno (revisão bibliográfica), mas sim visa a comprovações advindas da discussão de resultados nos *corpora* selecionados, o que concede à pesquisa um caráter analítico de cunho hipotético-dedutivo. Segundo esse método de análise:

Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo procura-se a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la²⁷.

Dessa forma, a análise linguística diacrônica visa contemplar a contextualização do problema em maior amplitude, pois o concebe desde as suas origens remotas até a língua na contemporaneidade. Além disso, deve-se recordar que há duas línguas em questão, a saber, o português brasileiro e o catalão, as quais cumprem papéis diferenciados no estudo sem interferir na caracterização de um estudo comparativo.

Também a análise comparativa e histórico-comparativa será fundamental para que se volte às origens do problema, i.e., voltam-se os olhos ao fenômeno da dupla negação pré-verbal em português europeu no estágio arcaico. Apesar da herança do sistema linguístico arcaico, o português brasileiro progrediu com características próprias e não necessariamente seguiu as mesmas inovações do português europeu.

Além do mais, entre as línguas envolvidas diretamente ou indiretamente no estudo, podem-se estabelecer relações com as diversas fases da língua latina e também com outras línguas românicas.

Sendo assim, obviamente a pesquisa recebe muitas contribuições advindas da linguística descritiva, especialmente para contra-balancear as postulações da gramática

27 Gil (2008, p. 12).

prescritiva. Dessa forma, o fenômeno investigado adota uma postura de equilíbrio, na qual concebe a língua através de distintos prismas, dando espaço para os estudos de variação em cotejo com a gramática tradicional. Assim, corroboram-se as palavras de Camacho (2013, p. 39):

É notório que a atitude prescritiva, que motiva a sociedade para a erradicação da variação, foi sistematicamente rejeitada pela linguística contemporânea, cuja natureza científica apela para princípios descritivos puros, onde imperam a imparcialidade e a objetividade que Martinet tão bem enfatiza.

O fenômeno em estudo pode trazer indícios, em alguma etapa da progressão das línguas, de algum tipo de mudança linguística ou competição de formas em suas diversas variedades. Assim sendo, caberá, ademais, uma abordagem do problema a partir da perspectiva e dos preceitos da Sociolinguística²⁸. Em especial, pode ser de grande valor a esta pesquisa aplicar alguns conceitos como “variação”, “variantes”, “variedades linguísticas” e “registros linguísticos”, que auxiliem na busca de respostas para os objetivos que se almejam alcançar.

A Gramática Histórica é também forte aliada no desenvolvimento deste estudo em diversas etapas, e, ademais, serve-se a explicar certos traços linguísticos que se dão devido a processos de contato histórico. Com ela, torna-se mais fácil a percepção da progressão do fenômeno e a sua abordagem pelas diversas gramáticas. Assim, o estudo atende aos preceitos relacionados à dicotomia história interna x história externa. A primeira é contemplada dentro das considerações tecidas essencialmente pela Linguística Histórica ou Gramática Histórica, enquanto a segunda, história externa, desenvolve-se nos limites das explicações da história social (Sociolinguística). Ao se ocupar da história interna, existe, também, a possibilidade de considerar fenômenos concernentes à história social. Por outro lado, ao se preocupar em trazer respostas satisfatórias aos fenômenos analisados pela história externa, também faz referência aos processos inovadores internos à língua.

Dessa maneira, acredita-se que uma combinação satisfatória possa ser encontrada em determinadas observações pautadas tanto pela história interna quanto externa das línguas. Ou

28 A abordagem dos estudos por meio da Sociolinguística é, basicamente, o que se entende, aqui, como abordagem da história externa das línguas, i.e., história externa equivale à história social. As contribuições da Sociolinguística vão no mesmo sentido entendido por Camacho (2013, p. 42), ao enunciar: “O paradigma estrutural e o gerativo só dão conta do objeto construído a partir de um ponto de vista idealista, ignorando a realidade empírica do fenômeno observado, cuja natureza inerentemente social permanece, assim, parcialmente obscurecida”.

seja, por um lado, examinam-se elementos propriamente de ordem linguística; por outro, devem-se levar em consideração a multiplicidade das questões históricas (pressões externas). Ao se somarem essas considerações ao método comparado, vislumbra-se uma aproximação panorâmica a esse fenômeno linguístico.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa concilia o estudo teórico do fenômeno linguístico à análise qualitativa dos dados obtidos nos diversos *corpora* da língua portuguesa do Brasil. Os *corpora* dos quais este estudo se serve estão detalhados mais adiante, na seção B1. Com efeito, recorda-se que a análise quantitativa pode aparecer, em algum momento da pesquisa; porém, em proporções pequenas e com a única finalidade de controlar melhor os dados obtidos, uma vez que interessam sobremaneira a qualidade das produções da dupla negação pré-verbal e as “idiossincrasias”, deixadas de lado pela maioria das análises quantitativas.

A língua portuguesa que chegou ao Brasil é a do final do século XV, uma língua transplantada ao Novo Mundo já com muitos fenômenos linguísticos em fase de transição. De fato, uma língua que entre os séculos XV-XVI passa da fase arcaica para a moderna. Martins (2002, p. 280) defende a ideia de que a língua catalã contemporânea, no que tange ao emprego da dupla negação, apresenta o mesmo quadro da língua portuguesa no século XV. Acredita-se, assim, que o método comparativo beneficie a pesquisa para controlar melhor as hipóteses formuladas a respeito das línguas tratadas no estudo e que auxilie nas explicações do fenômeno em questão.

De fato, o sentido da história da língua é licenciado, a partir dos dados levantados, pela linguística histórica. É com essa concepção que se consegue chegar a uma superação: a história linguística ultrapassa a descrição dos fatos antes considerados de forma isolada e, a partir de uma organização estrutural, é capaz de situá-los em um marco social. É com esse procedimento que a história linguística amplia sensivelmente a abrangência da Linguística Histórica.

Pensando-se em um plano ideal, a história interna de uma língua deveria ser contemplada de forma não limitadora, i.e., deveria contemplar todas as variedades, sem restrições, entrando, dessa maneira, no âmbito da Dialetologia. Contudo, os trabalhos realizados e os materiais disponíveis no âmbito científico inviabilizam a realização de um estudo capaz de contemplar todas as variedades linguísticas no registro proposto neste trabalho.

Mesmo assim, no estudo aqui proposto, será relevante contar com as considerações da Dialetoлогия para tecer considerações mais apropriadas acerca das variedades de língua em questão, como os fatores dialetais gerais (diatópicos ou geográficos), ou fatores mais específicos, como os de ordem diastrática. Acredita-se na necessidade de partir de uma perspectiva bastante ampla a fim de se chegar a uma aproximação mais fiel da realidade linguística em análise.

Dessa forma, tomam-se as palavras de Martí-Castell (1990, p. 88) como uma verdade irrefutável para esta investigação: “I és que l’estudi de la prehistoria i de la historia de qualsevol llengua obliga a l’ús un mètode interdisciplinar que no sempre és fàcil d’aplicar. Al costat d’aspectes específicament filològics, cal afrontar qüestions que demanen l’aportació dels historiadors”²⁹.

A auxiliaridade entre os métodos poderá trazer luz a questões que ficariam por resolver com a escolha de um método único. A Filologia permite a utilização de métodos diversificados para preencher as lacunas que algum deles não foi capaz de resolver. Essas lacunas podem materializar-se, portanto, tanto como questões internas quanto externas à língua.

B1. *Corpora* de Análise

A presente investigação focará o fenômeno da dupla negação pré-verbal tendo como ponto de observação diversas produções do registro oral contemporâneo. Os *corpora* consistem, em grande parte, em material com áudio e transcrição das falas.

No que tange à delimitação temporal, os dados são extraídos de gravações do português brasileiro contemporâneo. O estágio arcaico do português, e também do catalão, é acessado através de documentos e gramáticas a fim de se buscarem respostas satisfatórias às questões desta pesquisa³⁰.

29 E é que o estudo da pré-história e da história de qualquer língua obriga ao uso de um método interdisciplinar que nem sempre é fácil de aplicar. Ao lado de aspectos especificamente filológicos, é necessário afrontar questões que demandam contribuição dos historiadores. Tradução nossa.

30 Há de se levar em consideração, no entanto, que o estágio arcaico das línguas pode ser recuperado apenas no registro escrito. É necessário, portanto, pautar-se em modalidades para que as comparações entre registro falado e escrito não descaracterize nem impossibilite a pesquisa.

O português brasileiro, acredita-se, não deve ser considerado como uma variedade linguística desde o século XV, já que adquire características próprias somente a partir da abolição da língua-geral do Brasil, no século XIX. Dessa forma, o português transplantado ao Brasil sofre as modificações e adaptações que começam a ficar mais evidentes em estágios mais recentes, especialmente o de língua contemporânea. Portanto, o recorte temporal relativo aos dados analisados está circunscrito entre os séculos XX-XXI. Ressalva-se, ainda, que esta pesquisa não deixará de recorrer, sempre que necessário, aos benefícios proporcionados pela diacronia que possam apontar alguma resposta para as questões colocadas.

A pesquisa visa trabalhar com material de cunho espontâneo, já que, majoritariamente, as questões relacionadas à norma culta e à escrita podem ser discutidas por meio dos materiais disponíveis nas gramáticas e nos estudos linguísticos normativos.

Conforme as considerações tecidas mais acima, reforça-se a ideia de que o português brasileiro exprime ou expressa características próprias -e, portanto, diferenciadas do português europeu,- somente a partir da abolição da língua-geral. O registro falado, contudo, é ainda mais problemático para os estudos, já que os materiais disponíveis para as diversas análises linguísticas são, muito frequentemente, bem recentes. Assim, o registro oral do português brasileiro se circunscreve, dentro deste estudo, como o registro de fala em um estágio de língua contemporânea.

Após essas breves considerações, apresentam-se e caracterizam-se os seguintes *corpora*:

- IBORUNA:

Dentro desse breve perfil traçado, optou-se pela análise do *corpus* do projeto Iboruna (UNESP- São José do Rio Preto). Acredita-se que esse material constitui uma boa representação do português brasileiro, ainda que esta esteja restrita quanto à variação diatópica, o falar interiorano de uma cidade paulista e arredores. Nele, encontram-se diversos exemplos representativos da fala espontânea em diversos níveis, seja através da variação diastrática, variação diatópica ou variação diafásica. O foco principal do projeto da IBILCE-UNESP São José do Rio Preto é analisar a língua em seu contexto social, privilegiando uma variante linguística à margem de estudos de maior dimensão.

A variação diastrática é contemplada em duas versões: o contexto social das ocorrências foi separado em “Amostra Censo Linguístico” e “Amostra de Interação”. No que

tange à “Amostra Censo Linguístico”, o projeto proporciona uma amostragem com rígido controle das variáveis sociais: sexo³¹, idade e classe social. Além disso, os gêneros discursivos correlacionados às variáveis se pautam em: relatos de experiência pessoal, relato de narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e relato de descrição. No que concerne à “Amostra de Interação”, o projeto desenvolve uma amostragem em que coloca seus interlocutores em papéis mais ativos nas gravações, obtendo diálogos entre os informantes pautados pelos diferentes graus de relação social. Dessa forma, ao se dispor de um *corpus* de fala sistematicamente controlado, o projeto exprime seriedade ao contribuir com estudos preocupados com a manifestação da linguagem no seu contexto social.

O *corpus* traz uma grande vantagem para a presente pesquisa: ademais do texto transcrito em versões PDF e DOC, tem-se acesso ao áudio do mesmo, o que implica em obtenção de uma maior certificação das ocorrências nos dados analisados. Finalmente, os dados coletados de “Amostra Censo Linguístico” e “Amostra Interação” constituem um banco de dados representativo do português brasileiro de grande valor para os estudos da língua oral. O banco de dados pode ser consultado em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/>>

- PEUL

Devido à abrangência e gama de falares registrados do português brasileiro, decidiu-se, a título de enriquecimento da pesquisa, contemplar mais de um falar dessa variedade. Estendem-se as verificações do presente objeto de estudo ao falar característico do Rio de Janeiro.

Os *corpora* em que se circunscrevem as representações do falar carioca são oriundos do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, projeto que concentra pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e, ainda, da Universidade Federal do Espírito Santo. A proposta do projeto é a de selecionar dados para estudos de ordem da variação e mudança linguística e as amostras recobrem, aleatoriamente, diversos bairros do Rio de Janeiro. Sendo assim, a perspectiva se enviesa pelos princípios da Sociolinguística Variacionista.

Esses *corpora* disponíveis estão sistematizados de forma variada. Para este estudo, no entanto, interessam apenas os documentos que registram a fala, o nível oral. Portanto, de toda

31 O termo “sexo” será tomado com o mesmo sentido de “gênero” nas análises dos fatores sociolinguísticos.

a disponibilidade presente na base de dados, foram selecionadas as amostras caracterizadas a seguir:

- Amostra Censo 1980

É uma amostragem elaborada entre os anos de 1980 e 1981 que está representada em sistema semi-ortográfico e contempla as variáveis faixa etária, escolaridade e sexo.

- Censo 2000

É uma amostragem elaborada entre os anos de 1999 e 2000 que está representada em sistema semi-ortográfico e contempla as variáveis faixa etária, escolaridade e sexo.

- Interacional

Esta é a amostragem que mais evidencia o uso da língua oral espontânea, ou seja, não há entrevistas controladas pelos entrevistadores e sim situações de fala real. A transcrição adotada é a semi-ortográfica e apresenta variáveis como escolaridade, sexo e faixa etária.

- Mobral

São documentos orais transcritos que recobrem as décadas de 70 e 80. As variáveis destas amostras são também as mesmas indicadas na Amostra Censo e estão transcritas em um sistema semi-ortográfico.

Os *corpora* acima indicados e descritos se encontram disponíveis para consulta em: <<http://www.lettras.ufrj.br/peul/index.html>>.

- Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias (vulgo e doravante Concordância).

Trata-se de um projeto de caráter internacional cujo vínculo é estabelecido entre o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras). No que diz respeito aos dados do português brasileiro, o *corpus* está constituído da variedade do Rio

de Janeiro, com entrevistas em Copacabana e Nova Iguaçu. Os documentos apresentam tanto o áudio quanto a transcrição e os dados sociolinguísticos dos entrevistados estão dispostos em faixa etária, nível de escolaridade e gênero. Sobre a proposta do *corpus*, verifica-se, fundamentalmente a

“[...] comparação entre variedades do Português usadas em três continentes (África, Brasil e Europa), no que diz respeito a uma questão central das gramáticas – a concordância morfossintática –, a equipe objetiva estabelecer padrões variantes de concordância, associando-os a variedades e subvariedades (desde o estandar até outras variedades dialetais), o que contribui para determinar diferentes normas/gramáticas em co-existência e em concorrência, em cada espaço geográfico onde se fala português.”³²

O *corpus*, bem como outras informações acerca do Projeto, está disponível em: <<http://www.concordancia.letas.ufrj.br/>>.

- Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais

O Projeto nasce de uma parceria entre o Instituto Camões e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Consta de mostras de entrevistas de diversas localidades onde o português é falado; entre elas, há 20 trechos de entrevistas realizadas com falantes brasileiros. Os dados são tratados, desde o ponto de vista sociolinguístico, da seguinte maneira: apresentam a localidade, sexo, idade, escolaridade e profissão do falante. Os documentos possuem tanto os áudios como as transcrições das entrevistas, as quais recobrem um período estendido entre as décadas de 70 e 90.

O objetivo geral da formação do *corpus* é suprir parte da carência de “[...] textos autênticos recolhidos em situações de comunicação reais e em que participam falantes muito diversificados. São, pois, todos eles, exemplos de variedades e de usos atestados do português falado”³³. O acesso ao material pode ser feito pela página: <<http://www.clul.ul.pt/pt/component/content/article/195-spoken-portuguese-geographical-and-social-varieties>>.

32 Informação disponível em: <<http://www.concordancia.letas.ufrj.br/>>. Acesso 15 abr. 2016.

33 Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/pt/component/content/article/195-spoken-portuguese-geographical-and-social-varieties>>. Acesso 02 abr. 2016.

- PIAUÍ E MARANHÃO

Como incentivo a esta pesquisa, uma amostragem de *corpus* foi concedida para que se pudesse contemplar outra variedade do português brasileiro. Os dados são obtidos do projeto “História e Patrimônio Cultural no Nordeste do Brasil”³⁴ (da Universidade Estadual do Piauí e financiado pela CAPES), cujo *corpus* é pensado para trabalhar as narrativas orais. As entrevistas foram realizadas na costa nordestina, mais especificamente entre o Piauí (Ilha Grande) e o Maranhão (Ilhas das Canárias), conhecida por ser uma zona de pescadoras e rendeiras. Parte da amostragem concedida também forma parte de um TCC da Universidade Estadual do Piauí, *Mulheres do Rio: Experiências de vida de pescadoras em Ilha Grande do Piauí (1994-2014)*, de autoria da discente Thalita Nascimento de Souza e sob orientação da Profª Drª Marta de Oliveira Rovai.

O *corpus* não foi pensado para atender as necessidades de estudos linguísticos; por isso, são encontradas algumas lacunas como, por exemplo, a falta de transcrições. Existem registros de transcrições de fragmentos cedidos sem o áudio (referentes ao projeto de Pós-Doutorado da Profª Drª Marta de Oliveira Rovai) e áudios sem nenhuma transcrição.

Outra questão a ser apontada é a falta de etiquetas sociolinguísticas nas entrevistas. Os dados sociolinguísticos não se encontram padronizados e, quando aparecem, são extraídos diretamente das gravações. Ainda assim, decidiu-se pela manutenção do *corpus* nesta pesquisa, visto que a relevância das produções da dupla negação pré-verbal são consistentes e, também, porque trazem contribuições de uma zona dialetal que ainda não havia sido contemplada. Assim, este *corpus* consiste em 6 áudios de entrevistas realizadas com diferentes falantes de uma região de pescadores situada entre os estados do Piauí e Maranhão.

B2. Coleta de Material

A carência de material que atenda aos preceitos e características necessários às análises propostas é um dos primeiros problemas enfrentados na maioria das pesquisas

34 Este projeto também integra o grupo de pesquisa “Memória, Ensino e Patrimônio Cultural”, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

linguísticas. Em um plano ideal, acredita-se que uma pesquisa, tal como a proposta, deva abranger amostras de documentos de diferentes regiões concernentes às áreas linguísticas em questão. Contudo, torna-se inviável a coleta de material *in loco*, especialmente quando se trata de um país de grandes proporções como é o caso do Brasil. A demanda de tempo para resolver esta situação seria muito maior da que, na verdade, o pesquisador dispõe.

Assim sendo, no presente estudo, serão extraídos, dos *corpora* disponíveis em diversos bancos de dados de projetos, tal como descritos na seção anterior, dados relevantes para a análise da dupla negação pré-verbal no português brasileiro. A partir disso, formar-se-á uma amostragem representativa que possibilite a análise do fenômeno em questão.

B3. Tratamento de Dados, Análise e Discussão

Após a amostragem coletada nos *corpora*, passa-se à descrição e discussão dos dados, os quais contemplarão, especialmente, as hipóteses formuladas previamente.

Os dados que atendem a proposta deste estudo serão isolados para observação em diversos níveis gramaticais, tais como o nível morfológico, o nível sintático e o nível morfossintático. Além disso, estendem-se as considerações a partir da perspectiva sociolinguística.

No português brasileiro, conforme direcionam alguns estudos precedentes, o fenômeno em questão está bastante restrito ao registro falado e apartado da norma padrão. Por isso, os *corpora* consistem de produções e transcrições de textos orais. Assim, modernamente, alguns *corpora* estão sendo disponibilizados com áudio e possibilitam desfazer qualquer ambiguidade no que concerne à produção e realização da dupla negação pré-verbal em língua contemporânea.

Os exemplos selecionados para um estudo mais apurado também passarão pelo prisma da diacronia, cotejando-se com as diversas postulações gramaticais tratadas anteriormente à análise. Além disso, a comparação dos dados com essas postulações gramaticais e com outro sistema linguístico, neste caso, o catalão, podem fornecer subsídios que expliquem a atual conformação do fenômeno em estudo.

Por se tratar exclusivamente o fenômeno da dupla negação pré-verbal nas realizações orais, faz-se necessário compreender a abrangência e a qualidade dessa realização linguística no nível da fala. Para tanto, algumas considerações que dizem respeito à variação devem ser consideradas em três eixos diferentes. De acordo com Preti (1997, p. 17), essas variações se agrupam da seguinte maneira:

As variações linguísticas que podem manifestar-se no diálogo são de três espécies, segundo a sociolinguística francesa:

1. Geográficas: envolvem as variações regionais e é preciso separá-las com cuidado, para que as diferenças linguísticas por elas determinadas não sejam confundidas com aquelas ocorridas por influência sociológica, numa mesma comunidade.
2. Sociológicas: compreendem as variações provenientes da idade, sexo, profissão, nível de estudos, classe social, localização dentro da mesma região, raça, as quais podem determinar traços originais na linguagem individual.
3. Contextuais: constam de tudo que pode determinar diferenças na linguagem do locutor por influências alheias a ele, como, por exemplo, o assunto, o tipo de ouvinte, o lugar em que o diálogo ocorre e as relações que unem os interlocutores.

No que tange à primeira agrupação, é necessário ressaltar que os *corpora* que formam o português brasileiro já são, por si só, delimitadores da variação diatópica, ou geográfica. Enquanto o banco de dados do PEUL se circunscreve à fala tipicamente encontrada no Rio de Janeiro, o banco de dados do IBORUNA retrata o falar do interior paulista, seja de uma área mais urbana ou mais rural. O *corpus* Piauí Maranhão é bastante limitado e circunscrito a uma pequena zona costeira do Nordeste brasileiro, a qual se encontra distante de grandes centros urbanos. Já o *corpus* Concordância provavelmente apresentará uma fala com características mais urbanas, dado que se limita à cidade do Rio de Janeiro e a uma parte da Grande Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. Os fragmentos disponibilizados pelo *corpus* Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais apresentam mostras de fala do Rio de Janeiro, em sua maioria, e também de São Paulo e interior.

Quanto ao segundo agrupamento de fatores linguísticos apontados por Preti (1997, p. 17), acima descrito, os documentos que compõem os bancos de dados do português brasileiro compreendem uma rica diversidade referente aos fatores individuais de sexo, idade, profissão, nível de estudos e outros. Os documentos estão etiquetados de forma clara e podem ajudar a determinar algum, ou alguns, fator que colabora ou incide para a realização do fenômeno em

estudo. A única exceção, conforme já mencionado, é a do *corpus* Piauí Maranhão, o qual não recebe a etiquetagem linguística, dado que não foi confeccionado para atender a este fim.

Ademais, os fatores contextuais podem ser observados nos *corpora* de diversas formas. Entre outros, pode-se, muitas vezes, notar o grau de formalidade estabelecido entre o informante e o entrevistador. Ou, ainda, pode tratar-se de uma conversa sem a intervenção do entrevistador, na qual se permite que dois informantes conversem livremente. Os fatores contextuais podem variar muito, de forma que é possível que não se estabeleça como fator primordial para a realização da dupla negação pré-verbal. Ainda assim, sempre que se fizer necessário, pode-se recorrer a uma análise de fatores contextuais que estejam colaborando para a realização do fenômeno.

Finalmente, e após considerar as variações, tal como acima descritas, há de se mensurar a qualidade dos dados a fim de lhes imprimir impressões sociolinguísticas relevantes, tais como as consideradas por Preti (1997, p. 17) em:

Para Gadet, o que se procura na fala de um indivíduo são os índices de sua classificação social. “Se um traço difere de um indivíduo para outro, o sociolinguista procurará responder a três perguntas: esta diferença é ocasional ou reaparece sistematicamente? É generalizada numa certa situação ou no interior de um grupo social? Pode-se dar-lhe uma significação social?”. Para solucionar estas questões devem-se relacionar os traços linguísticos, “para ver em que medida as variações notadas nos dois domínios são concomitantes”.

Assim, as discussões pretendidas a partir da análise dos dados têm como objetivo correlacionar os fatores que contribuem para a realização da dupla negação pré-verbal, bem como caracterizar o funcionamento deste fenômeno especialmente no português brasileiro.

C. Hipóteses Prévias

A ampliação dos estudos da dupla negação pré-verbal trouxe à tona algumas questões relacionadas ao funcionamento desse fenômeno nas línguas catalã e no português brasileiro, contemporâneos, e embasadas em algumas hipóteses, explicitadas adiante.

Observe-se a seguinte colocação de Martins (1996, p. 205): “O facto de quer o português do Brasil quer o português de África manterem a “dupla negação” suporta

igualmente a hipótese de que não seria estranha ao português europeu até a época tardia [...]”. Apesar de não encontrar elementos consistentes em seu estudo, Martins não descarta a possibilidade de tanto o português brasileiro quanto o português africano terem herdado a dupla negação pré-verbal, fato que seria completamente plausível, uma vez que, segundo a mesma autora, o fenômeno da dupla negação pode ter-se mantido, ainda que em processo de oscilação e relaxamento, até uma época tardia do português europeu. O ponto crucial para a incorporação ou rechaço do fenômeno nas línguas românicas parece ter se dado no século XV, exceto em italiano, língua na qual a autora observa tendência ao rechaço muito antes, desde o século XIV. Estes dois séculos têm, também em catalão, uma característica que é necessário notar: a negação preferencial e majoritária se faz com elementos negativos fracos, [uNeg], seguidos de um elemento negativo pleno, como o marcador negativo *não*. Ou seja, nos séculos de grande produção da língua catalã³⁵, a situação de determinados termos negativos, em geral, legitima a realização fonética do operador negativo, o que implica na composição de concordância negativa para licenciar a negação, exatamente no padrão [NEG NÃO V]. Modernamente, porém, na língua oral espontânea, especialmente na que se opõe às pretensões e às prescrições da fala ou escrita cultas, é usual prescindir da dupla negação pré-verbal. Vale recordar que as prescrições normativas se moldam sobre os cânones da língua medieval, quando a concordância negativa se efetuava de forma obrigatória.

Enquanto a gramática normativa prescreve a dupla negação em catalão, o uso parece privilegiar a negação simples, revelando, assim, divergências de ordem variacionista, como a diastrática ou mesmo de registros. O uso efetivo da língua em contraste e conflito com as regras prescritivas da gramática normativa levam a repensar um novo lugar para a posição do catalão como uma das línguas mais conservadora do fenômeno da dupla negação pré-verbal.

A gramática normativa do português brasileiro favorece o uso de prestígio peninsular, a do português de Portugal. Isso pode ser notado nas prescrições gramaticais dos estudos linguísticos e das próprias gramáticas brasileiras. No entanto, os dados coletados podem sugerir que os registros orais confrontam a prescrição gramatical preconizada pela gramática normativa. Provavelmente, esse fato se deve a que o português europeu, desde o século XV, apresentou um quadro de mudança bastante significativo no que concerne ao entendimento das proposições negativas: nesta época, observa-se grande instabilidade do sistema da dupla

35 Consideram-se séculos de grande produção cultural e literária da língua catalã, já que esta se encontrava em pleno esplendor literário, i.e., foram os séculos de Ouro da língua.

negação pré-verbal e se passa a privilegiar o fortalecimento de elementos negativos [+ neg]. O fenômeno da dupla negação pré-verbal, que certamente chegara ao Novo Mundo, no entanto, não participara do mesmo processo de instabilidade ou mudança linguística como ocorrera com o português europeu. Contudo, a norma, ou a gramática tradicional, de ambas as variedades de língua do português é a mesma e não prescreve, para nenhuma das duas, o uso da dupla negação pré-verbal.

No entanto, alguns estudos filológicos sugerem a existência do fenômeno em certos falares do português brasileiro atual. Entre eles, encontram-se os de Antenor Nascentes. O autor constata, em suas análises de variedades de fala do português brasileiro, a existência da dupla negação pré-verbal, nos mesmos moldes do português arcaico. Veja-se o seguinte fragmento:

Na língua literária de hoje ainda pode aparecer mas por um requinte de arcaísmo: Como pode ser assim, diz ele, se nunca jamais ninguém não viu... (Machado de Assis, Brás Cubas, 141).

Fora disso, só na língua da classe inculta. Tanto assim é que, no tempo do presidente Artur Bernardes, provocou efeitos cômicos numa revista teatral a expressão “o homem que ninguém não viu”. (NASCENTES, 1953, p. 177)

Exemplos como o ilustrado acima, o literário e o não-literário, denunciam uma variação de estrato e estilo importantes. Se usada em um registro popular, a forma é condenável, marginalizada completamente pela tradição normativa. No entanto, aceitável, pelo autor, como um “requinte de arcaísmo”. Ainda assim, Nascentes tenta formular uma explicação para a sobrevivência do fenômeno da dupla negação até os dias de hoje: “o povo sente atenuação da ideia negativa em *nada*, *ninguém*, *nenhum* e para reforçá-la emprega o *não*. *Ninguém não vem*. *Nenhum não quer*”. (NASCENTES, 1953, p. 178).³⁶

O uso da dupla negação no português brasileiro contemporâneo não se restringe ao uso diatópico (como o falar caipira documentado por pesquisadores como Amaral (1955)), mas sim se relaciona, ainda mais fortemente, ao uso diastrático. É, portanto, imprescindível que se tomem, para o presente estudo, considerações do âmbito da Sociolinguística, especialmente os concernentes aos tipos de variação.

³⁶ O autor ainda endossa uma explicação de cunho mais filosófico ao considerar: “Leo Spitzer, Bol. De Filol. (Lisboa), V, 168, diz que este redobro popular da negativa apresenta uma atitude anti-intelectual ou antigramatical, que mostra a manifestação do homem afetivo na língua”. (NASCENTES, 1953, p. 178).

Após essas breves considerações, são estabelecidas algumas hipóteses pensadas a partir tanto do desenvolvimento do fenômeno quanto de sua possível manifestação nos *corpora* selecionados para análise (registro oral e estilo informal):

- HIPÓTESE 1: A dupla negação pré-verbal que se manifesta no português brasileiro contemporâneo fornece subsídios para a afirmação de que na língua existe uma competição de gramáticas que poderia responder a usos discursivos diferentes.

- HIPÓTESE 2: A dupla negação no português brasileiro contemporâneo é realizada nos mesmos moldes do português antigo (2ª fase), ou seja, é uma concordância opcional que legitima a negação, ao invés de anulá-la.

- HIPÓTESE 3: Um dos fatores sociolinguísticos favoráveis para a manifestação da dupla negação pré-verbal em português brasileiro é a baixa escolaridade.

- HIPÓTESE 4: um falante que legitima a estrutura [NEG NÃO V] possui internalizados diversos outros padrões de negação, tal como acontece na língua catalã.

CAPÍTULO 1

A negação, as negações: a filosofia da linguagem e a linguística.

A negação, e suas formas de expressão, tem sido, desde muito tempo, tratada a partir de diversas abordagens linguísticas, lógicas e filosóficas. Isso só pode demonstrar a importância e complexidade do tema; sua constante retomada sugere, também, uma gama ampla de interesses, suposições, teses, ou incapacidade de esgotamento do tema. Sendo assim, apresenta-se, aqui, um trabalho mais para enriquecer e contribuir para tais discussões. Cabe, ainda, observar e retomar algumas questões relevantes relacionadas a pesquisas antecessoras. Neste primeiro momento, apresentam-se diversas concepções de cunho filosófico, já que uma das maneiras de se estudar, sistematizar ou entender uma língua é por meio da filosofia da linguagem, a qual concebe a língua como uma expressão do pensamento. Ou seja, prevalece a concepção de que é a partir do entendimento do próprio pensamento humano que se chegam aos mistérios da própria linguagem. Também aqui, é imperativo admitir que diferentes formas de negação não se restringem a um fenômeno sintático, já que vão além dele e ganham discussões no nível do discurso.

Nessa complexa linha de raciocínio, impera grande dificuldade em admitir que uma língua qualquer possa ser reduzida a um pensamento lógico a ponto de sintetizar-se a um cálculo³⁷. Um sistema linguístico lógico é reducionista e anula a possibilidade de variação linguística; além disso, concede um caráter estritamente artificial às línguas naturais. Objetivos como esses, no entanto, fizeram parte da história dos vernáculos, tal como se pode verificar no fragmento a seguir:

A regra difere ainda das leis da natureza ao admitir “exceções”, mesmo que o objetivo do gramático seja encontrar as regras que deixam de fora o menor número de exceções possível. Nesse sentido, uma “regra gramatical” é um artefato que figura em um livro de gramática; chamemos de “gramática-1” esse tipo de gramática. [...] No Renascimento, quando se tratava de “gramatizar” os vernáculos, externava-se facilmente a ideia de que o objetivo era submeter os chamados vernáculos a “regras”, como se sem “gramática-1” uma língua não dispusesse de estrutura. De fato, percebemos em praticamente todos os vernáculos europeus uma relativa transformação

37 Auroux (2009, p. 41).

sob a influência dos gramáticos. Especialmente as variantes foram reduzidas, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, em proveito de certa uniformização. Isso decorre do papel das gramáticas no ensino e de sua promoção como norma social. (AUROUX, 2009, p. 82)

Se a gramática é representativa dessa lógica, pode-se conceber que a sua finalidade é explicitamente uniformizadora. Se isso é certo, o efeito esperado é o de que existe uma negação da autonomia da linguagem inerente a todas as línguas ditas naturais. É a autonomia da linguagem, desprendida das garras imperativas dessa gramática de discurso hegemônico, que concede o conhecimento da realidade extralinguística. Em palavras de Coseriu (1977, p. 23), concebe-se que “[...] a língua não é uma “coisa feita”, um produto estático, mas um conjunto de “modos de fazer”, um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos”.

É nessa constante produção que a atividade linguística é repensada e reelaborada pelos falantes. Com esse repensar e refazer, algumas expressões são deixadas de lado por certas comunidades por não mais servirem adequadamente às suas necessidades expressivas. Em algum ponto dessas atividades, então, ocorrem as conhecidas mudanças linguísticas, dentre as quais, aqui, quer-se destacar o caso de uso/desuso da dupla negação pré-verbal com especial atenção a duas línguas românicas, o catalão e o português brasileiro.

Algumas questões colocadas em xeque por Ducrot (1987) concernentes às propriedades da negação vão ao encontro de teorias sobre o fenômeno da dupla negação pré-verbal, especialmente as que dizem respeito à condição peculiar de polaridade de determinados termos negativos. É válido, por exemplo, admitir a asserção de que “a negação pode ser uma afirmação em um contexto (enunciado) irônico” (DUCROT³⁸, 1987, p. 198), em que se constata uma peculiar e contraditória propriedade semântica. A partir desta colocação inicial, é possível suscitar a existência de algumas particularidades desses tipos de proposições. Por exemplo, ao se considerar pertinente a colocação do autor, deixa-se de pulverizar uma possível relação dicotômica e categórica entre afirmação e negação. Essa relação parece extrapolar esses muros da oposição e aponta, assim, para uma relação mais complexa.

38 Tomam-se como base as considerações do autor no livro *O dizer e o dito*. Sabe-se, no entanto, que, tempos depois, o autor reformulou algumas considerações sobre os tipos de negação em um texto escrito em conjunto com Marion Carel (DUCROT, O; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de hoje*. Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan/mar 2008. Tradução: Leci Borges Barbisan). No entanto, para a presente pesquisa, não se torna relevante o cotejo dos textos, já que se almeja apresentar as dificuldades de interpretação e concepções das proposições negativas.

Ainda para esse autor, uma formulação negativa pode conter em si uma verdade afirmativa (prévia e subentendida), mas também pode se dar o caso contrário; ou seja, quando a negação não pressupõe uma afirmação subjacente. Para caracterizar a negação, assim, o autor entende que: “É necessário, pois, que eu mostre [...] uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos, e faça ver que uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação”. (DUCROT, 1987, p. 202).

Sua primeira classificação de negação é a denominada descritiva:

Se posso descrever Pedro dizendo “ele não é inteligente”, é porque lhe atribuo a propriedade que justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica: dizer de alguém que ele não é inteligente, é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ele é inteligente”. (DUCROT, 1987, p. 204)

Existem, ademais, tipos de negações cuja característica é a existência de uma proposição afirmativa que se encontra embutida e subjacente. Ducrot (1987) considera a existência de dois outros tipos de proposições negativas, a saber, as negações “polêmicas”. Dentro desta categoria, então, estaria a subdivisão da negação polêmica em “metalinguística” e “polêmica” *stricto sensu*. Observem-se os fragmentos a seguir:

1. Chamo de “metalinguística” uma negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe. Direi que o enunciado negativo responsabiliza, então, um *locutor* que enunciou seu positivo correspondente. É esta negação “metalinguística” que permite, por exemplo, anular os pressupostos do positivo subjacente, como é o caso em “Pedro não parou de fumar; de fato, ele nunca fumou na sua vida”. Este “não parou de fumar”, que não pressupõe “fumava antes”, só é possível como resposta a um *locutor* que acaba de dizer que Pedro parou de fumar (e, de outro lado, exige que se explicito o questionamento do pressuposto anulado sob a forma, por exemplo, de um “ele nunca fumou na sua vida”). É igualmente neste quadro de refutação de um locutor contrário que a negação pode ter em lugar de seu efeito habitual “de abaixamento” um valor de elevação. Pode-se dizer “Pedro não é inteligente, ele é genial”, mas somente, como resposta a um locutor que tenha efetivamente qualificado Pedro de inteligente. (DUCROT, 1987, p. 203-204).

Em sua abordagem, Ducrot sugere que as negações do tipo polêmicas apresentam um pressuposto afirmativo subjacente e com possibilidade de efetivação. A negação, assim, não é capaz de anular o pressuposto, mas, ao contrário, pode elevar o nível da afirmação. Consoante às afirmações de Ducrot, estabelecem-se dois tipos de delimitação da abrangência da negação,

segundo o seu tipo. Na negação do tipo descritiva, o escopo incide sobre o predicado, enquanto que no tipo metalinguística o escopo incide sobre o enunciado (TEIXEIRA DE SOUSA, 2012, p. 36). Estende-se a compreensão da incidência do escopo das proposições negativas metalinguísticas também para as proposições negativas do tipo polêmicas.

E, em 2, observa-se a delimitação da concepção acerca da negação polêmica:

2. Reservo agora o termo “polêmico” para a negação cuja análise relembrei há pouco, e digo que ela corresponde “a maior parte dos enunciados negativos”. Neste caso, o locutor de “Pedro não é inteligente”, assimilando-se ao enunciador E2 da recusa, opõe-se não a um locutor, mas a um enunciador E1, que coloca em cena no seu próprio discurso, e que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo. A atitude positiva à qual o locutor se opõe é interna ao discurso no qual é contestada. Essa negação “polêmica” tem sempre um efeito rebaixador e mantém os pressupostos. (DUCROT, 1987, p. 204).

O que o autor sugere é a evidência de um uso mais expandido da negação do tipo polêmica. Da mesma forma que a negação metalinguística, a negação polêmica contém um pressuposto afirmativo. O que a diferencia, no entanto, é que essa afirmação, na negação polêmica, é interna ao discurso, e não apenas ao predicado.

Por fim, o autor também reconhece uma última particularidade para os itens negativos, que é, aliás, comum a diversas línguas. Tratam-se, pois, de questões discursivas relacionadas à polaridade negativa, mencionado ao início desta seção. Seriam casos merecedores de atenção:

Tal é o caso de *fazer grande coisa*, *levantar um dedo para ajudá-lo*, e, em francês, *pour autant*, etc. estes fatos parecem colocar em xeque minha descrição da negação polêmica, que leva a ler a afirmação sob a negação: a afirmação subjacente ao enunciado “Pedro não fez grande coisa” não constitui de fato um enunciado português possível. Vê-se imediatamente, no entanto, (tenho a presunção de supô-lo) que a objeção não afeta nossa hipótese – na medida em que o elemento positivo que considero subjacente ao enunciado negativo não é um enunciado (isto é, uma sequência de palavras), imputável a um *locutor*, mas uma atitude, uma posição tomada por um enunciador tendo em vista um certo conteúdo, quer dizer, uma entidade semântica abstrata. Quando falo de uma proposição subjacente a “Pedro não fez grande coisa”, não se trata de uma proposição gramatical, mas de uma proposição no sentido lógico, ou seja, de um objeto de pensamento, da opinião segundo a qual Pedro teria muito o que fazer.

[...] certas expressões são utilizadas somente em um contexto negativo. Mas é necessário ver que a fórmula “ser utilizada em um contexto negativo” pode recobrir duas ideias, bastante diferentes. A primeira que assimila a polaridade negativa às diversas “dependências” fonéticas ou sintáticas que impedem tal som ou tal morfema de “combinar-se” a tal outro som ou morfema. Em termos de gramática gerativa, poderia falar de um “traço contextual” [-Aff.] [...]. (DUCROT, 1987, p. 205).

Os exemplos construídos pelo autor contemplam estruturas analíticas que, ao que se observa, são usadas exclusivamente em contextos negativos, com traço [-Aff.], o qual, para o presente estudo linguístico, entende-se como elemento negativo forte ou como elemento negativo pleno. Uma última consideração de Teixeira de Sousa serve-se a relacionar os tipos de negações existentes com os termos de polaridade tratados acima:

Segundo Horn (2001), há três testes que permitem distinguir a negação metalinguística da negação descritiva, a saber: (1) a negação metalinguística é legitimada pelo contexto discursivo contradizendo uma asserção precedente; (2) a negação metalinguística não legitima itens de polaridade negativa e (3) a negação metalinguística é compatível com itens de polaridade positiva (IPPs) (TEIXEIRA DE SOUSA 2012, p. 37).

No entanto, uma outra classe de negação metalinguística, não abordada por Ducrot, é a negação que se efetiva prescindindo de qualquer elemento lexicalmente negativo. Nestes casos, a sintaxe é a estrutura responsável pela validação do contexto negativo. Observe-se:

Metalinguistic negation (MN) has been commonly handled in the literature as a pragmatic matter (cf. Horn 1985, 1989; Carston 1998, 1999a, 1999b, among others; a through state of the art overview is provided by Pitts 2009, 2011). The main goal of this paper is to demonstrate that metalinguistic negation is, non-trivially, a syntactic matter as well, and challenging enough to be worth its place on the syntactic agenda. I will pursue this goal by isolating unambiguous MN markers as the topic of research, that is to say, those words or expressions in natural language that can express only metalinguistic negation, because they sit outside the realm of negative items and ordinary negation. The focus here will be on them, because unambiguous MN markers illuminate the syntactic dimension of metalinguistic negation. (MARTINS, 2014, p. 636)³⁹

Para a autora, a negação metalinguística, que prescinde de elementos negativos, e existente em todas as línguas naturais, é resultado de uma composição sintática. Para exemplificar a sua hipótese, Martins (2014), testa diversos argumentos em variadas posições

39 A Negação Metalinguística (MN) tem sido comumente tratada na literatura como uma questão pragmática (Horn 1985, 1989; Carston 1998, 1999a, 1999b, entre outros; uma completa visão do estado da arte é fornecida por Pitts 2009, 2011). O objetivo principal deste trabalho é demonstrar que a negação metalinguística é, não-trivialmente, uma questão sintática também, e desafiadora o suficiente para fazer valer a pena seu lugar na agenda sintática. Vou perseguir essa meta, isolando marcadores MN [Negação Metalinguística] sem ambiguidade, como o tema da pesquisa, ou seja, aquelas palavras ou expressões em linguagem natural que podem expressar apenas negação metalinguística, porque elas se localizam fora do domínio de itens negativos e da negação comum. O foco aqui será neles, porque marcadores MN inequívocos iluminam a dimensão sintática da negação metalinguística. (MARTINS, 2014, p. 636). Tradução nossa.

sintáticas. Exemplos do tipo de negação metalinguística estudados pela autora são orações como: “Eles são casados uma ova”⁴⁰ ou “Sei {lá/cá}”⁴¹

Voltando, agora, à perspectiva da filosofia da linguagem, é possível observar colocações bastante complexas a respeito da negação. Em Butler (2012)⁴², por exemplo, uma face da ambiguidade da expressão negativa pode ser vista em:

Al distinguir que algo es diferente de ella, la conciencia efectúa una determinación de algo negativo. Al *enunciar* “ese no soy yo”, nace una realidad positiva. El hecho de que el enunciado parece contradecir el contenido de este, puesto que el enunciado establece una relación lingüística entre el “yo” y la realidad que es “otra”. Es evidente que esta realidad en apariencia diferente de la conciencia que se anuncia no es *tan* diferente como para eludir por completo la referencia lingüística. La conciencia la conoce lo suficiente como para negarla, y este fragmento de “no yo” tiene un lugar lingüístico dentro del mundo de la conciencia. Por lo tanto, surgen interrogantes: ¿Qué significa afirmar a través del lenguaje aquello que se procura negar? ¿Qué clase de extraña negación es esta que perdura en el lenguaje como una afirmación? (BUTLER, 2012, p. 65)⁴³

As perguntas que propõe a autora ao fim do fragmento são de extrema relevância para este estudo, já que tocam pontos que podem ser estendidos a diversos níveis linguísticos que afetam ou são afetados pelos tipos de negação nas línguas. Essa “capacidade” ou propriedade da negação em transformar-se em uma realidade positiva também pode ser aplicada nos níveis linguísticos, especialmente para certos itens negativos que têm a capacidade de se transformar em uma proposição afirmativa. Se realmente é possível assumir uma postura em que a língua se forma a partir de uma peculiar estrutura do pensamento dos diversos povos, é também plausível aceitar a contradição tão bem representada pelos questionamentos de Butler.

A fim de que se possa traçar um paralelo entre as ideias filosóficas acerca da negação e a linguística, observe-se a seguinte colocação:

40 Martins (2014, p. 637)

41 Martins (2014, p. 661)

42 A autora desenvolve suas ideias a partir dos pressupostos filosóficos da Fenomenologia que, segundo Houaiss; Villar (2009, p. 886), trata-se de: “no pensamento setecentista, descrição filosófica dos fenômenos, em sua natureza aparente e ilusória, manifestados na experiência aos sentidos humanos e à consciência imediata”.

43 Ao distinguir que algo é diferente dela, a consciência efetua uma determinação de algo negativo. Ao enunciar “esse não sou eu”, nasce uma realidade positiva. O fato de que o enunciado parece contradizer o conteúdo deste, visto que o enunciado estabelece uma relação linguística entre o “eu” e a realidade que é “outra”. É evidente que esta realidade em aparência diferente da consciência que se anuncia não é tão diferente a ponto de eludir por completo a referência linguística. A consciência a conhece suficientemente para negá-la, e este fragmento de “não eu” tem lugar linguístico dentro do mundo da consciência. Portanto, surgem interrogantes: O que significa afirmar por meio da linguagem aquilo que se procura negar? Que tipo de estranha negação é esta que perdura na linguagem como uma afirmação?. Tradução nossa.

No período medieval e clássico, e em todas as línguas românicas, palavras como *nenhum*, *nada*, *ninguém* ocorrem com frequência em contextos nos quais não estão associadas a uma interpretação negativa. Nomeadamente em: construções com verbos modais [...]; Ou com predicados de “proibição” e “dúvida” [...]; frases interrogativas [...]; frases de modalidade imperativa [...]; construções hipotéticas, condicionais [...]; Ou concessivas [...]; construções comparativas [...]; E outras construções de graduação (envolvendo advérbios de “quantificação”) [...], construções temporais introduzidas por “antes que” [...]; construções genéricas [...]. (MARTINS, 1996, p. 183)

Em seu estudo de 1996, Martins contribui com diversas informações acerca dos itens negativos: partindo de uma perspectiva diacrônica, constata que alguns indefinidos, quando utilizados em orações modais, não denotam negação. O português foi também testemunho dessa possibilidade de expressão “negativa” modal a que se refere a autora. Porém, em língua moderna, essa capacidade não é mais observável. A fim de se estabelecer um paralelo com o catalão, língua românica que ainda valida orações modais, observem-se os exemplos e as considerações que comprovam o uso referido por Martins:

Passem als usos no negatiu de *cap*, *ningú*, *res*, *enlloc*, *mai*, *gens*, que abans he qualificat de tret distintiu de la llengua catalana. Al Q15 he donat els significats no negatiu que els distingeixen i no els haig de repetir; recordem simplement que es referien a entitats imaginades, que són tractades en certes menes d'oracions. Les més importants són les quatre següents.

a) En oracions interrogatives directes.

[30] tens cap idea sobre el projecte? ('alguna idea')

[31] va telefonar ningú ahir? ('algú')

[32] sabeu res del secretari? ('alguna cosa')

[33] n'hi ha enlloc? ('en alguna banda')

[34] ho has llegit mai això? ('alguna vegada')

[35] sap gens de francès? ('un poc')

b) En oracions interrogatives indirectes.

[36] en demano si en sap cap de memòria ('alguna [poesia]')

[37] digues-me si tenen ningú preparat ('algú')

[38] vejam si encara hi ha res al mercat ('alguna cosa')

[39] no sé si aquest camí mena enlloc ('en alguna banda')

[40] que ens diguin si mai parla així ('alguna vegada')

[41] vull saber si te'n queda gens ('un poc')

c) En oracions condicionals.

[42] si hi tens cap dubte, te'l resoldrem ('algun')

[43] si ve ningú, no li obris la porta ('algú')

[44] si et diuen res, fixa-t'hi bé ('alguna cosa')

[45] si t'atures enlloc, telefona'm ('en alguna banda')

[46] si mai hi penses, fes-li unes ratlles ('alguna vegada')

[47] si tens gens de paciència, escolta'l ('un poc')

d) En altres construccions.

[48] allà hi ha llibres molts valuosos; que en malmetin cap ('un' o 'algun'); això és severament sancionat

[49] si un dia us passava res ('alguna cosa'), penseu que esteu assegurats

[50] mai que hi vagis ('alguna vegada que'), t'acolliran molt bé

[51] compra'n gens ('un poc'), i ho testarem

En definitiva, les paraules *cap*, *ningú*, *res*, *enlloc*, *mai*, *gens*, tenen dos vessants pel que fa al significat (un de negatiu i un altre de no negatiu). Per les raons dites, seria lamentable que aquest darrer vessant desaparegués. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 177-178)⁴⁴

44 Passemos aos usos não negativos de *cap*, *ningú*, *res*, *enlloc*, *mai*, *gens*, que antes classifiquei como traço distintivo da língua catalã. Em Q15 mostrei os significados não negativos que os distinguem e não é necessário repetir; recordemos simplesmente que se referiam a entidades imaginadas, que são tratadas em certos tipos de orações. As mais importantes são as quatro seguintes.

a) Em orações interrogativas diretas.

[30] tens cap idea sobre el projecte? ('alguma ideia')

[31] va telefonar ningú ahir? ('alguém')

[32] sabeu res del secretari? ('alguma coisa')

[33] n'hi ha enlloc? ('em algum lugar')

[34] ho has llegit mai això? ('alguma vez')

[35] sap gens de francès? ('um pouco')

b) Em orações interrogativas indiretas.

[36] en demano si en sap cap de memòria ('alguma [poesia]')

[37] digues-me si tenen ningú preparat ('alguém')

[38] vejam si encara hi ha res al mercat ('alguma coisa')

[39] no sé si aquest camí mena enlloc ('em algum lugar')

[40] que ens diguin si mai parla així ('alguma vez')

[41] vull saber so te'n queda gens ('um pouco')

c) Em orações condicionais.

[42] si hi tens cap dubte, te'l resoldrem ('alguma')

[43] si ve ningú, no li obris la porta ('alguém')

[44] si et diuen res, fixa-t'hi bé ('algunn coisa')

[45] si t'atures enlloc, telefona'm ('em algum lugar')

[46] si mai hi penses, fes-li unes ratlles ('alguma vez')

[47] si tens gens de paciència, escolta'l ('um pouco')

d) Em outras construções.

[48] allà hi ha llibres molts valuosos; que en malmetin cap ('um' ou 'algun'); això és severament sancionat

[49] si un dia us passava res ('alguma coisa'), penseu que esteu assegurats

[50] mai que hi vagis ('alguma vez que'), t'acolliran molt bé

[51] compra'n gens ('um pouco'), i ho testarem.

Definitivamente, as palavras *cap*, *ningú*, *res*, *enlloc*, *mai*, *gens*, têm duas vertentes no que tange ao significado (um negativo e outro não negativo). Pelas razões mencionadas, seria lamentável que esta última vertente desaparecesse. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 177-178). Tradução nossa.

Nos exemplos supra citados, elementos como *cap* “nenhum(a)”, *ningú* “ninguém”, *res* “nada”, *enlloc* “em nenhum lugar”, *mai* “nunca” e *gens* “nada” não se validam em sua acepção negativa, mas sim expressam um valor afirmativo, conforme apresentado ao final de cada oração entre parênteses e entre aspas. Dessa forma, fica patente a legitimação de elementos negativos em orações modais dos tipos condicionais e interrogativas. Vislumbra-se, então, uma equivalência total desses itens negativos pelos seus opostos correspondentes afirmativos⁴⁵ para os tipos oracionais acima topicalizados. Os exemplos acima colocados para o catalão são os que ficaram conhecidos na literatura da linguística por contextos não-verídicos.⁴⁶

As características formais desses termos ganham evidência em diversos estudos. Porém, as explicações linguísticas acerca da sua lógica real ainda carecem de consenso. No que tange ao licenciamento dos itens negativos, Zeijlstra (2004, p. 41) esclarece que:

NPI's can be licensed by negative contexts, and negative contexts are introduced by negative elements [...]. However, it is not only negation that can license NPI's. *Yes/no* questions or conditionals are for example also capable of licensing NPI's [...]. Hence we need to determine which property it is that the negative contexts in (10) share, but those contexts as in (11) that also license NPI's do not.⁴⁷

45 O galego também é uma língua permissiva às orações modais, conforme se observa em: “¿Nos terás algunha ~ ningunha novela por aí que inda non lese? (ÁLVAREZ; XOVE, 2002, p. 192). Os itens *algunha* e *ningunha* alternam-se sem expressar a menor diferença em uma oração modal do tipo interrogativa.

46O licenciamento dos itens de polaridade vistos nos exemplos acima aparecem nas considerações de Vázquez-Rojas; Martín, T. (2007, p. 4) com a seguinte classificação: “There are at least three well-attested contexts in which an *n-word* can occur in Catalan, while its Spanish counterpart would result in ungrammaticality or in a negative universal reading of the *n-word*. The relevant examples, shown below, are antecedents of conditionals (8), *yes/no* questions (9), and relative clauses headed by a universal quantifier (10) [...]”. Além do mais, esses mesmos itens de polaridade observados nos exemplos, podem ser licenciados em contextos anti-verídicos: “In (3) through (7), we see how both languages allow postverbal *n-words* in clauses introduced by the conjunction *without* (3), complement clauses of adversative predicates such as *doubt*, *refuse* or *prohibit* (4), *before* – clauses (5), in rhetorical questions (6), and purpose clauses that are complements of the quantitative adverb *too much...for* (7) [...]”

En Joan se'n va sense veure **ningú**. [...]

(4) a. Dubto que facis **res**. [...]

(5) a. Abans d'anar **enlloc**, mireu el plànol. [...]

(6) a. Amb tanta repressió, ¿qui s'atreveria a fer **cap** comentari? [...]

(7) a. És massa d'hora per anar **enlloc**. [...]. (“Há pelo menos três contextos bem

comprovados nos quais um *n-word* pode ocorrer em catalão, enquanto a sua contraparte espanhola resultaria em uma não-gramaticalidade ou em uma leitura universal negativa do *n-word*. Os exemplos relevantes, mostrados abaixo, são antecedentes de condicionais (8), perguntas sim / não (9), e orações relativas chefiadas por um quantificador universal (10) [...]”. Além do mais, esses mesmos itens de polaridade observados nos exemplos, podem ser licenciados em contextos anti-verídicos: “Em (3) até (7), vemos como ambas as línguas admitem *n-words* pós-verbais em orações introduzidas pela conjunção *sem* (3), orações complementares de predicados adversativos como dúvida, recusa ou proibição (4), ante-orações (5), em perguntas retóricas (6), e em orações objetivas que são complementos do advérbio quantitativo “demais ... para” (7) [...]. Tradução nossa).

47 NPI's [“itens de polaridade negativa”] podem ser licenciados por contextos negativos, e contextos negativos são introduzidos por elementos negativos [...]. No entanto, não é apenas a negação que pode licenciar os NPI's.

Há, ainda, uma corrente que se inclina pela Pragmática, sobretudo, para explicar a legitimação dos itens modais. Em diversos autores, como Larrivé, a interpretação pragmática desempenha um papel fundamental: “In other words, it is reanalysis as default negation that explains higher frequency, less restricted usage conditions and the absence of specialised pragmatic contribution, rather than the other way around”⁴⁸. (LARRIVÉE, 2010, p. 2243). A teoria de reanálise baseada meramente na frequência de uso dos termos negativos não é mais suficiente, aqui, para esclarecer as mudanças apresentadas nas diversas etapas do Ciclo de Jespersen. Assim, para complementar de forma satisfatória essa hipótese, a corrente pragmática aposta em uma teoria composicional e inverte a ordem de causa e consequência atribuídas aos termos negativos reanalisados:

Finally, the causal role attributed to frequency changes demands clarification. Increased frequency of usage is argued to turn a pragmatically charged negative into a standard one, and it may be that decreasing frequency turns a standard negator into a specialised one. Two important questions arise as to how both standard and marked negatives can be affected by frequency. First, as it is a gradual concept, if frequency affected the pragmatic import, this would mean that different degrees of emphasis or of activation should be observable; the difficulties in assessing emphasis alone make degrees of it impossible to diagnose; degrees of activation seem in the current state of knowledge to be an enigmatic concept. Secondly, why should frequency suddenly change for pragmatically specialised negators? [...] Surely, lack of special pragmatic role and the increased frequency for *ne...pas* might well be a consequence rather than a cause of *pas* becoming the default negative. A rise in frequency cannot in and of itself bring about change of status. (LARRIVÉE, 2010, p. 2243)⁴⁹

Perguntas de *sim/não* ou condicionais são, por exemplo, também capazes de licenciar as NPI's [...]. Assim, é preciso determinar qual é a propriedade que os contextos negativos (10) compartilham, exceto aqueles contextos como em (11), que também não licenciam as NPIs. Tradução nossa.

48 “Em outras palavras, é reanálise como negação padrão que explica a frequência mais alta, as condições de utilização menos restritas e a ausência de contribuição pragmática especializada, ao invés de o oposto.” Tradução nossa.

49 Finalmente, o papel causal atribuído a alterações de frequência exige clarificação. A frequência aumentada de uso é discutida para transformar o negativo pragmaticamente carregado em um negativo padrão, e pode ser que a frequência decrescente transforme um negador padrão em um especializado. Duas questões importantes surgem a respeito de como ambos os negativos padrão e marcados podem ser afetados pela frequência. Em primeiro lugar, como é um conceito gradual, se a frequência afetou a importação pragmática, isso significaria que diferentes graus de ênfase ou de ativação deveriam ser observáveis; as dificuldades em avaliar a ênfase sozinha fazem seus graus impossíveis de diagnosticar; graus de ativação parecem, no estado atual do conhecimento, serem um conceito enigmático. Em segundo lugar, por que a frequência deveria mudar de repente para negadores pragmaticamente especializados? [...] Certamente, a falta de um papel pragmático especial e o aumento da frequência de *ne ... pas* poderia muito bem ser uma consequência e não uma causa de *pas* se tornando o padrão negativo. Um aumento na frequência não pode, por si só, trazer a mudança de status. (LARRIVÉE, 2010, p. 2243). Tradução nossa.

Conforme os apontamentos do autor, o emprego de *ne...pas* e *pas* em francês dá embasamento à teoria pragmática da reanálise composicional⁵⁰. Com isso, somente a frequência de uso de certos termos negativos não é suficiente para explicar as especializações a eles atribuídas. Da especialização dos termos é que decorre a frequência de uso.

Ainda mais complexo, em Butler, a negação é licenciada pelo modo do sujeito entender/posicionar-se no mundo, visto que apenas pode existir enquanto uma forma de oposição ao mundo, de forma consciente:

En cuanto exterior, la conciencia es “otra” para sí, lo cual significa que es aquello que por lo general se entiende como “otro” para sí, a saber: el mundo; por eso, el opuesto de este enunciado de identidad también es verdadero: la conciencia del mundo siempre es solo conciencia de sí misma en su alteridad. (BUTLER, 2012, p. 67)⁵¹

Essas explicações conferidas pela autora sugerem uma tentativa de resposta para as questões contraditórias concernentes à negação. Aqui, a negação é entendida não como a negação de uma verdade ou realidade, mas a partir do estabelecimento de um parâmetro oposto, a saber, a alteridade. Seria, assim, aceitável afirmar que a negação não se trata de outra coisa além de um reconhecimento.

No que tange às especificidades essencialmente linguísticas, um paralelo se delineia quando se traçam algumas formas de expressão negativa. Segundo Álvarez; Xove (2002, p. 189-190), a negação apresenta-se de variadas formas, dentre elas:

Cómpre distingui-la negación linguística doutras posibles negacións, a primeira caracterizada polo uso de trazos morfo-sintácticos ó servicio da mencionada expresión; cousa distinta é que dun enunciado que non presente ningún deles se desprenda un significado negativo:

Áurea non *dixo* que a culpa era súa [negación]/Áurea *dixo* que a culpa era súa [afirmación].

Áurea *negou* que a culpa era súa [significado negativo, pero non hai negación: afirmase a existencia do acto de “negar”] / Áurea non *negou* que a culpa era súa [negación de “negar”, de onde se desprende un significado non negativo].

- ¿E ti coñeciches a Cunqueiro? | - ¡*Quem me dera!* [do desexo irreal despréndese que non o coñeceu, pero non hai negación en termos linguísticos, senón una desiderativa afirmativa].⁵²

50 A reanálise composicional é um processo ativado que ocorre ao se verificar uma perda do valor pragmático; no caso em questão, há uma importação pragmática dos itens negativos.

51 Enquanto exterior, a consciência é “outra” para si, o que significa que aquilo que de modo geral se entende como “outro” para si, a saber: o mundo; por isso, o oposto deste enunciado de identidade também é verdadeiro: a consciência do mundo sempre é somente consciência de si mesma em sua alteridade. Tradução nossa.

52 É necessário distinguir a negação linguística de outras possíveis negações, a primeira caracterizada pelo uso de traços morfossintáticos a serviço da mencionada expressão; outra coisa é que de um enunciado que não

A possibilidade de se concretizar uma negação, conforme se depreende dos exemplos acima, não é dependente de elementos linguísticos negativos expressos de forma explícita. Assim, a negação está atrelada, também, a expressões, elementos ou termos extra-linguísticos. Após essas breves considerações, pode-se vislumbrar um panorama bastante complexo do quadro de possibilidades da expressão da negação. As diversas possibilidades de efetivar a negação na história das línguas, especialmente das línguas românicas aqui tratadas, apenas denotam um uso completamente subjugado às necessidades expressivas entendidas ao longo do tempo. Obviamente, se, em algum momento, as necessidades mudam, também mudam as formas de expressão, em consequência.

1.1 A abordagem das proposições negativas na perspectiva sincrônica: a linguística gerativa

Modernamente, muitos estudos voltam a se debruçar sobre a questão das proposições negativas. No que concerne ao português brasileiro, os estudos de gramática gerativa colocam em xeque, mais uma vez, a questão. No entanto, a ênfase dada a esses trabalhos está ligada aos tipos de negações em ocorrência pós-verbal, parte em que difere da proposição da presente pesquisa. Mesmo assim, acredita-se que algumas questões traçadas por alguns autores merecem atenção.

Autores com estudos recentes sobre a negação, como Biberauer; Cirino (2009), Cavalcante (2007, 2009 e 2012) e Teixeira de Sousa (2012), ocupam-se das proposições negativas dos tipos [NEG V NEG], [NEG V] e [V NEG], especialmente, bem como de influências fonológicas que afetam a preferência ou a escolha da posição do elemento

apresente nenhum deles se depreenda um significado negativo:

Áurea *non dixo* que a culpa era sua [negação]/Áurea *dixo* que a culpa era sua [afirmação].

Áurea *negou* que a culpa era sua [significado negativo, mas não há negação: afirma-se a existência do ato de “negar”] / Áurea *non negou* que a culpa era sua [negação de “negar”, de onde se depreende um significado não negativo].

- ¿E ti coñechiches a Cunqueiro? | - ¡*Quem me dera!* [do desejo irreal depreende-se que não o conheceu, mas não há negação em termos linguísticos, e sim uma desiderativa afirmativa]. Tradução nossa.

negativo na frase, como a redução fonológica do item negativo *não* para a forma *num*. Esse fenômeno, para os autores, ocasionaria uma incidência sobre a sintaxe oracional. São exemplos das negativas estudadas nesses trabalhos:

- a. **Não** sei.
- b. **Não** sei **não**.
- c. Sei **não**. (CAVALCANTE, 2007, p.15) ⁵³

Os exemplos expostos pelo autor representam algumas possibilidades da expressão oral de proposições negativas no português brasileiro. Enquanto a. representa a possibilidade da expressão de uma negativa simples [NEG V], b. ilustra um caso de duplicação da negação em que os elementos são independentes; o último advérbio negativo, *não*, é um mero elemento expletivo. O exemplo c. poderia constituir um caso mais complexo de negação de expressão bem característica⁵⁴ do português brasileiro, em que se tem uma negativa simples formada por [V NEG].

Outros exemplos que merecem a atenção são:

- (a) INF: (...) sei lá, **num** tava sentino quase **nada** também. [RC – 04]
- (b) INF: porque **num** conhecia **ninguém**. [RC – 24]
- (c) INF: **num** teve confusão **nenhuma**. [RC – 05] (CAVALCANTE, 2007, p. 23)

Nestes exemplos, a negação se efetiva com a forma erosionada do elemento negativo *não*, o qual passa a ser representado, no registro oral, por *num*. É plausível fomentar que a forma fonológica enfraquecida, *num*, não ocupa as mesmas posições legitimadas por *não*; algumas posições admitem apenas a efetivação negativa com a forma plena. Observe-se que a nova forma negativa gerada neste registro não apresenta grande mobilidade sintática, visto

53 Vale a pena destacar que, dialetalmente, o catalão parece apresentar um uso semelhante ao de c. No estudo sobre o catalão falado em Pallars, o *pallarsès*, Llop (2013, p. 36) considera contextos como esse em: “D'altra banda, en pallarsès -i en aranès (vegeu Carrera, 2007: 20.4.2.2.4)-, en algunes ocasions, com hem vist, trobem l'aparició única de *cap* en posició postverbal. En aquest cas, l'absència de *no* no impedeix una lectura negativa de l'oració. *Cap* porta el valor negatiu de l'oració.

(28) Vinré **cap**. (Lluís, 1980:24)

(29) Só **cap** cansat. (Lluís, 1959-1979, vol. 1: 177)

(30) Val **cap** la pena. (Lluís, 1959-1979, vol. 3: XVI)

(31) É **cap** vritat, això. (Coll, 1984: 23)

(32) Ho faré **cap**, açò. (Sistac, 1998: 70).”

54 Em seu trabalho de 2012, Cavalcante reelabora alguns dizeres categóricos que havia proposto na dissertação em 2007 acerca de [VP Neg]: “Entretanto, essa posição quanto à originalidade do PB quanto às estruturas negativas pós-verbais se devia mais ao desconhecimento de certas características do PE. Trabalhos mais recentes da linguística portuguesa como Martins (2010, 2012) e Pinto (2010) têm apontado a existência não apenas de [Neg VP Neg], mas também de [VP Neg] no PE- embora com uma frequência reduzida [...]” (CAVALCANTE, 2012, p. 56)

que sempre se efetivará em posição pré-verbal [NUM V] ou [NUM V NEG]. Quer dizer, formas como [NUM V NUM] ou [V NUM] constituem proposições agramaticais.

Ainda sobre o enfraquecimento fonológico do item negativo, pode-se notar que, em muitos casos, passou a ter comportamento semelhante a um prefixo. É o que comprovam os estudos de Alves (2002, p. 91):

Os morfemas *contra-*, *não-* e *sem-* nem sempre são reconhecidos como elementos prefixais por gramáticos e estudiosos da língua portuguesa. No entanto, devem ser considerados prefixos e incluídos entre os processos derivacionais porque constituem morfemas fixos e recorrentes, já consolidados na língua como elemento de formação de palavras.

No que concerne à gramaticalização desses itens lexicais negativos, a autora consegue enxergar o fenômeno como produtos da economia linguística ao considerar que

A prefixação de caráter negativo e positivo corresponde, em muitos casos, a uma alternativa de economia discursiva. A negação lexical, expressa por um item lexical prefixado, pode tornar-se mais econômica do que uma construção sintática negativa. Contextos como “manifestação antigoverno” e “trecho não-aéreo” evitam frases mais complexas como “manifestações contra o governo” e “trecho que não é aéreo”. (ALVES, 2002, p. 99)

Cabe, outrossim, abrir aqui um parêntese a fim de ressaltar que essa redução do advérbio *não* em outras formas não se restringe apenas ao português brasileiro. Ao que parece, esse fenômeno está para além de um uso diatópico ou mesmo social.⁵⁵

Outros estudos levam em consideração o Ciclo de Jespersen para analisar a expressão da negação no português brasileiro, opondo essa variedade linguística ao português europeu e outras línguas. Para dar corpo à sua teoria sobre a negação, Jespersen (1917) volta a estágios mais arcaicos das línguas estudadas para afirmar que, em sua maioria, validavam algum tipo

55 Em Leite de Vasconcelos (1928, p. 11), referindo-se ao português falado em Monção, além de citar o fenômeno muitas outras vezes, observa: “Nas Operas portuguezas que se representaram nos theatros publicos desta Corte [...], um dos personagens, Merlim, [...] entremeia de termos populares a sua linguagem [...]. O tal personagem fala assim, de pág. 395 a 400: “Eu *num* estou aborco (2) nestes broques (3), eu, porque *num* me *bem* (= vêm ou vêm) estar em pé? Ay, Senhores, *num* me fação mal, ay, mãy”. Em seus estudos dialetológicos, o autor relata, em diversos momentos, a redução do mesmo advérbio a *nũ*, *num*, *nom* (e, talvez, *nõu*), além de atentar que, em alguns contextos fonéticos, o advérbio pode se desnasalizar: “O advérbio *num*, que se usa antes de outra palavra (ex. *num bou*), desnasaliza-se em certos casos: *nu’ bus salvais* (num vos salvais), *nu’ salbo* (=num salvo). Mas também ao povo ouvi às vezes *não*, em próclise. O mesmo se observa em *nã* = *ná* na Extremadura [...]”. (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p. 37). Ainda que haja uma tendência à redução do advérbio em próclise, em certos dialetos do português isso deixa de corresponder à realidade: “O advérbio *não* apresenta as formas *não*, *nũ* e *nóm*, que se empregam indistintamente”. Esta afirmação corresponde às notas tomadas pelo autor aceca do português falado em Vale dos Frades, Portugal. (LEITE DE VASCONCELOS, 1985, p. 180)

de concordância negativa. Dentre essas possibilidades, encontrava-se a dupla negação pré-verbal nos mesmos moldes apresentados no presente estudo.

Assim, não é raro que se considere o fenômeno da dupla negação como um reforço, tendo como respaldo as manifestações em nível fonológico. Para Jespersen (1917), por exemplo, a negação pré-verbal estava fadada a uma redução, já que, no início do enunciado, as três primeiras sílabas são pouco audíveis. Dessa forma, cria-se uma necessidade premente de assegurar, com a redundância da partícula negativa, que a proposição seja licenciada, de fato, como negativa. Em resumo, e em palavras de Teixeira de Sousa, observa-se:

O termo “ciclo de Jespersen” primeiramente cunhado por Dahl (1979) se refere a um processo histórico de mudança linguística em que o marcador negativo pré-verbal passa a pós-verbal tendo passado por uma fase em que a marcação é bipartida com um elemento na posição pré- e outra na posição pós-verbal.

O Ciclo recebe esse nome devido ao trabalho de Jespersen (1917), que foi o primeiro que reconheceu o mesmo padrão de mudança em várias línguas. Jespersen (1917) observa que em várias línguas há um processo em que o advérbio negativo original é primeiro enfraquecido, tornando-se insuficiente e é, então, fortalecido, geralmente pela adição de alguma palavra. Essa palavra pode adquirir propriedades negativas e passar pelo mesmo desenvolvimento da palavra (negativa) original. Uma explicação para o processo apontada pelo autor é que o advérbio negativo é geralmente não acentuado, já que outra palavra na mesma sentença recebe o acento de contraste. A opacidade do advérbio negativo seria o que poderia levar o falante a acrescentar alguma coisa para que o sentido ficasse mais claro, podendo ser uma palavra que tenha a função de reforçar o valor negativo. (TEIXEIRA DE SOUSA 2012, p. 31-32)

Jespersen conseguiu sintetizar a evolução da negação nas línguas apresentando um ciclo, ou seja, uma sucessão de fases ou etapas que começam/terminam no mesmo ponto. A partir dessa concepção cíclica da negação, as etapas que a compõem são as abaixo representadas pela figura:⁵⁶

56 Zeijlstra (2004, p. 56)

Figura 2- Fases do Ciclo de Jespersen

Das sete fases da negação teorizadas por Jespersen e esquematizadas por Zeijlstra (2004, p. 56), são de suma importância a primeira e a segunda, nas quais se encontram, respectivamente, o português e o catalão. O português se junta ao italiano e ao castelhano, pois as três línguas são *Non-Strict NC*⁵⁷ e consideram agramatical a posição de sujeito para *n-words*. O catalão não compartilha seu grupo com mais nenhuma língua românica, mas sim com o berbere, que também apresenta como opção o emprego de um segundo advérbio negativo para expressar a negação. Ressalte-se, no entanto, que, apesar de estarem na mesma etapa do ciclo, português, castelhano e italiano apresentam comportamento diferenciado no que tange ao tratamento da negação, como será abordado mais adiante; porém, mesmo assim, formam juntos um subgrupo da fase I. (Cf. Zeijlstra, 2004)

Ainda acerca dos princípios sobre os quais se apoia a teoria, a concordância negativa entre os elementos apresenta uma função estilística, o que corrobora com a observação de algumas palavras, como *nemigalla* do catalão, que ainda existem na língua como intensificadores negativos e que, originalmente, eram minimizadores com significação de pequenas quantidades.

Nessa teoria sobre o funcionamento da negação, é possível, por exemplo, que uma língua que legitime sua negação em posição pré-verbal passe, em um segundo momento, a

57 Línguas com essa classificação não validam verdadeiros imperativos negativos.

realizá-la em posição pós-verbal. Antes, porém, é possível a combinação de um paralelismo negativo: a negação se efetua com um item pré-verbal e outro pós-verbal. Nesse momento, é aceitável a condição de que o elemento pré-verbal se manifeste de maneira enfraquecida (a manifestação, por exemplo, de *não* como *num* fornece, *a priori*, subsídios a essa afirmação). Em uma última etapa avançada do ciclo, a língua permite, provavelmente por economia linguística, que se efetue a negação simples, apenas com um elemento, seja pós-verbal (como visto no exemplo mais acima: *Sei não*) ou ainda pré-verbal (*Não sei*).

Assim, nas fases em que há prevalência da negação simples na oração, é plausível que a seleção linguística se efetive como resultado de um traço lexical, em que o item negativo tem validação por si mesmo, sem implicação sintática⁵⁸. As mudanças ocasionadas pela sintaxe oracional fortaleceram os lexemas negativos, proporcionando, portanto, um traço característico [iNEG] dos mesmos: “The theory explains the difference between NC languages and DN languages by assuming that NC languages have grammaticalised negation: it has become part of their syntactic vocabulary”. (ZEIJLSTRA, 2004, p. 279)⁵⁹

Segundo ainda os estudos sincrônicos, pode-se constatar que a variedade brasileira se comporta de maneira distinta das proposições negativas da variedade portuguesa, como em:

O PE se encaixa no primeiro grupo de línguas, expressando a negação sentencial através do advérbio *não*, posicionado imediatamente à esquerda do verbo flexionado [NEG V]. No português brasileiro, além da estrutura com uma partícula negativa em posição pré-verbal, existem duas outras estratégias de negação, consideradas inovadoras em relação ao PE: uma forma em que ocorrem simultaneamente dois marcadores, em posição pré e pós-verbal [NEG V NEG]. Em outras palavras, os três sub-padrões de negação apresentados em 4-6 e que caracterizam línguas diferentes são encontrados, simultaneamente, no PB. (CAVALCANTE, 2007, p. 14)

Como visto, algumas pesquisas de estudos sincrônicos têm como objeto o estudo de orações negativas na língua portuguesa, em especial, na variedade brasileira. Essas produções peculiares de proposições negativas, tal como a dupla negação pré-verbal, encontram-se à margem das prescrições gramaticais. Isso se deve, sobretudo, pelas possibilidades particulares

58 Na teoria de Zeijlstra (2004), a negação se caracteriza por uma série de traços. Encontram-se termos plenamente gramaticalizados, como o Op^{-} *não*, os quais validam a negação por si mesmos, sendo, portanto, [iNeg]. No entanto, termos com traços formais do tipo [uNEG] são elementos negativos dependentes sintaticamente.

59 “A teoria explica a diferença entre as línguas NC e as línguas DN, assumindo que as línguas NC gramaticalizaram a negação: ela tornou-se parte de seu vocabulário sintático.” (ZEIJLSTRA, 2004, p. 279). Tradução nossa.

da expressão negativa em português brasileiro, o que opõe essa língua a diversas outras, ou mesmo com a variante europeia. Esses estudos, no entanto, contemplam as ocorrências das negativas pós-verbais, o que os diferencia do objeto desta pesquisa. A concordância negativa pré-verbal é, não obstante, mencionada como uma possibilidade de ocorrência no português brasileiro. Antes de considerar essa possibilidade, contudo, Cavalcante (2012, p. 366) circunscreve os exemplos de concordância negativa pré-verbal como manifestações agramaticais:

- a. Ninguém (*não) comprou nada.
- b. Nada (*não) aconteceu.
- c. Ele nunca (*não) foi à Bahia.⁶⁰

É, porém, em nota de rodapé que o autor modaliza as suas colocações ao afirmar que “Alguns dialetos do PB, geralmente rurais, permitem, embora não exijam, a coocorrência do marcador negativo em sentenças como as de (41). Este fato não afeta a natureza do argumento” (CAVALCANTE, 2012, p. 366). A delimitação do escopo de suas análises não concebem as ocorrências de concordância negativa pré-verbal do tipo [NEG NÃO V], ocorrências estas que são objeto deste estudo.

1.2 O(s) sistema(s) latino(s): linguística diacrônica e variação linguística nas línguas românicas

Todas as línguas românicas, conforme já observado por autores como Martins (1996, 2001, 2002 e 2003), Moraes (2001) e Zanuttini (1991 e 1997), conheceram a dupla negação pré-verbal, pelo menos no estágio mais arcaico da língua. O fenômeno torna-se, assim, pan-românico, fato que impede a concepção de uma mera coincidência linguística. A única explicação plausível é a origem comum: certamente o fenômeno da dupla negação encontrava-se em algum(ns) estágio(s) de língua latina. A herança latina não foi, no entanto, distribuída de forma igualitária entre as línguas românicas. O fator de conservação desse fenômeno em outras épocas das línguas, no entanto, é um aspecto, entre outros, que estabelece uma distinção ou aproximação dessas línguas aparentadas.

60 Os asteriscos utilizados pelo autor denotam agramaticalidade das orações.

Como toda e qualquer língua natural, o latim apresentou variações de muitos tipos, como a variação diacrônica, variação diatópica ou variação diastrática. A variação diacrônica, e também a diatópica, culmina na fragmentação do latim e na consciência de língua falada em diversas regiões, enquanto que a variação diastrática foi responsável, entre outros, pela cisão de normas linguísticas, de acordo com o tipo de registro (mais ou menos formal), por exemplo. Para se entender melhor, pode-se tentar encaixar nesses conceitos algumas denominações recorrentes e concernentes à língua latina: língua culta, língua vulgar, romance. É necessário, todavia, considerar que essas variações, muitas vezes, estão inter-relacionadas e formam um processo inovador e fragmentário bastante complexo.

Muitas vezes tomados com base em uma relação dicotômica, os termos “latim culto” e “latim vulgar” podem ilustrar tanto uma variação diacrônica quanto uma variação diastrática. No que tange a essas duas variações, tomam-se em consideração os aspectos que se seguem.

O termo “latim clássico” é empregado aqui para se referir ao modelo utilizado para a expressão da língua dita culta, ou seja, a língua em seu máximo esplendor e correção, difundido grandemente na expressão literária. É a língua admirada, empregada e cultivada pelas altas camadas da sociedade, ou seja, acessível a apenas uma parcela da população. Para delimitar essa expressão da variante, observe-se a colocação de Iordan; Manoliu (1972, p. 17):

El latín literario no surgió de un fondo de incultura, sino de una lengua en la que desde siglos atrás se venían cultivando el estilo político-oratorio del Senado, los documentos oficiales y el derecho; por otra parte, como es lógico, hasta cierto punto esta lengua había sido moldeada por las creaciones de la literatura oral [...] ⁶¹.

Após constatar o meio social ou os meios sociais onde a língua culta tinha maior expressão, também se faz necessário tentar delimitar e caracterizar essa variação da língua em uma linha temporal. A língua latina, que começa a desenvolver-se no século III a.C., atinge o seu apogeu literário num período aproximado que envolve o século I a.C. e se estende até I d.C. Nessa época de máxima elaboração linguística, a língua clássica, ou língua culta, não era passível a interferências ou absorções linguística oriundas de outros estratos.

61 O latim literário não surgiu de um fundo de incultura, mas sim de uma língua na qual desde séculos atrás vinham sendo cultivados o estilo político-oratório do Senado, os documentos oficiais e o direito; por outro lado, como é lógico, até certo ponto esta língua havia sido moldada pelas criações da literatura oral [...]. Tradução nossa.

No que tange à elaboração das proposições negativas, a língua culta admite a expressão do padrão [NEG NÃO V], além do tipo [NÃO V NEG] ou mesmo da expressão de negação sem redundância ou duplicação (negação simples). Observem-se os exemplos dados:

1. Nemo non benignus est sui iudex.⁶²
2. Non laudaris a nullo⁶³ ⁶⁴
3. Consules in nec⁶⁵ opinatam fraudem lapsos esse.⁶⁶

As formulações negativas ilustradas acima obedecem, respectivamente, aos padrões [NEG NÃO V], [NÃO V NEG] e [NEG V] e são todos exemplos da expressão da língua culta. No entanto, no exemplo 1, a dupla negação formada pelos elementos *nemo* e *non*, nessa ordem, denotam uma afirmação. Ou seja, o termo *nemo* (*ninguém*), em uma combinação com outro elemento negativo, *non*, e nessa exata posição oracional, sintática, equivalem semanticamente a *alguém*. Assim, o elemento negativo, em geral *non*, pré-verbal, na língua clássica, terá a função não de licenciar uma negação, mas sim a de transformar por completo o elemento negativo, desprovendo-lhe dessa propriedade e invertendo sua denotação semântica. No entendimento da língua clássica, duas negações se anulavam, concedendo um sentido afirmativo à oração.⁶⁷

62 Exemplo de Martins (1996, p. 179)

63 “Le procédé qui a prévalu consistait à ajouter à *ne* le nom de nombre “un” au neutre: *ne-oinom* “pas une seule chose”, d’où *noenum*, *nōn*. La forme *noenum* existe encore em vieux latin (Ennius, Caecilius, etc.). Elle a eu des concurrents, comme *nūllum*, ou *nihil*, qui dans la vieille langue se rencontrent parfois avec la simple valeur de *nōn*:

Cas. 795 *quī amat, tamen hercle sī ēsurit, nullum ēsurit.*

Mil. 1007 *hercle hanc quidem nihil tū amāssis.*

64 Exemplo de Lipparini (1961, p. 125)

65 Em Meillet; Vendryes (1924, p. 544): “Pour la négation c’était en indo-européen une particule autonome de forme **ne*. Elle s’est conservée en sanskrit (*ná*), en slave (*ne*), en baltique (*ne*) et en latin dans *nequeō*, *nesciō*, *neuolt* (Pl. Trin., 361) *nefās*, *neque*, *neue*, *nihil*, *nēmō*, etc.

Cette manière d’exprimer la négation est devenue insuffisante, et on a éprouvé le besoin de reforcer la particule **ne*. Le latin archaïque a une particule *nec* (qu’il ne faut pas confondre avec *nec*, *neque* “et ne pas”) qui signifie simplement “ne pas”. E em Väänänen (1985, p. 258-259): “El latín disponía principalmente de dos partículas negativas, *non* y *nē*. La segunda, reservada para las enunciaciones que significan prohibición o concesión, se encuentra bien pronto amenazada por *non*: Ter. An. 787 *non te credas Davom ludere* “no te creas que es a Davo a quien engañas”; Petr. 75, 6 *et me non facias ringentem* “no me hagas rechinar los dientes”.

66 Exemplo de Roby (1875, 2010, p. 467)

67 Sem ir mais longe, pode-se ainda perceber que esse fenômeno, o da anulação da negação, ainda é possível nas línguas românicas. Vejam-se as seguintes considerações de Badia i Margarit (1994, p. 252-253) para a língua catalã:

“Per altra banda, dues negacions afirmen, perquè l’una anul·la allò que l’altra ja ha negat i, en desfer-ne la negació, es restableix el significat afirmatiu de l’oració. Sovint un dels termes negatius ho és per contingut lexicomàtic o per prefixació.

[22] el batalló es rendí, no sense assegurar-se un tracte correcte per als presoners (‘assegurant-se’l’)

[23] no ignorava que el menyspreaven (‘ho sabia’)

[24] no desconec que tot estava preparat (‘ho sé’)

[25] una situació no anormal (‘normal’)

É essencialmente a relação sintática o fator de peso que estabelecerá uma dinâmica entre os elementos negativos, dando lugar a uma semântica composicional determinada. Elementos negativos reforçados por *non* são passíveis de adquirir diferentes matizes semânticos, de acordo com a disposição sintática dos elementos oracionais. Vejam-se alguns casos:

Non nemo, alguém; **nemo non**, cada um, todos.
Non nullus, algum, alguém; **nullus non**, cada, cada um, todos.
Non nihil, algo de; **nihil non**, cada coisa, tudo.
 [...]
 Non nunquam, alguma vez; **nunquam non**, sempre.
 [...]
Nemo hoc non facit, todos fazem isto; **non nemo hoc facit**, alguém faz isto.
 - **Nemo hoc non videt**, todos vêem isto; **non nemo hoc videt**, alguém vê isto.
nunquam id non accidit, isto acontece sempre; **non nunquam id accidit**, alguma vez acontece isto.

Os exemplos acima, extraídos de Ravizza (1919, p. 259), demonstram a fragilidade sintática dos elementos negativos. A anteposição ou a posposição de *non* ao termo negativo muda completamente sua aceção semântica. Há, ainda, outro fator agravante que contribui para a confusão de interpretação afirmativa ou negativa dos termos negativos reforçados; trata-se de seu uso poético.

A coocorrência de elementos negativos em posição pré-verbal, nessa expressão artística, poderia ser entendida apenas como um concordância negativa, ou seja, sem a anulação da negação, na prosa clássica em casos determinados como:

Cuando una negación de sentido general (*non, nec, nemo, numquam*) pasa a ser detallada en sus partes por medio de las partículas *neque...neque*. *Habeo hic neminem neque amicum neque cognatum* (Plaut.) [...].
 Cuando una negación de significado general viene especificada por medio del giro *ne...quidem*: así: *numquam illum ne minima quidem in re offendi* (Cic.)⁶⁸ (BASSOLS DE CLIMENT, 1967, p. 53-54)

(“Por outro lado, duas negações afirmam, porque uma anula o que a outra já negou e, ao se desfazer a negação, é reestabelecido o significado afirmativo da oração. Frequentemente, um dos termos é negativo por conteúdo lexemático ou por prefixação.

[22] el batalló es rendí, no sense assegurar-se un tracte correcte per als presoners (‘assegurando-se’)

[23] no ignorava que el menyspreaven (‘sabia disso’)

[24] no desconec que tot estava preparat (‘sei disso’)

[25] una situació no anormal (‘normal’). Tradução nossa.

68 Quando uma negação de sentido geral (*non, nec, nemo, numquam*) passa a ser detalhada em suas partes por meio das partículas *neque...neque*. *Habeo hic neminem neque amicum neque cognatum* (Plaut.) [...].

Quando uma negação de significado geral vem especificada por meio do giro *ne...quidem*: assim: *numquam illum ne minima quidem in re offendi* (Cic.). Tradução nossa

Como visto, essa permissividade linguística e ambígua de expressão ocorre em um mesmo nível de variação, a variação diastrática. Assim, se por um lado tem-se uma língua clássica que prega o uso da dupla negação pré-verbal como fator de transformação dos elementos negativos em termos afirmativos, por outro, tem-se um outro sistema, também pertencente à língua culta, que faz uso da dupla negação pré-verbal sem anular a negação. Não seria demais dizer, então, que se tem, para um mesmo nível de variação diastrática, duas normas em concorrência. É o que corroboram os seguintes dizeres de Väänänen (1985, p. 259-260):

Contrariamente al lenguaje cuidado, en que dos negaciones equivalen a una afirmación, el habla familiar refuerza la negación por reduplicación: Plaut. *Mil.* 1411 *iura te non nociturum... nemini* “jura que no harás mal a nadie”; Petr. 42, 7 *neminem nihil boni facere oportet* “nadie debería hacer nada bueno”; *def. tab.* Jeanneret 150 (Galia, s. II) *sic nec advocati eorum e(os de)fendere non possint* “que ni sus abogados puedan defenderlos”; cf. it. *non dice niente*, a. fr. *ne dit neient*, esp. *no tiene ningún amigo*, etc. Por otra parte, la lengua hablada refuerza la negación simple haciéndola acompañar por expresiones que designan cosas de poco valor, y que no dejan de traer a la mente fr. *ne ... pas, point, mie, goutte*, etc.: Plaut. *Pseud.* 397 *quoi neque paratast gutta certi consili* “que no tienes ni asomos de un propósito firme”; Cic. *Ac.* 2,58 *non licet transversum digitum discere* “no puede uno apartarse ni lo negro de una uña” (lit. “ni un dedo atravesado”); en baja época: Form. Sen. Add. 4, 70 *Non vales uno coco (= unum coccum)* “no vales un pito”.⁶⁹

Dito isso, não seria surpreendente imaginar que a mudança para outro nível de variação, como a diastrática, traz consigo pelo menos uma norma diferente às duas anteriores. Então, ao se sair da abrangência do registro culto (seja este oral ou escrito), no qual prevalecem as características mais formais da língua e cuja consonância com as prescrições normativas é mais consistente-, e entrar em níveis mais “inferiores”, em que se circunscrevem as classes sociais menos favorecidas, com um forte relaxamento das normas prescritivas e

69 Ao contrário da linguagem cuidada, em que duas negações equivalem a uma afirmação, a fala familiar reforça a negação por reduplicação: Plaut. *Mil.* 1411 *iura te non nociturum... nemini* “jura que não farás mal a ninguém”; Petr. 42, 7 *neminem nihil boni facere oportet* “ninguém deveria fazer nada bom”; *def. tab.* Jeanneret 150 (Galia, s. II) *sic nec advocati eorum e(os de)fendere non possint* “que nem seus advogados possam defendê-los”; cf. it. *non dice niente*, a. fr. *ne dit neient*, esp. *no tiene ningún amigo*, etc. Por outro lado, a língua falada reforça a negação simples e é acompanhada por expressões que designam coisas de pouco valor, e que não deixam de trazer à mente fr. *ne...pas, point, mie, goutte*, etc.: Plaut. *Pseud.* 397 *quoi neque paratast gutta certi consili* “que não dá nem mostras de um propósito firme”; Cic. *Ac.* 2,58 *non licet transversum digitum discere* “não se pode distanciar nem uma pontinha de uma unha (lit. “nem um dedo atravessado”); em época baixa: Form. Sen. Add. 4,70 *Non vales uno coco (=unum coccum)* “não vales ‘nada’”. Tradução e versão nossa.

oriundas dos registros informais, provavelmente serão encontradas novas concepções sobre a formação e o significado das proposições negativas.

O termo “latim vulgar” pode ser pensado, a partir de uma perspectiva diacrônica, como um estágio de língua que faz o elo entre a língua clássica e o romance. Também está fortemente relacionado à variação diastrática, já que tinha abrangência sobre as classes sociais menos favorecidas, carentes de mais estudo e de prestígio social, ou seja, tratava-se de uma norma marginalizada. Assim, depreende-se que o referido termo servia bem a delimitar um socioleto do latim. Há diversas posturas tomadas pelos estudiosos sobre as delimitações do latim vulgar. A título de exemplo, observe-se a colocação de Iordan; Manoliu (1972, p. 25):

La lengua hablada, diaria, familiar, se desentendía con frecuencia de las normas “correctas”; por el contrario, daba libre paso a las innovaciones, a las formas más expresivas, a los términos de germanía, etc. Todo ello imprimía un aire específico, vulgar, al latín hablado en las provincias.⁷⁰

Na realidade, a abrangência do latim vulgar ultrapassava o âmbito íntimo familiar; estava também, com bastante força, nas ruas e nos diversos tipos de conversações coloquiais. Além do mais, o latim vulgar teve uma expressão, ainda que pequena, no âmbito escrito. Mas, de todas as características apontadas até agora, a que mais chama a atenção é a que vem descrita por Lausberg (1970, p. 95):

Ahora bien, el latín vulgar no era una lengua uniforme ni en el aspecto social, ni en el cronológico, ni en el geográfico. Está fuera de duda que el habla cotidiana, igual exactamente que la lengua literaria, se halló sometida a cambios desde los tiempos de Plauto hasta finales de la Antigüedad.⁷¹

A aceitação da afirmação do autor implica conceber que a norma marginal que definiria o funcionamento da língua vulgar apresenta tanta ou mais fragmentação que a própria língua clássica. No entanto, a recuperação dessas supostas normas é um trabalho praticamente impossível, já que as variantes da mesma não estão bem definidas e, ademais, a

70 A língua falada diária, familiar desentendia-se com frequência das normas “corretas”; ao contrário, dava espaço às inovações, às formas mais expressivas, aos termos de irmandade, etc. Tudo isso imprimia um ar particular, vulgar, ao latim falado nas províncias. Tradução nossa

71 [...] o latim vulgar não era uma língua uniforme nem no aspecto social, nem no cronológico, nem no geográfico. Não há dúvidas de que a fala cotidiana, igualmente a literária, encontrou-se sujeita a mudanças desde os tempos de Plauto até o fim da Antiguidade. Tradução nossa

língua vulgar tem a sua maior expressão no registro oral informal, o que dificulta a consolidação de premissas sólidas e comprováveis.

De qualquer maneira, dentro do campo da Filologia, usa-se o hipotético latim vulgar como uma ferramenta valiosa de estudos, principalmente nos estudos de gramática histórica e comparada. Atribui-se ao latim vulgar o enlace entre o latim clássico e o romance, ou mesmo entre o latim clássico e as línguas românicas - se se considera o termo “romance” como a consciência de que se fala uma língua distinta do latim (clássico)⁷². Ou seja, o romance abrange a transição do período da língua vulgar para as línguas românicas, ou melhor, até o início do despertar da(s) consciência(s) das línguas românicas, já que cada uma delas precisou de um tempo diferente desse “despertar”. O momento dessa ruptura foi peculiar a cada uma das línguas, sendo a precursora desse grupo a língua francesa com os Juramentos de Estrasburgo.

No que tange ao funcionamento das proposições negativas, observa-se um aumento, tanto na língua vulgar quanto no romance, da concordância negativa pré-verbal. No entanto, esses dois estados de língua se diferenciam, na produção da dupla negação pré-verbal, da língua clássica, visto que, nesses estados, o acúmulo de negações pode dar-se por mero estilo ou para legitimar, de fato, o sentido negativo. As prescrições normativas da língua clássica não foram suficientes para impor-se sobre as demais variantes linguísticas. Além disso, como visto ainda neste capítulo, a própria língua clássica abria uma fenda que possibilitava, para a expressão de orações negativas, uma forma paralela, mas ainda inscrita na língua culta: o uso das proposições negativas na poesia. Tal uso previa ou permitia a legitimação da negação por meio da concordância negativa pré-verbal.

Tem-se, então, tanto em língua vulgar, quanto no romance e em alguma(s) fase(s) das línguas românicas, uma concepção bastante diferenciada do escopo da negação. Nessas etapas da língua, a negação não se restringe somente ao núcleo do constituinte que o precede, mas incide sobre toda a oração. O caráter analítico tão difundido da língua vulgar pode ser, então, também representado pela dupla negação pré-verbal. Obviamente, como já mencionado neste capítulo, as normas paralelas, marginais ou de prestígio, não desaparecem de um momento

⁷² Maurer Jr (1962, p. 59), por exemplo, entende o século V como um tempo em que acontecera a “morte” do latim vulgar, juntamente com o Império Romano. Se isso for correto, tem-se, por conseguinte, a data do “nascimento” do romance. Dessa forma, o autor concebe que o latim vulgar não foi nada além de uma *koiné* da massa popular.

para o outro. Assim, pode-se entender que o fenômeno da dupla negação não implica no desaparecimento da norma prescrita pela língua clássica.

De fato, a dupla negação será uma grande tendência difundida especialmente pela língua falada desde a fase do latim vulgar, que passará pelo romance e se estenderá pelas línguas românicas. Ou ainda, era já uma tendência, embora tímida, de uma das normas da própria língua clássica. Para uma melhor visualização dessa grande mudança em dois momentos diferentes, tentou-se esquematizar alguns termos negativos em duas etapas diferentes. Observe-se o quadro a seguir:

Termo em Latim (Época Clássica)	MORFOLOGIA	SIGNIFICADO	TERMO + NON	NON + TERMO
<i>Nunquam</i>	<i>Ně + unquam</i>	<i>Nunca</i>	<i>Alguma vez</i>	<i>Sempre</i>
<i>Nemo</i>	<i>Ně + hemo (ant. homo)</i>	<i>Ninguém</i>	<i>Todos</i>	<i>Alguém</i>
<i>Nihil</i>	<i>*Ně + hilum</i>	<i>Nada</i>	<i>Tudo</i>	<i>Algo</i>
<i>Nullus</i>	<i>Ně + ullus</i>	<i>Nenhum</i>	<i>Tudo</i>	<i>Algun</i>
Termo em Latim (1ª Fase Romance)	MORFOLOGIA	SIGNIFICADO	TERMO + NON	NON + TERMO
<i>Nunquam</i>	<i>Ně + unquam</i>	----	<i>Nunca</i>	<i>Nunca</i>
<i>Nemo</i>	<i>Ně + hemo (ant. homo)</i>	<i>Alguém</i>	<i>Ninguém</i>	<i>Ninguém</i>
<i>Nihil</i>	<i>*Ně + hilum</i>	<i>Algo</i>	<i>Nada</i>	<i>Nada</i>
<i>Nullus</i>	<i>Ně + ullus</i>	<i>Algo/ algum</i>	<i>Nada/ Nenhum</i>	<i>Nada/ Nenhum</i>

Quadro 1 - Alguns termos negativos: fase clássica e fase romance⁷³

No quadro acima, como se observa, a reorganização sintática implica, necessariamente, em uma reorganização semântica dos elementos em questão. A redundância do elemento negativo, na língua clássica, anulava o sentido negativo de ambos os termos, transformando, dessa maneira, a proposição em uma afirmação. A formulação de uma proposição negativa se efetivava por meio de uma negação simples, salvo alguns casos excepcionais. Ao contrário do que sucedia com a língua latina clássica, as línguas românicas herdaram um acúmulo de negações, sem que isso implique em anulação da negação⁷⁴.

⁷³ Adaptado de DA COSTA SOUZA (2011).

⁷⁴ É o que se pode comprovar nessas línguas, como, por exemplo, a galega: “A presenza dunha palabra ou sintagma negativos antes do verbo permite a presenza doutros sintagmas negativos en posición posverbal sen

As informações do quadro também denunciam as consequências da duplicação do elemento negativo na 1ª Fase Romance. As sequências termo + *non* ou *non* + termo não implicam em uma nova reorganização léxico-semântica. O que importa, nessa etapa da língua, é a duplicação da negação ou a negação simples. Para que se efetive a negação, esta precisa apresentar-se de forma duplicada. No entanto, se o elemento, que hoje se considera negativo, prescindisse de concordância, efetivava-se a sua forma afirmativa.

Assim, de uma fase a outra, a estruturação sintática implica em alterações na estrutura léxica e semântica. Na representação abaixo, está demonstrada a dependência sintática de alguns elementos negativos:⁷⁵

Figura 3 - Estrutura sintática de elementos negativos

Na representação acima, Figura 3, um elemento negativo, tal como *nada*, possui como traço formal [uNEG], ou seja, o elemento não é, por si, interpretável como negativo. Em algumas línguas românicas, como o castelhano, *nada* representa um *n-word* e somente é

que nos máis dos casos iso conduza a un significado afirmativo (por negación da negación) (vid. infra as condicións de uso das palabras negativas):

Ó tempo, como *non* había cartos *ningúns*, *non* se facía *nada*, *nin* foguetes, *nin* orquestra, *nin nada* en *ningures*. Así *non* había problemas *nunca*, *nin ninguém* se metía con *ninguém*. Cantaba *sen xeito ningún* [*algún]. (ÁLVAREZ; XOVE, 2002). (“A presenza de uma palavra ou sintagma negativos antes do verbo permite a presenza de outros sintagmas negativos em posição pós-verbal sem que isso conduza a um significado afirmativo (por negação da negação) (vide abaixo as condições de uso das palavras negativas):

Ó tempo, como *non* había cartos *ningúns*, *non* se facía *nada*, *nin* foguetes, *nin* orquestra, *nin nada* en *ningures*. Así *non* había problemas *nunca*, *nin ninguém* se metía con *ninguém*. Cantaba *sen xeito ningún* [*algún]. (ÁLVAREZ; XOVE, 2002)”). Tradução nossa.

75 LABELLE; ESPINAL (2014, p. 201)

percebido e validado em núcleos de número inferiores, de forma semelhante ao que acontece com os itens de polaridade. Isso demonstra a dependência sintática desses termos negativos. Ao contrário, para os quantificadores negativos, o item negativo abarca um escopo maior da estrutura sintática, pois não depende de outra estrutura sintática para a sua validação. Em uma abordagem diacrônica, ainda é possível observar a progressão do comportamento desses termos negativos. Obviamente, essa progressão não é realizada de forma aleatória, mas sim está condicionada a características sintáticas: a tendência é que evoluam de itens de polaridade para quantificadores negativos.

Além dos termos negativos destacados na Figura 3 mais acima, outros itens ganham evidência por se tornarem partículas enfáticas de polaridade, ou ainda, em sua evolução, podem vir a tornar-se um item de polaridade. São tratados pela literatura como minimizadores e existem em todas as línguas naturais. No português arcaico, o item *migalla*, acompanhado de *ne* (*ne migalla* ou *nemigalla*), representa essa função.⁷⁶

O catalão é uma língua românica que apresenta uma gama variada de minimizadores, conforme apontam diversos estudos como Rigau (2005), Batllori (2015)⁷⁷ e Tubau (2008)⁷⁸. Em Rigau (2005, p. 1), por exemplo, é possível observar a influência do minimizador *pla* sobre outros elementos:

- a. Abans en teníem *pla* més.
Before partitive (we) had *part.* more
'We really had a lot before'
- b. Treballem *pla* menys, ara.
(we) work *part.* less, now
'We sure work a lot less now than we used to!'

Conforme se verifica, a partícula minimizadora é capaz de dar ênfase aos itens *més* ("mais"), no exemplo a., e *menys* ("menos"), no exemplo b. Com isso, fica claro que os minimizadores, como *pla*, são licenciados conforme o contexto. Isso quer dizer que podem ser

76 Relembrem-se os exemplos de Moraes (2001, p. 188), como: "E do preço nê da rrouora nemigalha ficou por dar (1287 G 102)".

77 Em Batllori (2015, p. 351-352): "Catalan data confirm that historically minimizers can either become Polarity Items or Emphatic Polarity Particles with metalinguistic content depending on their having an [uNeg] feature or not. Modern Catalan *gota*, *gens* and *mica* 'any, nothing, none' lack this [uNeg] formal feature, whereas Modern Catalan *poc* 'no', *pla* 'no' and *pas* 'not at all' evolved into negative empathic polarity particles because of their [uNeg] formal feature". ("Dados do catalão confirmam que historicamente os minimizadores podem ou vir a ser Itens de Polaridade ou Partículas Enfáticas de Polaridade com conteúdo metalinguístico a depender da presença ou ausência [uNeg] de seus traços característicos. Em catalão moderno, *gota*, *gens* e *mica* 'nada' não apresentam essa característica formal [uNeg], enquanto em catalão moderno *poc* 'não', *pla* 'não' e *pas* 'não de todo' evoluíram para partículas de polaridade negativa devido ao seu traço formal [uNeg]"). Tradução nossa.

78 A autora, além de outras abordagens que faz dos itens negativos, destaca o licenciamento de *pas* em contextos não-verídicos em uma zona dialetal de Lérída.

licenciados em contextos afirmativos e também negativos; por isso, são também considerados itens de polaridade, já que o contexto será o responsável por validar a sua característica formal:

- a. Speaker A: Segur que en Pere et farà un regal.
sure that the Peter to-you will-do a present
'I'm sure Peter will give you a present.'
- b. Speaker B: Ell pla que em regalarà res. Si ni deu saber que és el meu aniversari.
he *part.* that to-me will-give nothing. If (he) not-even must know that (it) is my birthday
'Like heck he'll give me a present —he probably doesn't even know that today is my birthday!' (RIGAU, 2005, p. 6-7)

No contexto apresentado pelo exemplo acima, *pla* é uma partícula minimizadora utilizada para enfatizar um contexto negativo, o qual está diretamente relacionado com o item negativo *res*. A veracidade dessa negação embutida em *pla*, no contexto, pode ser facilmente verificada pela substituição do minimizador pelo próprio advérbio negativo *no*, como *Ell no em regalarà res*. Vale ressaltar, também, que *pla* é um minimizador escalar e que, portanto, pode ser utilizado em contextos afirmativos; nestes casos, enfatiza a afirmação da oração.

Ainda sobre os minimizadores na língua catalã, Llop (2013) faz um estudo acerca do uso de *cap* em uma variante dialetal, o *pallarès*, no qual também chega a conclusões de destaque sobre a evolução do termo e de seu peculiar emprego no dialeto.⁷⁹

A evolução dos termos negativos não se deteve, contudo, na passagem da fase latina para a fase romance, mas sim continuou, e ainda continua, perpassando por outras etapas das línguas já consolidadas. Observe-se o caso de *nullus* para o francês:

79 Sobre a evolução dos minimizadores e, em especial, a evolução de *cap*, Llop (2013, p. 33): “Aquesta constatació és coherent amb el fet que, segons Garzonio i Poletto (2008: 66; 2009: 101), inicialment, aquestes expressions podien ser descrites com a negacions emfàtiques, on l'èmfasi era obtingut negant el grau més petit d'una escala. Segons aquests autors, al final del procés diacrònic – amb estadis paral·lels al cicle de Jespersen; vegeu 5.2.-, quan els minimitzadors ja evolucionats esdevenen el morfema de la negació estàndard en una determinada varietat, perden la propietat d'expressar un grau mínim. És per això que alguns d'aquests elements han esdevinut marcadors negatius, aquest no és el cas de la majoria de les varietats catalanes, on *cap* ha seguit evolucionant un quantificador nominal.” (Esta constatação é coerente com o fato de que, segundo Garzonio i Poletto (2008: 66; 2009: 101), inicialmente, estas expressões podiam ser descritas como negações enfáticas, em que a ênfase era obtida negando o menor grau de uma escala. Segundo estes autores, ao final do processo diacrônico – com estágios paralelos ao ciclo de Jespersen; ver 5.2.-, quando os minimizadores já evoluídos transformam o morfema da negação padrão em uma determinada variedade, perdem a propriedade de expressar um grau mínimo. É por isso que alguns desses elementos se transformaram em marcadores negativos; este não é o caso da maioria das variedades catalãs, em que *cap* seguiu evoluindo como um quantificador nominal”). Tradução nossa.

Classical Latin nullus	Late Latin nullus	Old French nul	Middle French nul
Negative quantifier Op ⁻	N-word [uNeg] [+σ]	Polarity item [+σ]	N-word [uNeg] [+σ]

Quadro 2 - *Nullus*: do Latim Clássico ao Francês Medieval⁸⁰

Segundo os estudos realizados por Labelle; Espinal (2014), o termo latino *nullus*, do latim clássico, que operava com comportamento de quantificador negativo, apresenta uma trajetória interessante até chegar à língua francesa. No francês medieval, o termo recupera as características do latim tardio: as características formais que constituem o item latino *nullus*, a saber, [uNEG], [+σ] e *n-word*, são as mesmas apresentadas na etapa medieval da língua francesa. Em um estágio intermediário, porém, nomeado francês antigo, o comportamento de *nul* (<*nullus*) era de um item de polaridade.

Outra característica advinda, provavelmente, da fase romance e que permanece em muitas línguas românicas, como o castelhano e o catalão modernos, é o emprego dos termos “negativos” em sua forma afirmativa em estruturas não-verídicas⁸¹. Esta é uma forte característica formal apresentada nas línguas e que serve como argumento para provar a polaridade desses termos aqui em estudo:

- (4) a. Dubto que facis **res**
Doubt.1s that do.2s.SJV **nothing**
I doubt (s)he would do anything
b. Dudo que hagas **nada**
Doubt.1s that do.2s.SJV **nothing**
I doubt (s)he would do anything

- (5) a. Abans d'anar **enlloc**, mireu el plànol
Before of go.INF **nowhere** look.2P.IMP the map
Before going anywhere, take a look on the map
b. Antes de ir a **ningún sitio**, mirad el mapa
Before of go.INF **nowhere** look.2P.IMP the map
Before going anywhere, take a look on the map

- (6) a. Amb tanta repressió, ¿qui s'atreviria a fer **cap comentari**?
With so much repression who SE dare.3s.COND to do **no comment**
Wit all this repression, who would dare to make any comment?

⁸⁰ Labelle; Espinal (2014, p. 202)

⁸¹ Note-se que o catalão, como visto anteriormente, admite o emprego desse itens não somente em contextos anti-verídicos, mas também em contextos não-verídicos. Já o castelhano licencia esses itens de polaridade somente em contextos anti-verídicos.

(7) a. És massa d'hora per anar **enlloc**.
 be.3s too-much early for go.INF to **nowhere**
It is too early to go anywhere

(8) b. Es demasiado pronto para ir a **ningún sitio**.
 be.3s too-much early fo go.INF to **nowhere**
It is too early to go anywhere (VÁSQUEZ-ROJAS, M.; MARTÍN, T., 2007, p. 3)

Essas produções que perduram em catalão e castelhano, por exemplo, sugerem uma reminiscência dos termos negativos de um padrão não-normativo, ou melhor, não advindo do latim clássico, mas sim como produções significativas em língua vulgar. Diferentemente dessas línguas peninsulares, o português não compartilha de tais usos para os termos negativos.

Fatores que, provavelmente, contribuíram para a permanência da dupla negação nas línguas arcaicas são os mesmos que caracterizam a língua vulgar:

En el cas de la negació es conjuminen les dues tendències esmentades, ja que el sistema sintètic del llatí clàssic (basat en l'ús d'un únic mot negatiu en les oracions negatives) és substituït progressivament per un sistema analític, originàriament marcat expressivament, en què la partícula *no* és obligatòria en totes les oracions negatives i pot coaparèixer amb altres mots negatius, sense afectar, amb això, la interpretació negativa de l'oració.⁸² (PÉREZ-SALDANYA, 2004, p. 5-6).

De acordo com os esclarecimentos acima, então, o autor entende que a tendência analítica da língua vulgar constitui um forte aliado para a manutenção do fenômeno da duplicação negativa pré-verbal.

Não obstante, Maurer Jr se coloca de forma mais cautelosa perante às afirmações acima. Pondera de forma mais arrazoada sobre as características do latim vulgar e suas estruturas analíticas: “Um preconceito errôneo pode levar-nos a exagerar a origem popular das formas românicas: é o de que todas as formações analíticas são de criação popular”. (MAURER JR, 1962, p. 38). Sendo assim, poder-se-ia pensar que a forma estrutural da dupla

82 No caso da negação, combinam-se as duas tendências mencionadas, já que o sistema sintético do latim clássico (baseado no uso de uma única palavra negativa nas orações negativas) é substituído progressivamente por um sistema analítico, originalmente expressivamente marcado, em que a partícula *no* é obrigatória em todas as orações negativas e pode co-aparecer com as outras palavras negativas, sem afetar, com isso, a interpretação negativa da oração. Tradução nossa

negação pré-verbal era legítima já na língua clássica. Por outro lado, e em contraste⁸³ com a língua vulgar, a expressão semântica é a que se vê completamente afetada pelas modificações, pois denota, em um sistema e outro, concepções opostas de afirmação e negação.

De um modo geral, o sistema linguístico das línguas românicas é caracterizado pela perda abundante de diversas formas gramaticais, as quais, por sua vez, podem ter se manifestado primeiramente em latim vulgar. Se, por um lado, algumas formas se perderam totalmente, outras, contudo, foram substituídas por novas, que visavam alcançar uma maior clareza na comunicação do falante ou mesmo buscavam a ênfase. Essa tendência pode ser verificada em todas as línguas românicas e é inerente às necessidades estruturais de expressão das línguas.

Segundo Väänänen, são indefinidos⁸⁴ sobreviventes os seguintes termos:

Los indefinidos negativos *nullus* y *nemo* (que queda en rum. *nime*, a. it. *nimo*, log. *nemos*) soportan la competencia de *nec unus*, *neque unus*, por ej. Peregr. 8, 1 *ita ut nec unam habitationem habeat*; de donde it. *niuno*, rum. *niciun*, esp. *ninguno*, cat. *ningun*, prov. *negun*, port. *nenhum*; *nec ullus*, -a > a. fr. *neüls* (Juram. de Estrasburgo), *niule* (Eul.). *Nemo* y *nihil*, de las construcciones más expresivas *nemo natus* y *res nata*, ya Plauto Most. 447 *natus nemo in aedibus servat*, Ter. Ad. 295 e *re nata melius fieri haud potuit* (cf. fr. *pas une âme qui vive*); después, por elipsis, *natus*, *nata* a secas, que origina esp. *nadie*, *nada*; Gloss. Reich. *nihil*: *ne mica*, que está representado en rum. *nimic*, *nimică*, cf. fr. *ne... mie*; en lugar de *nihil* se encuentra también *nulla* (pl. n., o = *nulla res*?): Commod. 1, 17, 17 *maiestas... illorum nulla locuta est*; cf. it. *nulla* “nada”. (VÄÄNÄNEN, 1985, p. 222-223)⁸⁵

83 Ainda em Maurer Jr (1962, p. 13), pode-se admitir, mesmo antes da época ciceroniana, um contraste na língua falada. Se por um lado tem-se a língua da aristocracia romana, caracterizada pelo conservadorismo da flexão, rica e elegante, por outro está a língua da plebe, ou seja, a língua do povo, cujas características principais são a simplificação do sistema flexional e o uso de recursos para a construção analítica da frase.

84 Também em Maurer Jr (1959, p. 115-116) verifica-se que: “A língua vulgar desconhecia ou acabou por perder grande parte dos pronomes indefinidos clássicos, particularmente dos compostos, tais como *quiuvis*, *quispiam*, *quisquam*, *quidam*, *quilibet*, *quivis*, *quicumque*, *uterque*, etc. Dos indefinidos simples também desapareceram alguns, ou tornaram-se raros, e.g. *nihil*, *nemo*, *neuter*, *omnis*. Eliminaram-se correlativos e relativos indefinidos, como *tot*, *quot*, *qualiscumque*, *quotquot*, etc. [...] As línguas românicas apresentam muitas formações novas para substituir os indefinidos negativos latinos, mas muitas vezes se trata de criações regionais ou posteriores, que não interessam a uma reconstrução do aspecto geral do latim vulgar [...] São os seguintes indefinidos mais bem representados na România e, portanto, mais indiscutivelmente vivazes no latim vulgar: [...] *nullu*, *nulla* (e *nullum*?) com um plural neutro *nulla* (este poderia ser também o fem. singular: *nulla*, scil. *res*). Ocorre só no Ocidente: it. *nullo*, fr. *nul*, esp. ant. *nullo*, port. ant. *nulha* (e conf. log. *nudda* = it. *nulla*). O português *nulha* apresenta tratamento espanhol do -ll- [...] *Nemo* vive ainda no rumeno (*nime* e *nimeni*), no it. ant. *nimo*, cors. *nimmo*, log. *nemos* (com -s analógico de *alikus* (Salvioni, apud Wagner, *Flessione*, 45), e sem dúvida tinha extensão maior na época latina [...] Indefinidos novos no latim vulgar são [...] *Nec unus*. É panromânico: port. *nenhum*, esp. *ninguno*, fr. ant. *negun*, prov. *negun*, it. *niuno*, rum. *niciun* (*neque unus*).

85 Os indefinidos negativos *nullus* e *nemo* (que originam em rom. *nime*, a. it. *nimo*, log. *nemos*) suportam a competição de *nec unus*, *neque unus*, p.e. Peregr. 8,1 *ita ut nec unam habitationem habet*; de onde it. *niuno*, rum. *niciun*, esp. *ninguno*, cat. *ningun*, prov. *negun*, port. *nenhum*; *nec ullus*, -a > a. fr. *neüls* (Juram. De Estrasburgo), *niule* (Eul.). *Nemo* e *nihil*, das construções mais expressivas *nemo natus* e *res nata*, já Plauto Most.

Dessa reorganização dos itens negativos tanto na língua vulgar, no romance e, especialmente as que passaram para as línguas românicas, interessam, particularmente, os processos de progressão de *nada*, *nenhum* e *ninguém*, visto que são itens propensos a legitimar a concordância negativa pré-verbal.

1.2.1 A negação nas línguas românicas: contexto histórico-comparado

A reorganização de certos itens negativos, especialmente dos indefinidos, trouxe como consequência uma ambiguidade semântica oracional. Certos termos negativos são conhecidos por termos de polaridade fraca, o que significa dizer que necessitavam de outro elemento sintático para que, efetivamente, expressassem uma negação. Esses mesmos elementos servem, em contextos modais, para expressar ideias afirmativas. Segundo Pérez-Saldanya (2004, p. 6), esses termos se opõem aos de polaridade forte, que, *ipso facto*, impõem uma denotação negativa à proposição.

As orações modais que se efetivam sem nenhum problema de agramaticalidade em língua catalã moderna, não possuem produtividade no português brasileiro, nem tampouco no português europeu. Assim, o catalão mantém um nível de conservadorismo, no que se refere ao uso de elementos negativos, bastante diferente do português. Tomem-se os exemplos de Badia i Margarit (1962, p. 41)⁸⁶ e observe-se o contraste com o português:

Catalão Moderno	Português (Tradução Literal/agramatical)	Português (Tradução aceitável)
Han portat cap llibre?	“Trouxeram nenhum livro?”	Trouxeram algum livro?
Ha vingut ningú aquesta tarda?	“Veio ninguém esta tarde?”	Veio alguém esta tarde?
Hi ha res de nou?	“Há nada de novo?”	Há algo de novo?
L'heu trobat enlloc?	“Vocês o encontraram em nenhum lugar?”	Vocês o encontraram em algum lugar?

447 *natus nemo in aedibus servat*, Ter. Ad. 295 e *re nata melius fieri haud potuit* (cf. fr. *pas une âme qui vive*); depois, por elipse, *natus, nata* sozinhos, que originam esp. *nadie, nada*; Gloss. Reich. *nihil: ne mica*, que está representado em rom. *nimic, nimică*, cf. fr. *ne... mie*; no lugar de *nihil* se encontra também *nulla* (pl. n., o= *nulla res?*): Commod. 1, 17, 17 *maiestas... illorum nulla locuta est*; cf. it. *nulla* “nada”. (VÄÄNÄNEN, 1985, p. 222-223). Tradução nossa.

86 Os exemplos de Badia i Margarit são os da coluna “Catalão Moderno”.

L'has vist mai per aquí?	“Você a viu nunca por aqui?”	Você a viu alguma vez por aqui?
Teniu gens de pa?	“Vocês têm nada de pão?”	Vocês têm algo de pão?
Vejam si en té cap.	“Vejamos se tem nada (disso).”	Vejamos se tem algo (disso).
Ara ens diran si ha vingut ningú.	“Agora nos dirão se veio ninguém.”	Agora nos dirão se veio alguém.
Demana-li si en sap res.	“Pergunte-lhe se sabe de nenhuma coisa.”	Pergunte-lhe se sabe de alguma coisa.
Sabem que el busquen, però no sabem si el trobaran enlloc.	“Sabemos o que buscamos, mas não sabemos se o encontrarão em nenhum lugar.”	Sabemos o que buscamos, mas não sabemos se o encontrarão em algum lugar.
Vegeu de saber si ha dit mai semblant cosa.	“Tentem descobrir se nunca disse semelhante coisa.”	Tentem descobrir se algum dia disse semelhante coisa.
No sé pas si me'n sobre gens.	“Não sei se me resta nada (disso).”	Não sei se me resta algo (disso).
Si hi trobeu cap defecte, digueu-m'ho.	“Se encontram nenhum defeito, digam-me.”	Se encontram algum defeito, digam-me.
Si veus ningú que s'hi passegi, avisa'ns.	“Se você vir ninguém passeando, avise-nos.”	Se você vir alguém passeando, avise-nos.
Si et donen res, no ho prenguis.	“Se te derem nada, não pegue.”	Se te derem algo, não pegue.
Si veus enlloc un retrat seu, guarda-me'l.	“Se você vir em nenhum lugar um retrato seu, guarde-o para mim.”	Se você vir em algum lugar um retrato seu, guarde-o para mim.
Si mai els trobes, ja els ho pots dir.	“Se os encontrar nenhum dia, pode dizer a eles.”	Se os encontrar algum dia, pode dizer a eles.

Quadro 3 – Orações Modais: contraste catalão e português

A aceitabilidade dessas mesmas orações traduzidas ao português não seria possível se partisse de uma tradução literal. Isso acarretaria, sem exceção, em orações agramaticais.

O contraste estabelecido entre os exemplos do catalão e do português - português brasileiro ou mesmo português europeu - deixa claro que os elementos negativos nesta língua não podem ser concebidos como itens de polaridade, já que não são ambíguos. Assim, cria-se uma distância entre o catalão e o português e, ademais, criam-se características que separam a língua portuguesa moderna e a língua arcaica. Mesmo assim, parece ser possível resgatar alguns resquícios mínimos dessa formação ambígua dos termos negativos:

Anteposto a um substantivo, *algum* tem valor positivo. E, como dissemos, o contrário de *nenhum*:

Com ele podes arranjar alguma coisa. (Castro Soromenho, TM, 248)

Não havia nele senão aspiração a grandeza verdadeira; nenhum cabotinismo, nenhuma vaidade, e sim um compreensível orgulho. (Augusto Frederico Schmidt; F, 237)

Posposto a um substantivo, *algum* assumiu, na língua moderna, significação negativa, mais forte do que a expressa por *nenhum*. Em geral, o indefinido adquire este valor em frases onde já existem formas negativas, como *não*, *nem*, *sem*:

Já não morria naquele dia e não tinha pressa alguma em chegar a casa. (Ferreira de Castro, OC, II, 694).

Não escreveu, que eu saiba, livro algum. (Augusto Frederico Schmidt, GB, 71-72). (CUNHA; CINTRA (1992, p. 359).

Nos exemplos escolhidos pelos autores, fica patente, novamente, a influência da sintaxe sobre os termos negativos ou negativos fracos. O valor semântico, porém, é afetado com a escolha e posição do termo. Segundo eles, *algum*, ao assumir um valor negativo, torna-se mais expressivo [significação negativa mais forte] que o seu correspondente *nenhum*.⁸⁷ Observam ainda que

Nada significa “nenhuma coisa”, mas equivale a “alguma coisa” em frases interrogativas negativas do tipo:

O capitão não come nada?

Eu agradeço, minha senhora. (Jose Lins do Rego, FM, 317) (CUNHA; CINTRA, 1992, p. 362).

Este novo exemplo reforça que o tratamento arcaico dado a certos elementos negativos ainda existe, em certos registros da língua moderna, em português. A oração *O capitão não come nada?* não pode ser entendida meramente como uma oração negativa, mas sim como uma maneira cordial de se indagar se *o capitão* deseja comer *algo*.

Por todo o exposto, é plausível fomentar a ideia de que o português e o catalão não ocupam posições tão diametralmente opostas tal como ilustradas no quadro de Martins (2002, p. 280).⁸⁸

Segundo as constatações e reflexões da autora, o português seria a língua mais inovadora, dentre as línguas românicas, no que concerne ao tratamento de elementos negativos. Além de não aceitar a coocorrência de elementos negativos pré-verbais reforçados

⁸⁷ Observe-se, porém, que, enquanto o elemento *algum*, à margem direita, pode expressar um valor negativo, o elemento *nenhum*, independente de sua posição sintática, não é capaz de expressar um valor afirmativo.

⁸⁸ O referido quadro pode ser visto na seção A2. Objetivos Específicos. Note-se que a divisão proposta pela autora diverge da classificação estabelecida no Ciclo de Jespersen. Isso se deve ao fato de que, enquanto na última proposta é feito um estudo geral concernente à negação em diversas línguas, o primeiro, o estudo, não se limita somente às línguas românicas, mas também ao estudo da dupla negação, ou melhor, da concordância negativa. No que concerne especificamente às duas línguas em destaque no presente estudo, note-se que o português, segundo os critérios de Martins, fica isolado das demais línguas românicas com as quais compartilhava o grupo da fase I do Ciclo de Jespersen. Já o catalão, segundo os critérios do Ciclo, não estava agrupado com nenhuma língua românica, e sim formava um grupo, na fase II, apenas com o berbere. Portanto, não é nenhuma surpresa que continue, também na divisão proposta por Martins, em isolamento.

pela partícula *não*, tampouco concebe a ocorrência de elementos negativos em contextos modais não negativos. Ao contrário, línguas românicas como o galego, o castelhano, o italiano e o francês, apesar de não licenciarem a dupla negação pré-verbal, são capazes de efetivar os elementos negativos em orações modais, formando assim, um grupo bastante coeso no que se refere ao tratamento de elementos negativos.

A língua portuguesa serve de contraste ao se falar da língua romena. Enquanto esta poderia ser perfeitamente agrupada à primeira linha do quadro de Martins – juntamente com os “Romances ‘antigos’ (1ª fase)”, aquela ocupa a posição oposta, representada pela última linha do quadro, o que lhe concede o caráter de língua mais inovadora e distanciada das demais línguas românicas. Em romeno moderno, ainda se preserva a dupla negação, seja pré-verbal ou pós verbal, conforme se observam nos exemplos e explicação de Dobrinesco (1978, p. 182):

Adverbele negative cer întrodeauna un verb acompaniat de un adverb de negatie: nu ... niciodată, nu ... nicăieri [...]

Nu era nimeni acolo. Ninguém estava lá.

Nimeni nu putea intra. Ninguém podia entrar.⁸⁹

Conforme se observa, o romeno valida as suas proposições negativas a partir de construções que exigem a dupla negação. No primeiro exemplo expresso pelo autor, *Nu era nimeni acolo*, percebe-se que a estrutura empregada é [NÃO V NEG], ou seja, trata-se de uma dupla negação pós-verbal. No entanto, o segundo exemplo exposto, *Nimeni nu putea intra*, constitui um caso de negação [NEG NÃO V], ou seja, trata-se efetivamente de uma dupla negação pré-verbal. Este último tipo de proposição negativa se dá, exatamente, nos moldes da língua vulgar ou dos romances antigos.

Seguindo, ainda, a organização do quadro de Martins (2002, p. 280), o catalão é, também, uma língua bastante conservadora do fenômeno da dupla negação pré-verbal, visto que valida as proposições negativas nos mesmos moldes da 2ª fase dos romances antigos. Recorde-se, ademais, que a referida fase romance é caracterizada pela instabilidade da concordância negativa pré-verbal, ou seja, é uma fase em que se inicia um período de opcionalidade em detrimento da obrigatoriedade.

89 Advérbios negativos pedem sempre um verbo acompanhado de um advérbio de negação: *nu ... niciodată, nu ... nicăieri [...]*

Nu era nimeni acolo.

Ninguém estava lá.

Nimeni nu putea intra.

Ninguém podia entrar. Versão nossa.

As constatações de Martins revelam um agrupamento bastante coeso entre algumas línguas românicas, a saber, o galego, o castelhano, o italiano e o francês. De acordo com o quadro proposto, essas línguas se encontram em um estágio intermediário de inovação do fenômeno, o qual pode ser entendido da seguinte maneira: enquanto, por um lado, não concebem a efetivação de uma proposição negativa formada por um indefinido negativo licenciado por *não* antes do verbo, [NEG NÃO V], admitem, por outro, a legitimação de indefinidos negativos em contextos modais. Atente-se para o seguinte caso: “¿*Non* terás *algunha* ~ *ningunha* novela por aí que inda non lese?” (ÁLVAREZ; XOVE, 2002, p. 192). Neste exemplo do galego, fica patente que o emprego do indefinido negativo *ningunha* equivale ao indefinido afirmativo *algunha*. Tem-se, então, um caso de legitimação de indefinido negativo em contexto modal (orações interrogativas ou condicionais).

Finalmente, no degrau que encerra o quadro de Martins, encontra-se a língua portuguesa. Ao que se nota, o português, em conformidade com as línguas românicas descritas no parágrafo acima, não concebe a legitimação de proposições negativas formadas a partir de [NEG NÃO V], ou seja, a coocorrência de itens negativos com *não* em posição pré-verbal. Contudo, o português se distancia dessas mesmas línguas em um segundo ponto: não é capaz de legitimar itens negativos em contextos modais. Essa capacidade, verificada na língua arcaica, como em: “*A mi nunca bem venha, se eu vejo no mundo ren que a mi tolha desejo de vós*”⁹⁰, não caracteriza mais a língua moderna/contemporânea. Dessa forma, Martins propõe um isolamento da língua portuguesa para a análise do fenômeno da dupla negação pré-verbal.

O funcionamento dos itens negativos na fase romance é, *a priori*, o que permanece nas línguas românicas arcaicas; i.e., a negação se efetivava com a duplicação de termo negativo pré-verbal. Nesta fase, porém, o fenômeno passa a acentuar a instabilidade perfilada pela fase romance: observa-se um caráter de opcionalidade no emprego de duas negações pré-verbais para a construção de proposições negativas.

É dessa forma que se vislumbra a inovação de certos termos negativos: a primeira característica é a passagem de elementos de polaridade negativa fraca, a qual culmina, ao longo de sua história, em itens de polaridade forte, prescindindo, nesta última etapa, da duplicação da negação.

Se, em um primeiro momento, determinados termos negativos admitiam certa mobilidade polar, a consolidação das línguas românicas tende a desfazer essa ambiguidade

90 Hüber, J. (1986, p. 293).

léxica, validando, em geral, essa característica somente nos contextos modais⁹¹. A tendência geral observável na progressão dos termos negativos, em posição pré-verbal, começa a prescindir da concordância negativa, o que preconiza a mudança dos referidos termos para negativos fortes. O termo *no*, advérbio negativo por excelência entre as línguas românicas, servirá, juntamente com alguns outros elementos, como termo definidor da polaridade de itens como os indefinidos *nada*, *ninguém* e *nenhum*⁹².

De acordo com Martins (1996, p. 182), o século XV - época em que as línguas românicas já estão bem caracterizadas e definidas⁹³ - é representativo de um cenário mais ou menos homogêneo no que tange à progressão dos termos negativos: observa-se a expressão do traço [iNeg] com mais vigor; ou seja, os termos negativos passam a prescindir de concordância para a legitimação da negação. Essa situação contrasta com os séculos anteriores, como XIII e XIV, em que se sugere o estabelecimento de duas variantes negativas; nesses casos, é recorrente a situação de oscilação da duplicação negativa pré-verbal. Ou seja, ora se apresentam negativas com duplicação pré-verbal [NEG NÃO V], ora as negativas se apresentam em sua forma simples [NEG V]; neste último caso, a ocorrência simples pré-verbal é a ponta de um indício de que o elemento começa a apresentar-se com traço formal de um elemento negativo forte.⁹⁴

Para a língua portuguesa, ao que parece, é no século XV, fim do período arcaico da língua, que esse caráter opcional de duplicação da negativa pré-verbal começa a se instaurar. Antes dela, porém, a língua italiana se configura como precursora da estabilização do fenômeno da dupla negação:

Nos dialectos italianos centro-meridionais a situação é de oscilação já nos textos do século XIII, como mostra (20); além disso, a construção de “dupla negação” ocorre já então com muito menor frequência que a construção alternativa; a partir do século XIV a situação moderna aparece estabelecida. (MARTINS, 1996, p. 181)

O caminho prematuramente encontrado pelo italiano e seguido pelas demais línguas românicas, em geral, foi o de manter uma estabilidade nas orações negativas, i.e., efetiva-se a negação a partir do modelo pré-verbal simples [NEG V]. Obviamente, ainda se concebe

91 Recorde-se, também, que existem correntes que se inclinam mais pela sintaxe ou pela pragmática para explicar esse tipo de licenciamento dos itens de polaridade. É o caso, por exemplo, de Larrivé (2014, p. 41-42).

92 O termo *nunca*, ao qual se referiu em outras oportunidades, parece ter se tornado muito cedo um operador negativo pleno. (conf. DA COSTA SOUZA (2011))

93 Entende-se essa afirmação como uma oposição ou transição da fase anterior, i.e., o romance.

94 No italiano, porém, essa situação de oscilação já é observável desde um século antes, ou seja, desde o século XIV.

como forma legítima a dupla negação pós-verbal. O português, assim como as outras línguas, inicia esse período de instabilidade no sistema das orações negativas mais tarde que o italiano. Vejam-se os seguintes exemplos:

- a. (Port.) Nenhuũ podera seer emlegido a semelhante homrra (Fernão Lopes, *Cr. D. João I*, parte I, 373)
- b. (Port.) Nehuũ nom mostrava que era famiinto (Fernão Lopes, *Cr. D. João I*, parte I, 270)
- c. (Port.) Nêhũu fala (*Imitatio Christi*. Posner 1984: 15)
- d. (Port.) Nêhũu nõ pode ser delas escusado (*Imitatio Christi*. Posner 1984: 15)
- e. (Ital.) Mai nessuno Omo non si può guardare (Chiario Davanzati [escritor florentino do séc. XIII]. Posner 1984:21, n. 23)
- f. (Ital.) Nesuna gioia creo – che’n esto mondo sai (Chiario Davanzati. Posner 1984:21, n. 23). (MARTINS, 1996, p.180)⁹⁵

A dinâmica de emprego facultativo, ou oscilação, da interpretação das proposições negativas pré-verbais, sugeridas nos exemplos mais acima, é uma tese corroborada e explicada por Moraes (2001, p. 188), no que concerne à língua portuguesa:

Como os resultados mostram, porém, a presença categórica do *não* com as expressões negativas em posição pré-verbal já parece ganhar um colorido de “opcionalidade”, justamente nos primeiros tempos do período arcaico, embora a percentagem da ordem ItemNeg-não seja bastante superior. O interessante, porém, é que a variação observada se restringiu a sentenças do tipo “formulaicas” pertencentes aos séculos XIII e XIV.

- (11) a. e do preço nê hũa cousa a uos ficou por dar (1290 L 223)
- b. E do preço nê da rrouora nemigalha ficou por dar (1287 G 102)
- c. E do prezo e da rouora nemigalla en deujda ffjou por dar (1295 G 108)
- d. E do preço nêhũa cousa ficou por dar (NO 1318-22)
- e. E do preço nê da robora nê do faiuyzo nõ ficou ende nê una coufa por dar nem por pagar (1298 G 105)
- f. E do preço nê da reuora nada nõ ficou por dar (1329 NO 34)
- g. E do preço nê da Reuora nêhũa Cousa nõ ficou por dar (1353 NO 8)
- h. E do preço nê hũa cousa nõ ficou por dar (1297 L 152)⁹⁶.

Nesses exemplos, delimita-se um recorte temporal que remonta, realmente, os dois primeiros séculos do período arcaico da língua portuguesa. A constatação de alternância do uso da concordância negativa pré-verbal, pode sugerir, ainda, que esse sistema de negação havia se estabelecido, na passagem do romance para as línguas românicas, já de uma forma

95 (Grifos nossos).

96 (Grifos nossos). Com os exemplos selecionados pela autora, constata-se irregularidades no sistema da formação das negativas pré-verbais. São exemplos de duplicação [NEG NÃO V] os itens: *b*, *e*, *f*, *g*, *h* são representações de itens negativos já fortalecidos, [NEG V]: *a*, *c*, *d*. A oração do exemplo *e* agrupa diversos itens negativos; a concordância negativa se efetiva, porém, apenas no primeiro elemento que aparece (*nê... nõ*). Os demais itens negativos da oração aparecem em sua forma simples: *nê una coufa por dar*; *nem por pagar*).

enfraquecida. E, no século XV, transição do período arcaico para o moderno, a situação seria condizente com as afirmações de Martins (1996, p. 182), em que é observável um notável fortalecimento dos itens negativos, os quais passam a ser compreendidos como elementos negativos fortes.

A respeito da preservação dos elementos negativos em contextos modais, observa-se em Martins (1996, p. 183):

No período medieval e clássico, e em todas as línguas românicas, palavras como *nenhum*, *nada*, *ninguém* ocorrem com frequência em contextos nos quais não estão associadas a uma interpretação negativa. Nomeadamente em: construções com verbos modais [...]; Ou com predicados de “proibição” e “dúvida” [...]; frases interrogativas [...]; frases de modalidade imperativa [...]; construções hipotéticas, condicionais [...]; Ou concessivas [...]; construções comparativas [...]; E outras construções de graduação (envolvendo advérbios de “quantificação”) [...], construções temporais introduzidas por “antes que” [...]; construções genéricas [...].

Assim, em algum ponto entre o estágio arcaico e o moderno das línguas românicas, o emprego de termos negativos, sem denotação negativa, ainda se efetiva, inclusive no português. São esses os denominados contextos modais⁹⁷, em que os termos são passíveis de manifestarem a sua forma ambígua. A efetivação e especificação do elemento com carga afirmativa pressupõe uma forte oposição semântica desses termos em relação ao latim clássico, já que, em latim, o termo “negativo” por si só denota uma negação, enquanto que a forma duplicada a anula a sentença. Dito de outro modo, em latim, a dupla negação equivalia a uma afirmação.

Porém, o português parece destoar desse grupo mais ou menos coeso:

Nos domínios galego, castelhano, italiano e francês, a “dupla negação” não é permitida (cf. Martins 1996, 2000), mas os indefinidos negativos podem ser legitimados em contextos modais não negativos (onde competem, em situação de “desvantagem”, com os indefinidos positivos) – cf. 40 a 46. O português dos séculos XVII a XIX seria possivelmente caracterizável nos mesmos termos [...]. (MARTINS, 2002, p. 279)

Conforme se observa, os contextos modais ainda são legítimos em muitas línguas românicas, ainda que o uso não seja muito frequente. Para o português europeu, ao contrário, a autora não consegue atribuir a legitimidade a esse tipo de oração. A fim de ilustrar melhor o entendimento da negação em outras línguas, foram selecionados os exemplos a seguir:

a. Non ho visto nessuno.

*Ho visto nessuno (Italian)

97 Cf. orações modais exemplificadas em 1.2.

b. No he visto a nadie.	*He visto a nadie (Spanish)
c. No he vist ningú.	*He vist a ningú. (Catalan)
d. Não vi ninguém. [sic]	*Vi ninguém. (Portuguese) [sic]
e. Nu am vazut pe nimeni. [sic]	*Am vazut pe nimeni. (Romanian) [sic]

Os exemplos acima, de Zanuttini (1991, p. 161), sugerem que as línguas românicas exigem o emprego da dupla negação pós-verbal, como se observa na primeira coluna. Contudo, a omissão da concordância negativa, na segunda coluna, em todas as línguas ilustradas, provoca casos de agramaticalidade⁹⁸. Dessa forma, tem-se uma aparente generalização, entre as línguas românicas, em se obrigar a concordância negativa em posição pós-verbal [NEG V NEG].

Para o romeno, no entanto, a situação é diferenciada das demais línguas aparentadas. Conforme as discussões da seção anterior e de acordo com o quadro proposto por Martins (2002, p. 280), o romeno é a língua que apresenta uma maior conservação do fenômeno da dupla negação pré-verbal. Vê-se essa constatação em:

Presentemente, pelo contrário, a “dupla negação” tem carácter obrigatório no romeno, que assim apresenta uma evolução que se opõe ao sentido da mudança registrada nas restantes línguas românicas- e que tem sido atribuído à influência eslava [...]

Em consequência deste processo evolutivo, o romeno coincide hoje, no aspecto relevante, com os dialectos românicos ocidentais mais conservadores. A maior parte dos dialectos reto-românicos (friulano, engadino, ladino) bem como os dialectos italianos do nordeste (duma área que se estende até Bolonha e inclui os dialectos vêneto e emiliano) continuam a usar consistentemente, como no período medieval, o marcador da negação predicativa com indefinidos negativos pré-verbais”. (MARTINS, 1996, p. 182)

Como visto, o romeno, em conjunto com alguns dialetos da península itálica, é uma língua que ainda concebe a dupla negação pré-verbal como uma necessidade da legitimação da oração negativa, i.e., de forma obrigatória. Contudo, nos dizeres da autora, a conservação do fenômeno sugere a influência de outras línguas, como as de origem eslava. Assim sendo, entende-se que o romeno tenha sido beneficiado por outros elementos linguísticos, de origem não latina, que, por alguma razão, contribuíram para a continuidade e posterioridade da dupla negação pré-verbal.

⁹⁸ O exemplo dado ao português seria aceitável para a variedade do português brasileiro, em que se observa uma difundida produção do padrão [V NEG].

Segundo as observações apontadas até o presente momento, o castelhano segue a tendência das demais línguas românicas: passa a entender, pouco a pouco, os elementos como negativos fortes, o que, evidentemente, torna a língua desobrigada a efetivar a dupla negativa pré-verbal e, com isso, o fenômeno em estudo passa a ser agramatical na língua. No entanto, estudos recentes apontam para uma outra direção. Contemporaneamente, a dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V] é admitida em algumas variedades linguísticas do castelhano:

Although it is generally claimed that preverbal *n*-words are incompatible with sentential *no* in Spanish, some forms of spoken Spanish in Paraguay, Argentina and Chile are reported to use the adverb *no* after an *n*-word (RAE 2009). Furthermore, the examples in this note show that in some forms of Basque Spanish preverbal *n*-words including subjects and preposed objects can take *no* (i), and that the negative marker is optional with a preverbal Topic *n*-phrase but obligatory if the preverbal *n*-phrase occurs to the left of a *wh*-complementiser (ii).

(i) a. Aquí *nadie no* sabe sobre eso.
here nobody not knows about that
'Here nobody knows about that.'

b. Con este alcalde *nada no* tiene sentido.
with this mayor nothing not has sense
'With this mayor, nothing makes sense.'
(Franco and Landa 2006: 35, exs. 4 and 5)

(ii) a. *Ninguna* de las disculpas que me des (*no*) me van a hacer cambiar de opinión.
none of the excuses that me give not me go to make change of opinión

b. A *ninguno* de ellos, dime por qué *no* los invitaste a la fiesta.
to none of them tell me why not them invited you to the party
(Martín-González 2000: 166-7, exs. (8) and (11))
Examples such as (i) have not been reported to be possible in the Madrid area. Examples such as (ii) involve topicalization and, hence, are structurally different from the kind of data we consider in this paper. (ESPINAL et al., 2015, p. 150)⁹⁹

99 Embora seja geralmente alegado que *n-words* pré-verbais são incompatíveis com o sentencial *no* do espanhol, algumas formas de espanhol falado no Paraguai, Argentina e Chile são relatados por usarem o advérbio *no* depois de um *n-word* (RAE 2009). Além disso, os exemplos neste documento mostram que, em algumas formas de *n-words* pré-verbais no espanhol basco, incluindo sujeitos e objetos preposicionados, podem levar o *no* (i), e que o marcador negativo é opcional com um tema pré-verbal de *n-phrase*, mas obrigatório se a *n-phrase* pré-verbal aparece à esquerda de um *wh-complementiser* (II).

(i) a. Aquí *nadie no* sabe sobre eso.
here nobody not knows about that
'Here nobody knows about that.'

b. Con este alcalde *nada no* tiene sentido.
with this mayor nothing not has sense
'With this mayor, nothing makes sense.'
(Franco and Landa 2006: 35, exs. 4 and 5)

Os comentários tecidos por Espinal et al. (2015) encontram-se em nota de rodapé de seu artigo. No entanto, a envergadura das afirmações acima agrega valor a este estudo, visto que contrasta outras variedades do castelhano com a variedade madrilenha. O fato de relatar a existência na língua castelhana em variedades como Paraguai, Argentina e Chile, reforça ainda mais a teoria de que a dupla negação pré-verbal está presente também nas variedades do português brasileiro.

Ainda neste sentido, os estudos de Tubau (2008, p. 236) também corroboram as mesmas teorias ao dar testemunhos como o seguinte exemplo:

Nunca no nos ha faltado de comer (Basque Spanish)
n-ever not CL.1PL has lacked
'We never have run short of food'

Depreende-se, assim, que a existência da dupla negação pré-verbal pode ser considerada com um fator fragmentador e gerador de variáveis linguísticas no sistema do castelhano, não somente o americano, mas também o castelhano peninsular, como demonstrado pelos exemplos do espanhol basco.

Para ir um pouco além das considerações tecidas até o momento, Zeijlstra (2004) demonstra que o francês coloquial e o estandar encontram-se em estágios diferentes no Ciclo de Jespersen:

Jean (ne) mange pas	Coll. French
Jean neg eats neg	
'Jean doesn't eat'	(ZEIJLSTRA, 2004, p. 137)

No francês coloquial, conforme os dados obtidos pelo autor, a concordância negativa entre *ne* e *pas* é opcional. Basta esta diferença no tratamento da negação para levar ao distanciamento em uma fase no Ciclo de Jespersen: enquanto o francês coloquial encontra-se

(ii) a. *Ninguna* de las disculpas que me des (*no*) me van a hacer cambiar de opinión.
none of the excuses that me give not me go to make change of opinión

b. *A ninguno* de ellos, dime por qué *no* los invitaste a la fiesta.
to none of them tell me why not them invited you to the party
(Martín-González 2000: 166-7, exs. (8) and (11))

Exemplos tais como (i) não foram relatados como sendo possíveis na zona de Madrid. Exemplos como (ii) envolvem topicalização e, portanto, são estruturalmente diferentes dos tipos de dados que consideramos neste trabalho. (ESPINAL et al., 2015, p. 150). Tradução nossa.

classificado na fase IV do Ciclo, a variedade estandar da língua ainda se encontra na fase III. Fragmentações ainda maiores podem ser obtidas se se tomarem em consideração outras variedades:

Il parle pas de toi He speaks neg of you 'He doesn't speak about you'	Quebecois (ZEIJLSTRA, 2004, p. 141)
Je jugue pas personne I judge neg n-body 'I don't judge anybody'	Quebecois (ZEIJLSTRA, 2004, p. 142)

Somando-se o tratamento que o francês do Quebec concede à negação com o tratamento dado ao uso do Imperativo, esta variedade da língua é classificada na fase V do Ciclo de Jespersen, distanciando-se, de forma considerável, do francês estandar.

Voltando-se, uma vez mais, à comparação das línguas peninsulares, a saber, português, castelhano e catalão, observem-se os exemplos a seguir:

- a. Es inútil hacer *nada* por él.
É inútil fazer *alguma coisa* por ele.
 - b. Es la última vez que te digo *nada*.
É a última vez que te digo *alguma coisa*. (apud Suner, 1995)
 - c. Me preguntaron si *nadie* sabía la respuesta.
Me perguntaram se *alguém* sabia a resposta.
 - d. Dudo que venga *nadie*.
Duvido que venha *alguém*. (Bosque, 1986. *Apud* Martins, 1996).
 - [...]
 - a. Que vol res *ningú*?
Quer *nada* *ninguém*?
Alguém quer alguma coisa?
 - b. Si vol *res/ ningú*, aviseu-me.
Se quer *nada/ ningúem*, avise-me.
Se *alguém* quer alguma coisa, avise-me. (Apud Vallduví, 1994).
- (MORAIS, 2001, p.157)

A partir da observação dos exemplos de Morais¹⁰⁰, ao cotejar orações em português, castelhano e catalão, permite-se aproximar mais estas duas últimas línguas entre si do que as mesmas do português. Dentre as três, a língua portuguesa não admite a validação de termos negativos em contextos modais, característica esta perdida ou enfraquecida ainda no princípio do período moderno da língua. No que tange, então, à evolução dos itens negativos, as três línguas peninsulares comparadas nos exemplos encontram-se em estágios diferentes.

¹⁰⁰ Os exemplos selecionados para a língua portuguesa, acredita-se, expressam-se melhor com o uso de * para as orações que não seriam concebíveis na língua, como 13 (a) Quer *nada* *ninguém*? e 13 (b) Se quer *nada/ninguém*, avise-me.

No que concerne à língua catalã, o processo de fortalecimento dos termos negativos é observado, o que corrobora, novamente, para se admitir uma situação generalizada da inovação do fenômeno. Observe-se:

Todos estos indefinidos llegan a poseer valor negativo por haberse usado en frases negativas (*no n'hi ha cap, no sap res*), hasta que se sienten siempre negativos, incluso contruïdos solos. De todas maneras, el uso antiguo no contaminado de negación, pervive en oraciones hipotéticas o interrogativas como las siguientes: *si hi ha cap home, hi ha ningú?*, *si hi ha res millor*; por ello la gramática preceptúa que estos indefinidos, cuando se usan en frases efectivamente negativas, han de ir reforzados con un adverbio de negación. (BADIA I MARGARIT, 1951, p. 293)¹⁰¹

Badia i Margarit faz menção a dois processos importantes das orações negativas: o primeiro, sobre o licenciamento de certos termos como negativos devido ao seu frequente uso em frases negativas. O segundo, sobre o uso desses mesmos termos (negativos) em contextos não negativos, ou seja, em contextos modais. Também Pérez-Saldanya (2004, p. 7), chega a conclusões semelhantes: o enfraquecimento da concordância negativa pré-verbal se deve ao entendimento pleno dos itens com uma denotação negativa. Como consequência de tudo isso, estabelece-se um caráter opcional de efetivação da dupla negação.

Outras línguas românicas, como o francês e o galego, encontram-se em um mesmo e coeso grupo, em que a dupla negação pré-verbal foi abolida em favor de [NEG V]. O português estândar contemporâneo compartilha também dessa característica, mas se distancia, por outro lado, por não legitimar o uso de termos negativos, sem essa denotação, em contextos modais.

De todas as considerações tecidas até o momento sobre o sistema de negação pré-verbal nas línguas românicas, faz-se necessário estabelecer algumas afirmações e modalizações concernentes à língua portuguesa, -português europeu e também português brasileiro,- e também à língua catalã. Pretende-se, a partir deste momento, contrastar o funcionamento e o entendimento das proposições negativas que são objeto deste estudo, no estágio arcaico e moderno/contemporâneo.

101 Todos os indefinidos chegam a possuir valor negativo por ter-se usado em frases negativas (*no n'hi ha cap, no sap res*), até que se sentem sempre negativos, mesmo contruïdos sozinhos. De qualquer maneira, o uso antigo não contaminado de negação, sobrevive em orações hipotéticas ou interrogativas como as seguintes: *si hi ha cap home, hi ha ningú?*, *si hi ha res millor*; por isso a gramática prescreve que estes indefinidos, quando usados em frases efetivamente negativas, devem ser reforçados com um advérbio de negação. Tradução nossa

1.3 O estágio arcaico frente ao moderno/contemporâneo: o português e o catalão.

Na presente seção, propõe-se revisar a progressão dos termos negativos e tentar esclarecer a dissociação tanto do português europeu, e, em menor escala, do português brasileiro, quanto do catalão do grupo das demais línguas românicas. Tal dissociação se refere à posição que estas duas línguas ocupam, em especial, em estágio moderno/contemporâneo, no que tange ao uso de proposições negativas pré-verbais. Em oposição a uma generalização do fenômeno da duplicação negativa herdada do romance, línguas modernas como o galego, o castelhano, o italiano e o francês se agrupam da seguinte maneira: os indefinidos negativos não são passíveis de coocorrerem, em posição pré-verbal, com o advérbio *não*. No entanto, esse grupo ainda apresenta uma reminiscência do estágio arcaico, a saber, o emprego de certos itens negativos validados em orações que não expressam a negação, ou seja, contextos modais. (MARTINS, 2002, p. 280).

O catalão e o português, no entanto, não se enquadram nessa tendência. Por um lado, no que tange ao tratamento concedido ao fenômeno da dupla negação e do tratamento aos itens negativos aqui estudados, o catalão é reconhecido como língua com traços mais arcaizantes – depois do romeno -, já que está agrupado com os romances antigos (de 2ª fase). Por outro, tem-se o português, que se encontra sem agrupamento, isolado, não compartilhando características com nenhuma outra língua do bloco românico, segundo os dados apresentados e organizados no quadro de Martins (2002, p. 280). O panorama que se traça, então, é o de uma oposição contundente que implica no estabelecimento de uma dicotomia do tipo conservação/ inovação. Como “conservação”, entende-se o fenômeno da concordância negativa pré-verbal na língua catalã, nos moldes como se efetivava no romance de 2ª fase. Já a “inovação” é atribuída à língua portuguesa, português europeu, que se encontra em estágio mais inovador do fenômeno, pois além de não legitimar a dupla negação, tampouco permite que os termos negativos sejam validados como afirmações em contextos modais.

A língua catalã, assim como a segunda fase do romance, apresentava um quadro de oscilação, em que, de maneira aleatória, ora prescindia, ora empregava o segundo elemento negativo. Em palavras de Pérez-Saldanya; Torrent (2006, p.10) “a llarg de l’edat mitjana es constata la tendència a elidir l’adverbi *no* en les oracions negatives que contenen un mot

negatiu en posició preverbal”¹⁰². Isso reforça a ideia de que o catalão conheceu, ao mesmo tempo que as demais línguas, a opcionalidade do emprego da concordância negativa pré-verbal.

É essa, ainda, a situação que hoje se mantém nessa língua, como se observa em:

O catalão, por sua vez, mantém ainda hoje a situação de opcionalidade (a que chegou no final da Idade Média) no que diz respeito à presença do marcador de negação predicativa:

- a. Res funciona (Vallduví 1994: 274)
- b. Res no funciona (Vallduví 1994: 274)
- c. Ningú m’ha vist (Badia Margarit 1962: 40)
- d. Ningú no m’ha vist (Badia Margarit 1962: 40). (MARTINS, 1996, p. 182)

De fato, esses elementos passam a designar também a negação, mas, em sua essência, não apresentam, necessariamente, esse valor. Segundo creem alguns autores, é somente com o uso profícuo desses elementos em orações negativas que, pouco a pouco, eles passam a denotar a negação e a serem interpretados como elementos negativos fortes. Badia i Margarit (1951, p. 293) atenta para essa conjuntura:

Todos estos indefinidos llegan a poseer valor negativo por haberse usado en frases negativas (*no n’hi ha cap, no sap res*), hasta que se sienten siempre negativos, incluso contruidos solos. De todas maneras, el uso antiguo no contaminado de negación, pervive en oraciones hipotéticas o interrogativas como las siguientes: *si hi ha cap home, hi ha ningú?, si hi ha res millor*; por ello la gramática preceptúa que estos indefinidos, cuando se usan en frases efectivamente negativas, han de ir reforzados con un adverbio de negación.¹⁰³

De qualquer maneira, o enfraquecimento do fenômeno da duplicação negativa é um fator que dá alento, tanto no catalão quanto nas demais línguas românicas, ao caráter opcional da concordância desde os estágios mais antigos das línguas. O catalão, então, apresenta, para a língua contemporânea, a mesma situação documentada nos textos medievais¹⁰⁴. Se o uso

102 “Ao longo da Idade Média, constata-se a tendência a elidir o advérbio *no* nas orações negativas que contêm uma palavra negativa em posição pré-verbal”. Tradução nossa

103 “Todos estes indefinidos chegam a possuir valor negativo por terem sido usados em frases negativas (*no n’hi ha cap, no sap res*), até que se usam sempre negativos, inclusive contruídos sozinhos. De qualquer maneira, o uso antigo não contaminado de negação, sobrevive em orações hipotéticas ou interrogativas como as seguintes: *si hi ha cap home, hi ha ningú?, si hi ha res millor*; por isso, a gramática preceptua que estes indefinidos necessitam ser reforçados com um advérbio de negação”. Tradução nossa

104 Pérez-Saldanya; Torrent (2006, p. 11) ainda afirmam que “El sistema del català antic no es manté de manera homogènia al llarg de l’edat mitjana i ja en textos medievals es pot rastrejar una certa relaxació del fenomen de la concordança negativa quan el TPN s’anteposa al verb”, e que “l’absorció de la partícula *no* no és idèntica en tots els TPN i es produeix al llarg d’un període molt dilatat de temps”. (“O sistema do catalão antigo não se mantém de maneira homogênea ao longo da Idade Média e já em textos medievais é possível observar um certo

opcional já era uma característica desse estágio arcaico de língua, pode-se conceber, *grosso modo*, que os sistemas arcaico e moderno/contemporâneo são congêneres.

É necessário, contudo, estabelecer algumas modalizações sobre as asserções colocadas acima. Não se pode afirmar, de forma categórica, que o enfraquecimento do fenômeno e a posterior releitura de termos negativos como efetivamente negativos fortes tenham se dado ao mesmo tempo para todos os elementos negativos (indefinidos, advérbios etc.). Segundo Pérez-Saldanya; Torrent (2006, p.10), o processo de enfraquecimento seguiu uma coerência própria, afetando gradualmente os elementos negativos. Sobre essas questões, discorrem os autores: “[...] l’elisió va des dels elements que ocupen les posicions més externes en la jerarquia oracional als que ocupen les posicions més internes”¹⁰⁵.

Com essas e outras análises, os autores aventam a hipótese de que, em um primeiro estágio, fenômeno incide sobre *no* (*ne*); em um segundo estágio, que teria se efetivado por volta do final do século XIV, prossegue de forma contundente sobre itens como *null temps*, *james*, *jamai*, *mai*, *nunca*. Em um terceiro e último estágio, que se deu às voltas da Idade Moderna, o enfraquecimento atinge termos como *nengun* (e variantes) e *res*.

Em seu estágio moderno, o catalão apresenta-se em uma etapa intermédia da inovação, de acordo com as concepções de Martins vistas em:

Numa fase intermédia do processo evolutivo, os indefinidos negativos terão sido lexicalmente ambíguos entre itens de polaridade negativa fracos e itens de polaridade negativa fortes, do que decorre a aparente opcionalidade de *não*, quando um indefinido negativo ocorre em posição pré-verbal. Modernamente, o catalão mantém esse estágio. (MARTINS, 2002, p. 281)

O que caracteriza esse estágio, como visto, é o caráter opcional da concordância negativa pré-verbal. Exatamente essa situação é a que remete à segunda fase do romance. Na língua hodierna, além dessas considerações de ordem semântica e sintática, também incidem fatores sociolinguísticos:

Curiosament, pel que fa als resultats en el català, la doble negació ha canviat de signe quant al significat sociolingüístic: recórrer-hi és senyal de registre culte: *Ningú no ha vingut*, *Mai no m’ho podia haver imaginat*, *Res del que ha explicat no és veritat*, etc., essent de registre més popular la negació simple. És cert que moltes partícules són de negació ambigua, en el sentit que, per exemple, *ningú*, *mai* i *res* tenen significat afirmatiu en frases

relaxamento do fenômeno da concordância negativa quando o TPN [Termo de Polaridade Negativa] se antepõe ao verbo”, e que “a absorção da partícula *no* não é idêntica em todos os TPN e se produz ao longo de um período muito dilatado de tempo”). Tradução nossa.

105 “[...] a elisió va des dels elements que ocupen les posicions més externes en la jerarquia oracional às que ocupen les posicions més internes”. Tradução nossa

com *Ha trucat ningú aquest matí?*, *Hi has estat mai, a casa seva?*, *Vols que et compri res al mercat?* (MARTÍ-CASTELL, 2001, p. 78)¹⁰⁶

Conforme as colocações do autor, há ainda o fator sociolinguístico; este, capaz de influenciar a efetivação ou não da concordância negativa pré-verbal de acordo com a mudança de registro, estilo e outros tipos de variações sociais.

Cabe, ainda, computar as considerações de Fabra, figura mais representativa da normatização linguística do catalão, na época do Renascimento da língua, século XIX. Segundo o gramático, a dispensa do advérbio *no* para se fazer a concordância negativa, pode implicar grandes problemas de ambiguidade. Observe-se:

[...] A la supresión indebida del adverbio *no* se deben una porción de construcciones equívocas de la lengua actual. Por lo que respecta a las proposiciones en la voz *res*, conviene notar que, mientras una frase como *Res no-l commou* significa *No le conmueve nada*, la frase *No res el commou* significa *La menor cosa, las cosa más insignificante le conmueve*, y que la supresión habitual del adverbio *no* en uno y otro caso, convierte ambas frases en la frase equívoca *Res el commou*. (FABRA, 1912, p. 218)¹⁰⁷

Ademais das diferenças sintáticas apontadas pelo autor, capazes de gerar conflitos interpretativos entre *Res no* e *No res*, enfatiza-se, para ambos os exemplos apresentados, o emprego da duplicação negativa, ou seja, do uso do advérbio *no* para legitimar a negação.

Por fim, fica estabelecido que, para o catalão, a dupla negação pré-verbal se dá nos mesmos moldes que na língua arcaica, ou seja, em uma situação de opcionalidade ou oscilação da concordância. Também, a língua catalã contemporânea autentica o uso de termos negativos em contextos modais, evidenciando a origem ambígua desses elementos. Essa é a mesma configuração que possuía o português europeu em estágio arcaico ou ao início do estágio moderno, segundo os dizeres de Martins:

No catalão, a “dupla negação” é opcional (cf. ex. 35) e os indefinidos negativos ocorrem em contextos modais não negativos (cf. exs. 36 a 38),

106 Curiosamente, no que tange aos resultados em catalão, a dupla negação mudou de signo quanto ao significado sociolinguístico: utilizá-la é um sinal de registro culto: *Ningú no ha vingut*, *Mai no m'ho podia haver imaginat*, *Res del que ha explicat no és veritat*, etc., sendo de registro mais popular a negação simples. É certo que muitas partículas são de negação ambígua, no sentido de que, por exemplo, *ningú*, *mai* e *res* têm significado afirmativo em frases como *Ha trucat ningú aquest matí?*, *Hi has estat mai, a casa seva?*, *Vols que et compri res al mercat?*. Tradução nossa.

107 [...] da supressão indevida do advérbio *no* advém uma porção de construções equívocas da língua atual. Em relação às proposições na voz *res*, convém notar que, enquanto uma frase como *Res no-l commou* significa *No le conmueve nada*, a frase *No res el commou* significa *La menor cosa, la cosa más insignificante le conmueve*, e que a supressão habitual do advérbio *no* em um e outro caso, converte ambas as frases na frase equivocada *Res el commou*. Tradução nossa.

estando nestes contextos em variação com os indefinidos positivos (cf. ex. 39). O quadro patenteado pelo catalão contemporâneo é idêntico ao que pode observar-se no português dos séculos XV e XVI. (MARTINS, 2002, p. 278)

No que concerne à progressão dos termos negativos, o português europeu é considerado nos estudos de Martins (2002), como a língua mais inovadora do fenómeno, já que, além de não admitir a construção de proposições negativas com concordância negativa pré-verbal, tampouco legitima o emprego de termos negativos, sem aceção negativa, em contextos modais¹⁰⁸. De fato, as circunstâncias que determinaram o emprego de termos negativos em português europeu hodierno são as que se estabeleceram entre o estágio arcaico e moderno¹⁰⁹.

Estudos recentes que focam os mesmos fenómenos linguísticos no português brasileiro chegam a apontar um caminho muito semelhante ao do português europeu no que concerne ao tratamento de itens negativos. Considerações, como as tecidas abaixo por Negrão, são habituais:

A primeira grande generalização a respeito do comportamento de itens negativos em sua interação com *não* é que um item negativo em posição de sujeito não co-ocorre com o operador negativo *não*:

- (1) Está muito calor aquele problema... (você está) dentro do ônibus lotado *ninguém abre janela* ((risos))... aquela coisa entende?... então são duzentos num ônibus (SP-D2-62:24)
- (2) principalmente Copacabana Ipanema Leblon... a gente anda cercado de gente à beça... mas *ninguém olha pra gente... ninguém...* e sozi/... você parece sozinha... e você po/... como... ela dizia... “poxa eu não tenho muito poder” (RJ-D2-147:27)
- (3) Colocando letreiros sobre as cenas... mas... Pedro Lima conclui impertubavelmente “*mas nada disso... adianta*”... e algum tempo depois ele escreve... (SP-EF-153:164)
- (4) é isso que eu vou () ... isso com um pouquinho de paciência a gente chega lá... a ideia básica é a seguinte... *nada vai ser diferente... nada vai ser realmente diferente* em cima desse troço que nós estudamos... tentei chamar (RJ-EF-251:3)
- (5) *nenhuma moça saía sem colete*... (SP-D2-396:394)

108 “O português contemporâneo (estândar) não admite nem a “dupla negação” nem a presença dos indefinidos negativos em contextos modais não negativos. Este último traço, que afasta o português das restantes línguas românicas contemporâneas, é visível na não aceitabilidade em português das traduções literais [...]. o português apresenta-se neste aspecto como a língua românica mais inovadora”. (MARTINS, 2002, p. 279)

109 Vê-se que a situação do português na passagem da época medieval até a moderna ainda suscita dúvidas. Para Moraes (2001), a situação contemporânea dos termos negativos se estabelece desde o século XV, enquanto que, para Martins (1996, 2001 e 2002), a situação neste século é ainda bem instável: “Embora se tenha dito que o século XV é o período em que se torna categórica a assimetria na realização do *não* com as palavras negativas nas românicas ibéricas, um estudo da cronologia da oscilação ou variação no português ainda não foi estabelecido (cf. Martins, 1997)”. (MORAIS, 2001, p.173)

(6) sentido... por exemplo... o Brasil produzir automóveis de grande consumo de gasolina... *nenhum país que... que... que tem problema de petróleo faz isso... ouviu?* Então nós estamos aí a produzir... por exemplo... o meu carro é um (RJ-DID-233:102). (NEGRÃO, 2002, pp. 354-355)

Os exemplos e as considerações acima tratados pela autora correspondem, de fato, à realidade da língua. No entanto, obviamente, é uma realidade parcial, já que o *corpus* utilizado para coletar os dados das análises são todos retirados do banco de dados do projeto NURC (Projeto Norma Urbana Culta), ou seja, verifica-se um total privilégio pelo português oral culto em detrimento de outras normas da língua portuguesa. Assim, segundo a norma privilegiada, quando em posição de sujeito, os itens negativos aqui estudados não admitem concordância com o elemento *não*. O estudo acrescenta, ainda, que a coocorrência do elemento negativo com outro item, também negativo, constitui um tipo de concordância negativa em que cada elemento mantém a sua força negativa, expressando, conjuntamente, uma única negação. (NEGRÃO, 2002, p. 364)

Com a finalidade de entender a progressão dos indefinidos negativos nas diversas etapas da língua portuguesa, entre outros processos linguísticos dos quais se ocupa, Martins (2003) estabelece quatro¹¹⁰ fases para a língua: português antigo (1ª fase), português antigo (2ª fase), português moderno (1ª fase) e português moderno (2ª fase). Assim, no que tange a esses elementos, considera:

- Para o português antigo (1ª fase): concordância negativa dos indefinidos negativos com *não* em posição pré-verbal (em situação de obrigatoriedade). O indefinido *ninguém* ainda não apresenta realizações na língua; para suprir essa lacuna, o indefinido *nenhum* admite o traço [+humano]. O uso de indefinidos negativos em contextos modais é frequente nessa fase da língua, como, por exemplo, *nada = alguma coisa*, *nenhum = alguém*. Além dos indefinidos apontados, os termos *rem*, *cousa* e *homem* podem ser considerados como “indefinidos negativos”.

- Para o português antigo (2ª fase): os indefinidos negativos estabelecem a concordância negativa pré-verbal de forma opcional. O indefinido *ninguém* começa a se apresentar como

110 A autora apresenta a periodização de diversos estudiosos (Pilar Vásquez Cuesta, Lindley Cintra, Bechara) da língua portuguesa e concorda com a maioria deles, que estabelece divisões da língua em 4 fases. No entanto, a autora não estabelece datas baseadas em nenhum deles para delimitar essas 4 fases. Apenas a título de ilustração, para uma delimitação temporal, a autora apresenta, entre outras possibilidades, a versão de Bechara (1991), que estabelece a divisão em: português arcaico (1ª fase): até o final do século XIV, português arcaico médio (2ª fase): até a primeira metade do século XVI, português moderno (1ª fase): até o final do século XVII, português hodierno (2ª fase). (MARTINS, 2003, p. 54)

variante de *nenhum* de traço [+humano]. Os indefinidos negativos ainda são legitimados em sua forma afirmativa em orações modais. O uso de *cousa* e *homem* como “indefinidos negativos” começa a apresentar baixa frequência de uso, enquanto que o termo *rem* já não se verifica.

- Português moderno (1ª fase): o uso da concordância negativa de indefinidos com *não* em posição pré-verbal já não se verifica. A variante *ninguém* se utiliza com exclusividade para expressar o traço [+ humano], tirando essa característica da antiga variante *nenhum*. A língua ainda admite a validação de termos negativos com denotação afirmativa em contextos modais. Entre os “indefinidos negativos” não se incluem os termos *cousa* e *homem*.

- Português moderno (2ª fase): além de carregarem as mudanças estabelecidas nas etapas linguísticas anteriores, nesta fase, uma última consideração sobre os itens negativos se concretiza: a partir deste momento, os termos negativos deixam de legitimar-se com valor afirmativo em contextos modais.

Isto posto, ainda há de se ponderar acerca de questões relativas aos itens negativos e, especialmente, à manifestação da concordância negativa pré-verbal em outras variedades do português. Para o português brasileiro, por exemplo, considera-se que o estágio de língua que chegou ao Brasil à época da conquista e, posteriormente, da colonização, era já uma língua de transição do estágio arcaico para o moderno. Assim, o português brasileiro apresenta possibilidades de haver estabelecido contato com produções de concordância negativa pré-verbal. Contudo, provavelmente o estágio de língua concernente ao período já previa uma concordância negativa opcional. Em palavras de Martins, observa-se:

O facto de quer o português do Brasil quer o português de África manterem a “dupla negação” suporta igualmente a hipótese de que não seria estranha ao português europeu até a época tardia. Segundo Paxeco (1943) – citado por Camus (1988: 135) – frases como “Ninguém não viu” são frequentes na fala dos camponeses brasileiros. Esta observação é corroborada por Rosa Virgínia Mattos e Silva (comunicação pessoal). Peres (1994) registra um exemplo de uso do indefinido *ninguém*, sem valor negativo, numa frase interrogativa, no português do Brasil -ver (3). Peres (1994) atesta, por outro lado, a construção de “dupla negação” na prosa do escritor Mia Couto – ver (4):

(3) Pode passar pela cabeça de ninguém uma coisa dessas? (Registrado em emissão televisiva. Peres 1994: 440)

(4) Não havia história em casa dos russos. Nada não acontecia. (Mia Couto. Peres 1994: 439). (MARTINS, 1996, p. 205).

Nos exemplos selecionados pela autora, fica patente que outras variedades de língua portuguesa retratam contato com estágios mais arcaicos do português europeu, especialmente pelos traços concernentes ao uso da dupla negação. Fica patente, ademais, que a língua portuguesa não progrediu de forma homogênea no que diz respeito a esse - e seguramente a outros - fenômeno em suas variedades. Assim, é possível insinuar que, mesmo dentro de uma variedade de língua portuguesa, a produção ou não do fenômeno também deve se manifestar de forma diferenciada nos diversos registros de língua. Nos exemplos acima, estão em xeque dois registros distintos: o da prosa, para uma variedade de português africano, e o registro oral, para o português do Brasil.

O exemplo (3), que ilustra um ato de fala do português brasileiro, serve-se a ilustrar a mesma situação definida por Cavalcante (2012, p. 366) ao início do capítulo, em que o autor afirmava: “Alguns dialetos do PB, geralmente rurais, permitem, embora não exijam, a coocorrência do marcador negativo [...]. Este fato não afeta a natureza do argumento” (Grifos nossos).

No que tange ao uso literário da dupla negação, nos mesmos moldes do português arcaico, estendem-se as observações feitas pela autora a respeito da linguagem utilizada pelo escritor moçambicano contemporâneo Mia Couto também ao uso literário moderno do português brasileiro. Ainda que não seja considerado um ato real de fala, há na linguagem literária brasileira reproduções de padrões arcaicos e/ou regionais em obras importantes como *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Dentre os inúmeros exemplos de ocorrências no texto em prosa, observa-se:

Eu quase que nada não sei (p. 31)
 Deus vem vindo: ninguém não vê (p. 39)
 [...] nem não sobra mais nada. (p. 42)
 Água ali nenhuma não tem (p. 48) (ROSA, 2001)

Os exemplos selecionados, dentre diversas outras ocorrências na obra de Guimarães Rosa, assemelham-se ao uso da dupla negação pré-verbal do português europeu antigo, especialmente os ilustrados com os indefinidos *nada*, *nenhum(a)* e *ninguém*. Além disso, na obra, ainda se observa a dupla negação com o termo negativo *nem*, de baixa frequência já no estágio arcaico da língua.

Por fim, não parece demasiado afirmar, depois dessas constatações, que as variedades de língua do português apresentam padrões de proposições negativas variáveis em relação às produções contemporâneas do português europeu. Contudo, somente a análise dos dados

extraídos dos *corpora* é que poderão indicar se, nos atos reais de fala, realmente permanecem produções efetivas ou, ao menos, vestígios da dupla negação pré-verbal.

CAPÍTULO 2

Variação linguística no português brasileiro e no catalão

No processo de construção de uma língua histórica, numa perspectiva equacional com as variáveis tempo e espaço, permite-se vislumbrar diversas projeções de saber linguístico refletidos e convertidos ou não em um produto gramatical. Se aqui admite-se uma “língua histórica”, óbvia e necessariamente, deve-se falar também em um “ser histórico”. Uma “língua histórica” representa uma “língua constituída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas”, conforme Coseriu (1980, p. 110).

Apesar de se admitir uma “unidade ideal”, a língua histórica concebe uma heterogeneidade linguística complexa, tal como se observa em:

[...] em geral representa um conjunto assaz complexo de tradições linguísticas historicamente conexas, mas diferentes e só em partes concordantes. Em outros termos: uma língua histórica apresenta sempre variedade interna. Mais precisamente, podemos nela encontrar diferenças mais ou menos profundas pertencentes substancialmente a três tipos: a) diferenças *diatópicas*, isto é, diferenças no espaço geográfico [...]; b) diferenças *diastráticas*, isto é, diferenças entre os estratos sócio-culturais da comunidade linguística [...]; c) diferenças *diafásicas* [...]. (COSERIU, 1980, p. 110)

É esse o entendimento de língua que se adota aqui para a compreensão do fenômeno em estudo. Uma língua que pode, a um só tempo, admitir uma “unidade ideal”, através de sua norma padrão ou ainda de outras normas e, além disso, e principalmente, uma língua de variação tão complexa quanto são os falantes dela, os quais, por sua vez, são entendidos como “seres históricos”. Afinal, são os seres históricos os responsáveis pela elaboração e reelaboração da língua histórica, visto que carregam os saberes de uma tradição e, ao mesmo tempo, são capazes de reformular a língua e apelar ao sistema - entendido como “sistema de possibilidades” por Coseriu (1973, 1979) – para transformar a língua (inovação/mudança linguística) quando lhes convier.

Há, ainda, um terceiro elemento envolvido nessa arquitetura linguístico-social: o “saber linguístico”, o qual, segundo Auroux (1992, p. 16), “é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é *epilinguístico*¹¹¹, não colocado por si na representação antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem [...]”.

Essa definição bipartida do “saber linguístico” proposta pelo autor permite retomar os conceitos “sistema” e “norma” entendidos por Coseriu (1973, 1979). O “saber epilinguístico”, caracterizado pela internalização e não consciência do falante, encontra eco no conceito de “sistema”, concebido por Coseriu (1973, p. 55) como possibilidades de uma realização na língua, ou seja, “de coordenadas que indican los caminos abiertos y los caminos cerrados”. Enquanto isso, o “saber metalinguístico” se liga diretamente ao conceito de “norma”, tal como o concebe Coseriu (1973, p. 56), visto que, para o autor, a “norma” consiste em um favorecimento de determinadas realizações possibilitadas pelo sistema, em detrimento de outras; isto é, a “norma” são “modelos ya realizados históricamente con esa técnica y según esas pautas”¹¹². Da mesma forma que, para Coseriu, “norma” está contida em “sistema”, para Auroux, o “saber metalinguístico” está contido no “saber epilinguístico”.

Essas questões disseminadas em um mesmo contexto, um complexo cenário que matiza tantas variáveis, também mobiliza a discussão da inter-relação de “ser histórico” x “língua histórica” x “saber linguístico”. A variável tempo-espço é o elo de continuidade que se projeta em todos os conceitos e promove a alimentação desse esquema. Daí adveio a necessidade de se focar, no capítulo anterior, a variação do fenômeno da dupla negação pré-verbal na perspectiva diacrônica. Almeja-se, agora, unir a essa perspectiva também a variável espaço, bem como outras variáveis que se julgam necessárias.

Para tanto, serão expostos e discutidos os produtos geridos e gerados por essa inter-relação: de um lado, produtos engendrados pelo “sistema” ou pelo “saber epilinguístico”; de outro, produtos engendrados pela “norma” ou pelo “saber metalinguístico”. A materialização dos produtos originados pela “norma” ou pelo “saber metalinguístico” são mais palpáveis,

111 “Deve-se essa noção a A. Culioli, cf. “A propos du genre en anglais contemporain”, em *Les Langues modernes*, 3, 1968: 40 e “La formalisation en linguistique”, em: *Cahiers pour l'analyse*, nº 9, 1968: 106-17. Culioli utiliza o termo para designar o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem (“a linguagem é uma atividade que supõe ela própria uma perpétua atividade epilinguística (definida como “atividade metalinguística não consciente”)”. (AUROUX, 1992, p. 33).

112 Modelos já realizados historicamente com essa técnica e de acordo com essas pautas. Tradução nossa.

visto que constituem os pilares do saber na sociedade. Esses produtos estão rotulados, por exemplo, como gramáticas e são parte integrante de qualquer língua de cultura.

Ao contrário, o “sistema” e o “saber epilinguístico” não fornecem objetos tão concretos, já que formam parte de um nível mais ideal e abstrato. Contudo, muitas vezes, podem ser vislumbrados em atos de fala ou, em uma escala um pouco menor, na escrita. A concretude do objeto da “norma” e do “saber metalinguístico” traz como consequência a sua rigidez e imobilidade, ao passo que o “sistema” e o “saber epilinguístico” ganham um ar de dinamicidade e flexibilidade.

O fenômeno em estudo se circunscreve no âmbito das realizações do “sistema de possibilidades” e do “saber epilinguístico”. Uma ideia maior de sua concepção e realização na língua será contemplada na discussão dos dados dos *corpora*. Neste momento, no entanto, serão discutidos alguns processos linguísticos que podem incidir sobre o objeto analisado.

2.1 A construção do português brasileiro

Um esboço do que hoje se denomina português brasileiro permite remontar a uma época relativamente recente, embora o português falado no Brasil apresente diferenças mais marcadas do português peninsular desde a época colonial. Nesse caldeirão linguístico denominado português do Brasil, são ingredientes fundamentais não só os diversos dialetos peninsulares trazidos nas embarcações, mas também a contribuição do substrato nativo, além das diversas contribuições africanas.

A língua transplantada ao Brasil reunia em si diversas normas (e subnormas) do português peninsular o que, por si só, fornecia indícios de uma inovação particular. É o que sugerem as observações de Silva Neto (1960, p. 10-11) ao se referir tanto à classe social, quanto à origem dos portugueses colonizadores:

A origem social da grande massa dos colonos, provenientes de classes humildes e da província, apresenta muito interesse do ponto de vista linguístico, visto que a linguagem dos camponeses é bastante conservadora, como se fosse um reflexo de uma vida tranquila e essencialmente tradicional: corresponde pois ao aspecto estagnante de todos os outros traços culturais, tendo semelhança com uma vida onde os hábitos predominam, onde o horizonte mental é reduzido; os trabalhos cotidianos são sempre os

mesmos, as relações limitadas, abrangendo pessoas ocupadas pelos mesmos problemas.

Obviamente, essa é uma visão reducionista do problema dialetal do português, mas não deixa de ilustrar a deriva própria que o português brasileiro estaria fadado a levar. O autor, por exemplo, dissemina uma ideia de conservadorismo na língua trazida ao continente, a qual, ainda que seja verdade em muitos casos, não pode ser abordada de forma categórica.

Também Câmara Jr (1975, p. 31) transmite uma ideia de grande mistura de dialetos que se encontraram no continente americano: aqui se concentraram tanto os dialetos setentrionais como meridionais da península de forma razoavelmente equilibrada.

Dentre as possibilidades múltiplas concebidas nesse panorama, poder-se-ia fomentar o privilégio de um dialeto sobre outro ou, de forma mais democrática, elaborar-se um novo dialeto a partir das contribuições linguísticas dos colonos, isto é, chegar-se-ia a um português supradialetal. A esse respeito, diz Câmara Jr (1975, p. 31): “Compreende-se assim que, desde o início, tenha havido no Brasil condições novas para uma vida linguística própria e para o desenvolvimento de uma subnorma, na língua comum, em face do português europeu”. Por “vida linguística própria”, pode-se conceber a deriva peculiar seguida pelo português brasileiro, enquanto que o “desenvolvimento de uma subnorma” representa a concepção de uma nova norma, produto das diversas normas trazidas pelos colonos, e que difere da norma padrão peninsular.

Seja a solução qual for, o fato é que o português brasileiro não recebeu apenas essas contribuições linguísticas oriundas da península, mas também contou com elementos indígenas e africanos, o que dificulta ainda mais vislumbrar um panorama mais cerca da realidade colonial. Ainda assim, Silva Neto (1960, p. 23), arrisca-se a elaborar a seguinte divisão:

Desde o início da colonização até o século XVIII, o panorama linguístico brasileiro apresentava três ramificações: o português falado na Costa, com forte influência europeia; o português adaptado ao uso dos mestiços, aborígenes e negros (crioulo ou semicrioulo), que evidenciava uma forte simplificação das formas; a língua geral (tupi), usada pelos índios que conviviam com os brancos.

O autor propõe, com isso, uma divisão tripartida da dialeção da língua portuguesa no Brasil que se estende até o século XVIII: o primeiro dialeto une a etnia europeia com o espaço

geográfico, Costa, o qual é apresentado de forma não específica; o segundo dialeto estaria representado pela etnia africana, além dos mestiços e aborígenes; por fim, o terceiro dialeto seria exatamente correspondente à língua geral. A divisão consta basicamente de elementos étnicos em detrimento, por exemplo, de localização espacial ou outras variáveis.

No que tange especificamente à contribuição do português peninsular para a formação escrita do português brasileiro, Câmara Jr (2004, p. 123) lhe confere toda a raiz, visto que

a língua escrita, trazida no período colonial, é que constitui um traço de união no seccionamento dialetal do país. Abandoná-lo correspondia a um salto no escuro. Daí o conservantismo, que em regra predominou na língua escrita e literária, e certa cisão entre ela e a língua coloquial. É o que logo salta aos olhos no ambiente brasileiro.

A formação do português brasileiro, conforme relata o autor, não concebeu uma ruptura brusca nem profunda com a base do português europeu. Essa constatação lhe permite afirmar um “conservantismo” do português formado no Brasil e que permanece em determinados registros de língua, como a escrita e literária, mas que, ao mesmo tempo, se separa e inova na língua coloquial. Ao constatar, então, que o elo que une o português brasileiro ao português europeu é, basicamente, a escrita da norma padrão, Câmara Jr (2004, p. 125) conclui que “a questão do português do Brasil, em face do de Portugal, é complexa, e varia conforme nos referimos à língua oral espontânea ou à língua escrita, que por sua vez exerce influência sobre a língua oral formalística [...]”.

As demais normas, ou subnormas, carecem ainda de estudos mais específicos no âmbito acadêmico. Tal situação já havia sido delatada por muitos especialistas, como Silva Neto (1960, p. 44): “a linguagem regional ainda é pouco estudada. Pode pertencer a dois tipos: permanência de pronúncia portuguesa do século XVI ou persistência de antigas pronúncias de aloglotas”.

O mesmo autor, outrossim, esboça uma divisão das normas do português brasileiro, na qual inclui, além da norma padrão, normas pertencentes a outros registros ou mais marginais:

Panorama do português Brasil atual: 1) português formal, das classes cultas, conservador; 2) linguagem familiar, menos cuidada, uso mais espontâneo; 3) linguagem vulgar, uso de pessoas urbanas, mas sem instrução e pertencentes a grupos sociais desfavorecidos; 4) falares regionais-rurais, uniforme. (SILVA NETO, 1960, p. 25)

Nessa tentativa, 1) representa a norma padrão, à qual, conforme visto, ainda é o elo estabelecido entre o português brasileiro e o português europeu, seja para o registro oral ou escrito. Observa-se uma breve tentativa de caracterização do uso dessas normas; porém, tanto os fatores de ordem horizontal (como a dialetação), quanto os fatores de ordem vertical ou social (escolaridade, idade, classe) estão bastante aquém de satisfazer uma representação mais ou menos de acordo com a realidade e de expressar as ímpares possibilidades de permuta, arranjo e combinação desses fatores.

Quando o português europeu chegou às terras brasileiras, ainda não existia uma norma padrão consolidada e difundida por meio de uma gramática normativa reguladora da língua. A onda de gramatização dos vernáculos, iniciada nas línguas românicas, conforme dados apresentados por Auroux (1992, p. 38), em 1200, atingiu a língua portuguesa somente em 1536 com a elaboração da obra de Fernão de Oliveira. Sendo assim, o português que começa a se formar, e que virá a ser o português brasileiro, apresenta como sedimento diversas normas portuguesas coetâneas e desprovidas, muito provavelmente, de qualquer regulação normativa.

Pouco antes dessa época, século XV, o fenômeno da dupla negação pré-verbal, de acordo com as considerações de Martins (1996, p. 205), encontrava-se em pleno período de enfraquecimento ou oscilação, isto é, havia se estabelecido uma competição de normas na língua, na qual as proposições negativas simples [NEG V] estavam ganhando terreno sobre as negações duplicadas do tipo [NEG NÃO V]. Esse confronto terá como final a sobrevivência das orações negativas simples [NEG V] e das orações com duplicação negativa apenas dos tipos pós-verbal [NÃO V NEG], em detrimento do padrão arcaico [NEG NÃO V].

Ainda assim, apoiando-se na constituição primeira da formação do português brasileiro, acredita-se que o padrão em estudo, [NEG NÃO V], não fora, de todo, borrado dos recôncavos dialetais dessa variedade e que, inclusive, sobrevive de forma restrita em outros patamares normativos na língua contemporânea. Conforme se salientou, o português brasileiro não se perfaz a partir de uma norma, e sim de várias. Provavelmente, o fenômeno da duplicação do elemento negativo pré-verbal esteja para além dos dialetos (no sentido estrito de variação diatópica), visto que não é restrito a um falar regional, mas sim configura uma combinação de diversas outras variáveis linguísticas para o seu licenciamento.

2.2 A variação linguística no português brasileiro

Conforme elucidado na seção anterior, a língua portuguesa, assim como todas as demais línguas de cultura, passou por um processo de standardização, representado, p.e., na figura da gramática normativa da língua. Por standardização entende-se, juntamente com Ilari (2009, p. 197-198), “o fato de que a língua assume uma mesma forma para a maioria dos usuários e passa a obedecer a modelos definidos”.

Vale a pena recordar que o momento da standardização da língua portuguesa, que seguiu a onda de normatização dos vernáculos, situado no século XVI, coincide com a gradual debilitação do uso obrigatório da dupla negação pré-verbal em estudo. Ao se referir ao uso da dupla negação, obviamente, está se delimitando apenas ao uso prescrito pela norma, que coincide também com o uso literário e/ou o uso das classes sociais de maior prestígio.

Se, de fato, a dupla negação pré-verbal chegou às terras americanas e se, como se supõe, ainda é atual no português brasileiro, aponta-se, necessariamente, para uma debilitação do fenômeno restrita à norma padrão, especialmente no registro escrito, mas também, provavelmente, no registro oral culto¹¹³ ou padrão. Para reforçar esta ideia, observe-se a seguinte colocação:

Para a língua coloquial oral, o que temos é uma rede de subdialetos, que se reúnem em dois grandes dialetos – o lusitano e o brasileiro. Para a língua escrita, trata-se de uma norma una, em princípio, entre Portugal e Brasil, mas que está se diferenciando no Brasil sob o influxo da língua coloquial oral. (CÂMARA JR, 2004, p. 125)

Conforme se depreende, a língua falada apresenta, essencialmente, dois grandes dialetos: o brasileiro e o lusitano, os quais, por sua vez, se subdividem em uma “rede” de subdialetos. O autor sugere uma grande variação no que tange à língua oral, em oposição à língua escrita. Nesse sentido, Câmara Jr não aponta as diversas normas dos dois grandes dialetos supracitados, as quais seriam elementos de dissociação entre eles. Apenas evidencia a existência de uma norma padrão e sugere que a língua escrita, no português brasileiro, recebe

113 É esperado que, da mesma forma que o fenômeno da dupla negação pré-verbal tenha desaparecido do registro escrito culto ou padrão, também tenha desaparecido da língua culta oral. As palavras de Câmara Jr (1975, p. 10), corroboram essa ideia em: “[...] a língua oral que usam as classes consideradas “superiores” em condições sociais de um cerimonial mais ou menos estrito. Cria-se então uma norma rígida, que reduz ao mínimo a variabilidade e serve de modelo ideal na comunicação linguística, cuja observância passa a constituir a “correção””.

“influxo da língua coloquial oral”. Aqui, observa-se uma tentativa de se explicar a existência de outras normas no português brasileiro.

Essa falta de caracterização das demais normas do português brasileiro ainda é resquício de uma prática que, até há pouco, fazia parte do contexto político e acadêmico adotados tanto no Brasil quanto em Portugal. De acordo com a constatação de Houaiss (1992, p. 29),

Um traço equívoco da política linguística adotada no Brasil e em Portugal durante um grande lapso de tempo (de 1820 [digamos] a 1920 [digamos]) foi um ensino de língua que postulava uma modalidade única de português – com uma gramática única e uma “luta” acirrada contra as variações até de pronúncia.

Pelas contas tiradas pelo autor, tem-se uma lacuna temporal de um século de “ocultamento” das particularidades linguísticas dos dialetos brasileiros e lusitanos em prol de uma espécie de *koiné* linguística. Essa homogeneidade forçada somente poderia beneficiar um conceito de língua ideal e, talvez, para além da gramática.

No que tange às discussões de outras normas existentes, observe-se a seguinte colocação:

Quando se fala em Brasil, é então necessário distinguir três modalidades de língua: um português substandard, um português padrão, correspondente ao uso culto e, (se quisermos), o português utópico dos gramáticos. (ILARI, 2009, p. 223)

Para o presente estudo, não será feita a última distinção proposta por Ilari na citação acima; ou seja, não ocorrerá a separação entre o português “utópico dos gramáticos” e o “português padrão”, visto que, nesse entendimento, constituem um mesmo bloco, com nuances que não interessam, aqui, separar ou ressaltar. Em contrapartida, o entendimento do autor acerca do “português substandard” corresponde às diversas normas do português brasileiro, as quais se deseja, na medida em que o fenômeno em estudo exigir, caracterizar. A existência de, pelo menos, duas normas, que são extremamente passíveis de subdivisões, é produto da variação linguística.

Como está se supondo, o fenômeno da dupla negação pré-verbal ainda se manifesta no português brasileiro; contudo, encontrá-lo é tarefa que demanda fôlego para vasculhar diversas formas de realização de variedades subpadrão e estas variedades

têm poucas chances de aparecer na escrita, por isso, se quisermos encontrar exemplos escritos de português subpadrão, teremos de procurá-los ou em

entrevistas feitas pelos linguistas, precisamente com a finalidade de registrar sua existência, ou em trabalhos de autores que a utilizaram para fins estéticos (por exemplo, para caracterizar determinados tipos humanos). (ILARI, 2009, p. 177)

Dessa forma, todo o empenho deve se debruçar para a solução de uma equação que envolve variedades linguísticas, variantes linguísticas e variáveis linguísticas. Em um ou mais pontos desta intersecção, a norma ainda efetua a dupla negação pré-verbal nos moldes do português medieval ou com algumas inovações do mesmo.

Do ponto de vista de Ilari (2009), a variação do português brasileiro é bastante intrigante, já que, por um lado, os dialetos que se formam na língua não apresentam caráter extremistas a ponto de reivindicarem, como nas regiões europeias, novas línguas. Dessa forma, a variação não afeta elementos linguísticos primários a ponto de truncar a comunicação¹¹⁴. Por outro lado, não se pode levar a ferro e fogo a questão da uniformidade¹¹⁵ linguística. A variação regional, ao que parece, não impede a comunicação porque não é afetada fortemente. No entanto, a variação social é a que mais se destaca no âmbito linguístico brasileiro.

A legitimidade da variação linguística pode ser recuperada por meio do saber linguístico de qualquer falante de uma língua histórica e de cultura, tal como o enfatiza Coseriu (1973, p. 62-63) em: “Esta variedade del saber lingüístico no se da solo “en la comunidad”, sino también en el mismo individuo, el cual, como individuo histórico, conoce una serie de tradiciones y puede disponer de ellas según las circunstancias y el ambiente en que habla [...]”¹¹⁶.

Nesse ponto, pode-se estabelecer uma relação linguística entre uma variação dentro de uma comunidade e uma variação interna ao indivíduo dessa comunidade. São, ao menos, dois eixos que se entrecruzam nesse esquema¹¹⁷: um, disposto na horizontal, outro, disposto na vertical. Seria possível, ainda, estabelecer um outro eixo que interfere, de forma paralela, no

114 “[...] Brasil fala uma língua muito uniforme em todo o seu território; a variação não afeta aspectos substanciais do sistema fonológico e sintático da língua, e assim não admira que o gaúcho possa ser compreendido pelo amazonense, ou o mato-grossense pelo nordestino. Seria, porém, um erro pensar que a variação regional simplesmente não existe”. (ILARI, 2009, p. 160)

115 “Mas a uniformidade do português brasileiro é em grande parte um mito, para o qual contribuíram 1) uma certa forma de nacionalismo; 2) uma visão limitada do fenômeno linguístico, que só consegue levar em conta a língua culta; 3) uma certa insensibilidade para a variação, contrapartida do fato de que os falantes se adaptam naturalmente a diferentes contextos de fala”. (ILARI, 2009, p. 150)

116 Esta variedade do saber linguístico não se dá somente “na comunidade”, mas também no indivíduo, o qual, como indivíduo histórico, conhece uma série de tradições e pode dispor delas segundo as circunstâncias e o ambiente em que fala [...]. Tradução nossa.

eixo vertical, o qual corresponderia às variações de registro. Dessa forma, fica entendido que, para se teorizar sobre a variação linguística, é necessário olhar em dois eixos e, ainda, ter em conta um terceiro¹¹⁸.

2.2.1 Variação horizontal no português brasileiro

Dentre as diversas possibilidades de se estabelecer categorias para a variação linguística, optou-se por uma divisão bipartida, em que a primeira delas, a variação horizontal, dá conta de grupos dialetais entendidos como uma pluralidade de produção linguística em âmbito territorial, geográfico ou regional, i.e., corresponde à variação diatópica. A segunda repartição se refere à variação vertical que, em oposição à primeira categoria, apresenta um caráter sociocultural.

Na realidade, as características concernentes à variação vertical não se desligam da horizontal; ao contrário, os grupos regionais apenas poderiam ser, de fato, agrupados, por apresentarem características em comum. Em geral, serão as diversas variáveis sociais, relacionadas, por sua vez, à variação vertical, que formarão grupos maiores, ou seja, aqueles verificados em âmbito regional. Os limites entre uma categoria e outra serão, frequentemente, muito tênues, a ponto de impedir que se estabeleça uma clara dissociação.

Nesse sentido, concorda-se com a colocação de Ilari (2009, p. 189) ao expor que

[...] a variação diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica convivem: elas não são características que possam ser aplicadas em separado a alguns textos e não a outros. Assim, qualquer produção verbal é simultaneamente marcada do ponto de vista diacrônico, diatópico, diastrático e diamésico.

117 Em Houaiss (1992, p. 29), observa-se: “Supor que uma língua de cultura possa ser uniformemente usada na expressão dos seus polos languageiros (o infantil, o juvenil, os etários; os locais, os regionais; os profissionais, os culturais, e, “dentro” de cada usuário, os estados emotivos, afetivos, racionais vários) é supor algo que, a ter existido, só teria ocorrido em línguas naturais de usuários localizados num espaço bem restrito. Do extremo diferencial individual, num polo, ao extremo universal colegiado (as leis, por exemplo), noutro polo, há uma gama riquíssima de massas intermédias, dialetais e nacionais, tanto mais rica quanto não é apenas a matização horizontal (de lugar para lugar, de cidade para cidade, de região para região, de país para país), mas também vertical (os usos da cidade, os usos de classe, os usos de profissões, os usos de poder, os usos de crença, os usos de ideologias etc.).”

118 Portanto, corrobora-se a seguinte afirmação de Coseriu (1977, p. 112): “A variedade “horizontal” que a geografia linguística comprova esquematicamente não constitui toda a variedade da linguagem: existe também uma variedade “vertical”, entre estratos sociais e culturais, e no falar do mesmo indivíduo, segundo as diferentes situações e os diferentes momentos expressivos”.

Realmente, abordar uma categoria de variação sem tocar em outra é tarefa difícil ou mesmo impossível, dado que a variação linguística assemelha-se, quase sempre, a um emaranhado de fatores intimamente relacionados. Essas minúcias que compõem a variação são os fatores linguísticos que geram os fenômenos linguísticos, os quais, por sua vez, afetam um ou mais níveis da língua (fonológico, sintático, léxico etc.). São esses fatores protagonistas, também conhecidos por variáveis linguísticas, que devem ser detalhadamente estudados a fim de se obter uma caracterização mais próxima da realidade do objeto de estudo.

Assim, em um grupo linguístico situado em um território comum, i.e., no mesmo espaço geográfico, muitas vezes, os fenômenos linguísticos que o caracteriza são meros produtos de fatos sociais. Atente-se para a explicação a seguir:

Uma diferenciação dialetal explica-se, sempre, em parte, pela história cultural e política e pelos movimentos de população, e, de outra parte, pelas próprias forças centrífugas da linguagem humana, que tendem a cristalizar as variações e criar dialeção em qualquer território relativamente amplo e na medida direta do maior ou menor isolamento das áreas regionais em referência ao centro linguístico irradiador. (CÂMARA JR, 1975, p. 13)

Conforme relata o autor, há, pelo menos, duas forças atuantes no processo de dialeção das línguas. Uma delas é de origem social; a outra, inerentemente linguística. Ao que parece, essa força centrífuga, concernente à linguagem, é vulnerável, pois se vê afetada pela outra força, externa, de caráter social e histórico.

Além da presença dessas duas forças que engendram a dialeção, e que são comuns a todas as línguas naturais, há, segundo ainda Câmara Jr, fatores dialetais específicos que incidem sobre o português brasileiro. A esse respeito, verifica-se:

O problema do português popular e dialetal no Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialeção, que ainda está por estudar cabalmente. (CÂMARA JR, 1975, p. 33)

Em sua constatação, o autor expõe, de forma sucinta, as principais conjunturas que foram responsáveis pela grande variação linguística ou dialetal, no território brasileiro, do

português popular, i.e., subpadrão. Depreende-se, assim, que o português culto, normativo ou padrão ainda é fator homogenizador que se impõe como inibidor da pluralidade linguística. Em contraponto a esse português homogêneo, a seção seguinte se propõe a analisar alguns estudos dialetais, nos quais serão ressaltadas tanto a variação diatópica quanto a diastrática.

2.2.2 Variação vertical no português brasileiro

Para o entendimento da variação vertical, deve-se adotar, essencialmente, uma perspectiva social. Nela, incidem fatores de escolaridade, nível/classe social, idade, entre outros. Outro nome comumente adotado para se referir a esse tipo de variação é diastrática. Mais uma vez, ressalta-se a grande dificuldade de separar, aqui, o eixo vertical do horizontal.

As palavras de Ilari (2009, p. 163) reforçam a dificuldade de impor os limites entre uma variação e outra:

Nem sempre é fácil separar o que é diatópico do que é diastrático (diferentes camadas sociais). O que queremos dizer com isso é que, como regra geral, os traços tipicamente regionais aparecem com mais nitidez nas falas mais informais, as mesmas que permitem o uso de variedades não-padrão.

Com esse apontamento, e também com as discussões da seção anterior, pode-se depreender que o português brasileiro culto ou padrão é nivelador e homogeneizador não somente da língua escrita (padrão, obviamente), mas também do registro falado, ou oral. Portanto, parece muito acertado a escolha de *corpora* que escapem a essas variedades linguísticas em benefício da caracterização de normas subpadrões do português brasileiro.

Também de acordo com questionamentos precedentes, ressalta-se que, para o português brasileiro, a variação que mais incide sobre a língua, ainda que em menor grau, no registro escrito ou, principalmente, no registro oral, é a diastrática, ou vertical. Ou seja, fatores de dialeção são muito mais visíveis e fragmentadores na perspectiva vertical que na horizontal. Observem-se os dizeres de Ilari (2009, p. 175):

A principal conclusão da seção “Variação Diatópica” é que, no Brasil, não encontramos verdadeiros dialetos no sentido diatópico do termo. Encontramos, em compensação, uma séria diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população (que, não por acaso, é também a parte mais rica ou menos pobre) e pela parte menos escolarizada. É o

fenômeno que os linguistas chamam de variação diastrática [...]. Referida às vezes como “português subpadrão” ou “português substandard”, a variedade de português falada pela população menos escolarizada foi descrita por vários estudiosos [...].

Em sua colocação, Ilari enfatiza a fragmentação da língua falada na perspectiva diastrática. Aqui, coloca-se um peso maior na escolarização do falante aliando-o à classe social (mais ou menos favorecida). Outros fatores sociais, ou outras variáveis, também colaboram no sentido de interferir na fragmentação ou dialeção linguística. Além do mais, apesar de o autor empregar em singular os termos “português subpadrão” ou “português substandard”, sabe-se que, em realidade, trata-se de conceitos que se referem à pluralidade de possibilidades.

Ainda sobre a citação de Ilari, acima mencionada, destaca-se a última frase da mesma, na qual se afirma a tentativa de descrição desse português brasileiro marginal (no sentido de estar à margem do que é instituído como “padrão”). Em seu trabalho, Ilari (2009), apresenta diversos exemplos de estruturação dessas outras formas do português brasileiro. No que tange à negação e ao português subpadrão, observa que existe a produção da “negação redundante com indefinidos negativos (*ninguém não sabia*); aparecimento de um segundo advérbio de negação depois do verbo e eventual queda do advérbio de negação anteposto: *não vem não* ou *vem não*”. (ILARI, 2009, p. 176)

Segundo Coseriu (1980, p. 111), o nível de dialeção tenderá a ser maior ou menor em proporções semelhantes às divisões sociais: “As diferenças diastráticas são particularmente acentuadas nas comunidades em que existem grandes variedades culturais entre os diversos estratos sociais e, naturalmente, naquelas onde há castas”. Ao se evocar a formação étnico-cultural do português brasileiro, observa-se um panorama bastante complexo e que justificaria a existência de diversas normas subpadrões. Além de o português ser uma língua transplantada ao Brasil, aqui encontrou-se com as línguas nativas, o que, por si só, justificaria uma inovação diferente e peculiar do português europeu. Além do mais, outros elementos contribuíram para uma caracterização diferenciada do português europeu, como o elemento africano.

Fica patente, assim, que a complexidade dialetal do português brasileiro é mais emergente com relação às questões sociais, que conformam a variação diastrática. No que concerne ao presente objeto de estudo, acredita-se que este também constitua-se como uma

das possíveis composições de normas subpadrões do português brasileiro. Mais do que uma característica de variação regional, diatópica, apresenta-se em uma das variáveis da vertente diastrática. Dessa forma, corroboram-se as seguintes palavras de Moraes (2001, p. 194):

Kroch afirma, porém, que a presença de formas duplas nas línguas evidencia que elas têm uma causa ou origem sociolinguística. Portanto, a forma pela qual a variação ou competição entre gramáticas se manifesta nos dados, resulta da atuação de propriedades da GU [gramática universal] e dos fatores sociolinguísticos. Em outras palavras, a forma dupla surge através dos dialetos e do contato linguístico, manifestando-se, conseqüentemente, em diferentes registros, estilo e dialetos sociais.

A autora apresenta uma gama de fatores que contribuem para a presença de formas duplas, entre elas a dupla negação pré-verbal, questão com a qual se está em pleno acordo. No entanto, falta caracterizar ou pressupor quais são os conjuntos de fatores em que se realiza ou, ainda, qual é o fator imprescindível que precisa se manifestar para que, de fato, se realize uma oração com a dupla negação pré-verbal.

De qualquer modo, a autora apresenta uma concepção válida acerca do futuro das formas duplas nos seguintes termos:

No entanto, por constituir uma variação que teoricamente não se sustenta, as formas duplas tendem a desaparecer. Deste modo, a coexistência das formas duplas que se manifestam nos textos e na comunidade de fala só será estável se houver diferenciação em seus significados, ou seja, quando elas deixam de ser realmente formas duplas. (MORAIS, 2001, p. 195).

Não faz parte do escopo do presente estudo apontar os possíveis destinos da dupla negação pré-verbal, mas sim incluir essa forma como característica de uma norma ou de algumas normas marginais do português brasileiro e, ainda, verificar quais variáveis contribuem para o desenvolvimento desse fenômeno. No entanto, não se pode deixar de concordar com a colocação de Moraes acima transcrita. Ora, se existem duas ou mais formas coexistentes para expressar exatamente o mesmo significado, há dois caminhos esperados: uma forma sobrepor-se à outra ou conviverem as duas formas.

No primeiro caso, o uso de uma forma se torna mais frequente, pela razão que for, e a segunda forma, menos usual, tende ao desaparecimento. A convivência das duas formas pode dar-se em um determinado estágio, até que uma ganhe mais força e derrube a outra, ou, ainda, elas convivem com nuances que as diferenciam. Se este for o caso, entende-se que as formas não cumprem, exatamente, a mesma função, mas sim apresentam matizes ou nuances que as

diferenciem segundo o que se deseja expressar. Supondo-se que a dupla negação pré-verbal coexiste com a negação simples, elas podem apresentar nuances que as diferenciam, como, p.e., uma ser mais enfática que a outra. Ou, também, pode tratar-se do caso de um estágio intermediário, em que as formas coexistem com o mesmo sentido e uma está se sobrepondo à outra.

2.2.3 Registro no português brasileiro

De acordo com a proposta analítica da variação que se concebe aqui, há, ainda, de se ter em conta o registro, que consiste em um tipo de variação calcada no estilo de língua em uso, i.e., em uma perspectiva estilística. São as escolhas de uso que se dão em função do receptor, da mensagem ou da situação.

Nesta variação, incidem três fatores preponderantes: o grau de formalismo, o modo e a sintonia. O primeiro permite verificar o cuidado do uso da língua na situação em questão, ou seja, estabelece uma escala que permite classificar uma variação de uso culto até o familiar ou popular. É um grave equívoco se estabelecer a distinção de que a língua escrita é formal e a língua oral, informal. Na realidade, tem-se graus de formalismo em ambas.

No que se refere ao modo, também é estabelecida uma oposição entre língua falada e língua escrita. Sobre esta oposição, observe-se:

A língua escrita constitui um sistema à parte, com características próprias que a marcam como um estilo diferente da língua falada, de tal modo que alguns autores acham que a dificuldade que os alunos têm para escrever não advém do desconhecimento da norma culta ou padrão, mas antes do desconhecimento dessas características próprias do escrito. (TRAVAGLIA, 2001, p. 51-52)

Ao que parece, o autor chama a atenção para o equívoco de se fazer uma mera transposição de um registro ao outro, p.e., do falado para o escrito, o que compromete seriamente o registro em questão. A escrita não pode ser essa mera transposição, mas deve ser adequada às características que lhe são peculiares. As hesitações e repetições pertinentes à língua falada, p.e., não devem ser levadas ao registro escrito.

Sobre sintonia, pode-se dizer que se manifesta a projeção do interlocutor, visto que o falante a ele se dirige de forma peculiar e de acordo, p.e., com o grau de intimidade que se tenha estabelecido, com o grau de entendimento do assunto (p.e., usar ou não termos mais técnicos para se explicar) etc. Há quatro prismas que fundamentam essa sintonia: o status, a tecnicidade, a cortesia e a norma. (TRAVAGLIA, 2001, p. 57).

O *status*, aqui, deve realmente ser entendido como hierarquia social; ao se dirigir a um superior, não se elabora um texto ou se profere um discurso nos mesmos moldes que se estivesse dirigido a um subordinado. A tecnicidade supõe o emprego de estruturas e vocabulário mais especializado tendo em consideração o público ao qual se dirige. A cortesia, por sua vez, é a relação mais ou menos polida e afável ou agressiva ou obscena, que o falante transmite ao interlocutor. Finalmente, a norma é a norma que o falante emprega em seu discurso tendo em vista o seu público/interlocutor. Ou seja, adequa o uso da língua de acordo com a projeção que faz do seu público. (cf. TRAVAGLIA, 2001, p. 58).

2.3 A (re)construção do catalão e a língua estândar

A língua estândar é concebida por um processo linguístico de construção intelectual pautado, por exemplo, nos cânones literários da língua, e pode, por razões diversas, privilegiar algum dialeto existente. Nesse sentido, pode-se afirmar que, como processo, trata-se de uma construção linguística artificial¹¹⁹. O estândar é entendido como uma necessidade de “apagar” fortes marcas dialetais para permitir uma maior intercompreensão dos falantes¹²⁰. Por isso, comumente, essa vertente da língua é considerada como supradialetal. No que tange à

119 Sobre essa particular artificialidade: “[...] l'estàndard no és una varietat com les “naturals”, que apareixen relacionades fonamentalment a grups geogràfics, sinó que, com hem vist, ha estat creada en principi per a un tipus de comunicació que és la comunicació formal i pública. Inicialment tot parlar col·loquial és un parlar no estàndard. Pot ocórrer que la varietat resti vinculada en exclusiva a aquests àmbits formals, com succeeix en els països àrabs o en societats europees amb estandarditzacions iniciades recentment; i pot ocórrer que s'hagi produït un procés d'extensió social i funcional de l'estàndard, de tal manera que sigui pràcticament la varietat única de tota una comunitat, com succeeix de fet a França”. (BIBILONI, 1998, p. 76). (“[...] o estândar não é uma variedade como as “naturais”, que aparecem relacionadas fundamentalmente a grupos geográficos, mas sim, como vimos, foi criada em princípio para um tipo de comunicação, que é a comunicação formal e pública. Inicialmente, toda fala coloquial é uma fala não estândar. Pode ocorrer que a variedade fique vinculada exclusivamente a estes âmbitos formais, como acontece nos países árabes ou em sociedades europeias com estandardizações iniciadas recentemente: e pode ocorrer que se tenha produzido um processo de extensão social e funcional do estândar, de tal maneira que seja praticamente a única variedade de toda a comunidade, como acontece de fato na França”. (BIBILONI, 1998, p. 76)). Tradução nossa.

construção de um padrão para a língua catalã, bem como a sua normatização, pode-se afirmar que o processo teve representação e peso diferenciados dos processos de outras línguas naturais¹²¹. Em catalão, fazia-se necessária, antes de tudo, uma recuperação, em diversos níveis linguísticos, perdidos no lapso constitutivo de quase três séculos de decadência linguística.

Os conhecidos como séculos escuros, ou de decadência¹²², XVI, XVII e XVIII, são marcados pela perda linguístico-literária da língua catalã, além de perdas de direitos civis e também sociais das comunidades de fala de língua minoritária/minorizada. Conforme Martí i Castell (1992, p 17-18):

La literatura de creació i la producció cultural en general en llengua catalana minvaren estriptosament entre els segles XVI i XVIII. La manca d'una organització política sòlida en el govern implicà la interrupció de la normalitat lingüística; la interferència castellana augmentà, fins a arribar a

120 Conforme Bibiloni (1998, p. 22): “Llengua estàndard, doncs, existeix per a possibilitar i garantir la intercomunicació generalitzada en una comunitat lingüística en els àmbits formals, especialment per a satisfer les complexes necessitats comunicatives d'una societat moderna”. (“Língua padrão, então, existe para possibilitar e garantir a intercomunicação generalizada em uma comunidade linguística nos âmbitos formais, especialmente para satisfazer as complexas necessidades comunicativas de uma sociedade moderna”). Tradução nossa. Destaque-se, para o fragmento apresentado, o termo “âmbitos formais”, que é o espaço-mor que, em teoria, deve ser regido pelo padrão. Ainda, deve-se ressaltar que o padrão, apesar de ser lembrado basicamente como modelo escrito, apresenta, também, um modelo de língua oral, dado que a existência de um âmbito formal oral assim o exige.

121 Está-se compactuando, por exemplo, com autores como Bibiloni (1998, p. 17), quando afirma que “En el cas d'altres llengües, com l'italià o l'alemany, la vehiculació a l'escola, l'administració i els mitjans de comunicació del model estàndard, no han representat l'extinció dels dialectes geogràfics, però sí un declivi considerable d'aquests acompanyat d'una substitució de formes en benefici de les de la varietat prestigiosa i, doncs, una major compactació del conjunt lingüístic. Això és el que s'esdevé en totes les llengües “normals”, i si el català hagués tingut un ús ple ininterromput i un procés de vertebració com el de les altres llengües no dependents, les distàncies lingüístiques interiors, curtes ja d'un principi, s'haurien reduït considerablement”. (“No caso de outras línguas, como o italiano e o alemão, a veiculação na escola, na administração e os meios de comunicação do modelo padrão, não representaram a extinção dos dialetos geográficos, mas sim um declive considerável destes acompanhado de uma substituição de formas em benefício da variedade de prestígio e, então, uma maior compactação do conjunto linguístico. Isso é o que acontece em todas as línguas “normais”, e se o catalão tivesse tido um uso ininterrupto e um processo de vertebração como o das outras línguas não dependentes, as distâncias linguísticas interiores, curtas desde o princípio, ter-se-iam reduzido consideravelmente”). Tradução nossa.

122 Martí i Castell (1992, p. 37) aponta mais uma questão crucial dessa política centralizadora: “La política dels segles de la decadència palesa un fet molt important: que els Estats en general no tenen cap interès a encoratjar el plurilingüisme; que procuren crear contextos lingüísticament homogenis, per tal de consolidar llurs poders des d'una òptica centralista. Els governs són implícitament centrípets, perquè temen la dispersió com a amenaça per a llur enfortiment. Quan s'accepten solucions que reconeixen el pluralisme, és perquè se cedeix a unes forces que ho sol·liciten en la mesura que tenen un pes específic sòcio-polític-econòmic-cultural suficient”. (“A política dos séculos da decadência esclarece um fato muito importante: que os Estados em geral não têm nenhum interesse de encorajar o plurilinguismo; que procuram criar contextos linguisticamente homogêneos, a fim de consolidar seus poderes a partir de uma ótica centralista. Os governos são implicitamente centrípetos, pois temem a dispersão como a ameaça para seu fortalecimento. Quando se aceitam soluções que reconhecem o pluralismo, é porque se cede a forças que o solicitam na medida que têm um peso específico sócio-político-econômico-cultural suficiente”). Tradução nossa.

anul·lar del tot la intervenció de la representació catalano-aragonesa [...]. El context del segle XVIII permeté que el castellà es pogués proclamar per llei l'única llengua oficial; el català fou marginat per ordre reial de la gestió política i administrativa, àmbits en els quals ja havia patit una forta discriminació en els dos segles precedents.¹²³

Inevitavelmente, nesses três séculos, e também nos anos de Franquismo, a língua catalã, como as demais línguas minoritárias espanholas, sofreu forte influência do castelhano¹²⁴, o que ocasionou a perda ou mesmo a mescla de diversas estruturas linguísticas.¹²⁵ Todas essas perdas se fizeram sentir duramente ao se deparar, mais à frente, no século XIX, com a questão da normatização da língua e a elaboração de um padrão. Discussões e dissensões não faltaram para ambientar o árduo trabalho:

123 A literatura de criação e a produção cultural em geral na língua catalã decaíram lamentavelmente entre os séculos XVI e XVIII. A falta de uma organização política sólida no governo implicou a interrupção da normalidade linguística; a interferência castelhana aumentou, até chegar a anular de todo a intervenção da representação catalano-aragonesa [...]. O contexto do século XVIII permitiu que o castelhano pudesse ser proclamado por lei a única língua oficial; o catalão foi marginado por ordem real da gestão política e administrativa, âmbitos nos quais já havia sofrido forte discriminação nos dois séculos precedentes. Tradução nossa.

124 Fabra enumera, em diversas oportunidades, muitos distúrbios causados na estrutura linguística e que se devem à influência do castelhano. Em uma dessas oportunidades, diz: “Els castellanismes sintàctics del català modern són innombrables: la influència espanyola s'ha deixat sentir en l'ús dels temps dels verbs; ha provocat canvis de gènere; ha produït la substitució de totes les locucions emprades pels antics per a l'expressió del neutre, amb frases fetes a base d'un article neutre diferent del masculí; ha afavorit la supressió de la partícula *no* en una munió de casos i ha trontollat l'ús dels mots *res*, *gens*, *mai* i anàlegs amb valor positiva fins al punt de fer-nos creure incorrecte de dir, per exemple: *si res desapareix, serà que ell s'ho haurà emportat*”. (FABRA, 1980, p. 156-157). (“Os castellanismos sintáticos do catalão moderno são inumeráveis: a influência espanhola deixou-se sentir no uso dos tempos verbais; provocou mudanças de gênero; produziu a substituição de todas as locuções empregadas pelos antigos para a expressão do neutro, com frases feitas à base de um artigo neutro diferente do masculino; favoreceu a supressão da partícula *no* em uma variedade de casos e conturbou o uso das palavras *res*, *gens*, *mai* e análogos com valor positivo até o ponto de nos fazer crer incorreto dizer, por exemplo: *si res desapareix, serà que ell s'ho haurà emportat*”. (FABRA, 1980, p. 156-157)). Tradução nossa.

125 O século XVIII ficou muito marcado pela crise social e política, as quais, necessariamente, incidiram sobre a língua. Martí i Castell (1992, p. 24-25) aponta o momento mais crítico dessa situação: “El segle XVIII, més concretament l'any 1714, marcà la culminació de la substitució lingüística oficial i de la submissió política. Els decrets de Nova Planta (1707-1716) del borbó Felip V (1683-1746) constitueixen la primera mostra de prohibició expressa des del govern de l'ús de la llengua catalana, la qual deixà d'ésser oficial per imposició; el castellà n'ocupà el lloc. La prohibició s'acompanyà de la persecució, fins al punt de preveure sancions contra qui emprava el català en segons quins àmbits. La Universitat de Barcelona es tancà i es traslladà a Cervera. L'any 1768, amb Carles III, es disposà que els tribunals redactessin les sentències en castellà i no en llatí ni, és clar, en català. Pel que fa a l'ensenyament, cosa que afectà lògicament la producció escrita, s'actuà en la mateixa direcció i desaparegueren, així, les escoles primàries catalanes [...]” (“O século XVIII, mais concretamente o ano de 1714, marcou a realização da substituição linguística oficial e da submissão política. Os decretos de Nova Planta (1707-1716) do borbón Felipe V (1683-1746) constituem a primeira mostra de proibição expressa desde o governo do uso da língua catalã, a qual deixou de ser oficial por imposição; o castelhano ocupou seu lugar. A proibição foi acompanhada de perseguição, até o ponto de prever sanções contra quem empregava o catalão e de acordo com os âmbitos. A Universitat de Barcelona foi fechada e trasladada a Cervera. No ano de 1768, com Carlos III, dispôs-se que os tribunais redatassem as sentenças em castelhano e não em latim nem, é claro, em catalão. No que concerne ao ensino, o que afetou logicamente a produção escrita, atuou-se nesse mesmo sentido e desapareceram, assim, as escolas primárias catalãs [...]). Tradução nossa.

La majoria d'autors del segle XIX conferien a la llengua escrita el protagonisme (exclusiu o amb matisos) a l'hora de decidir sobre el català literari. Entre aquests, n'hi havia que creien que s'havia de prendre com a model de bona escriptura la llengua escrita anterior al segle XVI, és a dir la llengua medieval. I d'altres que eren partidaris de la llengua que s'havia escrit als segles XVI, XVII i XVIII. A diferència de tots ells, alguns creien que la llengua dels escrits no servia com a model literari i defensaven la llengua viva. A tots aquells que prescindien de la llengua parlada (o, si més no, no la convertien en referència exclusiva per a la codificació de la llengua) se'ls va agrupar en el seu moment sota la denominació comuna de *llenguatge acadèmic* (o *català acadèmic*) [...]. Aquest llenguatge acadèmic no era uniforme (i no pas pel caràcter anàrquic que li va voler atribuir Pompeu Fabra). Hi havia, com he dit, partidaris d'escriure en català medieval i partidaris de fer-ho en el català dels segles XVI, XVII i XVIII. La primera tendència va ser definida i descrita pel poeta mallorquí Josep Taronj i pel gramàtic Tomàs Forteza. La segona va ser definida per Antoni de Bofarull, el seu gramàtic oficial (i el defensor més aferrissat), que va denominar el seu llenguatge *clàssic reformat* per oposar-lo al català literari que es basava en la llengua medieval, el qual anomenava *clàssic antic*. (SEGARRA, 2001, p. 105).¹²⁶

Conforme aponta o autor, havia dois modelos em disputa almejando servir à estandardização da língua. De um lado, havia intelectuais que acreditavam ser legítimo basear-se na língua falada nos séculos escuros, ainda que houvessem claras interferências do castelhano sobre o catalão; de outro lado, estava o modelo arcaísta, que propunha uma volta às origens da língua como forma de recuperação de sua estrutura. O segundo modelo foi o que ganhou mais força entre os intelectuais novecentistas e concedeu a Pompeu Fabra prestígio pelo enorme desafio enfrentado:

Certament, la llengua catalana estava molt malmesa. Fabra n'estudià la història damunt els textos clàssics, tingué en compte la realitat parlada a tot el territori lingüístic, la neteja de sutzures acumulades durant segles (en forma de castellanismes, vicis i analogies), i l'ordenà, canalitzada en unes propostes. No cal dir que faig al·lusió: 1) a les *Normes ortogràfiques* (1913),

126 A maioria dos autores do século XIX conferiam à língua escrita o protagonismo (exclusivo ou com matizes) na hora de decidir sobre o catalão literário. Entre estes, havia os que acreditavam que tinha que se tomar como um modelo de boa escrita a língua escrita anterior ao século XVI, isto é, a língua medieval. E outros que eram partidários da língua que se tinha escrito nos séculos XVI, XVII e XVIII. Diferentemente de todos eles, alguns acreditavam que a língua dos escritos não servia como modelo literário e defendiam a língua viva. Todos os que prescindiam da língua falada (ou, ao menos, não a convertiam em referência exclusiva para a codificação da língua) foram agrupados no seu momento sob a denominação comum de *llenguatge acadèmic* (ou *català acadèmic*) [...]. Esta linguagem acadêmica não era uniforme (e não pelo seu caráter anárquico que lhe quis atribuir Pompeu Fabra). Havia, como disse, partidários da escrita em catalão medieval e partidários da escrita do catalão dos séculos XVI, XVII e XVIII. A primeira tendência foi definida e descrita pelo poeta malhorquino Josep Taronj i e pelo gramático Tomàs Forteza. A segunda foi definida por Antoni de Bofarull, o seu gramático oficial (e defensor mais ferrenho), que denominou a sua linguagem *clàssic reformat* para se opor ao catalão literário que se baseava na língua medieval, o qual denominava *clàssic antic*. (SEGARRA, 2001, p. 105). Tradução nossa.

sancionades per l'Institut com a acadèmia (l'artífex de les quals fou Pompeu Fabra), i 2) a la *Gramàtica catalana* del mateix Fabra (1918), que l'Institut féu seva. Gràcies a aquests dos instruments, la normativa establerta entre 1910 i 1920 retratava força bé l'estructura de la llengua i els seus parlants podien servir-se'n sense dificultats. La llengua escrita progressà en qualitat i en quantitat i el “català literari” - com aleshores s'anomenava la llengua comuna o estàndard - esdevingué el model col·lectiu d'expressió. Sorgien dificultats, i n'hi havia de greus: ja se sap que la prescripció és un fre per al llenguatge corrent i espontani, tant com aquest contribueix a ablanir la llengua més encarcerada, i això sempre crea tensions. Però la norma més admesa les neutralitzava sense que en perillés la salut de la llengua. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 65)¹²⁷

A proposta de Fabra se baseava na história da língua e privilegiava, obviamente, seu momento de maior esplendor, a saber, o século XV, ainda que se distanciasse muito da realidade linguística dos falantes. No entanto, há de se convir que a recuperação da língua passava, inevitavelmente, pela varredura de termos castelhanizados. Não parecia haver, neste momento, um “caminho do meio”, em que se pudesse depurar a língua dos castelhanismos incrustados e que também fosse contemporâneo. Fabra, ao menos, teria uma fonte legítima de consulta para fundamentar sua proposta de normatização. Observe-se:

La normalitat d'una llengua passa per dues coordenades: una de caràcter *quantitatiu*, la d'extensió del seu ús, i una altra de caire *qualitatiu*, la de les funcions i els models formals aplicats. En aquesta darrera s'ha d'incloure la *normativització*, és a dir, la codificació que permet que tots l'emprin unitàriament, que la salva de la fragmentació i que la reforça en la consciència d'unitat lingüístico-social. D'acord amb aquestes condicions, podem afirmar que el català al segle XV havia assolit la normalització; havia esdevingut l'autèntica llengua nacional de cultura; no tenia una gramàtica, en el sentit de recull de la seva preceptiva global, però se seguien estrictament les normes adquirides a través dels escriptors i per influència de la Cancelleria Reial. Al darrer quart del segle, de més a més, la impremta facilità la divulgació de textos, els quals, així mateix, esdevingueren un mitjà efecacíssim per enfortir i generalitzar el procés de codificació; l'accés al llibre transformà una concepció de la cultura excessivament restringida i minoritària; la burgesia, que progressivament s'alfabetizà i que desitjava de

127 Certamente, a língua catalã estava muito fragilizada. Fabra estudou a sua história a partir dos textos clássicos, levou em consideração a realidade falada em todo o território linguístico, a limpeza de suturas acumuladas durante séculos (em forma de castelhanismos, vícios e analogias), e a ordenou, canalizada em umas propostas. Não é necessário dizer que faço alusão: 1) às *Normes Ortogràfiques* (1913), sancionadas pelo Institut como uma academia (cujo criador foi Pompeu Fabra), e 2) à *Gramàtica Catalana* do próprio Fabra (1918), a qual o Institut fez sua. Graças a estes dois instrumentos, a normativa estabelecida entre 1910 e 1920 retratava muito bem a estrutura da língua e os seus falantes podiam servir-se dela sem dificuldades. A língua escrita progrediu em qualidade e o “catalão literário” - como então se denominava a língua comum ou padrão - transformou-se no modelo coletivo de expressão. Surgiam dificuldades, e havia algumas graves: sabe-se que a prescrição é um freio para a linguagem corrente e espontânea, tanto como esta contribui a suavizar a língua mais rígida, e isso sempre cria tensões. Mas a norma mais admitida as neutralizava sem colocar em perigo a saúde da língua. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 65). Tradução nossa.

convertir-se en una classe hegemònica, contribuí decisivament, amb la seva demanda cultural, al fenomen de l'expansió d'obres escrites en la llengua vulgar. (MARTÍ I CASTELL, 1992, p. 14-15)¹²⁸

No fragmento acima, o autor reforça a impotência da língua catalã no século XV: havia se tornado uma língua de uso amplo na sociedade em geral, especialmente entre o estrato culto e no registro formal, além de haver tido uma importante difusão literária; era, enfim, uma língua normalizada. Assim, o século XV, para a língua catalã, configura-se também como o Século de Ouro, ou seja, é quando atinge o seu esplendor literário. O uso *latto* da língua, apoiado pelo seu uso culto, abriu espaço para a normatização do catalão. Com isso, os intelectuais novecentistas adeptos da corrente arcaica para a recuperação da língua podiam contar com um modelo normativo precedente.

Conforme já apontado no início desta seção, a língua estandar, como modelo artificial de língua, dado a sua super elaboração intelectual, é pensada, primeiramente, para atender ao registro escrito. Apesar disso, existe um estandar que contempla também o registro oral. Considerando essas colocações e a solução de um estandar proposto por Fabra -pautado sobre a língua arcaica-, é fácil supor que existirá uma enorme distância entre o estandar oral e a língua falada em seus mais diversos estratos. Se a tendência natural das línguas é que haja uma grande diferença entre a língua estandar (culto, normativa, elaborada) e a realidade dos diversos falares (uso), no catalão, esta diferença será ainda maior.

Seja como for, o estandar que, aqui, coincide com a normativização da língua, faz-se pelas mãos de Pompeu Fabra e não deixa de ter presente questões como a arcaização da língua ou o privilégio de algum dialeto sobre os demais. Ainda que se fale em um certo privilégio concedido ao catalão de Barcelona, Fabra, apesar de reconhecer o peso deste dialeto, afirma

128 A normalidade de uma língua passa por duas coordenadas: uma de caráter *quantitativo*, a de extensão de seu uso, e outra de aspecto *qualitativo*, a das duas funções e modelos formais aplicados. Nesta última, deve-se incluir a normativização, isto é, a codificação que permite que todos a empreguem unitariamente, que a resguarda da fragmentação e que a reforça na consciência de unidade linguístico-social. De acordo com estas condições, podemos afirmar que o catalão no século XV havia obtido a normalização; havia se tornado a autêntica língua nacional de cultura; não tinha uma gramática, no sentido de coleção de sua preceptiva global, mas se seguiam estritamente as normas adquiridas por meio dos escritores e por influência da Cancelleria Reial. No último quarto do século, além disso, a imprensa facilitou a divulgação de textos, os quais, desta maneira, tornaram-se um meio eficaz para fortalecer e generalizar o processo de codificação; o acesso livre transformou uma concepção da cultura excessivamente restrita e minoritária; a burguesia, que progressivamente se alfabetizou e que desejava converter-se em uma classe hegemônica, contribuiu decisivamente, com a sua demanda cultural, com o fenômeno da expansão de obras escritas na língua vulgar. (MARTÍ I CASTELL, p. 14-15). Tradução nossa.

que o estândar/a norma contempla todos os dialetos da língua. Conforme Badia i Margarit (1994, p. 68):

[...] l'Institut d'Estudis Catalans, tocat per la clarividència de Pompeu Fabra, optà per una normativa que després hem anomenat composicional o participativa, per tal com té un nombre significatiu de realitats geolingüístiques que ja no són català oriental (i si no hi són totes, com tampoc no hi figuren barcelonismes típics, és per aconseguir l'harmonia entre totes les manifestacions d'una mateixa i única llengua).¹²⁹

Segundo as afirmações do autor, pautadas no discurso do *Institut d'Estudis Catalans* e do próprio Fabra, houve um esforço intelectual para que a norma fosse construída sem prejuízo das diversas realidades linguísticas existentes. Por isso, comumente, a construção normativa é classificada de “composicional” ou “participativa”, o que significa, ao menos em teoria, que a norma abrange traços linguísticos dos dois blocos dialetais em que está classificado o catalão. Estes, por sua vez, correspondem a quatro grandes regiões idiomáticas, conforme se verá mais adiante.

Com isso, a norma da língua catalã tem como forte característica a orientação, em prejuízo da prescrição. De fato, é aceitável se falar em normas da língua, como meio de contemplar as demais variedades. Observe-se a colocação de López del Castillo (1976, p. 15):

En català, per contra, sembla que va prenent cos un plantejament més matisat – segurament ajudat per les circumstàncies de pobresa cultural i de fragmentació secular. Podem dir, doncs, que, en conjunt, comptem amb una norma (o subnorma) catalana, una de valenciana i una de baleàrica. Tot amb tot, això només és reconegut per les minories cultivades, i encara. (Cal dir, per exemple, que la Catalunya Occidental – amb un llenguatge més similar al del País Valencià que no al de Barcelona en força aspectes – queda al marge d'aquests matisos i se la considera de fet com a integrada).¹³⁰

As considerações do autor vão de acordo ao que anteriormente havia colocado Badia i Margarit (1994, p. 68) mais acima. Ainda que o estândar e a língua normativa tenham um

129 [...] o Institut d'Estudis Catalans, sensibilizado pela clarividência de Pompeu Fabra, optou por uma normativa que depois denominamos composicional ou participativa, por ter um número significativo de realidades geolingüísticas e não apenas o catalão oriental (e se lá não estão todas, como tampouco privilegia barcelonismos típicos, é com o fim de conseguir a harmonia entre todas as manifestações de uma mesma e única língua). Tradução nossa.

130 Em catalão, ao contrário, parece que vão tomando corpo considerações mais claras – certamente auxiliadas pelas circunstâncias de pobreza cultural e de fragmentação secular. Podemos dizer, então, que, em conjunto, contamos com uma norma (ou subnorma) catalã, uma valenciana e uma baleárica. Contudo, isso somente é reconhecido pelas minorias cultas. (É necessário dizer, por exemplo, que a Catalunha Ocidental – com uma linguagem mais similar à do País Valenciano do que a de Barcelona em muitos aspectos – fica à margem dessas matizes e se considera de fato como uma integrada). Tradução nossa.

direcionamento linguístico, este não é colocado como prescritivo, mas sim como uma sugestão de uso nas comunidades linguísticas. Tanto é assim que existe uma gramática normativa do valenciano e uma *Acadèmia Valenciana de la Llengua*.¹³¹ Portanto, a necessidade do estandar está justificada como um ponto de convergência linguística e que consegue sobreviver apesar da fragmentação, ou das fragmentações, impostas pelas demais normas ou subnormas da língua.

2.3.1 A língua estandar e a dupla negação em catalão

Conforme assinalado na seção anterior, o catalão alcançou a elaboração de um estandar linguístico com um trabalho de fôlego empreendido por Pompeu Fabra e outros intelectuais novecentistas. Ficou claro, ainda, que o estandar almeja ser um modelo centrípeta da língua, sem, no entanto, prescrever fórmulas. Seu caráter participativo pretende contemplar todas as variedades linguísticas admitindo, além disso, outras normas e subnormas.

No que tange ao emprego da dupla negação pré-verbal, parece ser um consenso que o catalão possui, para este fenômeno, dois modelos de estandar. Muitos autores, para dizer o mesmo, classificam o fenômeno como tendo a concordância negativa “opcional”. Estudos recentes apontam:

For speakers who accept both [...] the meaning of the two sentences is equivalent, nonetheless.

[...] Ningú no sap la solució (Catalan)

n-person not know-3SG the solution

‘Nobody knows the solution’

[...] Ningú sap la solució (Catalan)

n-person know-3SG the solution

‘Nobody knows the solution’ (TUBAU, 2008, p. 221)¹³²

131 Conforme esclarece Alegre (1991, p. 203-204): “Ja hem apuntat les reticències dels valencians a admetre el nom de «català» per a la pròpia llengua. Des del punt de vista de la lingüística és ben clar que el valencià és una variant més de la llengua catalana, com ho són el català central, l'alguerès o el nord-occidental. La denominació «català» està fonamentada en raons històriques, geogràfiques i literàries i és el nom que rep la nostra llengua en l'àmbit científic”. (“Já pontuamos as reticências dos valencianos em admitir o nome “catalão” para a própria língua. Desde o ponto de vista da linguística fica claro que o valenciano é uma variante mais da língua catalã, como são o catalão central, o alguerês e o norte-occidental. A denominação “catalão” se fundamenta em razões históricas, geográficas e literárias e é o nome que recebe a nossa língua no âmbito científico”). Tradução nossa.

132 Para falantes que aceitam ambos [...], o significado das duas frases é equivalente, no entanto.

[...] Ningú no sap la solució (Catalão)

N-pessoa não sabe-3SG a solução

"Ninguém sabe a solução "

Segundo os dois exemplos colocados em cotejo, a única diferença que pode ser estabelecida entre ambos é a dicotomia presença/ausência do advérbio de negação *no*. Semanticamente, as duas orações possuem exatamente o mesmo valor. Ainda mais, conforme expõe a autora, existem falantes que aceitam ambas as orações (obviamente com o mesmo valor de negação), o que reforça o seu caráter opcional.

Dessa forma, o caso da dupla negação pré-verbal em catalão torna-se ainda mais peculiar porque consiste em uma variação entre falantes. Isso quer dizer que, para alguns falantes, provavelmente independente da variedade linguística adotada (i.e. sem relação diatópica), admitem ou não para si a dupla negação pré-verbal.

Tubau tenta dimensionar essa questão da variação interna:

The optionality of the negative marker is [...] as an instance of intra-speaker variability. This concept was already introduced [...] to refer to the speakers' switches from one variety to another. In the particular case of Catalan, the switch seems to be between a grammar with Strict NC and a grammar with NonStrict NC. (TUBAU, 2008, p. 247)¹³³

Até este ponto, a simples descrição linguística poderia apontar a existência de variação entre os falantes. A descrição ainda permitiria hipotetizar, por exemplo, se o fenômeno se baseia em concorrências de diversas gramáticas ou se a dupla negação é licenciada apenas com a intenção de dar ênfase (uma mera questão prosódica com impacto, talvez, na semântica da negação). Neste sentido, vai, por exemplo, o estudo de Espinal et al. (2015). O que ainda está por se explicar é o quê mantém o equilíbrio nessa variação, dado que a concordância negativa, por variar de falante a falante, é uma interpretação subjetiva e poderia causar problemas na comunicação. Há de se falar desse fator de equilíbrio que administra essa relação, visto que, sem a sua existência, haveria um distúrbio na comunicação e, havendo esse distúrbio, a língua mesma encontraria soluções para a sua eliminação.

A existência dos dois padrões de negação no estandar da língua, favorece a teoria de que o catalão se caracteriza como uma língua de transição ou língua-ponte¹³⁴ e, se assim for,

[...] Ningú sap la solució (Catalão)

N-pessoa sabe-3SG a solução

"Ninguém sabe a solução" (TUBAU, 2008, p. 221). Tradução nossa.

133 A opcionalidade do marcador negativo é [...] como um exemplo de variabilidade intra-falante. Este conceito já foi introduzido [...] para se referir às trocas dos falantes de uma variedade para outra. No caso particular do catalão, a troca parece ser entre uma gramática com NC rigorosa e uma gramática com uma NC não rigorosa. (TUBAU, 2008, p. 247). Tradução nossa.

134 Cf. as discussões de Badia i Margarit (1979) e Souza (2009).

poder-se-ia colocar em xeque o impacto da construção tardia do estândar da língua, em comparação às demais línguas circunvizinhas. A variante negação pré-verbal simples, por influência do castelhano, por exemplo, seria um fator de impulsão para a transição *Non-Strict NC*? Ou, ainda, até que ponto o emprego da dupla negação é influenciado e mantido pela língua normativa? Língua estândar e língua normativa, para o catalão, poderiam, muitas vezes ser usadas como sinônimos. Aqui, no entanto, será pontuado um momento de bifurcação.

A língua normativa será forjada sobre a mesma base que outrora havia alcançado a língua de prestígio, ou seja, a língua medieval, a do século XV. O estândar é essa mesma língua, porém, um pouco mais modernizada para que pudesse servir também aos meios de comunicação de massa e para a normalização. A norma linguística medieval ditava o emprego obrigatório da concordância negativa. A língua estândar, construída no século XIX, aceita os dois padrões de negação. Para um melhor entendimento, faz-se necessário observar como a questão é realmente abordada pela norma para, posteriormente, entender como essa abordagem pode impactar sobre o uso da língua. Uma parte do capítulo 3 será usada para observar as prescrições normativas concernentes ao emprego da dupla negação.

2.3.2 Variação horizontal na língua catalã

A classificação dialetal do catalão, assim como ocorre em qualquer língua natural, não coincide com a divisão territorial administrativa. Poder-se-ia, assim, começar dizendo que o catalão não é uma língua falada apenas em território espanhol, ainda que, em peso demográfico, inegavelmente essa porção constitui a de maior relevância. A língua catalã se faz presente em quatro países, a saber, Espanha, França, Itália e Andorra. Nos três primeiros, o catalão se faz presente em um regime de co-oficialidade. Na Espanha, os territórios de fala catalã correspondem ao denominado *Principat* (Barcelona, Tarragona, Girona, Lérida), além de Valência e das Ilhas Baleares. Na França, a língua catalã ainda caracteriza a região do *Rossillon*, ao sul, rodeado pelos Pirineus. Na Itália, na ilha da Sardenha, ainda é marca de uma pequena cidade outrora colonizada pelos catalães, *Alghero*. E, por fim, é a única língua oficial de Andorra.

No que concerne à divisão dialetológica da língua, o catalão possui apenas dois blocos para representar todo o seu domínio linguístico, o bloco ocidental e o bloco oriental.¹³⁵

Segundo essa classificação, tem-se que

el domini lingüístic català es divideix en dues grans meitats: els parlars occientals (la meitat oest de Catalunya i el País Valencià, que en constitueixen el “bloc occidental”) i els parlars orientals (la meitat est de Catalunya i les Illes, o “bloc oriental”). (Nota: [...] és obvi que Andorra i la Franja d'Aragó pertanyen al bloc occidental, i que la Catalunya Nord i l'Alguer són del bloc oriental). Se'n desprèn que les quatre grans regions idiomàtiques de la llengua són les següents: 1) el català nord-occidental, 2) el valencià, 3) el català central i 4) el balear. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 69)¹³⁶

Como é possível observar, a existência de apenas dois grupos linguísticos, mesmo envolvendo quatro países diferentes, concede ao catalão uma fragmentação dialetológica aparentemente pequena¹³⁷. A divisão da língua catalã em dois blocos concebe a

135 A divisão em “occidental” e “oriental” é a mais difundida entre os autores, o que não significa que não existam outras nomenclaturas. Colomina i Castanyer (1999, p. 22) discute a posição de outros estudiosos. A título de exemplo, veja-se a seguinte colocação: “La divisió en català occidental i català oriental ha rebut darrerament diverses crítiques. Eduardo Blasco proposa substituir-la per una nova divisió basada en les normes areals de M. Bartoli. Per a Blasco, els dialectes de les àrees centrals, limitades a Catalnuya, són l'oriental i l'occidental; els dialectes de les àrees laterals foren el rossellonès i el valencià; i el balear i l'alguerès serien els dialectes de les àrees aïllades [...]”. (“A divisão em catalão ocidental e catalão oriental tem recebido ultimamente diversas críticas. Eduardo Blasco propõe substituí-la por uma nova divisão baseada nas normas areais de M. Bartoli. Para Blasco, os dialetos das áreas centrais, limitadas na Catalunha, são a oriental e a ocidental; os dialetos das áreas laterais são o roussilhonês e o valenciano; e o balear e o alguerês seriam os dialetos das áreas isoladas [...]”). Tradução nossa.

136 o domínio linguístico catalão se divide em duas grandes metades: os falares ocidentais (a metade oeste da Catalunha e o País Valenciano, que constituem o “bloco ocidental”) e os falares orientais (a metade leste da Catalunha e as Ilhas [Baleares], ou “bloco oriental”). (Nota: [...] é óbvio que Andorra e a Faixa de Aragão pertencem ao bloco ocidental, e que a Catalunha Norte e Alguero são do bloco oriental). Depreende-se que as quatro grande regiões idiomáticas da língua são as seguintes: 1) o catalão norte-occidental, 2) o valenciano, 3) o catalão central e 4) o balear. (BADIA I MARGARIT, 1994, p. 69). Tradução nossa.

137 O termo “aparentemente pequena” refere-se à seguinte discussão: “Cal admetre, d'entrada, que el català era -i és- menys diferenciats que d'altres dominis romànics, com l'occità, l'italià o la “langue d'oïl”, per les següents raons: 1) el català abraça un domini més aviat modest geogràficament; 2) no tots els dialectes són constitutius, sinó que n'hi ha de consecutius: la dominació musulmana i la posterior reconquesta varen provocar un procés anivellador, propi de les zones colonitzades (com, p.e., el castellà d'Amèrica); 3) la unitat política [...] (1276-1349) [...]. Aquesta coincidència de l'aparició de dialectalismes amb la ruptura de la cohesió literària -cap als segles XVI-XVII- va fer que alguns consideressin aquesta com la causa d'aquella (vegeu BADIA, 1951, 65-66); en realitat, les diferències dialectals -com veurem- existien abans, des dels orígens de la llengua, però 1) la matriu cancelleresca o una norma literària impedia d'acollir -o atenuava- elements col·loquials; 2) hom no sempre distingia clarament la llengua escrita de la llengua parlada”. (VENY, 1985, p. 146). (“É necessário admitir, do princípio, que o catalão era -e é- menos diferenciado que em outros domínios românicos, como o occitano, o italiano ou a “langue d'oïl”, pelas seguintes razões: 1) o catalão abrange um domínio mais modesto geograficamente; 2) nem todos os dialetos são constitutivos, mas sim consecutivos: a dominação muçulmana e a posterior reconquista provocaram um processo nivelador, próprio de zonas colonizadas (como, p.e., o castelhano da América); 3) a unidade política [...] (1276-1349) [...]. Esta coincidência da aparição de dialetismos com a ruptura da coesão literária - em torno aos séculos XVI-XVII- fez com que alguns considerassem esta como a causa daquela (ver BADIA, 1951, 65-66); na realidade, as diferenças dialetais -como veremos- existiam antes,

fonética como eixo principal para a caracterização e distinção entre os falares; as diferenças na língua escrita parecem ficar sempre em segundo plano. No que tange ao tratamento à negação, fica claro que a variação entre os padrões [NEG V] e [NEG NÃO V] não representa um fator fragmentador dos blocos oriental e ocidental, i.e., a dialeção tradicional não fornece subsídios para compreender a negação, especialmente como aqui está sendo tratada.

Ainda, Alegre (1991, p. 68), contrasta os dois blocos dialetais da língua catalã da seguinte maneira: catalão oriental: romanização intensa, arabização superficial, escassa toponímia árabe e abundante toponímia românica; catalão ocidental: terras não romanizadas ou romanizadas superficialmente, arabização capaz de afetar a romanização, toponímia árabe abundante e escassa toponímia romana. De forma esquemática, os falares catalães estão agrupados da seguinte maneira dentro dos dois blocos:

Figura 4 – Dialeção na língua catalã¹³⁸

Como é possível observar, a fragmentação dialetal do bloco oriental é maior que a do ocidental; enquanto o primeiro apresenta quatro divisões, além das subdivisões, este apresenta apenas duas. No entanto, considerando as subdivisões de cada um, há um aproximado equilíbrio no número total de falares. No que concerne, entretanto, ao peso

desde as origens da língua, mas 1) a matriz *cancelleresca* ou uma norma literária impedia de acolher -ou atenuava- elementos coloquiais; 2) nem sempre se distinguia claramente a língua escrita da língua falada”. (VENY, 1985, p. 146)). Tradução nossa.

138 Figura disponível em: <http://http://llengua.gencat.cat/web/.content/documents/aprendre/arxiu/com_6_mapes.pdf>. Acesso em 01 dez. 2015.

linguístico, remarca-se o catalão central, onde se insere o catalão falado em Barcelona, pela intensa promoção linguística e cultural ao longo de muitos séculos, inclusive os do período de decadência. Apesar disso, todos os dialetos, em teoria, foram considerados no momento de elaboração da língua estandar, conforme visto na subseção anterior. Concernente ao uso da dupla negação pré-verbal nos diversos dialetos assinalados na Figura 4, reserva-se um estudo mais detalhado no capítulo 3. Contudo, e de acordo ao que também parece acontecer em português brasileiro, o uso da dupla negação parece ter maior relação com os níveis sociais da língua do que com a área dialetal dos falantes. Cabe, ainda, recordar que, a depender da zona dialetal em que se insere o catalão, a língua pode sofrer a influência, seja por bilinguismo ou diglossia, de outras línguas. Em território espanhol, obviamente, vive-se uma relação diglósica com o castelhano, mas também conforma um quadro diglósico em conflito com o francês e o italiano.

2.3.3 Variação vertical no catalão

A variação diastrática, social ou, conforme aponta o título, vertical, apresenta fatores de ordem social que, ao que parece, exercem influência sobre o emprego da dupla negação pré-verbal na língua catalã. Dentre eles, o fator “escolaridade” sugere ter peso para a manutenção do fenômeno linguístico, ainda que não seja um fator determinante. É complexo mensurar o peso dos fatores diastráticos (sexo, idade, escolaridade etc.), já que a presença de uma gama muito variada de matizes pode levar a resultados diferentes em casos semelhantes. De qualquer maneira, o uso da concordância negativa, em catalão, está de acordo com a normativa vigente da língua, conforme se verá no capítulo 3. Portanto, o emprego desse recurso linguístico pode ser, com razão, associado ao nível de escolaridade do falante.

Como qualquer língua natural, o catalão apresenta alguns dialetos sociais, isto é, alguns falares que, marcadamente, estão associados a um grupo linguístico da sociedade. Entre eles, estão o “parlar ultra”, caracterizado por pertencer à camada culta da sociedade, com forte propensão normativista, com peculiares usos de purismos e arcaísmos e, também, com algumas hipercorreções linguísticas. Além deste, existe o “parlar xava” e o “parlar xarnego”, que apresentam características linguísticas muito semelhantes. Ambos apresentam

muita influência do castelhano; contudo, a maior diferença entre eles é social: o “parlar xarnego” é o catalão aprendido nas ruas por um indivíduo de fala castelhana, enquanto o “parlar xava” é típico de indivíduos de fala catalã cuja influência da língua castelhana se faz sentir, especialmente, por influência familiar (seriam, por exemplo, filhos dos imigrantes que já nasceram na Catalunha). Há, ainda, o “parlar blea”, característico de um grupo social escolarizado, como, por exemplo, o universitários de Barcelona; e os “argots” que, além de ser também a linguagem técnica de alguns ofícios, é a linguagem da aristocracia malhorquina. (LÓPEZ DEL CASTILLO, 1976, p. 53-59).

Apesar da apresentação acima, foge ao escopo do presente estudo relacionar o uso da dupla negação pré-verbal aos grupos linguísticos brevemente caracterizados. A relevância do estudo diastrático, no que tange ao fenômeno em estudo, reside no conhecimento dos fatores que podem determinar a sua manifestação, possibilitando que se forme um perfil de falante aproximativo da condição ótima ou ideal para a realização da dupla negação. Cabe, ainda, recordar que, majoritariamente, o catalão se encontra em zonas em que existe algum tipo de diglossia. No Estado espanhol, em todas as zonas pode-se falar em um contexto diglósico entre catalão e castelhano. Já o catalão setentrional vive uma situação desfavorável no território francês: “El francès l'empren per a les funcions formals (escola, mitjans de comunicació, administració, comerç...) i el català és reservat per a les funcions familiars, considerades “pageses” o “incultes””(ALEGRE, 1991, p. 78)¹³⁹. Além disso, o catalão setentrional também é concebido como característico falar entre os ciganos da região.

No que tange à vitalidade do catalão norte-ocidental, que abrange uma área do interior da Catalunha e chega até Andorra, a língua apresenta maior força nas zonas rurais e, portanto, mais ou menos afetada pela urbanização e pelo êxodo rural. Sobre o uso efetivo da língua catalã em Andorra, observe-se:

La situació al Principat d'Andorra és molt diferent. El petit país pirinenc és l'únic estat del món on la llengua catalana és oficial, ininterrompudament, des de fa segles. Malgrat això, un 70% dels seus habitants són immigrants, la major part dels quals no estan assimilats lingüísticament. El català és molt poc sentit al carrer, la llengua de prestigi és el francès (a Andorra es veuen tres cadenes de TV en aquesta llengua) i el castellà hi és cada vegada més emprat a causa de l'allau immigratòria [...]. La legislació, favorable o contrària a la llengua catalana, malgrat l'oficialitat, és pràcticament inexistent i només es limita a la documentació adreçada al govern, oficial o semioficial,

139 O francês é empregado para as funções formais (escola, meios de comunicação, administração, comércio...) e o catalão é reservado para as funções familiares, consideradas “rurais” ou “incultas””.(ALEGRE, 1991, p 78). Tradução nossa.

que ha de ser redactada en català, així com la publicitat i els rètols polítics. (ALEGRE, 1991, p. 174)¹⁴⁰

Conforme se observa, Andorra aparentava possuir potencial para difundir um catalão com maior tradição linguística. No entanto, a sua situação diglòssica é um entrave para a efetiva normalização linguística, o que faz com que o catalão perca terreno em muitos âmbitos das relações sociais. Para completar o quadro dos países, fora do Estado espanhol, em que o catalão possui dialetos, veja-se a situação do alguerês:

[...] La convivència amb el sard (no hem d'oblidar que els algueresos són una minoria dins d'una altra minoria) i l'italià, llengua oficial, ha provocat que nombrosos algueresos siguin trilingües: parlen sard, italià i alguerès. L'ús oral que havia mantingut el dialecte català s'està perdent i ja se sap que una llengua si no és necessària no s'usa, i si no s'usa mor. Bona part de la gent jove coneix l'alguerès (un 60% segons dades de Maria Grossmann), però no el parlen, perquè ningú, ni pares ni mestres, els han ensenyat. (ALEGRE, 1991, p. 152)¹⁴¹

Segundo as considerações da autora, o horizonte destinado a esse dialeto do catalão não é nada promissor. Unida à minguada população que fala o dialeto em território italiano, o catalão tem uma relação diglòssica muito desfavorável. Além disso, a “utilidade” da língua é um peso, consciente ou inconscientemente, usado para a transmissão linguística: “Parlar italià és «més fi» i molts pares creuen que és millor ensenyar-lo als seus fills perquè l'alguerès influiria negativament en els resultats escolars”. (ALEGRE, 1991, p. 153).¹⁴²

De volta ao contexto ibérico, é possível notar que, também aqui, existem diversas relações conflituosas que dificultam a normalização da língua, ainda que a situação dos dialetos pareça ser melhor que a dos anteriormente vistos. Observe-se:

140 A situação no Principado de Andorra é muito diferente. O pequeno país pirenaico é o único estado do mundo onde a língua catalã é oficial, ininterruptamente, há séculos. Apesar disso, 70% dos seus habitantes são imigrantes, e a maior parte não está linguisticamente assimilado. O catalão é muito pouco ouvido na rua, a língua de prestígio é o francês (em Andorra há três cadeias de TV nesta língua) e o castelhano é cada vez mais empregado por causa da onda imigratória [...]. A legislação favorável ou contrária à língua catalã, apesar da oficialidade, é praticamente inexistente e somente se limita à documentação dirigida ao governo, oficial ou semi-oficial, que tem de ser redigida em catalão, assim como a publicidade e as legendas políticas. (ALEGRE, 1991, p. 174). Tradução nossa.

141 [...] A convivência com o sardo (não podemos esquecer que os alguerenses são uma minoria dentro de outra minoria) e o italiano, língua oficial, provocou que numerosos alguerenses fossem trilingues: falam sardo, italiano e alguerês. O uso oral que havia mantido o dialeto catalão está se perdendo e já se sabe que uma língua se não é necessária, não se usa, e se não se usa, morre. Boa parte dos jovens conhece o alguerês (60% segundo dados de Maria Grossmann), mas não o falam, porque ninguém, nem pais nem mestres, ensinaram-lhes. (ALEGRE, 1991, p. 152). Tradução nossa.

142 “Falar italiano é “mais fino” e muitos pais creem que é melhor ensiná-lo a seus filhos porque o alguerês influenciaria negativamente nos resultados escolares”. (ALEGRE, 1991, p. 153). Tradução nossa.

La vitalitat del català insular és sòlida i configura un dels parlars que menys influències externes ha rebut. Així, si n'exceptuem Palma de Mallorca, on l'influx del castellà s'ha fet sentir de la Guerra Civil ençà a causa de l'arribada de funcionariats castellà i de l'allau turística, el grau de castellanització és gairebé inexistent en tots els àmbits rurals[...]. El coneixement i l'ús de la llengua catalana és més accentuat als pobles de l'interior que no pas als de la costa, on la massiva presència d'immigrants i de turistes estrangers, que hi ha portat un benestar innegable, provoca el retrocés de la llengua pròpia. Concretament, es nota una important pèrdua del seu ús a Palma, Eivissa i Formentera. (ALEGRE, 1991, p. 123-124).¹⁴³

Segundo as colocações acima, apesar do benefício econômico promovido pelo turismo, a chegada em massa de estrangeiros é um fator de peso para o desequilíbrio linguístico local. Dessa forma, o catalão balear também é afetado pelo desequilíbrio diglósico, ainda que o seu isolamento geográfico seja uma vantagem de conservadorismo linguístico.

O catalão meridional, ou valenciano, é o segundo dialeto de maior peso da língua, ficando atrás do dialeto central. Segundo apontam alguns dados em Alegre (1991, p. 206), a imigração na região provoca um aumento da castelhanização, especialmente em áreas urbanas ou semi-urbanas. Acerca do papel social da língua, veja-se:

L'àmbit d'ús més normal el trobem en els sectors més conscienciats, així com en els actes i documents de l'Administració, local o autonòmica. El canvi lingüístic (de català cap a castellà) l'impulsen els grups econòmicament febles i poc culturitzats, perquè posseeixen els trets que els identifiquen com a pertanyents als grups esmentats (ús de la llengua pròpia). L'actitud més habitual i menys compromesa és negar la pertinença a aquests grups, la qual porta a la substitució lingüística. Maria Ros (*Estructura social al País Valencià*) ha comprovat que el castellanoparlant és vist com a persona culta, educada, de classe alta i que viu en un medi urbà, mentre que parlar valencià (o català) connota familiaritat, simpatia, ruralisme local i pertinença a una classe social mitjana-baixa. (ALEGRE, 1991, p. 206-207)¹⁴⁴

143 A vitalidade do catalão insular é sólida e configura um dos falares que menos influências externas recebeu. Assim, com exceção de Palma de Malhorca, onde a influência do castelhano se fez sentir desde a Guerra Civil por causa da chegada de funcionários castelhanos e da onda turística, o grau de castelhanização é quase inexistente em todos os âmbitos rurais [...]. O conhecimento e o uso da língua catalã é mais acentuado nos povos do interior e não na costa, onde a massiva presença de imigrantes e de turistas estrangeiros, que levaram para lá um bem-estar inegável, provoca o retrocesso da língua própria. Concretamente, nota-se uma importante perda do seu uso em Palma, Ibiza e Formentera. (ALEGRE, 1991, p. 123-124). Tradução nossa.

144 O âmbito do uso mais normal é encontrado nos setores mais conscientes, assim como nos atos e documentos da Administração, local ou autonômica. A mudança linguística (do catalão ao castelhano) é impulsionada pelos grupos economicamente fracos e pouco cultos, porque possuem os traços que os identificam como pertencentes aos grupos citados (uso da língua própria). A atitude mais habitual e menos comprometida é negar o pertencimento a esses grupos, a qual leva à substituição linguística. Maria Ros (*Estructura social al País Valencià*) comprovou que o castelhano-falante é visto como uma pessoa culta, educada, de classe alta e que

Nesta zona dialetal, a relação diglòssica também parece favorecer o uso do castelhano. Contudo, como ainda é considerada a segunda região de maior peso linguístico para o catalão, a normalização promovida pelos órgãos competentes, provavelmente, ocupa um papel de fator de equilíbrio da situação.

O fato de o catalão central ser considerado o de maior peso linguístico, em nada significa que está isento de uma relação linguística sem conflitos, sem diglossia. Como acontece com muitos dos seus dialetos, a influência imigratória se faz sentir e pode ser um fator de distúrbio para a prevalência do catalão em diversos meios, colocando, assim, em xeque as suas tentativas de normalização. Conforme resumem as palavras de Alegre (1991, p. 96):

El català central és el dialecte parlat per un nombre més elevat de persones. A la seva àrea geogràfica viu més del 80% de la població total del Principat, concentrada sobretot a la regió I (Barcelonès, Baix Llobregat, Maresme, Vallès Oriental i Vallès Occidental) [...]. Aquestes estadístiques, però, no ens indiquen quanta gent té el català com a primera llengua de relació, ja que l'índex d'habitants provinents d'altres contrades de l'estat espanyol supera en algunes poblacions el 80%. La vitalitat de la llengua és ferma perquè els parlants n'han defensat l'ús com a llengua pròpia per a les comunicacions més formals, fet que contrasta amb l'escepticisme d'altres zones del domini lingüístic on la pròpia llengua o parla és valorada pejorativament.¹⁴⁵

Os dados acima apresentados, especialmente os relacionados à demografia, não teriam tanta eficiência se não se somassem a um fator primordial: a defesa da língua. Assim, a consciência linguística dos falantes e a defesa pela normalização do catalão são impulsores de uma relação diglòssica que favorece a língua regional, em detrimento do uso do castelhano em muitos âmbitos. Conforme se pode depreender, a diglossia é a relação linguística constante em todas as zonas dialetais do catalão, mesmo em Andorra, onde, oficialmente, o catalão é a única língua do Principado.

vive em meio urbano, enquanto que o falar valenciano (ou catalão) conota familiaridade, simpatia, ruralismo local e pertencimento a uma classe social médio-baixa. (ALEGRE, 1991, p. 206-207). Tradução nossa.

145 O catalão central é o dialeto falado por um número mais elevado de pessoas. Em sua área geográfica vive mais de 80% da população total do Principado, concentrada sobretudo na região I (Barcelonès, Baix Llobregat, Maresme, Vallès Oriental i Vallès Occidental) [...]. Estas estatísticas, contudo, não nos indicam quantas pessoas têm o catalão como primeira língua de relação, já que o índice de habitantes oriundos de outras terras do estado espanhol supera em algumas populações 80%. A vitalidade da língua é firme porque os falantes defenderam seu uso como língua própria para as comunicações mais formais, fato que contrasta com o ceticismo de outras zonas do domínio linguístico onde a própria língua ou fala é avaliada pejorativamente. Tradução nossa.

Outra questão que paira sobre a influência do catalão central, especialmente o falado em Barcelona, é a do “modelo a ser seguido”:

Cal remarcar que avui, amb els poderosos mitjans de comunicació, la difusió de novetats lingüístiques i la propagació d'elements d'un model lingüístic més o menys uniforme es realitzen d'una manera gairebé simultània fins al nucli humà més arraonat. Abans, però, eren els grans centres urbans els que, amb el seu prestigi, exercien un poder d'assimilació sobre altres parlars, de manera lenta: la influència es realitzava sobre centres urbans secundaris i, després, d'aquí irradiava a petits nuclis rurals. L'exemple de la “iodització” és il·lustratiu: el “lleisme”, propi de Barcelona, s'ha estès, dins el català central, a ciutats com Terrassa, Sabadell, Berga, Granollers, etc., i, des d'aquestes, a localitats més modestes. Hi ha ajudat la subestimació del fenomen, considerat vulgar per no coincidir amb el patró urbà. En la difusió d'un tret, les facilitats de comunicacions (conques fluvials, relleu suau, carreteres, vies ferroviàries) han tingut un paper decisiu. (VENY, 1985, p. 54)¹⁴⁶

Um modelo originário de uma zona de peso, a quantidade de falantes, a ajuda dos meios de comunicação, tudo em conjunto, colaboram para uma massificação de certos fenômenos linguísticos que, longe de serem rechaçados, são incorporados pelos que querem pertencer, ainda que de forma inconsciente, ao mesmo grupo social. Essa busca, de cunho social, pela imitação de um modelo não deixa de ser um forte fator que contribui para a unificação dialetal.

2.3.4 Registro na língua catalã

No que diz respeito ao estilo, ou registro, que pode servir a diversas classificações na língua catalã, estendem-se as mesmas considerações feitas ao português brasileiro. De acordo com as colocações de Badia i Margarit (1994, p. 73): “De moment, la

146 É preciso sublinhar que hoje, com os poderosos meios de comunicação, a difusão de novidades linguísticas e a propagação de elementos de um modelo linguístico mais ou menos uniforme se realizam de maneira quase simultânea até o núcleo humano mais escondido. Antes, contudo, eram os grandes centros urbanos os que, com o seu prestígio, exerciam um poder de assimilação sobre outros falares, de maneira lenta: a influência se realizava sobre os centros urbanos secundários e, depois, daqui irradiava a pequenos núcleos rurais. O exemplo da “iodização” é ilustrativo: o “lleisme”, próprio de Barcelona, estendeu-se, dentro do catalão central, a cidades como Terrassa, Sabadell, Berga, Granollers, etc., e, a partir destes, a localidades mais modestas. Isso ajudou para a subestimação do fenômeno, considerado vulgar por não coincidir com o padrão urbano. Na difusão de um traço, as facilidades de comunicações (bacias fluviais, relevo suaves, estradas, vias ferroviárias) tiveram um papel decisivo. (VENY, 1985, p. 54). Tradução nossa.

llengua catalana es distribuïeix, en el decurs del seu funcionament, en els nivells que d'una manera o altra caracteritzen qualsevol llengua de cultura i d'ús espontani: d'una banda, modalitat escrita/modalitat parlada: de l'altra, formulacions elevada, corrent, familiar, col·loquial, vulgar”.¹⁴⁷

Quanto ao grau de formalidade, a distinção dicotômica formal/informal é bastante simplista. Há uma gama de matizes que compõem este leque, como os apontados acima por Badia i Margarit: culto, corrente, familiar, coloquial, vulgar, entre outros. Apesar da grande quantidade de graus de formalidade, alguns elementos são capazes de lhes conceder características. Veja-se, a título de exemplo:

El llenguatge culte és format fonamentalment de:

- a) formes de procedència llibresca [...] que en substitueixen unes altres de standard bàsiques;
- b) arcaïsmes introduïts literàriament, els quals: 1. En poden substituir uns altres de standard [...]; 2. Constitueixen – i això específicament en el nostre cas – elements de l'standard normatiu la plaça dels quals és ocupada generalment en llengua parlada per una forma «bandejada» [...];
- c) formes vives en un dialecte determinat que són conegudes dels altres per via literària [...];
- d) mots de procedència científica i tècnica que passen al llenguatge comú de certs sectors de població [...];
- e) estrangerismes diversos, especialment de procedència llatina, francesa i anglesa [...] pel fet que conèixer llengües, és considerat a certs medis com a manifestació inequívoca de cultura [...]. (LÓPEZ DEL CASTILLO, 1976, p. 44)¹⁴⁸

De acordo com o autor, a língua culta possui diversos canais de entrada para os termos, expressões ou qualquer estrutura linguística que permitem a sua configuração como tal. Já o outro extremo de grau de formalismo, o vulgar, pode ser assim caracterizado:

La qualificació de vulgar aplicada al llenguatge ve condicionada en línies generals pels factors següents: a) categoria social dels parlants (estaments

147 No momento, a língua catalã é distribuída, no decurso do seu funcionamento, nos níveis que de uma maneira ou outra caracterizam qualquer língua de cultura e de uso espontâneo: de um lado, modalidade escrita/modalidade falada: de outra, formulação elevada, corriqueira, familiar, coloquial, vulgar. Tradução nossa.

148 A linguagem culta é formada fundamentalmente de:

- a) formas de procedência livresca [...] que substituem outras básicas do padrão;
- b) arcaísmos introduzidos literariamente, os quais: 1. Podem substituir outros do padrão [...]; 2. Constituem - e isso especificamente no nosso caso - elementos do padrão normativo, lugar que é ocupado geralmente em língua falada por uma forma “rechaçada” [...];
- c) formas vivas em um determinado dialeto que são conhecidas pelos outros por via literária [...];
- d) palavras de procedência científica e técnica que passam à linguagem comum de certos setores da população [...];
- e) estrangeirismos diversos, especialmente de procedência latina, francesa e inglesa [...] pelo fato de que conhecer línguas é considerado em certos meios como uma manifestação inequívoca de cultura [...]. (LÓPEZ DEL CASTILLO, 1976, p. 44). Tradução nossa.

socials considerats «baixos» o marginats). Així, en la societat actual, hi entren quasi automàticament certs dialectes socials [...]; b) la procedència dels termes usats, els quals es refereixen a certs temes considerats tabú: el sexe i les funcions fisiològiques, en general..., o bé perquè escarneixen certs temes tabú (especialment la religió: hi entra, doncs, amb prerrogatives pròpies, el renec). (LÓPEZ DEL CASTILLO, 1976, p.49)¹⁴⁹

Na classificação acima, os termos e estruturas linguísticas ocupam o mesmo lugar de destaque que a posição social do falante, tendo, portanto, grande relação com os níveis diastráticos, ou sociais. De qualquer maneira, em maior ou menor grau, todos os graus de formalismo apresentam possibilidades de ocorrer tanto no modo escrito quanto no modo falado (oral), como é natural nas línguas.

149 A qualidade de vulgar aplicada à linguagem vem condicionada em linhas gerais pelos fatores seguintes: a) categoria social dos falantes (estratos sociais considerados “baixos” ou marginalizados). Assim, na sociedade atual, entram aqui quase automaticamente certos dialetos sociais [...]; b) a procedência dos termos usados, os quais se referem a certos temas considerados tabu: o sexo e as funções fisiológicas, em geral..., o então porque simulam certos temas tabus (especialmente a religião: aqui entra, então, com prerrogativas próprias, a maldição). (LÓPEZ DEL CASTILLO, 1976, p. 49). Tradução nossa.

CAPÍTULO 3

Estudos e apontamentos da dupla negação pré-verbal

3.1 Estudos linguísticos sobre o português brasileiro

Alguns estudos já foram feitos no sentido de tentar caracterizar as variedades linguísticas do português brasileiro, principalmente os que são orientados pela corrente da Geolinguística. No Brasil, ainda se encontra em processo de elaboração um mapa linguístico que possa recobrir essas variedades estudadas – proposta maior do ALIB (Atlas Linguístico do Brasil). Alguns mapas regionais, contudo, estão em circulação nas academias brasileiras, tais como *Atlas Prévio dos falares baianos*, de Rossi, *Atlas Linguístico do Paraná*, de Aguilera, *Atlas linguístico de Sergipe*, de Ferreira, entre outros. Além do mais, em âmbito acadêmico, há outros estudos de relevância que visaram à descrição linguística de determinadas regiões. Apesar da exaustiva consulta bibliográfica, não foram encontrados estudos muito atuais que tomem em consideração o padrão [NEG NÃO V] aqui estudado.

3.1.1 *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral

Neste estudo dialetológico, Amaral visa à caracterização global do que entende ser o “dialeto caipira”. Em sua compreensão, o autor delimita uma área do interior de São Paulo, de características linguísticas comuns, que formariam um mesmo dialeto. Além da circunscrição regional, há, outrossim, mais características formadoras desse dialeto, conforme pontua no seguinte fragmento:

Hoje, acha-se acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação.

Entretanto, certos remanescentes do seu predomínio de outrora ainda flutuam na linguagem corrente de todo o Estado, em luta com outras tendências, criadas pelas novas condições. (AMARAL, 1955, p. 42)

Na transcrição acima, alguns pontos chamam a atenção. Primeiramente, ao se falar em “localidades” e, ao final, em “Estado”, deixa-se clara a delimitação geográfica e se circunscreve a variação diatópica: está-se falando do Estado de São Paulo, mais especificamente, do interior. No entanto, não é uma variação que escapa apenas da grande urbe, mas também, escapa de quaisquer outros lugares que “não acompanharam de perto o movimento geral do progresso”. Ou seja, não é uma variedade de língua apenas interiorana – entendendo-se “interior” como mera oposição a “urbana” – peculiar do Estado de São Paulo, mas sim, no interior, em pequenas zonas não batizadas pelo avanço e modernidade.

Além de tudo, e, talvez, acima de tudo, o “dialeto caipira”, tal como o entende Amaral, apresenta, ou, ao menos, esboça um perfil de falantes. Seriam os “falantes caipiras” pessoas idosas e, em condição *sine qua non*, “influenciadas pela antiga educação”. O autor sugere, aqui, que poderia existir uma variação geracional/histórica aliada ao fator de escolaridade que, em conjunto, nessa delimitação regional, conformariam o “dialeto caipira”. Ainda mais, em conformidade às ideias de Amaral, essa variação estaria já fadada ao desaparecimento¹⁵⁰.

O autor dedica muitas páginas à caracterização linguística do português brasileiro falado nessa localidade pelos “falantes caipiras”. No entanto, serão apontadas, aqui, apenas as características referentes às formulações de proposições negativas, objeto de estudo desta investigação. Observe-se o fragmento a seguir:

O emprego de duas negativas – **ninguém não, nem não**, etc., assim como contíguas, - vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusado na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá, - é obrigatório no falar caipira: *Nem eu num disse – Ninguém num viu – Ninguém num fica*. (AMARAL, 1955, p. 34)

Conforme exposto acima, o “português caipira” apresenta como característica o emprego da dupla negação pré-verbal e, como bem assinala o autor, nos mesmos moldes da

150 De fato, Amaral reforça essa ideia em seguida, nos dizeres: “Mas essa evolução já não será a do dialeto caipira. Este acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, a bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares”. (AMARAL, 1955, p. 42). Chama a atenção da brevidade do desaparecimento do dialeto exposta pelo autor. Esta poderia concretizar-se por duas vias: “extinção” da população falante (morte dos idosos) e chegada da modernidade e melhoria na educação. A primeira opção se anula com a afirmação do autor “legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto”. Assim, acredita-se que Amaral tenha pensado em uma real expansão da educação e de políticas educacionais mais efetivas, mas também, - ou, talvez, em consequência, - na chegada quase inevitável do progresso a esses cantos regionais.

“sintaxe portuguesa quinhentista”. Ainda compara essa variedade linguística com outras: na língua culta, tanto a do Brasil quanto a de Portugal, esse uso não é mais aceito. Quanto à língua popular, segundo afirma, somente em Portugal encontra-se em desuso. No que se refere ao português brasileiro, o “dialeto caipira” consistiria, então, uma variedade que licencia a dupla negação pré-verbal.

Contudo, uma afirmação categórica do autor deve ser avaliada com mais cuidado. Está-se de pleno acordo com o emprego da dupla negação pré-verbal no “dialeto caipira”, tal como Amaral registra. O que causa impacto em sua fala é o uso da palavra “obrigatório”. Deveria-se, com isso, entender que o falante não oscilaria entre a negação simples e dupla? Ou seja, deve-se depreender que a única opção de efetivação da negativa é a dupla, sem oscilação entre as possibilidades permitidas pelo português brasileiro?

O que se está tentando dizer, na prática, é que, sem um estudo focado nessa característica do “português caipira” não seria possível afirmar, categoricamente, a “obligatoriedade” da dupla negação. Dessa forma, coloca-se em xeque a existência/convivência de negações pré-verbais como:

Nem eu num disse – Nem eu disse

Ninguém num viu – Ninguém viu

Ninhum num fica – Nenhum fica

Conforme se observou no capítulo 1, parece ter sido a transposição para o século XV o lapso de tempo de fortalecimento da negativa pré-verbal simples em detrimento da dupla. Amaral mostra ter conhecimento de fatos linguísticos históricos como este ao lembrar que “deste uso no séc. XVI pode-se apresentar copiosa exemplificação” (AMARAL, 1955, p. 80).

Ainda sobre as construções negativas peculiares ao “dialeto caipira”, Amaral descreve um uso de duplicação em: “A negativa não repetida depois do verbo: não quero não, não vou não, parece puro brasileirismo¹⁵¹” (AMARAL, 1955, p. 80). Este uso, contudo, não é apenas peculiar ao “dialeto caipira”, mas sim é um fenômeno bastante difundido no português brasileiro.

¹⁵¹ Apesar de classificar a construção como “puro brasileirismo”, Amaral (1955, p. 80) fornece exemplos de Gil Vicente que seriam do mesmo tipo.

3.1.2 *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes

O estudo dialetal proposto por Nascentes (1953) traz contribuições que se dividem em dois sentidos: 1) em uma perspectiva mais geral: ao olhar com certo detalhe para o panorama dialetal brasileiro e debruçar-se sobre ele na tentativa de propor uma divisão dialetal; 2) debruçar-se de forma mais demorada sobre um desses dialetos, o linguajar carioca, e extrair-lhe as características gerais e peculiares.

No que concerne à primeira contribuição exposta acima, encontra-se na obra de Nascentes uma crítica aos estudos anteriores que pretenderam sedimentar toda a divisão dialetal do português brasileiro usando apenas de critérios geográficos. Em sua empreitada, Nascentes concedeu ao português brasileiro a seguinte dialeção: os subfalares do Norte são dois: amazônico (Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás) e nordestino (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, parte de Goiás); os subfalares do Sul quatro: baiano (Sergipe, Bahia e Minas), fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, DF, Minas), mineiro (centro, oeste e leste de Minas), sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas, Goiás e Mato Grosso). (NASCENTES, 1953, p. 25)

Ao delimitar o escopo de seu estudo, Nascentes passa a caracterizar o linguajar carioca, que está contido, por sua vez, em uma dos quatro subfalares do Sul, o fluminense. Para a presente pesquisa, o estudo do autor é de grande relevância, já que contém descrições de variação de língua que podem dialogar com uma parte do *corpus* em análise.

Sobre a variação dialetal, de modo geral, Nascentes (1953, p. 119) observa:

Por enquanto, as divergências sintáticas são grosseiros solecismos, mas lembremo-nos de que é assim que se constituem as línguas. A prova da vitalidade que eles já possuem está em que alguns são perpetrados com toda a consciência pela própria classe culta quando fala despreocupadamente. É o menor esforço, a preguiça ao falar.

Apesar de tecer considerações taxativas e de ter uma visão restrita acerca da variação, o autor corrobora com as afirmações iniciais do capítulo, em que se sugere que o português brasileiro não está constituído de uma forte variação diatópica, mas, por outro lado, a variação social (vertical) se fazia sentir com muito mais força.

Os exemplos trazidos e que dizem respeito à dupla negação são representantes dessa variação vertical. Primeiramente, traz-se à tona o uso e sua correspondência na história da língua:

Duas negativas valem por uma afirmativa. Entretanto, a dupla negativa não perde o valor quando o novo termo negativo sucede ao advérbio *não*: *Não disse nada*.

Na língua antiga o outro termo negativo podia preceder o *não*: *Pois eu nada non desejo...* (Canc. Da Vaticana, 294). *como que nada nam era* (Canc. Ger. II, 164). *E como nenhum não errasse o encontro...* (Moraes, *Palmeirim*, I, 237)... *nenhuma unha não ficou comigo* (Gil Vicente, I, 177). (NASCENTES, 1953, p. 177)

Depreende-se, com isso, que o uso corrente, sem determinar classe ou escolaridade, entende duas negações como uma afirmação e que se desvincula, portanto, do uso de duplicado da negação, tal como nos moldes do português medieval. Contudo, outros usos da dupla negação são apontados. Observe-se:

Na língua literária de hoje ainda pode aparecer mas por um requinte de arcaísmo: *Como pode ser assim, diz ele, se nunca jamais ninguém não viu...* (Machado de Assis, *Brás Cubas*, 141).

Fora disso, só na língua da classe inculta. Tanto assim é que, no tempo do presidente Artur Bernardes, provocou efeitos cômicos numa revista teatral a expressão “o homem que ninguém não viu”.

O povo sente atenuação da ideia negativa em *nada*, *ninguém*, *nenhum* e para reforçá-la emprega o *não*. *Ninguém não vem. Nenhum não quer*. (NASCENTES, 1953, pp. 177-178) (grifos nossos)

No excerto em questão, a variação social está exposta de maneira muito clara. O autor sugere uma legitimação da concordância negativa, sem anulação da ideia negativa, na literatura, tal como expresso no exemplo de Machado de Assis. No entanto, no uso corrente só é observado na “língua da classe inculta” (em destaque) e expõe-se que, também, seja um uso corrente do “povo”, que ainda entende elementos negativos como *nada*, *nenhum* e *ninguém* de maneira atenuada, ou como negativos fracos. Fica a questão se “classe inculta” pode ser, nesse contexto, equivalente a “povo” ou se os falantes de um e outro são distintos.

Ainda assim, Nascentes (1953, p. 179) retoma estudos precedentes para apontar explicações plausíveis para o fenômeno em questão ao admitir um cruzamento de raciocínios, uma espécie de contaminação sintática, sem deixar de ver no fato uma herança do latim, mesmo do clássico, em que duas negações afirmavam. Também recorda que Leo Spitzer, *Bol. De Filol.* (Lisboa), V, 168, admite o redobro popular da negativa, o que constitui uma atitude anti-intelectual ou antigramatical, mostrando a manifestação do homem afetivo na língua.

Vale uma breve discussão também de termos empregados por Leo Spitzer: entende-se, primeiramente, “anti-intelectual” como sinônimo de “não culto”; porém, antigramatical não deve ser, necessariamente, o mesmo que “agramatical”. Isto é, o emprego da dupla negação pré-verbal, ao que parece, não causaria prejuízos de interpretação, mas iria contra as prescrições gramaticais em voga. Por fim, também é possível sugerir que a menção ao “homem afetivo na língua” signifique que a dupla negação é empregada com um matiz de maior expressividade em comparação à negação simples.

3.1.3 *O dialeto caipira na região de Piracicaba*, de Ana Rodrigues

A obra de Rodrigues (1974) estabelece um intenso diálogo com o estudo dialetal de Amadeu Amaral. Incluído no que o autor designou como “dialeto caipira”, a variedade linguística empregada em Piracicaba, interior de São Paulo, é o escopo da pesquisa de Rodrigues. Um dos pontos de atrito observados nessa comparação, entre outros, é visualizado com a seguinte afirmação da autora: “Constatou-se, guardadas as devidas cautelas, impostas pelos rápidos contatos e sem escolha rigorosa de locutores, que o chamado dialeto caipira, ao contrário do que previa Amadeu Amaral, poderia ainda existir com apreciável vitalidade”. (RODRIGUES, 1974, p. 21).

Algumas décadas haviam se passado desde a declaração de Amaral referente à extinção do que havia consagrado como “dialeto caipira”. Contudo, a autora, em seu estudo, não concebe como verdadeira a informação, já que reconhece ainda muitas características apontadas no estudo de Amaral e que demonstram, ainda, grande vitalidade. Se isso realmente for certo, a especulação de Amaral acerca do fim do dialeto não se fundamentava nem no nível educacional (com a expansão da educação), nem deixaria de ser transmitida de uma geração a outra (sem modificações tão profundas).

A zona de estudo de Amaral era bem mais ampla do que a localidade de Piracicaba. Entretanto, Rodrigues envereda seus estudos para esta região devido a alguns fatores, como os expostos em:

A escolha da localidade se fixou, finalmente, em Piracicaba, por vários motivos: é considerada uma das regiões onde o Dialeto Caipira, mesmo na

área urbana, teria grande vigor, está na zona velha da colonização, havia o interesse e a ajuda inestimável do Departamento [...]. (RODRIGUES, 1974, p. 22)

De fato, tendo em conta o que anteriormente havia sido exposto por Amaral, os limites do “dialetto caipira” são muito mais expressivos, ao menos na zona estudada por Rodrigues. A autora parece sugerir que não há uma relação intrínseca com a escolaridade e a idade, mas sim que essa variação se desenvolve de maneira muito mais generalizada, como em uma variação diatópica. Os critérios de seleção dos informantes comprovam que não houve uma distinção de escolaridade e a seleção da faixa etária foi apenas dividida em dois blocos: informantes entre 25 e 45 anos e informantes acima de 45 anos.

Sobre as mostras de língua coletadas no estudo, observe-se:

Os exemplos dados, no decorrer da análise, são, portanto, de frases realizadas por locutores de uma zona rural do Estado de São Paulo. Constituem um *corpus* de uma comunidade linguística homogênea, com características peculiares que podem constituir um dialeto – forma divergente da língua-padrão. (RODRIGUES, 1974, p. 38)

Os dados coletados na análise são, de fato, exemplos de uso de falantes nativos da região em questão e, que, aliás, constitui-se como uma variedade do português brasileiro divergente da língua-padrão. Apesar do *corpus* ser favorável à manifestação de construções com a dupla negação pré-verbal, Rodrigues não aponta, em nenhum momento, o fenômeno como característico do falar de Piracicaba.

3.1.4 *A língua do Nordeste. Alagoas e Pernambuco*, de M. Marroquim

O estudo de Marroquim (1945) concentra a investigação sobre duas áreas do Nordeste brasileiro: Alagoas e Pernambuco. Para a realização de tal estudo, o autor recolhe algumas obras literárias, sejam de cunho popular, como *Violeiros do Norte*, ou obras de maior difusão acadêmica, como *Meninos de Engenho*. A partir desse material, Marroquim estabelece uma espécie de metodologia comparativa entre o encontrado na escrita dessas obras e as produções “reais” de fala.

A respeito do licenciamento da negação no dialeto em questão, o autor declara que:

As negativas, no dialeto, vêm sempre duplicadas na frase, colocadas antes e depois do verbo. Em vez de *não quero*, diz-se *não quero não*.
O povo não sente a força da negativa antes do verbo e a acentua repetindo o advérbio no fim. Talvez influa nisso uma questão de fonética e de ritmo: a sonoridade do monossílabo *ão* arrasta para o final a tonicidade da frase. (MARROQUIM, 1945, p. 204-205)

Com essa colocação, é possível validar ou corroborar as afirmações referidas no capítulo 1, em que se constatava um enfraquecimento fonológico do advérbio *não*: note-se que *não*, em muitos contextos, é pronunciado como *num*. Para o autor, a redução fonológica tem um impacto pragmático, gerando, dessa forma, uma segunda negação, tônica, desta vez, ao fim da frase¹⁵².

Marroquim ainda concebe como característico do dialeto o emprego de outro tipo de dupla negação, nos moldes como se propõe a analisar no presente estudo. Os seguintes exemplos e explicações são apontados pelo autor:

Essa necessidade de reforço da negativa, na linguagem matuta, faz-se sentir igualmente depois de outra palavra de valor negativo.
“Ninguém não vê um pé de canna”. Lins do Rego – “Menino de Engenho”, 146.
-“E eu sei lá? É gente como quizer! Ninguém conta não”. “Cantadores”, 138.
“Eu senti a morte delle
Que ninguém não esperava”. Silvino Pirauá – “Violeiros do Norte”, 77.
(MARROQUIM, 1945, p. 206)

Marroquim já havia apontado a necessidade do “reforço” negativo de tipo [NÃO V NÃO]; agora, observa que, na linguagem popular, talvez sinônima de “matuta”, também há uma insistente necessidade de “reforço” da negação mesmo diante de palavras que já estão consolidadas como elementos negativos. É isso o que demonstram os exemplos extraídos de *Meninos de Engenho* e *Violeiros do Norte*.

O autor estabelece um paralelo entre os casos de concordância negativa de padrão [NEG NÃO V] encontrados no uso de dialetos nordestinos com exemplos de autores como Gil Vicente e Garret: “Também Gil Vicente nos apresenta exemplos dessa construção: Segundo isso,/ Nenhum velho não tem siso natural. A ninguém não me descubro.” (MARROQUIM, 1945, p. 206). E, ainda: “E Garret: Por esta ribeira fora/ Ninguém não no viu passar”. (MARROQUIM, 1945, p. 207)

152 Pesquisas mais recentes, como a de Teixeira de Sousa (2012), no entanto, refutam essa ideia e invertem a ordem do processo: primeiro, cria-se a segunda negação e depois ocorre a redução fonológica do primeiro *não*.

No entanto, em seguida surge uma contradição que leva a sérios questionamentos sobre a relação histórica da negação em português e sua correspondência com o português brasileiro contemporâneo. Marroquim afirma que: “Não se deve procurar na negativa dialetal influência da língua arcaica. É um fenômeno surgido dentro do quadro da nossa própria evolução linguística”. (MARROQUIM, 1945, p. 208). Porém, tanto os exemplos colocados pelo próprio autor como exemplos analisados em outros estudos atestam que o português brasileiro é herdeiro de construções negativas que tiveram vigor na língua arcaica. Isso não significa que essa herança não tenha sido adaptada às necessidades inovadoras da língua, mas, em essência, a dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V] remonta às origens. A própria comparação dos exemplos de Marroquim com os usos em Gil Vicente já apontam para esse caminho.

3.2 Algumas gramáticas do português brasileiro

Além de estudos mais específicos, como os tratados nas subseções anteriores deste capítulo, acredita-se que há grande valor em se consultar algumas gramáticas da língua portuguesa com o intuito de esboçar a formação de algumas regras que regem a produção de proposições negativas no português brasileiro. Antes, porém, cabe ressaltar que o objeto linguístico pode variar de acordo com o tipo de gramática que se tome.

À título de exemplificação, é possível conceber a divisão dos tipos gramaticais de acordo com a proposta de Travaglia (2001), em que o autor admite três possibilidades: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada. Na gramática normativa, o uso toma como base os cânones da língua, especialmente os que advêm da literatura e condena os barbarismos e solecismos linguísticos. Em palavras do próprio autor, a gramática normativa “estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta. Baseia-se nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita” (TRAVAGLIA, 2001, p. 31). Depreende-se, com isso, a irrerealidade e a idealização propostas por essa gramática, que não admite nem sequer uma variação de registro escrito para o oral, ou seja, ignora completamente qualquer tipo de variação.

Por sua vez, a gramática descritiva aponta o uso e a variação linguística, mas, fazê-lo em sua totalidade é tarefa hercúlea ou mesmo impossível. Ou seja, a descrição é feita a partir de um ou alguns modelos de uso da língua. Como enuncia Travaglia, a gramática descritiva: “descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construções possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso deles”. (TRAVAGLIA, 2001, p. 32).

O terceiro tipo de gramática, a internalizada, é entendido como um conjunto de regras internalizadas pelo falante. Segundo Travaglia (2001, p. 32), é o que concede aos falantes “o uso normal da língua”. O aprendizado da gramática internalizada prescinde totalmente da educação formal, já que se dá de forma mais subjetiva e intuitiva.

Seguindo a divisão proposta pelo autor, pode-se definir como interesse para a presente pesquisa somente a gramática classificada como descritiva, já que está voltada para a descrição de uso da língua. A concepção de “uso¹⁵³” varia de acordo com o objeto de estudo de cada um dos tipos de gramática colocados. Dos três tipos elencados acima, a gramática internalizada permite um estudo muito subjetivo, já que o uso pode não chegar a gerar um padrão para estudo, visto que se dá de forma muito inconstante.

O uso concebido pela gramática tradicional não consagra o fenômeno em estudo. Neste tipo de gramática, o uso pode ser entendido como “bom uso” da língua, tal como descrito por Leite (2007, p. 22) em: “[...] a norma que conforma o que se considera “o bom uso” e que, sob certo ponto de vista, é mostrada sempre como estática”. Ao se partir desse “uso” impulsionado pela gramática tradicional, fica ainda por demonstrar o que é considerado como “bom” e imutável, ou “estática”. Os parâmetros que qualificam o uso dentro da gramática tradicional, segundo ainda Leite (2007, p. 45), têm como base a “análise e descrição de uma imensa quantidade de textos literários, de diversos autores”. É esta a principal razão que estabelece uma separação abismal entre o uso consagrado pela literatura e

153 Leite (2007, p. 55) expõe a dificuldade de se estabelecer o que é “uso” e a concepção vária que adquire. Assim, coloca a autora: “Não é difícil dizer, à luz do conhecimento linguístico recente, que o *uso*, não é fácil de ser definido, pois é, por natureza, multiforme, calidoscópico. Duas ordens de fatores sociolinguísticos são os principais responsáveis por sua diversidade, em se considerando a realização da língua: os inerentes ao próprio falante (origem geográfica e perfil social) e os inerentes à situação de comunicação (modalidade linguística atualizada, tema e estilo). Além disso, há de se ter em conta que toda realização de língua, ou todo *uso*, tem a marca do tempo em que ocorre, o que também implica diferenças”.

aplicado à gramática tradicional e o uso concebido na gramática descritiva, a qual toma como objeto a língua em situação real de produção e passa a descrevê-la sem nenhuma prescrição.¹⁵⁴

3.2.1 A Gramática Descritiva do Português, de M. A. Perini

Um dos poucos estudos descritivos compilados à maneira de gramática é o de Perini (1996), em que o autor apresenta a língua portuguesa em função de uma produção real (ou uso). Segundo o autor, a gramática compreende uma “descrição do português padrão brasileiro, a modalidade de língua utilizada no Brasil na maior parte dos textos escritos” (PERINI, 1996, p. 35). Assim, o objeto descrito é o registro escrito do português brasileiro e, além disso, o trecho “na maior parte dos textos escritos” sugere um âmbito supra-dialetal, não específico de nenhuma localidade ou mesmo estrato social.

De qualquer maneira, o trabalho de Perini não apresenta prescrições de língua nem regras rígidas à maneira da gramática tradicional. No entanto, privilegia um registro, o escrito, que raramente poderia apontar a existência do fenômeno da dupla negação tal como discutido neste trabalho. Isso porque o registro escrito inibe diversos fatores, como escolaridade, que comporiam condições ideais para a manifestação da dupla negação pré-verbal. As considerações que tece acerca da negação em português brasileiro são as seguintes:

Aparentemente, existem apenas duas palavras em português que podem desempenhar a função de negação verbal: *não* e *mal*, em uma de suas acepções:

(104) A noiva mal chegou a tempo para o casório.

Há um grupo de itens que, provavelmente por razões de semelhança semântica, costumam ser classificados juntamente com *não* e *mal*; no entanto, seu comportamento sintático é claramente diferente do de *não* e *mal*. Exemplos são: *nunca*, *jamais*, *já*, *nada*, *ninguém*.

Uma última observação sobre a negação verbal: o fato de que ela não se pode separar do NdP pela inserção de nenhum elemento (exceto clíticos) sugere que ela seja também parte do predicado – não é, estritamente falando, um constituinte de nível oracional. (PERINI, 1996, p. 86)

154 Leite (2007, p. 49) expressa esse contraste com os seguintes dizeres: “Também, de modo extremamente parcial, como denunciou Sexto Empírico, na gramática há uma *descrição de aspectos de uma variedade linguística*, praticada por escritores e poetas e há citações de *usos* que se chocam com esse padrão de exemplaridade e constituem “erros” que as pessoas cometem na prática cotidiana da língua. Por isso, de certo modo, vê-se na gramática, além da descrição da língua literária, referências a aspectos de *uso* considerado comum, coloquial, familiar, espontâneo, em dado tempo e espaço”.

Definitivamente, a norma que é descrita por Perini nesta obra não contempla o emprego da dupla negação pré-verbal no português brasileiro. Todavia, iguala, semanticamente, itens que interessam ao presente estudo, como *nada* e *ninguém*, ao advérbio de negação *não*. Isso sugere que o autor compreende esses termos como elementos negativos fortes.

3.2.2 A Gramática do Português Brasileiro, de M. A. Perini

Em seu segundo estudo descritivo da língua portuguesa, Perini retoma as suas considerações para aplicá-las a outro registro de língua, a oral. Nesta nova proposta, o autor deixa claro que a sua intenção de estudo é, mais uma vez, descritivo¹⁵⁵, e seu objeto pode ser caracterizado, brevemente, da seguinte maneira:

[...] nesta gramática estamos estudando as formas que ocorrem no contexto falado informal – não em textos publicados, nem em discursos formais de posse ou formatura. O linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser. (PERINI, 2010, p. 21)

Com isso, sua análise descritiva se restringe ao registro “falado informal” de produções de língua do português brasileiro. Deve-se recordar que o registro falado apresenta-se de forma bem mais variada que o escrito; portanto, descrever as diversas possibilidades de variação do registro oral do português brasileiro é praticamente impossível. Além de classificar o tipo de registro falado a ser estudado, o informal, Perini ainda restringe mais seu estudo:

Por outro lado, existem, dentro da entidade geral que chamamos “português falado do Brasil”, diferenças correlacionadas com classe social e região. [...]. Mas neste livro a descrição enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas, e por isso construções do tipo *nós vai trabalhar* não são incluídas. Ou seja, aqui estou descrevendo a língua falada padrão, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país. Ou, para ser mais preciso, descrevo uma espécie de compromisso baseado na norma urbana – não na norma ditada pelas gramáticas e ensinada

155 “[...] pretende descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua”. (PERINI, 2010, p. 21)

nas escolas, mas na norma tacitamente aceita e praticada pela população do país. (PERINI, 2010, p. 44-45)¹⁵⁶

Com as colocações acima, o autor estabelece os limites de seu estudo de língua falada: trata-se de uma fala urbana (norma urbana), com relativa escolaridade, pertencente a uma variedade “altamente uniforme e socialmente aceita”. No que tange a uma variação diatópica, Perini não parece conceber nada além da oposição grande cidade x campo. Também, não chega a determinar o nível mínimo de escolaridade que precisa possuir o falante em estudo. Além do mais, estabelece como critério de estudo uma fala “uniforme”, apesar de ter ao registro oral do português brasileiro uma variação muito maior que o registro escrito.

Após essas delimitações relacionadas ao registro em estudo, Perini (2010) analisa as produções de fala em diversos níveis gramaticais. Sobre a negação, considera, primeiramente, a existência da negação verbal, que “indica que o evento expresso pelo verbo não é (ou era, ou será) verdadeiro”. (PERINI, 2010, p. 93). Seriam casos deste tipo de negação:

O vovô não suporta barulho.
A negação verbal se posiciona logo antes do verbo, e com frequência é complementada por outra negação no final da frase:
Eu não gostei desse suflê não.
Nesses casos, a primeira negação é átona, e em geral se pronuncia como [nũ], às vezes escrito *num*; a segunda é tônica e se pronuncia sempre [nãõ]. (PERINI, 2010, p. 94)

No primeiro exemplo, apresenta-se um caso de negação simples e efetivada somente com o uso do advérbio *não*. Ademais, o autor apresenta uma possibilidade de uso recorrente, que consiste em repetir, ao final da frase, o advérbio de negação, visto que o primeiro *não* é apresentado de forma átona¹⁵⁷. A respeito de outros termos que denotam negação, expõe:

Há outras marcas de negação, cada qual com sua semântica própria: *nada*, *ninguém*, *nunca*, *nenhum*; *nenhum* ocorre sempre como quantificador de um

¹⁵⁶ (Grifos nossos).

¹⁵⁷ Perini (2010, p. 353): “A partícula *não* se pronuncia em geral [nũ] quando precede um verbo:

Ele não [nũ] chegou.

Em todas as outras posições – ou seja, quando sozinha; quando precede um nominal ou um advérbio; ou quando repetindo um *não* pré-verbal – essa partícula se pronuncia regularmente [nãõ]:

Não! [nãõ]

Os não [nãõ] religiosos ficam em casa em dia de procissão.

Ele não [nũ] vai não [nãõ].

Na fala rápida, diante de um verbo que começa por vogal, *não* frequentemente se reduz a [n] como em

Ele não é amigo de ninguém [‘eli’ne’a’migu...]

Na pronúncia cuidadosa, *não* pode conservar a sua pronúncia [nãõ] mesmo antes do verbo”.

SN (*nenhuma razão*); e os outros ocorrem sozinhos (*ninguém* e *nada* são SNs):

O Eugênio nunca trabalhou aqui.

Nenhuma pessoa telefonou para a gente.

Nada vai desanimar o rapaz.

Apenas o pronome clítico pode aparecer entre *não* e o verbo: *ele não me ajudou*, ao passo que as outras palavras negativas podem ser separadas do verbo por diversos elementos:

O Eugênio nunca, que eu saiba, trabalhou aqui.

Nada, nem essa má notícia, vai desanimar o rapaz. (PERINI, 2010, p. 128)

Os elementos negativos de que trata o autor, conforme observações do mesmo, são passíveis de expressar uma negação plena, dado que carregam esse traço formal. Como sugerem os exemplos, a oração se torna negativa apenas com a colocação desses elementos negativos, ou seja, efetiva-se a negação simples [NEG V]. Contudo, a língua admite concordância negativa pós-verbal, como ilustram os exemplos a seguir:

O Eugênio não trabalhou aqui nunca.

A professora não vai ajudar ninguém. (PERINI, 2010, p. 128)

Nesses dois casos apresentados, a concordância é legitimada com o padrão sintático [NÃO V NEG], ou seja, com a dupla negação pós-verbal. Vale recordar, ainda, que nas produções de língua do português brasileiro contemporâneo, duas negações, ou mais, na mesma oração, não se anulam. Assim:

O número de negações na sentença não afeta a interpretação, que é sempre negativa – ou seja, uma não cancela a outra. Podemos ter até mais de duas, como em:

Eu nunca pedi a ninguém que me ajudasse em nada. (PERINI, 2010, p. 128)

Em oposição ao que postulavam as regras do latim clássico, vide capítulo 1, o acúmulo de elementos negativos na mesma oração não anula a negação. Assim, *nunca*, *ninguém* e *nada* conservam-se integralmente como elementos negativos fortes, sem nenhuma interferência. Depreende-se, com o exposto nesta seção, que o autor não verifica como característico do registro falado informal urbano e relativamente escolarizado o fenômeno da dupla negação pré-verbal do tipo [NEG NÃO V].

3.2.3 A Gramática de Usos do Português, de M.H.M. Neves

A obra de Maria Helena de Moura Neves é a mais significativa para o presente estudo, visto que apresenta consistentes dados sobre a negação. A gramática é constituída a partir da observação de diversos documentos escritos. Contudo, segundo as observações que nela constam, muitos textos escritos são representativos da língua falada. O seguinte fragmento resume as ideias e caracteriza o *corpus*:

Os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – *Campus* de Araraquara, a mesma que serviu à organização do Dicionário de usos do português, que acaba de ser elaborado por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba, do qual Maria Helena de Moura Neves é coautora. Esse *corpus* abriga textos escritos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem parte as peças teatrais. (NEVES, 2000, p. 14)

A proposta da autora é contemplar uma grande quantidade de gêneros textuais e, segundo consta, a língua falada também é representada, especialmente na “simulação que dela fazem as peças teatrais”. De fato, não serão encontrados atos reais de produção de fala espontânea, e sim simulações dos atos de fala real por meio da representação da fala de personagens de teatro.

A respeito das possibilidades da expressão de orações negativas em português brasileiro, Neves (2000, p. 287) considera: “Entretanto, o NÃO é, por excelência, o elemento usado para negar, já que esse é o seu valor exclusivo, enquanto NUNCA e JAMAIS mesclam ideia aspectual e temporal ao valor negativo”. Assim, o advérbio *não* não é, como já se previa, o único elemento formador de orações negativas. Além desses termos, *não*, *nunca* e *jamais*, colocados lado a lado pela autora, outros também aparecem como elementos que podem expressar negação, como *ninguém*, *nada* e *nenhum*.

Neves (2000) atesta, dentre as possibilidades de negação na língua, a ocorrência de dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V], tal como expõe em:

O acréscimo de NÃO a predicções que já são negativas em razão do uso de elementos pronominais ou adverbiais antepostos pode exprimir uma intensificação do valor negativo da oração. Essa “negação dupla” ocorre especialmente em linguagem mais popular e regional:

Era até bonito. Mas NINGUÉM NÃO queria; fazer o que com aquilo? (COB)
 NINGUÉM NÃO quer passar mais lá por perto. (O)
 Era uma crioulinha de treze anos, por nome Júlia, que ela criava. A qual era órfã de pai e mãe, e NINGUÉM NÃO tinha por si no mundo, desde os dez anos. (LOB)
 NEM NÃO estava mais lembrado daquela dúvida no pé, o dia inteiro não tinha esbarrado de andar, e agora ainda ambicionava de andar mais, NADA NÃO lastimava. (COB)
 E sem casa, NEM NÃO sei como seria a vida aqui na cidade. (VER)
 Pode haver uma concentração ainda maior de elementos negativos:
 A Valença que a porteira era nova e NUNCA NINGUÉM NÃO tinha visto visagem ALGUMA. (VER) (NEVES, 2000, p. 299)¹⁵⁸

Segundo as constatações da autora, a dupla negação pré-verbal ainda se efetiva no português brasileiro e está restrita à “linguagem mais popular e regional” cujo uso expressa uma “intensificação do valor negativo da oração”. Os exemplos citados acima advêm de fontes diferentes, o que denota uma produção longe de ser idiossincrática. A dupla negação pré-verbal, conforme as constatações da autora, pode aparecer para intensificar a negação já expressa pelos termos *ninguém*, *nada*, *nem*. Apesar de não constar nos exemplos acima, acredita-se que *nenhum(a)* também faça parte desse grupo de possibilidades. Observe-se, ainda, que o termo *alguma*, do último exemplo, equivale ao seu oposto, o negativo *nenhuma*¹⁵⁹.

158 Para que se tivesse uma ideia mais clara de onde foram retiradas essas ocorrências de dupla negação pré-verbal, consultaram-se as siglas: **COB**: *Corpo de Baile*. ROSA, G.G. Ed.; **O**: *Orfeu da Conceição*. MORAIS, V. Rio de Janeiro: Ed. S. José, 1960; **LOB**: *O lobisomem e outros contos*. SALES, H. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975; **VER**: *Veranico de janeiro*. BERNARDO, E. 1976.

159 Neves ainda recorda que: “No singular, equivalendo a NENHUM. A oração em que se emprega ALGUM posposto apresenta uma marca negativa ou privativa (*não*, *nem*, *sem*), se o sintagma que contém o elemento ALGUM vier após o verbo da oração:

O povo precisa aprender que **não** está recebendo presente **ALGUM**. (AR-O)

Pelo menos esse atleta para uso externo, para efeito visual, **não** terá, de modo **ALGUM**, alterado o equilíbrio interior. (AE)

Era bem possível que melhorasse e acabasse a noite **sem** cometer desatino **ALGUM**. (A)

Em tempo **ALGUM** de sua história, nosso povo deu, quanto agora, provas de serenidade e de maturidade. (AR-O)”. (NEVES, 2000, p. 543)

E ainda em:

“Entretanto, essa marca negativa pode não ocorrer, em determinadas posições sintáticas:

É uma capelinha branca com tanta parede e janelas NENHUMAS, tao pequenina cruz, piando de pobre. (COB)

No Nada, no Céu, no Purgatório, onde quer que ela estivesse, seus cuidados seriam outros – ou NENHUNS. (CT)

Por outro lado, mesmo que o sintagma que contém NENHUM venha antes do verbo da oração, a marca negativa pode ocorrer, em linguagem coloquial ou regional:

NENHUMAS ruindades deste mundo **não** têm poder de segurar a gente pra sempre. (AS)

Pois bem **NENHUM não** sairá dessa nova liberdade. (CT)”. (NEVES, 2000, p. 544)

Para além dessas observações, Neves (2000) ainda recorda usos de *não* em que não existe uma negação, especialmente em contextos exclamativos. Essas orações são classificadas pela autora como “retóricas”:

Jean Gabin, quantas vezes o Jean Gabin NÃO fez essa operação! (GTT)
(= Quantas vezes o Jean Gabin fez essa operação!) (NEVES, 2000, p. 312)

O resultado obtido com a colocação do advérbio negativo na oração é exatamente o seu inverso positivo. Dessa forma, conclui-se que a “negação retórica não provoca os efeitos semânticos, sintáticos e pragmáticos provocados pela negação predicativa oracional”. (NEVES, 2000, p. 313)

Apesar de também ser considerada uma gramática descritiva, ou de uso, a obra de Neves, ao contrário das duas obras analisadas de Perini, é a única que concede espaço para o registro da dupla negação pré-verbal. Acredita-se que a principal questão que diferencia essas gramáticas, no que tange à observação da expressão de orações negativas, é a orientação em que se baseia o *corpus*. Pelas discussões aqui propostas, fica patente que a gramática de Neves abrange documentos mais variados para esclarecer os fenômenos linguísticos que conformam o português brasileiro.

3.3 Gramáticas, estudos e variação no português brasileiro

O fenômeno da dupla negação pré-verbal, presente no português brasileiro hodierno, fornece subsídios para elucidar duas questões: a complexidade da variação linguística e o testemunho escrito dessa forma linguística. No que tange à primeira questão, complexidade da variação linguística, este capítulo contribuiu para se verificar que diversos estudos, bem como diversas gramáticas, ou deixam à margem o registro da dupla negação ou a tratam com certo preconceito. De qualquer maneira, os poucos trabalhos que se ocupam desse registro, fornecem algumas pistas acerca do conjunto de variáveis, ou de uma variável, passíveis de apresentarem o fenômeno.

Quanto ao testemunho do fenômeno, dos estudos linguísticos analisados, apenas o trabalho de Rodrigues (1974) não registra a dupla negação pré-verbal. Ainda assim, pode-se depreender que o fenômeno em estudo não se restringe a uma zona dialetal, ou variação

diatópica, dado que Amaral (1955) o registra no “dialeto caipira”, entendido como uma zona que abrange o interior de São Paulo, Nascentes (1953) o registra na fala carioca e Marroquim (1945) estabelece certos exemplos literários para exemplificar a fala nativa (matuta) de dois estados nordestinos, a saber, Alagoas e Pernambuco. Dessa forma, acredita-se que, para a compreensão global do uso da dupla negação pré-verbal no português brasileiro, é necessário atentar para as variáveis, variação vertical ou fatores sociais, presentes nessas manifestações.

Das gramáticas selecionadas, as de Perini (1996 e 2010) não apresentam terreno fértil para a manifestação da dupla negação pré-verbal, dado que a língua que toma por objeto de descrição é a que obedece a norma padrão. Já a gramática de Neves (2000) não se restringe à língua padrão e analisa os usos do português em diversos gêneros e concede uma certa relevância para a língua falada, a qual, julga-se, é a mais fértil para o florescimento de manifestações negativas não previstas pelos modelos normativos.

3.4 Estudos linguísticos sobre a negação em catalão

A fim de dar a conhecer os trabalhos que trataram da dupla negação em catalão, especialmente nas variedades linguísticas, i.e., nos seus dialetos, esta seção recolhe estudos linguísticos e gramáticas que possam dimensionar a problemática da negação, na medida do possível, em sua extensão.

Dos dialetos catalães representados na Figura 4 – *Dialetação na língua catalã*, o *nord-occidental*, que compreende os falares *pallarsès*, *ribagorçà* e *tortosí*, não se vê contemplado por nenhuma gramática específica, ao contrário do que acontece com os demais dialetos. Contudo, tem-se, p.e., os estudos de Llop (2013 e outros) que abordam a negação no catalão *pallarsès*. Assim sendo, esta variedade será a que, aqui, poderá dar mostras de negação do catalão *nord-occidental*. A negação em catalão, quando tomada do ponto de vista dialetal, apresenta uma gama variacional notável. Entre outros estudos, elege-se o de Llop (2016) para pontuar algumas questões dialetais. Observem-se os exemplos¹⁶⁰ a seguir:

- (1) a. Poc que/ Poca vindré.
- b. Jo pla que vindré.
- (2) a. No vindré pas.

¹⁶⁰ Llop (2016, p. 33).

- a'. Vindré pas.
- b. No vindré cap.
- b'. Vindré cap.

Acima, são expostas representações de realizações dos subdialetos do catalão setentrional: em (1), tanto a. quanto b. são exemplos de um dialeto de transição norte-oriental (*septentrional de transició*); (2) a. é uma forma estândar inserida para contrastar com a', dado que esta é representativa de variantes de fronteira, como o roussilhonês; em (2) b. e b'. se representa o contraste entre a forma estândar disseminada e a realização típica encontrada no catalão norte-ocidental, como o *Pallars*. Note-se que, nos exemplos de (1), os minimizadores *poc* e *pla* ganham a posição de marcadores negativos plenos, funcionando como *Op*⁻. Em (2), *a* e *b* consistem em orações com dupla negação pós-verbal do tipo [NÃO V NEG]. Porém, os exemplos a' e b' são orações negativas pós-verbais simples que se formam por [V NEG]. No entanto, os elementos [NEG] de ambas as orações são os minimizadores *pas* e *cap*, os quais “[...] inicialment denotaven una quantitat petita o insignificant i que han anat evolucionant fins a tenir un valor adverbial i, posteriorment, fins a poder actuar com a elements que emfasitzen la polaritat negativa oracional”. (LLOP, 2016, p. 34)¹⁶¹. As constatações de diferenças diletais que são trazidas pela autora, no que concerne à negação, dialogam com construções tomadas como típicas do português brasileiro, como os casos de [V NEG] em *Vindré cap* e “Vou não”/”Vou nada”. Além do mais, o uso do minimizador *cap* à direita apresenta, para este contexto, uma função similar à de *nada* no português brasileiro: ambos são formadores de negação enfática.

Na figura¹⁶² abaixo, tem-se uma representação de possibilidades de expressão da negação em diversas zonas dialetais da língua catalã. Observe-se:

161 “[...] inicialmente denotavam uma quantidade pequena ou insignificante e que foram evoluindo até obter um valor adverbial e, posteriormente, até poder atuar como elementos que enfatizam a polaridade negativa oracional”. (LLOP, 2016, p.34)

162 Llop (2015, p. 36). O mapa linguístico que a autora reproduz faz parte do ALDC (*Atles Lingüístic del Domini Català*); contudo, trata-se de um material não publicado e foi conseguido diretamente com a equipe que o elabora.

Figura 5 – Diversidade de padrões negativos em catalão

Na figura, diversos padrões de negação caracterizam as zonas dialetais assinaladas. Dentre eles, porém, não se encontra o padrão de dupla negação pré-verbal, [NEG NÃO V], o que faz supor, *a priori*, que este padrão não seja típico de nenhuma variedade linguística em específico, mas sim, que seu emprego tenha maior relação com fatores sociolinguísticos, de maneira similar ao que acontece no português brasileiro. Segundo a legenda, observam-se negações simples e também duplas: entre as simples se encontram *Ø V pas* (em vermelho), *No V Ø* (em verde); entre as duplas são apontadas *No V pas* (em verde) e *No V cap* (em lilás). A representação da Figura 5 merece ainda alguns comentários:

- *Ø V pas*: esta negação simples é realizada com o marcador negativo à direita e é típica de falares do norte, como o roussilhonnês, e apresenta claras influências da

língua francesa (recordem-se os exemplos de Zeijlstra (2004) para o francês coloquial e o francês de Quebec).

- *No V Ø*: esta negação simples pré-verbal, segundo a Figura 5, é a que apresenta maior difusão entre os dialetos do catalão; porém, está mais concentrado entre as variedades linguísticas do bloco ocidental. Este padrão é o mesmo que aqui se tem representado por [NEG V].
- *poc que Ø* (em laranja): esta negação, por não conter nenhum elemento negativo, não deve ser classificada como forma simples ou dupla, já que é melhor classificada por negação metalinguística. A abrangência de seu emprego, conforme demonstra a Figura 5, é bastante reduzida. Em português, a negação metalinguística é discutida por Martins (2014) e tem representações como vistas em *Uma ova!*
- *No V pas*: este padrão de dupla negação pós-verbal tem uma difusão razoável entre variedades dos dois blocos dialetais do catalão e teria correspondência com o padrão [NÃO V NEG] aqui estudado.
- *No V cap*: este padrão de dupla negação pós-verbal, [NÃO V NEG], conforme as informações retratadas pela Figura 5, é restrito a uma zona dialetal de fronteira e pode apresentar um comportamento semelhante ao de *Ø V pas*, visto que o elemento negativo é um minimizador (*pas*, *cap*) e também porque, conforme comprovam os estudos de Llop (2016), em *pallarès*, p.e., a negação simples, com o elemento negativo posicionado à direita, *V cap*, é legítima.

Assim, tanto os exemplos trazidos por Llop (2016), mais acima, como as constatações da Figura 5, permitem, desde um princípio, contestar a suposta e bastante difundida ideia da grande homogeneidade da língua catalã, fato que poderia levar à afirmação categórica de que a dupla negação pré-verbal é um fenômeno que se estende por todos os dialetos. As colocações de Sanchis-Guarner (1980, p. 143) reflete um pouco da questão:

El nostre rei fundador, Jaume I, disposà en el 1264 que la documentació judicial del Regne de València fos redactada en romanç i no en llatí [...]. En aquest romanç estan escrits els documents oficials de la cancelleria reial d'Aragó i dels organismes polítics regionals i locals.

La clara uniformitat que ofereix aquest idioma oficial, segons l'expressiva comparació de Joan Coromines, és una mena de *koiné* literària i administrativa, davall la qual bategava una llengua viva més variada.

Tanmateix, les variants dialectals antigues de la nostra llengua no eren gens acusades. «No hi ha dubte que en l'Edat Mitjana el català és la més unificada de totes les llengües romàniques. Si deixem de banda la poesia, de llengua forastera i artificiosa, la seua literatura en prosa, des de les *Homilies d'Organyà* i el *corpus* lu·lià, fins el *Tirant lo Blanc*, en un espai de devers tres-cents anys, i en una producció diversa i de les més copioses, presenta un llenguatge uniforme, amb evolució cronològica molt escassa; però crida molt més l'atenció que hi manquin les variants dialectals, absència que és total si prescindim de minúcies sense cap relleu, les quals per altra part, només podríem trobar-les en els brevíssims textos primitius i en algun autor valencià del segle XV».¹⁶³

Conforme se observa, a Corte de Jaime I teve papel fundamental para a expansão, difusão de um modelo linguístico nivelador (*Scripta Medieval Catalana*) e potencialização do catalão como uma língua de cultura. E, além do mais, funcionou como fator homogeneizador da língua, retardando, amortecendo ou extenuando a variação em benefício da uniformidade adquirida.

No que concerne ao uso da dupla negação pré-verbal, acredita-se que, no contexto descrito, o fenômeno tenha se difundido por todos os rincões de fala catalã por dois fortes motivos: o primeiro deles tem a ver com a uniformidade linguística descrita mais acima pelo autor; o segundo fator se relaciona ao uso intenso da dupla negação pré-verbal nas línguas românicas arcaicas, o que faz do fenômeno, à época, pan-românico. Isso significa que o segundo fator pode ser encarado como causa do primeiro: a tendência do catalão, seguindo a tendência geral das línguas românicas arcaicas, é fazer uso normalizado do fenômeno e, portanto, respaldado pela *koiné cancelleresca*.

A evolução linguística natural, a variação dialetal e também a forte influência de outros idiomas - maiormente o castelhano-, ao contrário, funcionaram como desestabilizadores dessa suposta uniformidade. Modernamente, contudo, o evento do

163 O nosso rei fundador, Jaime I, estabeleceu em 1264 que a documentação judicial do Reino de Valência fosse redigida em romance e não em latim [...]. Neste romance estão escritos os documentos oficiais da *cancelleria reial* de Aragão e dos organismos políticos regionais e locais.

A clara uniformidade que oferece este idioma oficial, segundo a expressiva comparação de Joan Coromines, é um tipo de *koiné* literária e administrativa, sob a qual pulsava uma língua viva mais variada. Contudo, as variantes dialetais antigas da nossa língua não eram em nada acusadas. “Não há dúvidas de que na Idade Média o catalão é a mais unificada de todas as línguas românicas. Se deixamos de lado a poesia, de língua forasteira e maquinada, a sua literatura em prosa, desde as *Homilies d'Organyà* e o *corpus* luliano, até *Tirant lo Blanc*, em um espaço de trezentos anos, e em uma produção diversa e das mais copiosas, apresenta uma linguagem uniforme, com evolução cronológica muito escassa; mas chama muito mais a atenção que aqui falem as variantes dialetais, ausência que é total se prescindimos de minúcias irrelevantes, as quais por outro lado, somente poderiam ser encontradas nos brevíssimos textos primitivos e em algum autor valenciano do século XV”. Tradução nossa.

Renascimento linguístico catalão, s. XIX, espelha o movimento uniformizador de outrora. Por este motivo, uma especial atenção será concedida aos estudos dirigidos por Pompeu Fabra, tido como o grande normatizador da língua catalã.

3.5 A dupla negação nas gramáticas

3.5.1 A *Gramàtica del català rossellonès*, de Gómez-Duran.

A gramática em questão consiste em uma tese doutoral apresentada pela autora no ano de 2011. O catalão setentrional, falado no sul da França, especificamente no *Rossilló* francês, é apresentado por Gómez-Duran com uma complexidade sociolinguística de destaque: cada vez mais, o francês ganha espaço na comunidade, em detrimento do catalão, que não mostra indícios de normalização. A falta de normalização é afetada, principalmente, por dois fatores: 1) o modelo linguístico adotado pela escola; 2) o grupo generacional que faz do catalão sua língua de expressão corrente.

Quanto ao primeiro fator, Gómez-Duran coloca em evidência a falta de prestígio dialetal ao relatar: “El model de llengua que s'havia d'ensenyar a les escoles va generar certa controvèrsia durant la segona meitat del s. XX. El problema en part vén de les idees que la gent té sobre el rossellonès, que el considera pas prou prestigiós”. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 32)¹⁶⁴. A obrigatoriedade do ensino do catalão na escola não favorece a proteção da variedade local; ao contrário, existe uma pressão pelo uso estandar da língua.

No que tange ao segundo fator, a autora esclarece que há uma tendência ao distanciamento da língua local, por parte dos jovens, em favorecimento do francês. Por isso, a riqueza linguística é conservada, majoritariamente, pelos mais velhos: “El parlar dels joves des d'un punt de vista dialectal ens interessarà pas; ens centrarem en aquell que es va transmetre fins a mitjans del s. XX de forma oral i espontània. Això implica que els informants que han aportat les dades descrites al treball són, la immensa majoria, gent més

164 O modelo de língua que devia ser ensinado nas escolas gerou certa controvérsia durante a segunda metade do século XX. O problema em parte vem das ideias de que as pessoas têm sobre o roussilhonês, que não o considera prestigioso. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 32). Tradução nossa.

gran de setanta anys” (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 34).¹⁶⁵ O perfil dos informantes retrata, sem dúvidas, o contexto político-social de meados do s. XX: a ditadura franquista na Espanha. Com a língua proibida e com as perseguições políticas, muitos catalães seguiram para a fronteira francesa.

Especificamente ao que se refere à negação no *rossellonès*, nota-se que o dialeto se distancia notavelmente da língua estândar. Na evolução dialetal, a dupla negação, seja pré-verbal ou pós-verbal, concedeu lugar à negação simples. No entanto, o que mais chama a atenção é o fato de que o elemento negativo difundidamente utilizado é *pas*. Observe-se:

Antigament, el rossellonès feia la negació amb la partícula *no* en posició preverbal. Encara es pot veure de forma fossilitzada en alguns dites populars: *A Bages no hi vagis ni amics no hi hakis; Cerdà i home de bé, no pot ser; A la vora d'un riu no t'hi facis el niu*. La gent gran amb certs coneixements de normativa o que han tingut contacte amb gent d'altres dialectes el poden usar. Per a les generacions joves, que el veuen com a forma normativa, és la partícula principal per negar, encara que sovint empleguen *pas*.

A més de *no*, antigament, també hi havia *pas*, que ocupava una posició postverbal, sempre que en posició preverbal hi hagués *no* (era, doncs, *no...pas*). Aqueixa distribució és la mateixa que té la negació encara en català central i nord-occidental. En aqueixos dialectes el sentit de *pas* és adversatiu, contradiu una pressuposició [...] El rossellonès, doncs, és el sol dialecte que té *pas* com a partícula principal de negació. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 299)¹⁶⁶

Conforme os apontamentos da autora, o *rossellonès* já efetivou, em língua antiga, a negação com *no* e esta forma ainda pode ser encontrada nos usos de pessoas com conhecimento normativo. No entanto, *pas* segue sendo a forma dialetalmente difundida. Para Alegre (1991, p. 86), a negação formada no *rossellonès* se dá por influência de outros modelos de línguas de prestígio:

165 A fala dos jovens do ponto de vista dialetal não nos interessará; centraremos-nos naquela que foi transmitida até meados do s. XX de forma oral e espontânea. Isso implica que os informantes que contribuíram com os dados descritos no trabalho são, na imensa maioria, gente com mais de setenta anos. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 34). Tradução nossa.

166 Antigamente, o roussillonês fazia a negação com a partícula *no* em posição pré-verbal. Ainda pode se ver de forma fossilizada em alguns ditos populares: *A Bages no hi vagis ni amics no hi hakis; Cerdà i home de bé, no pot ser; A la vora d'un riu no t'hi facis el niu*. As pessoas idosas com certos conhecimentos da normativa que tenham tido contato com pessoas de outros dialetos podem usá-lo. Para as gerações jovens, que o veem como a forma normativa, é a partícula principal para negar, ainda que frequentemente empreguem *pas*.

Além de *no*, antigamente, também havia *pas*, que ocupava uma posição pós-verbal, sempre que na posição pré-verbal não estivesse o *no* (era, então, *no...pas*). Esta distribuição é a mesma que existe ainda em catalão central e norte-occidental. Nestes dialetos o sentido de *pas* é adversativo, contradiz uma pressuposição [...]. O roussillonês, então, é o único dialeto que tem *pas* como partícula principal de negação. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 299). Tradução nossa.

Oracions negatives: En les frases negatives manca totalment l'adverbi *no*, el qual és substituït per *pas*, a imitació del francès i l'occità col·loquials:
 veig pas ningú (no veig ningú)
 marxaven pas (no marxaven)
 passis pas que te negaries (no passis que t'ofegaries) ¹⁶⁷

A influência de línguas com grande peso cultural, como fora o occitano e como ainda é o francês, podem ter influenciado a queda de *no*. Além disso, um fator fonológico contribuía para o desaparecimento de *no*: “*no* podria caure amb facilitat perquè el valor de negació ja l'aportava *pas*. A més, cal tenir en compte que *no* podia ser un clític, amb poc pes fonològic i per tant amb facilitat per ser elidit. *No* es fa amb la vocal [u], que també pertany al sistema àton, la qual cosa ajuda que es torni un clític”(GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 299).¹⁶⁸

Por todo o exposto, o uso de *no* ficou reduzido a poucos contextos. Gómez-Duran oferece alguns exemplos de sua substituição e de usos ainda correntes:

Avui dia la partícula *no* [nu] ocupa una posició externa a l'oració principal, és a dir que es trapa *pas* en oracions com **La xicolata no m'agrada*, mes en aqueix context ha estat substituït per *pas*: *La xicolata m'agrada pas*. Tampoc no existeix la combinació *no...pas* que en altres dialectes nega una pressuposició, i **La xicolata no m'agrada pas*, doncs, també és agramatical. En canvi, sí que serveix com a resposta a la pregunta total *La xicolata t'agrada?* *No*; mentre que *pas* pot servir com a resposta: *La xicolata t'agrada?* **Pas*. És per aqueix ús de *no* que admet les nominalitzacions: *El seu no va anar un munt de fort*; *Par oun si, par oun nou, par poc, ou pa rè, / cade die ansacabe* 'ensacar: ficar al sac' *oune grosse llisade* (AS: 91). La combinació *no pas* tampoc no es pot utilitzar com a resposta a una qüestió: *La xicolata t'agrada?* **No pas*. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 304) ¹⁶⁹

167 Orações negativas: Nas frases negativas falta totalmente o advérbio *no*, o qual é substituído por *pas*, à imitação do francês e do occitano coloquiais:

veig pas ningú (no veig ningú)

marxaven pas (no marxaven)

passis pas que te negaries (no passis que t'ofegaries). Tradução nossa.

168 *no* poderia cair com facilidade porque o valor de negação era trazido por *pas*. Além disso, deve-se levar em consideração que *no* podia ser um clítico, com pouco peso fonológico e, portanto, com facilidade para ser elidido. *No* se realiza com a vogal [u], que também pertence ao sistema átono, o que ajuda que se torne um clítico. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 299). Tradução nossa.

169 Hoje em dia a partícula *no* [nu] ocupa uma posição externa à oração principal, isto é, que não se aceita em orações como **La xicolata no m'agrada*, mas neste contexto foi substituído por *pas*: *La xicolata m'agrada pas*. Também não existe a combinação *no...pas* que em outros dialetos nega uma pressuposição, e **La xicolata no m'agrada pas*, então, é agramatical. No entanto, serve como resposta à pergunta total *La xicolata t'agrada?* *No*; enquanto que *pas* não pode servir como resposta: *La xicolata t'agrada?* **Pas*. É por este uso de *no* que admite as nominalizações: *El seu no va anar un munt de fort*; *Par oun si, par oun nou, par poc, ou pa rè, / cada die ansacabe* 'ensacar: colocar em saco' *oune grosse llisade* (AS: 91). A combinação *no pas* também não se pode utilizar como resposta a uma questão: *La xicolata t'agrada?* **No pas*. (GÓMEZ-DURAN, 2011, p. 304). Tradução nossa.

Pelo que se observa, *no* ficou restrito a usos em orações do tipo resposta ou, ainda, quando está substantivado. Nesses poucos casos, o uso de *no* é exclusivo e, portanto, não é intercambiável com *pas*. No entanto, ainda há um contexto em que *no* e *pas* são aceitos alternadamente: com termos de polaridade negativa. Segundo Gómez-Duran (2011, p. 304-305):

Hi ha un context dins l'oració principal en què encara s'hi pot trobar *no*, tot i que sembla que es perd i que ja hi ha parlants que ho toleren *pas*. Es tracta dels contextos en què es combina amb un terme de polaritat negativa en posició preverbal [...]: *Mai no ho faré; Dingú no ho sabia; Cap d'ellos no m'ho va poguer dire*. El fet que *no* sigui optatiu mostra que la càrrega negativa l'aporta el terme de polaritat negativa. En canvi, en posició postverbal aqueixa càrrega la té d'aportar *pas*, que és obligatori: *Ho faré pas mai; Ho sabia pas dingú; M'ho vas pas poguer dire cap d'ellos* (aqueixes dues darreres oracions es trobaran fora en les àrees en què es conserva el subjecte postverbal).¹⁷⁰

De acordo com as colocações da autora, o emprego de *no* nesses contextos parece perder terreno, mas ainda é observável. De qualquer maneira, o emprego de *no* com os termos de polaridade negativa, em posição pré-verbal, é opcional, da mesma forma que o é na língua padrão. Quando os termos de polaridade negativa encontram-se em posição pós-verbal, somente podem ocorrer com *pas* e esta concordância negativa é obrigatória.

Em *rossellonès*, os termos de polaridade negativa têm tendência a refutar o uso em contextos modais, nos quais, como visto anteriormente, os mesmos adquirem um valor positivo. Assim, conforme Gómez-Duran (2011, p. 319):

El *rossellonès* difereix dels altres dialectes quan a la interrogació hi ha un terme de polaritat negativa, com *mai*. En *rossellonès* es dirà *Ets pas mai estat a Mallorca?* (amb valor afirmatiu) mentre que en altres dialectes ni s'hi trobarà *no* ni *pas*: *Has estat mai a Mallorca?* La forma que hi equivaldria, **No has estat pas mai a Mallorca?*, és agramatical. Si s'hi posava *no* tot sol, sense ser acompanyat per *pas*, *No has estat mai a Mallorca?*, necessàriament tindria una lectura negativa.

Els altres termes de polaritat negativa admeten més difícilment de ser en una interrogativa amb valor positiu. Es pot dir *Tenes pas menester de res?*, mes

170 Há um contexto dentro da oração principal em que ainda se pode encontrar *no*, apesar de que parece que está se perdendo e já há falantes que não o toleram. Trata-se de contextos em que se combina com um termo de polaridade negativa em posição pré-verbal [...]: *Mai no ho faré; Dingú no ho sabia; Cap d'ellos no m'ho va poguer dire*. O fato de que *no* seja optativo mostra que a carga negativa está no termo de polaridade negativa. No entanto, em posição pós-verbal esta carga está em *pas*, que é obrigatório: *Ho faré pas mai; Ho sabia pas dingú; M'ho vas pas poguer dire cap d'ellos* (estas duas últimas orações foram encontradas fora das áreas em que se conserva o sujeito pós-verbal). Tradução nossa.

b. *Això no ho faré mai.*
 c. **Això ho faré mai.*
 DURAN, 2011, p. 317)

Demà no vendrà dingú.
**Demà vendrà dingú.* (GÓMEZ-

Os exemplos de b) evidenciam que, em *rossellonès*, os termos de polaridade negativa, ao aparecerem na posição pós-verbal, exigem concordância negativa. É o que poder ser visto nos exemplos a. e b., os quais são reforçados, ainda, pela agramaticalidade de c. Neste último exemplo, fica patente que ao dialeto é vedado, nessa posição, prescindir da concordância negativa (*no*, antes do verbo, ou *pas*, após o verbo).

3.5.2 A *Gramàtica Normativa Valenciana*, da *Acadèmia Valenciana de la Llengua*

A gramática de que a *Acadèmia Valenciana de la Llengua* se encarregou de produzir, datada de 2006, surge para coroar um momento chave na história da comunidade valenciana: o reconhecimento de nacionalidade histórica. Neste momento, com tal reconhecimento, recupera-se o fôlego para consolidar o que já vinha sendo proposto desde as *Normes de Castelló* (1932). Tais normas “eren l’expressió de la voluntat col·lectiva de regular les desorientacions gràfiques de l’època, van ser ràpidament acceptades per la immensa majoria dels usuaris de la llengua escrita” (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 12).¹⁷³

Assim, a gramática é o produto maior que simboliza e consolida o reconhecimento do valenciano como língua histórica, sem, no entanto, lançar-se como fator separatista da língua catalã. Conforme se explica na própria gramática:

La llengua pròpia i històrica dels valencians és també la que compartixen les comunitats autònomes de Catalunya i de les Illes Balears i el Principat d’Andorra, així com altres territoris de l’antiga Corona d’Aragó (el departament francès dels Pirineus Orientals, la ciutat sarda de l’Alguer i la franja oriental d’Aragó) i la comarca murciana del Carxe. Els diferents parlars de tots estos territoris constituïxen una mateixa llengua o sistema lingüístic. (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 14)¹⁷⁴

173 “Eram a expressão da vontade coletiva de regular as desorientações gráficas da época, foram rapidamente aceitas pela imensa maioria dos usuários da língua escrita” (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 12). Tradução nossa.

174 A língua própria e histórica dos valencianos é também a que compartilham as comunidades autônomas da Catalunha e das Ilhas Baleares e o Principado de Andorra, assim como outros territórios da antiga Coroa de Aragão (o departamento francês dos Pirineus Orientais, a cidade sarda de Alguero e a faixa oriental de Aragão) e

Na gramática, serão reforçadas as características que marcam os subdialetos do conjunto do valenciano, das quais, as que mais se distanciam do dialeto central, são maiormente relevantes as peculiaridades fonéticas e a flexão verbal. No que concerne especificamente ao tratamento da negação e, especialmente, ao fenômeno da dupla negação pré-verbal, a *Gramàtica* não aborda questões tão relevantes para a presente pesquisa. No entanto, recorda que, no valenciano, é possível utilizar termos de polaridade negativa com valor não negativo em contextos modais:

Em pense que no vindrà cap dels meus amics. Com ocorre amb altres paraules negatives, l'indefinit *cap* també es pot usar en oracions interrogatives o en la pròtasi de les condicionals amb un valor no negatiu (v. § 27.7.2.3.c): *Saps si m'han deixat cap encàrrec?* (algum encàrrec) *Si tens cap dubte, no patisques i tira avant.* (algum dubte) (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 155)¹⁷⁵

Assim, *cap*, termo negativo que compete com a variável *ningun* (e demais flexões), adquire valor positivo em orações interrogativas e condicionais. O mesmo acontece com os demais termos negativos, como *res*: “Com ocorre amb altres paraules negatives, també pot usar-se en oracions interrogatives amb un valor no negatiu (v. § 27.7.2.3.c): *Has dit res?* (alguna cosa) *Si vols res més, dis-m'ho.* (alguna cosa més)”(*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 157).¹⁷⁶

3.5.3 As anotações sobre o dialeto alguerês nas gramáticas

Eduardo Blasco Ferrer é autor de uma gramática histórica do catalão, na qual concede especial atenção ao dialeto alguerês. Embora o autor não aborde a questão da presença ou a

o distrito murciano do Carxe. Os diferentes falares de todos estes territórios constituem uma mesma língua ou sistema linguístico. (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 14). Tradução nossa.

¹⁷⁵ *Em pense que no vindrà cap dels meus amics.* Como ocorre com outras palavras negativas, o indefinido *cap* também pode se usar em orações interrogativas ou na pròtase das condicionais com um valor não negativo (v. § 27.7.2.3.c): *Saps si m'han deixat cap encàrrec?* (alguma comissão) *Si tens cap dubte, no patisques i tira avant.* (alguma dúvida) (*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 155). Tradução nossa.

¹⁷⁶ “Como ocorre com outras palavras negativas, também pode-se usar em orações interrogativas com um valor não negativo (v. § 27.7.2.3.c): *Has dit res?* (alguma coisa) *Si vols res més, dis-m'ho.* (alguma coisa mais)”(*Gramàtica Normativa Valenciana*, 2006, p. 157). Tradução nossa.

ausência da dupla negação pré-verbal no dialeto, tece algumas considerações relevantes acerca de alguns termos negativos. Entre esses casos, vale a pena destacar o emprego que se faz, no dialeto alguerês, de *ningún* “nenhum”:

L'algh. ignora l'uso cat. mod. di “ningú”, adoperando questo morfema con funzione aggettivale, come in cat. ant. [...] e val. [...]. Es.:
 algh.: nò i és da ningúna pálti [...]
 algh.: nò ténts ningún amík [...].
 Si noti che il morfema “cap” non compare in testi cat. sino al sec. XVI nel quale esso soppianta “ningú”, acquistando i valori odierni (BLASCO-FERRER, 1984, p. 184)¹⁷⁷.

O termo lat. *nec unu* deu origem ao cat. *ningú*, termo negativo empregado para fazer referência a pessoa. O alguerês conhece e emprega, porém, o termo *ningún*, e suas flexões, à maneira do castelhano e do português, línguas que também empregam o termo em sua forma adjetiva. Esse uso pode ser uma conservação arcaizante do alguerês, visto que, conforme aponta o autor, era utilizado em catalão antigo e em valenciano. O termo negativo *cap*, utilizado no catalão moderno com o valor port./cast./alg. *nenhum/ningún*, denota ter uso mais recente na língua, datado do século XVI. Ainda, o dialeto apresenta “Una neoformazione particolare dell'algh. è MANCU UNU (cat. CAPU): (cap) mankú(n)” (BLASCO-FERRER, 1984, p. 130)¹⁷⁸. Em Pais (1970, p. 103), encontram-se alguns exemplos: “*Ningun* [cap], *ninguna* [cap] si adoperano per denotare la specie. Es.: *no hi ha ningun llibre* [cap llibre, cap mena de llibre] [...]. Nel senso di “neanche uno” si usa *mancun*, *mancuna*. Es.: *no te mancuna txia* [no té ni una sola tia] [...]”¹⁷⁹.

Na *Gramàtica Alguerese* de Pais (1970, p. 116), o autor chama a atenção para a corrupção de *res*: “*Arrés* è corruzione del catalano *res*: *a'n res* [no en té res] [...]; *no és bo an arrés* [no val res]”¹⁸⁰. Em alguerês, o lat. *MAGIS* ainda permanece da mesma forma que cat. *mai*; no entanto, os termos negativos cat. *enlloc* (<lat. *IN LOCU*), cat. *gens* (<lat. *GENUS*) e

177 O alg. ignora o uso cat. mod. de “ningú”, usando este morfema com função adjetival, como em cat. ant. [...] e val. [...]. Ex.:

alg.: nò i és da ningúna pálti [...]

alg.: nò ténts ningún amík [...].

Note-se que o morfema “cap” não aparece nos textos cat. até s. XVI quando suplanta “ningú”, adquirindo os valores de hoje. (BLASCO-FERRER, 1984, p. 184). Tradução nossa.

178 Uma neoformação particular do alg. é MANCU UNU (cat. CAPU): (cap) mankún(n). (BLASCO-FERRER, 1984, p. 130). Tradução nossa.

179 “*Ningun* [cap], *ninguna* [cap] são usados para denotar a espécie. Ex.: *no hi ha ningun llibre* [cap llibre, cap mena de llibre] [...]. No sentido de “nenhum” usa-se *mancun*, *mancuna*. Ex.: *no te mancuna txia* [no té ni una sola tia] [...].” Tradução nossa.

180 “*Arrés* é uma corrupção do catalão *res*: *a'n res* [no en té res] [...]; *no és bo an arrés* [no val res]”. Tradução nossa.

os minimizadores cat. *mica* (<lat. MICCA) e cat. *gota* (<lat. GUTTA) não apresentam correspondências no dialeto. (BLASCO-FERRER, 1984, p. 130)

3.5.4 A gramática catalã do dialeto balear, de Moll

Esta obra de Moll (1975) caracteriza o catalão peculiar falado nas Ilhas Baleares, além de colaborar para o ensino do “català als baleàrics i a fer conèixer les particularitats del parlar baleàric als catalans” (MOLL, 1975, p. 5)¹⁸¹. No que concerne especificamente ao fenômeno da dupla negação pré-verbal, o autor esclarece que:

L'ús de l'adverbi *no* davant els mots *cap, res, ningú, mai, gens, tampoc, enlloc* i *pus*, formant part d'una frase negativa, és indispensable quan els dits mots van darrere el verb. Si el precedeixen, pot suprimir-se la partícula *no*, com es fa generalment en el llenguatge parlat, però en la llengua literària moderna predomina el criteri de no fer tal supressió. (MOLL, 1975, p. 200)¹⁸²

Dessa forma, o autor legitima a obrigação da concordância negativa apenas nos contextos de negação pós-verbal. Para os casos de negação pré-verbal, a concordância torna-se opcional. Além do mais, Moll estabelece uma diferença de registro que, em geral, delimita o fenômeno: sugere que, na língua falada, há uma tendência à supressão do termo negativo *no*, enquanto que na língua literária moderna, verifica-se uma tendência generalizada a favor da concordância com o mesmo termo.

Para ilustrar as suas colocações, Moll (1975, p. 200) seleciona os seguintes exemplos:

“No hi he anat cap vegada”; “Cap vegada no hi he anat”; “Cap vegada hi he anat”;
 “No he vist res”; “Res no he vist”; “Res he vist”;
 “No em vull molestar per ningú”; “Per ningú no em vull molestar”; “Per ningú em vull molestar”;
 “No hi tornaré mai més”; “Mai més no hi tornaré”; “Mai més hi tornaré”;
 “No estic gens malament”; “Gens malament no estic”; “Gens malament estic”;

181 “catalão aos baleáricos e dar a conhecer as particularidades do falar baleárico aos catalães” (MOLL, 1975, p. 5). Tradução nossa.

182 O uso do advérbio *no* diante das palavras *cap, res, ningú, mai, gens, tampoc, enlloc* e *pus*, formando parte de uma frase negativa, é indispensável quando as referidas palavras estão atrás do verbo. Se o precedem, pode-se suprimir a partícula *no*, como se faz geralmente na linguagem falada, mas na língua literária moderna predomina o critério de não se fazer tal supressão. (MOLL, 1975, p. 200). Tradução nossa.

“No volem venir tampoc”; “Tampoc no volem venir”; “Tampoc volem venir”;
 “Tu no et pots presentar enlloc”; “Tu enlloc no et pots presentar”; “Tu enlloc et pots presentar”;
 “No hi tornaré pus”; “Pus no hi tornaré”; “Pus hi tornaré”.

Conforme é possível observar nos exemplos, o catalão falado nas Ilhas Baleares apresenta os três padrões negativos: [NÃO V NEG], [NEG NÃO V] e [NEG V]. Com isso, pode-se depreender que o dialeto balear encontra-se em um estágio de opcionalidade da duplicação negativa e que, entre os fatores determinantes para o seu emprego ou ausência, está a variação de registro, segundo o autor.

3.5.5 As gramáticas de Badia i Margarit

Um dos nomes de peso do círculo de filólogos dedicados aos estudos da língua catalã é, sem dúvidas, Badia i Margarit. Em sua *Gramàtica històrica catalana*, não se encontra uma grande discussão acerca da evolução dos termos negativos aqui estudados. O autor apenas recorda que

Tots aquests indefinits arriben a posseir valor negatiu per tal com han estat usats en frases negatives (*no n'hi ha cap [...]*, *no sap res [...]*), fins a sentir-se sempre negatius, fins i tot construïts tots sols. Tanmateix, l'ús antic, no contaminat de negació, perviu en oracions hipotètiques o interrogatives com les següents: *si hi ha cap home [...]*, *hi ha ningú? [...]*, *si hi ha res millor [...]*; per això la gramàtica preceptua que aquests indefinits, quan s'usen en frases efectivament negatives, han d'anar reforçats amb un adverb de negació. (BADIA I MARGARIT, 1984, p. 327)¹⁸³

Em sua breve consideração, Badia i Margarit reforça a teoria de que os termos de polaridade em questão passam a ser sentidos como lexicalmente negativos pelo seu constante uso em orações negativas, isto é, pela associação dos mesmos com um traço negativo que, originalmente, não possuíam. O fato de ainda existir na língua o uso dos mesmos termos, em

183 Todos estes indefinidos chegam a possuir valor negativo por terem sido usados em frases negativas (*no n'hi ha cap [...]*, *no sap res [...]*), até serem empregados sempre como negativos, inclusive construídos sozinhos. Contudo, o uso antigo, não contaminado de negação, sobrevive em orações hipotéticas ou interrogativas como as seguintes: *si hi ha cap home [...]*, *hi ha ningú? [...]*, *si hi ha res millor [...]*; por isso a gramática preconiza que estes indefinidos, quando se usam em frases efetivamente negativas, têm de ir reforçados com um advérbio de negação. (BADIA I MARGARIT, 1984, p. 327). Tradução nossa.

contextos modais, com seus respectivos valores positivos é, para o autor, um argumento irrefutável dessa teoria. E é especialmente para manter esses termos de polaridade com ambas as polaridades possíveis - afirmativas e negativas- que o autor defende a concordância negativa em orações de fato negativas:

[...] las mencionadas voces (*ningú, res, cap, gens, mai, enlloc*) pueden poseer valor afirmativo [...], en general, siempre que la supresión de *no* pueda dar ambigüedad a la frase [...]. Queda, pues, claro que en las oraciones del tipo *mai no ve* [...] la razón fundamental de la preceptiva gramatical (que *no* acompañe a esas voces), es por los usos no negativos que ellas conservan todavía en la lengua catalana [...]. (BADIA I MARGARIT, 1962, p. 40)¹⁸⁴

Apesar dos argumentos apresentados pelo autor, e que vão ao encontro das normas prescritivas da língua, há uma tendência à omissão da duplicação negativa em orações em que os termos de polaridade em questão aparecem em posição pré-verbal. Observem-se, a seguir, os dois fragmentos de sua *Gramática catalana* (1962):

Otro caso hay de oración negativa sin el adverbio *no*, aunque es gramaticalmente incorrecto: cuando en una oración negativa alguna de las voces *ningú* 'nadie' y *res* 'nada' (pronombres), *cap* 'ninguno' (adjetivo), *gens* 'nada', *mai* 'nunca' y *enlloc* 'en ninguna parte' (adverbios) precede al verbo, es habitual hoy suprimir el adverbio *no*: *no he vist ningú* 'no he visto a nadie', pero *ningú m'ha vist* [...] 'nadie me ha visto'; *no ve mai* 'no viene nunca', pero *mai ve* [...] 'nunca viene'; las soluciones correctas son *ningú no m'ha vist*, *mai no ve*. Así, conviene no suprimir nunca el adverbio *no*, que, aunque en algunas ocasiones fuese tolerable, en otras es absolutamente inadmisibile. (BADIA I MARGARIT, 1962, p. 35).¹⁸⁵ (Grifos nossos)

Com essas palavras, Badia i Margarit advoga, claramente, em favor da manutenção da dupla negação pré-verbal (atente-se para os grifos inseridos na citação), mesmo admitindo que, em determinados contextos, a negação é clara e não daria margens a interpretações ambíguas, tal como remarca na citação acima.

184 [...] as mencionadas voces (*ningú, res, cap, gens, mai, enlloc*) podem possuir valor afirmativo [...], em geral, sempre que a supressão de *no* possa dar ambigüidade à frase [...]. Fica, pois, claro que nas orações do tipo *mai no ve* [...] a razão fundamental da preceptiva gramatical (que *no* acompanhe essas voces), é pelos usos não negativos que elas conservam ainda na língua catalã [...]. (BADIA I MARGARIT, 1962, p. 40) Tradução nossa.

185 Há outro caso de oração negativa sem o advérbio *no*, ainda que é gramaticalmente incorreto: quando em uma oração negativa alguma das voces *cap* 'nenhum' (adjetivo), *gens* 'nada', *mai* 'nunca' e *enlloc* 'em nenhuma parte' (advérbios) precede o verbo, é habitual hoje suprimir o advérbio *no*: *no he vist ningú* 'não vi ninguém', mas *ningú m'ha vist* [...] 'ninguém me viu'; *no ve mai* 'não vem nunca', mas *mai ve* [...] 'nunca vem'; as soluções corretas são *ningú no m'ha vist*, *mai no ve*. Assim, convém não suprimir nunca o advérbio *no*, que, ainda que em algumas ocasiões seja tolerável, em outras é absolutamente inadmissível. (BADIA I MARGARIT, 1962, p. 35). Tradução nossa.

3.6 A obra de Pompeu Fabra

Entre o final do século XIX e o princípio do século XX, a sociedade catalã retoma com ímpeto as questões linguísticas, especialmente as relacionadas à depuração da língua. À frente deste hercúleo projeto encontra-se Pompeu Fabra, figura que se tornaria chave na empreitada pela normatização da língua catalã. Seu trabalho é que irá figurar na gramática do *Institut d'Estudis Catalans* e passará a constituir a referência normativa de língua.

Desde o seu primeiro trabalho gramatical, Fabra demonstra conhecimento e faz apontamentos sobre as questões que envolvem a negação em catalão e, em especial, à dupla negação. Em seu primeiro trabalho, Fabra (1891), o autor compara as versões de orações em catalão e castelhano. Assim, os termos negativos em proposições interrogativas, condicionais e negativas adquirem diferentes sentidos:

<i>Tens cap clau? - No en tinch cap.</i>	¿Tienes algún clavo? - No tengo ninguno.
<i>T'ha dit res? Què t'ha dit? - Res.</i>	¿Te ha dicho algo? ¿qué te ha dicho? - Nada.
<i>Ha vingut ningú? - Ningú.</i>	¿Ha venido alguien? - Nadie.
<i>No sé si l'has vista mai. -No l'hi vista mai.</i>	No sé si la has visto alguna vez. - No la he visto nunca.
	(FABRA, 1891, p. 86)

Conforme remarca o autor, os itens *cap*, *res*, *ningú* e *mai* adquirem, em catalão, valores diferentes segundo o contexto em que se apresentam. Essas diferenças podem ser observadas claramente nas versões feitas para o castelhano (segunda coluna), quando um termo como *res* significa tanto cast. *algo* quanto cast. *nada*.

Além disso, ainda em seu primeiro trabalho, Fabra já observa a tendência à omissão da duplicação negativa com *no* nas frases negativas:

En frases negativas, suele suprimirse el adverbio <i>no</i> cuando se antepone al verbo alguna de las voces <i>cap, ningú, res, enlloch, mai, gens, tampoch</i> .	
<i>Cap nen l'ha entesa.</i>	Ningún niño la ha entendido.
<i>Dingú hi va anar?</i>	¿No fue nadie?
<i>May vindrà, y ella tampoch vindrà.</i>	Nunca vendrá, y ella tampoco vendrá. (FABRA, 1891, p. 86) ¹⁸⁶

¹⁸⁶ Em frases negativas, é costume suprimir-se o advérbio *no* quando anteposto ao verbo está alguma das vozes *cap, ningú, res, enlloch, mai, gens, tampoch*.

Cap nen l'ha entesa.
Dingú hi va anar?

Ningún niño la ha entendido.
¿No fue nadie?

Segundo os apontamentos do autor, quando os termos de polaridade ocupam a posição pré-verbal, mantém-se a tendência da supressão de *no*, tal como sucede na maioria das línguas românicas, como, por exemplo, em castelhano ou em português.

O segundo trabalho de Fabra, *Contribució a la gramàtica catalana*, de 1898, não aborda questões concernentes à dupla negação. Somente em seu trabalho posterior, Fabra (1912), é que, novamente, o autor concede espaço para discutir a negação na língua catalã. Observa que

[...] dichas voces [*cap, ningú, res, enlloc, mai y gens*] se usan muy a menudo en proposiciones no negativas [...]. Admiten a *cap, ningú*, etcétera con significación positiva las proposiciones condicionales, interrogativas y dubitativas [...].

En catalán también suele suprimirse actualmente el adverbio *no* al anteponerse al verbo alguna de las voces *cap, ningú, res, enloc* [sic], *mai y gens* [...]. Pero dicha supresión no es en manera alguna obligatoria, puesto que se puede decir muy bien *Mai no-l veiem./ Enloc no l'hem vist*; y aun es inadmisibile en aquellas proposiciones en que las expresadas voces pueden ser empleadas con una significación positiva y, en general, siempre que la supresión del adverbio no puede dar ambigüedad a la frase. (FABRA, 1912, p. 217-218)¹⁸⁷

Uma vez mais, Fabra recobra o uso dos termos em orações não negativas nos contextos especificados. A omissão da concordância negativa também é lembrada nesta obra; contudo, o tom da escrita do autor parece ser diferente do da obra de 1891. Aqui, além de notar a tendência à supressão de *no*, Fabra estabelece uma notória oposição ao iniciar a próxima oração com “*Pero dicha supresión no es en manera alguna obligatoria [...]*”. O tom meramente descritivo da obra de 1891 passa a tender, agora, mais para o prescritivo, ainda que de maneira sutil. Além disso, Fabra, ainda que não ofereça exemplos, adverte que, para contextos em que haja ambiguidade, por exemplo, a omissão de *no* não é permitida.

Fabra empreendeu novos trabalhos ao longo de mais alguns anos; porém, só voltaria a abordar o tema da negação em catalão em *Compendio de gramática catalana* (1929). Nesta

May vindrà, y ella tampoch vindrà.

Nunca vendrá, y ella tampoco vendrá.

(FABRA, 1891, p. 86). Tradução nossa.

187 [...] as referidas vozes [*cap, ningú, res, enlloc, mai y gens*] se usam frequentemente em proposições não negativas [...]. São admitidos *cap, ningú*, etcétera com significação positiva em proposições condicionais, interrogativas e dubitativas [...].

Em catalão também é costume suprimir-se atualmente o advérbio *no* ao se antepor ao verbo alguma das vozes *cap, ningú, res, enloc* [sic], *mai y gens* [...]. Mas tal supressão não é de maneira alguma obrigatória, posto que se pode dizer muito bem *Mai no-l veiem./ Enloc no l'hem vist*; e ainda é admissível naquelas proposições em que ditas vozes podem ser empregadas com uma significação positiva e, em geral, sempre que a supressão do advérbio não possa dar ambiguidade à frase. (FABRA, 1912, p. 217-218). Tradução nossa.

obra, comparando as estruturas linguísticas do castelhano e do catalão, recomenda sempre a não omissão do negativo *no*:

En español, cuando se anteponen al verbo ciertas voces (tales como «ninguno», «nadie», «nada») o ciertas expresiones (tales como «en mi vida», «ni uno ni otro»), omítese el adverbio «no» que ordinariamente acompaña al verbo de toda proposición negativa («No viene nunca», pero «Nunca viene»): en catalán esta omisión solo es permisible en las proposiciones expositivas (pero no en las interrogativas, condicionales, etc.), y aun en aquellas es siempre preferible no omitir la negación *no*. Ej.: *Ninguno de ellos vendrá. Cap d'ells no vindrà* (mejor que *Cap d'ells vindrà*). *Ni el uno ni el otro pueden hacerlo. Ni l'un ni l'altre no ho poden fer* (mejor que *Ni l'un ni l'altre ho poden fer*). (FABRA, 1929. p. 77)¹⁸⁸

Conforme se observa ao cotejar as estruturas das duas línguas, uma vez mais o autor reforça o contraste do emprego da dupla negação entre o castelhano e o catalão. Nesta língua, apesar da duplicação negativa ser opcional, há uma recomendação de seu uso. Além disso, Fabra (1929, p. 77), recorda o emprego das vozes cat. *cap*, *ningú*, *res*, *enlloc*, *mai* y *gens* em proposições afirmativas não expositivas (contextos modais) com a equivalência a seus opostos afirmativos.

Em seu trabalho como professor, Fabra também levou à sala de aula questões relacionadas à dupla negação em catalão. As notas tomadas por alguns de seus discípulos geraram um material temático organizado em que, entre muitos outros temas, encontra-se a negação. Em Miravittles i Serradell (1971), por exemplo, recorda-se que termos como *cap*, *mai*, *gens* são palavras etimologicamente afirmativas, e o seu emprego em orações condicionais comprova essa origem. A origem afirmativa desses termos também é lembrada nas notas de Badia i Gabarró (1937).¹⁸⁹ No que tange especificamente à concordância negativa de certas orações, o discípulo problematiza a questão da seguinte maneira:

En escriure o dir el subjecte abans del verb, ens trobem que comencem una oració expositiva amb el mot *cap*. Aquest mer fet ja ens fa sentir la proposició com a negativa, de manera que en arribar al verb no sentim la necessitat d'usar el *no*.

El castellà ha consagrat ja aquesta construcció. En català podria admetre's; però es considera preferible la no supressió del *no*. No es pot dir que el gran

188 Em espanhol, quando se antepõem ao verbo certas vozes (tais como “ninguno”, “nadie”, “nada”) ou certas expressões (tais como “en mi vida”, “ni uno ni otro”), omite-se o advérbio “no” que ordinariamente acompanha o verbo de toda proposição negativa (“No viene nunca”, mas “Nunca viene”): em catalão esta omissão somente é permissível nas proposições expositivas (mas não nas interrogativas, condicionais, etc.), e ainda naquelas é sempre preferível não omitir a negação *no*. Ex.: *Ni el uno ni el otro pueden hacerlo. Ni l'un ni l'altre no ho poden fer* (melhor que *Ni l'un ni l'altre ho poden fer*). (FABRA, 1929. p. 77) Tradução nossa.

189 Em FABRA, P. *Obres completes. A cura de Jordi Mir i Joan Solà*. Barcelona : ECSA : Edicions 62 ; València : Edicions 3i4 ; Palma, Mallorca : Moll, 2005-2008. Vol. 2.

costum del català modern de suprimir aquest *no*, sigui completament atribuïble a la influència castellana. El català d'abans de la gran influència del castellà ja presenta alguns casos de supressió del *no*. La influència castellana pot haver simplement accelerat el procés. *Cap*, per si sol no té força negativa. L'ha adquirida a conseqüència d'aquests processos. (BADIA I GABARRÓ, 1937, in FABRA, 2005-2008, p. 1057, VOL. 2)¹⁹⁰

De todas as colocações de Fabra a respeito do emprego da duplicação negativa com *no*, poder-se-ia afirmar que somente neste momento é que se tem uma exposição mais crítica que envolve o tema. Sem deixar, mais uma vez, de estabelecer uma comparação com o castelhano, justifica-se melhor a reiteração da preferência pelo emprego da dupla negação. Fabra, segundo as notas tomadas de suas aulas expositivas, poderia ter vislumbrado, para o catalão, a tendência românica à omissão da concordância negativa em benefício da negação simples. No entanto, a influência do castelhano sobre o catalão seria, muito provavelmente, capaz de anular etapas desse processo evolutivo, tornando-o mais acelerado. Assim, apesar de Fabra reconhecer também como legítima a omissão de *no*, advoga o seu uso, conforme visto nas obras anteriores do autor. Dessa forma, não se torna inusitado encontrar declarações com a seguinte envergadura:

Els castellanismes sintàctics del català modern són innumbrables: la influència espanyola s'ha deixat sentir en l'ús dels temps dels verbs [...], ha afavorit la supressió del *no* en una munió de casos i ha trontllat l'ús dels mots *res*, *gens*, *mai* i anàlegs amb valor positiva fins al punt de fer-nos creure incorrecte de dir, per exemple, *Si res desapareix, serà que ell s'ho haurà emportat*. (FABRA, 1982, p. 12)¹⁹¹

A manutenção da dupla negação pré-verbal em catalão e o uso de termos de polaridade com sentido afirmativo serviriam, portanto, como ferramentas de marcação de fronteira entre as duas línguas peninsulares.

190 Ao escrever ou dizer o sujeito antes do verbo, encontramos com uma oração expositiva com a palavra *cap*. Este mero fato já nos faz sentir a proposição com negativa, de maneira que ao chegar no verbo, não sentimos a necessidade de usar o *no*.

O castelhano já consagrou esta construção. Em catalão poder-se-ia admitir; porém, considera-se preferível a não supressão do *no*. Não se pode dizer que o grande costume do catalão moderno de suprimir este *no* seja completamente atribuível à influência castelhana. O catalão de antes da grande influência do castelhano já apresenta alguns casos de supressão do *no*. A influência castelhana pode ter simplesmente acelerado o processo. *Cap*, por si só não tem força negativa. Foi adquirindo-a em consequência destes processos. (BADIA I GABARRÓ, 1937, in FABRA, 2005-2008, p. 1057, VOL. 2). Tradução nossa.

191 Os castelhanismos sintáticos do catalão moderno são inumeráveis: a influência espanhola deixou-se sentir no uso dos tempos verbais; provocou mudanças de gênero; produziu a substituição de todas as locuções empregadas pelos antigos para a expressão do neutro, com frases feitas à base de um artigo neutro diferente do masculino; favoreceu a supressão da partícula *no* em uma variedade de casos e conturbou o uso das palavras *res*, *gens*, *mai* e análogos com valor positivo até o ponto de nos fazer crer incorreto dizer, por exemplo: *si res desapareix, serà que ell s'ho haurà emportat*". (FABRA, 1980, p. 156-157). Tradução nossa.

Capítulo 4

Tratamento de Dados, Análise e Discussões

4.1- Os dados de análise e a situação diatópica

De acordo com o postulado no projeto desta pesquisa acerca do fenômeno da dupla negação pré-verbal, a dificuldade de acesso a materiais que contemplassem uma situação ideal do fenômeno foi a primeira barreira encontrada. Como ideal, acreditava-se que o *corpus* deveria estar formado tanto pela parte escrita quanto pelo áudio das entrevistas realizadas com falantes autóctones da região. A transcrição linguística, seja fonética ou semi-ortográfica, é um material que pode ser divulgado com muita facilidade em qualquer trabalho escrito, o que facilita o seu uso na pesquisa. O áudio, por sua vez, serve ao pesquisador para comprovar as situações linguísticas que, por qualquer motivo, sejam duvidosas ou ambíguas. O falante autóctone e, de preferência, com pais também originários da mesma região, é o que idealmente pode, com propriedade, representar o falar local, seja qual for a sua posição social na comunidade.

Uma segunda questão, também brevemente colocada, é com relação à diversidade de dialetos do português brasileiro. A variação linguística é abrangente demais para que se pudesse dar conta de uma representatividade suficiente a ponto de estabelecer generalizações com relação a este ou qualquer outro fenômeno linguístico. Com isso, apesar de terem sido utilizadas cinco bases de dados diferentes, a abrangência diatópica é ainda muito pequena, tal como ilustra a figura a seguir.

Figura 6 – Estados brasileiros cujos dialetos são contemplados no estudo¹⁹²

Conforme se observa, dialetos apenas de quatro estados puderam ser contemplados na presente pesquisa, a saber, Maranhão e Piauí, no Nordeste brasileiro, e Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste brasileiro. Por um lado, tal fato induz a que se tenha maior cuidado com as generalizações acerca do fenômeno, o qual pode não representar a abrangência da língua falada no Brasil, visto que muitos outros dialetos não foram computados na análise. Por outro lado, o fato de existirem dois grandes grupos dialetais (minimamente) representados, a saber, dialetos do Nordeste e dialetos do Sudeste, pode sugerir que o fator diatópico é menor que o fator diastrático para a manifestação da dupla negação pré-verbal. De qualquer maneira, este estudo servirá de base para delimitar ao menos as prováveis variáveis linguísticas que determinam ou induzem as manifestações da dupla negação pré-verbal no português brasileiro.

O dialeto com maior representatividade, em quantidade, nesta pesquisa é, sem dúvida, o carioca e falares da grande Rio de Janeiro. O *corpus* Concordância, que consta de transcrição e áudio, analisa fenômenos linguísticos de duas localidades: do famoso bairro de Copacabana e da cidade de Nova Iguaçu, a 28 km da capital. O *corpus* Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais apresenta fragmentos transcritos e fragmentos de áudios de diversas localidades, prevalecendo áreas do Rio de Janeiro. O *corpus* PEUL, que se forma em colaboração de três universidades, reúne dados de dialetos de diversos bairros do Rio de

192 Adaptado de <<http://www.clker.com/cliparts/C/N/6/C/Z/j/mapa-md.png>>, acesso 01 mai de 2016.

Janeiro. Grande parte deste *corpus* apresenta, além da transcrição, o material em áudio. A conjunção desses três *corpora* abrange a seguinte área:

Figura 7— Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁹³

No que concerne aos demais dialetos representados na pesquisa, tem-se, em segundo lugar, falares do estado de São Paulo. Nos fragmentos disponíveis do *corpus* Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, observa-se uma pequena representação do dialeto da capital e três arquivos que correspondem ao falar de Araraquara. Todos os arquivos deste *corpus* possuem transcrição e áudio para comprovação. O município se situa na região administrativa central do estado de São Paulo e se encontra a 270 km da capital paulista. Observe-se a figura abaixo.

193 Disponível em <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf>

Figura 8 – Mapa do Município de Araraquara e região- SP¹⁹⁴

Ainda no que tange à representatividade do estado de São Paulo nesta pesquisa, o *corpus* Iboruna possui um consistente banco de dados para estudos linguísticos da região administrativa de São José do Rio Preto, cidade a 454 km da capital paulista. Trata-se de uma cidade com peso demográfico considerável, com mais de 400 mil habitantes. Todos os arquivos do *corpus* possuem transcrição e áudio das entrevistas. A representação dessa região administrativa pode ser vista abaixo:

194 Adaptado de <file:///C:/Users/usuari/Desktop/Lei11605capituloII.pdf>. Acesso 10 mai. 2016.

Figura 9– Região Administrativa de São José do Rio Preto¹⁹⁵

Por fim, o nordeste brasileiro foi contemplado com falares da fronteira de dois estados: Piauí e Maranhão. Neste estado, as entrevistas foram realizadas na Ilha das Canárias e, no Piauí, as entrevistas foram realizadas na Ilha Grande, nos arredores de Morros da Mariana. Ambas as localidades têm como ponto em comum o fato de serem vilarejos de pescadores ou, ainda, viverem de atividades artesanais, como a renda. Abaixo, o mapa situa as duas regiões nordestinas:

195 Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas_ra.aspx?ra=7>. Acesso em 10 mai. 2016.

Figura 10 – Representação das localidades nordestinas contempladas no estudo¹⁹⁶

No que concerne ao material disponibilizado para a pesquisa, referente às duas localidades nordestinas, deve-se enfatizar que não se trata de um *corpus* pensado especificamente para análise linguística. O *corpus* foi coletado por alunos da Universidade Estadual do Piauí e forma parte de um projeto de Pós-Doutorado da Prof^a Dr^a Marta de Oliveira Rovai, do departamento de História, e pensado para servir a estudos sobre história oral. Foram cedidos os áudios de 6 entrevistas e alguns fragmentos de transcrições destas ou de outras entrevistas às quais não foi possível ter acesso. Todavia, decidiu-se prescindir dos fragmentos transcritos disponibilizados, visto que os mesmos não passaram por um tratamento de transcrição fonética. Além disso, pelo que se pode observar, os fragmentos nem sempre são inteiramente fiéis à fala do entrevistado, sofrendo, às vezes, algumas modificações (léxicas, sintáticas, entre outras), ainda que o sentido transmitido não seja intensamente modificado. Assim sendo, o presente estudo optou por utilizar apenas os 6 áudios disponibilizados do projeto da referida Universidade. As transcrições dos trechos deste *corpus* utilizados na análise dos dados (ou em qualquer outro momento da tese), são de responsabilidade exclusiva da autora da tese.

196 Adaptado de <

4.2 Avaliação da contribuição dos *corpora*

Embora esta pesquisa tenha se servido de cinco diferentes bases de dados, a representatividade dos falares brasileiros ainda se encontra longe do ideal almejado. Existem alguns *corpora* disponíveis na internet, porém, nem sempre correspondem às necessidades da pesquisa. Assim sendo, a quantidade de dados disponibilizados não está ligada, proporcionalmente, à qualidade dos mesmos. Acerca da relevância dos *corpora* para a pesquisa, fazem-se as seguintes avaliações:

- Iboruna

O *corpus* apresenta excelente qualidade no que se refere ao áudio e às transcrições fonéticas dos mesmos. Também apresenta uma boa diversidade com relação à representação sociolinguística. De maneira geral, a apreciação a ser feita sobre o *corpus* Iboruna é muito positiva tanto no que concerne à qualidade do material desenvolvido e à quantidade de entrevistas realizadas e transcritas.

No que tange à contribuição específica para a análise do fenômeno da dupla negação pré-verbal no português brasileiro, o *corpus* fornece poucos, porém muito claros, exemplos do fenômeno em estudo, além de trazer à tona outras questões sobre a negação ou, ainda, sobre a dupla negação no português brasileiro.

- PEUL

O *corpus* do projeto é consideravelmente grande e bem uniforme, além de ser tratado pelo viés da Sociolinguística. A qualidade dos textos transcritos é muito boa, ainda que, às vezes, um texto ou outro não esteja disponível para *download*. A maioria das entrevistas, além de possuírem a versão escrita, dispõe de áudio para comprovação dos fenômenos linguísticos de interesse dos pesquisadores. No entanto, alguns áudios não se encontram, até o presente momento, disponíveis. Este é o caso, por exemplo, dos áudios do subprojeto Mobral, os quais não puderam ser gravados em versões mais modernas, dado que as fitas k-7 encontram-se, em sua maioria, mofadas. Dessa forma, não puderam ser disponibilizadas para os pesquisadores. No caso do subprojeto Mobral, então, serão utilizadas apenas as transcrições das entrevistas,

sempre com ressalvas de que, no entanto, podem apresentar algum erro de digitação na transcrição ou mesmo de interpretação da oração.

- Concordância

Concordância é um *corpus* pequeno, porém bem estruturado e com um bom tratamento sociolinguístico das entrevistas. Algumas das entrevistas não possuem a transcrição, mas a qualidade de todos os áudios é excelente, o que não prejudica, de nenhuma maneira, a pesquisa dos fenômenos linguísticos. No que tange exclusivamente à dupla negação pré-verbal, apenas dois casos podem servir para estudo. Apesar de pequena, o *corpus* Concordância faz uma contribuição para o estudo do fenômeno em questão.

- Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais

Este *corpus* é formado apenas por curtos fragmentos de entrevistas, as quais possuem tanto o áudio quanto as transcrições, ambos de boa qualidade. Trata-se de uma base de dados bem pequena, com vinte fragmentos de entrevistas realizadas entre as décadas de 70 e 90. No que tange especificamente ao fenômeno da dupla negação pré-verbal no português brasileiro, o *corpus* não apresenta ocorrências que embasem a existência do fenômeno nos dialetos por ele representados.

- Piauí e Maranhão

A amostra fornecida deste *corpus*, apesar de pequena, é bastante expressiva. Em primeiro lugar porque as entrevistas gravadas são razoavelmente longas, o que aumenta a possibilidade de ocorrências do fenômeno em estudo. Em segundo lugar, o número de ocorrências da dupla negação pré-verbal entre as falas dos entrevistados, em relação à quantidade de entrevistas, pode ser considerada excelente. De fato, este é o *corpus* que, pela quantidade de ocorrências do fenômeno, pode se considerar como o mais produtivo de todos. Se as transcrições das entrevistas fossem levadas em consideração, a quantidade seria ainda maior. Porém, conforme se comentou anteriormente, a falta de tratamento linguístico e sociolinguístico dos mesmos levou à opção de se prescindir dos textos de outras entrevistas disponibilizadas para o presente estudo.

De forma sistemática, considerando a quantidade de ocorrências do fenômeno da dupla negação nos *corpora* utilizados, poder-se-ia ter a seguinte representação:

Figura 11 – Distribuição dos Dados

Ao se reunirem todos os dados avaliados na pesquisa, em uma perspectiva meramente quantitativa, verifica-se uma disparidade no que se refere à contribuição de cada um dos *corpora* utilizados. A maioria dos dados provém da base Piauí Maranhão, a qual também contribui sobremaneira com os dados qualitativos. No entanto, do *corpus* Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, nenhum exemplo pode ser aproveitado. No que tange à contribuição qualitativa, atente-se para a seção seguinte.

4.3 Apreciação dos dados representativos da dupla negação pré-verbal no português brasileiro

Nesta subseção, serão apresentados os dados de interesse para a pesquisa. A fim de organizar a relevância dos mesmos, elaborou-se o seguinte agrupamento:

- Casos autênticos: grupo constituído pelos dados que efetivamente legitimam o padrão [NEG NÃO V] com comprovação por áudio, fazendo com que não se suscitem dúvidas da realização da negação pré-verbal na oração.
- Casos autênticos intermediários: grupo constituído pelos dados que realizam [NEG NÃO V] que, contudo, recebem um sintagma que intermedia o termo negativo e o elemento de concordância negativa. Assim, esse grupo poder-se-ia representar melhor por [NEG [xxx]

NÃO V]. O(s) elemento(s) intermediários podem influenciar, mais ou menos, na interpretação de [NEG NÃO V]. No entanto, podem ser considerados casos legítimos de dupla negação e apresentavam grande difusão nos textos de língua arcaica.

- Casos potenciais: grupo constituído pelos dados que, aparentemente, ou na interpretação da pesquisadora, são realizados como [NEG NÃO V]. Todavia, os referidos dados carecem de algum tipo de comprovação, por exemplo, por áudio, ou dão margem a uma ambiguidade interpretativa.

Para situar a procedência de cada um dos dados apontados, houve aproveitamento das etiquetas proporcionadas pelos próprios *corpora*. Na ausência de etiquetas, as mesmas foram elaboradas pela pesquisadora. As transcrições dos trechos para análise, da mesma forma, também foram aproveitadas; no entanto, na ausência das mesmas, ficaram a cargo da pesquisadora.

Dessa forma, a identificação do documento em que se encontram os itens analisados foram seguidos de acordo com a seguinte sistemática: (NOME DO *CORPUS* INICIAIS DO NOME DO FALANTE ou SIGLA DO DOCUMENTO, minuto e segundo da ocorrência ou somente texto, para os casos de ausência dos áudios).

4.3.1 Casos autênticos de [NEG NÃO V]

Autêntico 1: ... pra trás ninguém num pescava o siri, aqui não, pescava lá... (*CORPUS* PIAUÍ MARANHÃO FLC, 05'56").

O termo negativo *ninguém* ocupa a posição sintática de sujeito na oração. Apesar disso, recebe um tratamento destoante ao que preconiza o registro normativo da língua: realiza foneticamente o marcador negativo *não*. A visibilidade concedida ao operador negativo é legitimada em sua forma fonológica enfraquecida, sendo, portanto, realizado como *num*. Dessa forma, o falante expressa a negação no padrão [NEG NÃO V], previsto e aceito pelo Sistema da língua.

Autêntico 2: [*jogá o laço]¹⁹⁷ também, ninguém num tem não... (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 24'23")

O termo negativo *ninguém* é, novamente, apresentado no padrão [NEG NÃO V], exigindo, portanto, concordância negativa com o operador realizado foneticamente. Este exemplo, realizado pelo mesmo falante do exemplo anterior, reforça a ideia de que determinados elementos possuem um espaço previsto na estrutura sintática da língua para realizar foneticamente o marcador negativo. Também, o elemento de concordância negativa que acompanha *ninguém*, igual ao episódio do exemplo anterior, é realizado pela forma fonológica reduzida, ou seja, *num*. Além disso, o padrão negativo [NEG NÃO V] aparece em concordância também com o negativo pleno pós-verbal, sem nenhuma redução fonológica, ou seja, como *não*.

Autêntico 3: ... ninguém:: num viu o que era, mas aquele assovio não era de gente. (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 37'54")

O mesmo falante dos casos autênticos 1 e 2 fornece novo exemplo de concordância negativa para o termo *ninguém*. Assim, a repetição do padrão de concordância negativa, com realização fonética do operador negativo, parece ser recorrente na visão do entrevistado. Há uma sugestão de que a redução fonológica de *não* é também uma prática recorrente do falante em questão. A marcação “::”, em “ninguém:: num viu”, denota uma prolongação da última sílaba, fato que não interfere na relação de concordância estabelecida entre *ninguém* e o negativo *num*.

Autêntico 4: ... ninguém num tá vendo, ninguém num tá ouvindo (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 15'10")

Novamente, tem-se um exemplo, -que, na verdade, são dois exemplos, -em que o termo negativo *ninguém* recebe o tratamento característico de um elemento [uNeg], necessitando, portanto, da realização fonética do operador negativo para licenciar a concordância negativa. Este, por sua vez, nas duas orações, realiza-se com redução fonológica, adquirindo a forma de *num*. O uso da concordância negativa na oração subsequente sugere que *ninguém* receba, geralmente, a realização fonética do operador negativo, visto que, para o falante, não houve a necessidade de uma reformulação ou

197 O uso do asterisco e dos colchetes indicam uma reconstrução da fala do entrevistado.

oscilação com o padrão de negação simples [NEG V], em que se interpreta a existência de um operador negativo abstrato.

Autêntico 5: ... nesse dia que tira muito marisco, ninguém não vai, né? (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 19'00")

Com este exemplo, fica claro que o falante tem certa insistência na realização fonética do operador negativo para legitimar a negação de *ninguém*. No entanto, o que aqui passa a chamar a atenção é a realização fonológica do elemento negativo *não*. Este, ao contrário do exemplo anterior pertencente ao mesmo falante, não sofre redução fonológica, preservando bem, dessa forma, os fonemas do negativo *não*.

Autêntico 6: ... ninguém não pode pegar o saco e sair arrastando. (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 19'14")

Mais uma vez, tem-se a representação fonética do operador negativo *não* por parte do falante MLSS, estabelecendo uma recorrência do padrão [NEG NÃO V] para o elemento *ninguém*. Neste exemplo, igual ao que se verifica no anterior, o falante preserva, ao máximo, as qualidades integrais dos fonemas do termo negativo *não*. Esta preservação de fonemas não parece sugerir um tipo enfático de pronúncia, visto que não se observa uma marcação fonética de pausa ou de pico na prosódia do falante.

Autêntico 7: ... quando a maré tá grande, que ninguém num vai, vai colher... (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 21'45")

Com este exemplo, fica patente que há uma insistência no padrão negativo [NEG NÃO V] no que diz respeito ao emprego do termo negativo *ninguém* e a realização fonética do operador negativo. No entanto, mais uma vez o elemento negativo de concordância é realizado com redução fonológica, sendo pronunciado como *num*. Dessa forma, a redução fonológica ou a preservação dos fonemas do elemento negativo pré-verbal *não* suscita uma interpretação de uma simples oscilação intrínseca à língua particular do falante, sem intenções enfáticas que impactem sobre o sentido oracional, por exemplo.

Autêntico 8: ... ninguém não precisa de muito (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 24'45")

O termo negativo *ninguém* é novamente apresentado com realização fonética do operador negativo, legitimando a dupla negação pré-verbal. O operador negativo, por sua vez, manifesta-se sem perda fonológica e reforça a teoria de que, na gramática particular do falante, existe uma mera oscilação entre os empregos de *não* e *num*, visto que nenhum outro fator linguístico é capaz de justificar esta variação.

Autêntico 9: ... agora não, que tem essas máquinas, ninguém num [**bota*]¹⁹⁸ (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 43'00")

A última contribuição do falante MLSS é ainda a insistência no tratamento do termo negativo *ninguém* no padrão de dupla negação pré-verbal previsto pelo sistema linguístico. Assim, o operador negativo é realizado foneticamente com redução, *num*. A oscilação entre as realizações é praticamente equilibrada, o que leva a considerar como uma variação aleatória das variáveis fonológicas *não* e *num*.

Autêntico 10: ... no meu caso meu pai... ele nunca não teve oportunidade assim de:/de estudar... (*CORPUS CONCORDÂNCIA NIG-A-3M*, 17'40")

O exemplo que traz o caso autêntico 10 é inédito e inesperado nos dados dos *corpora*. O termo negativo *nunca*, segundo estudos prévios a este¹⁹⁹, é um dos primeiros a se tornar um *Op⁺* e, por isso, prescinde precocemente de concordância negativa. Por se tratar de um único exemplo, não há plausibilidade em considerar o padrão [NEG NÃO V] como característico para a manifestação do termo *nunca*. A única possibilidade que se pode sugerir é que a construção faz parte de uma gramática individual do falante NIG-A-3M, em que *nunca* é realizado no padrão [NEG NÃO V], com a realização fonética do operador que, neste caso, é legitimado com redução fonológica.

Autêntico 11: ...mas eu creio que nenhum num estava presente... (*CORPUS IBORUNA AC-093*, 06'15")

198 O uso do asterisco e dos colchetes indicam uma reconstrução da fala do entrevistado.

199 Por exemplo, Pérez-Saldanya (2004, p. 71): “[...] l'elisió de l'adverbi *no* exigeix que el predicat [...] es trobi sota l'abast del TPN, però, curiosament, es documenta primer amb el TPN més perifèric (amb la conjunció *ní* quan enllaça oracions), després amb les expressions temporals em posició d'adjunt oracional (*null temps, nunca, jamés* o *jamai i mai*) [...]”. (“[...] a elisió do advérbio *no* exige que o predicado [...] encontre-se sob a abrangência do TPN, mas, curiosamente, documenta-se primeiro com o TPN mais periférico (com a conjunção *ní* quando coordena orações), depois com as expressões temporais em posição de adjunto oracional (*null temps, nunca, jamés* o *jamai i mai*) [...]”). Tradução nossa

O termo negativo *nenhum*, dentre os casos classificados como “autênticos”, manifestou-se apenas neste exemplo. Aqui, o falante legitima o padrão [NEG NÃO V] para este termo e o operador negativo que caracteriza a dupla negação pré-verbal é foneticamente realizado como *num*. Na realização do falante, o termo negativo se apresenta com redução fonológica, como recorrentemente tem acontecido em diversos outros casos.

Autêntico 12: ...quase ninguém não tem muro (*CORPUS PEUL CENSO1980 C04 Lei, 10'13"*).

O exemplo autêntico 12 vem substanciar a possibilidade de emprego do termo negativo *ninguém* no padrão da dupla negação pré-verbal em um *corpus* distinto. O falante C04 Lei é o terceiro que demonstra que a língua ainda admite, ao menos para o termo negativo em questão, o padrão [NEG NÃO V]. A dupla negação pré-verbal se consolidou com o emprego do termo negativo *ninguém* seguido da realização fonética de *não*; este, porém, em sua forma fonológica reduzida, *num*.

4.3.2 Casos autênticos intermediários [NEG [xxx] NÃO V]

Autêntico intermediário 1: ...nenhum tipo de fibra não pode comê(r)... (*CORPUS IBORUNA AC-152, 39'50"*)

A partir deste exemplo, consolida-se, mais uma vez, a possibilidade do indefinido *nenhum(a)* apresentar-se no padrão [NEG NÃO V] no português brasileiro, o que justifica a realização fonética do operador negativo *não* na oração, realizado sem redução fonológica. Ao desempenhar, na oração, o papel de adjetivo, *nenhum* vem concordando com o sintagma *tipo de fibra*. A condição de adjetivo desempenhada por *nenhum* exige uma complementação que, consequentemente, resultará na estrutura [NEG [xxx] NÃO V]. Não obstante, os elementos intermediários, que são os complementos do adjetivo, não interferem na concordância ou com o operador negativo *não* na posição pré-verbal. Assim, os elementos intermediários em questão podem ser considerados como um sintagma único na oração. Também vale ressaltar que é plausível que *nenhum*, mesmo que aparecesse em sua forma pronominal, poderia receber, pelo mesmo falante, a concordância negativa, como em ...*tipo de fibra nenhum não*

pode comê(r). Não se deve desconsiderar, contudo, que a inversão da ordem dos elementos frásicos pode implicar não apenas uma mudança de categoria gramatical, mas pode, ademais, implicar a existência de outra intenção do uso discursivo.

Autêntico intermediário 2: ...nenhuma criança num vai subí(r) em cima do guarda-roupa pa pegá(r). (*CORPUS IBORUNA AC-058, 20'05"*)

Neste exemplo, tem-se a concordância negativa do adjetivo indefinido *nenhuma*, a qual é realizada foneticamente pelo operador negativo *num*. De maneira semelhante ao caso anterior, a condição de adjetivo desempenhada por *nenhuma* exige uma complementação que, consequentemente, resultará na estrutura [NEG [xxx] NÃO V]. Não obstante, o(s) elemento(s) intermediário(s), que são os complementos do adjetivo, não interferem na concordância com o operador negativo *não* na posição pré-verbal. Assim, os elementos intermediários em questão podem ser considerados como um sintagma único na oração. De qualquer maneira, poder-se-ia supor que o mesmo falante que realiza esta sentença também seria capaz de assumir como caso autêntico o da realização do padrão de dupla negação pré-verbal também com o pronome indefinido. Assim, supõe-se possível: ...criança *nenhuma num vai subí(r) em cima do guarda-roupa pa pegá(r)*. Contudo, faz-se necessário destacar que a inversão da ordem dos elementos frásicos pode implicar não apenas uma mudança de categoria gramatical, mas pode, ademais, implicar na existência de outra intenção do uso discursivo.

4.3.3 Casos potenciais

Potencial 1: ...e tudo som de berimbau, mas ninguém num acerta ninguém. (*CORPUS PEUL MOBREAL M05 Geo, somente texto*)

O primeiro exemplo que constitui os casos potenciais é formado pelo elemento negativo *ninguém*, o qual é o maior formador de casos de dupla negação pré-verbal, segundo demonstram os dados de 4.3.1. A dupla negação, aqui, é fato indiscutível. Porém, a principal dúvida que paira é a seguinte: existe uma dupla negação pré ou pós-verbal? O elemento negativo *ninguém* aparece duas vezes; a primeira, antes do verbo e já seguido imediatamente

do negativo com redução fonológica, *num*. O segundo aparecimento de *ninguém* é pós-verbal. Sendo assim, na concepção do falante, *num* vai atrelado a qual dos dois elementos negativos? Essa ambiguidade é a principal razão da classificação do exemplo como um caso potencial. Outra razão é o fato de não haver a possibilidade de comprovação por meio de áudio. Esta razão, contudo, pode ser considerada secundária, visto que o áudio, muito provavelmente, não seria capaz de desfazer a ambiguidade gerada pela concordância dos elementos negativos.

Potencial 2: ...assim alguma/medida nenhuma para acabar com esse tipo de violência com as pessoas que passam por ali que circulam por ali não/não é feito... (*CORPUS CONCORDÂNCIA NIG-A-3M*, 17'40")

O segundo exemplo dos casos potenciais apresenta uma complexidade que merece mais atenção. Em dois momentos da oração, há uma quebra de pensamento/fala que incide diretamente sobre a interpretação de uma realização de negação simples ou dupla. A primeira quebra consiste no emprego dos indefinidos *alguma* e *nenhuma*. Ao iniciar o seu raciocínio, o falante constrói a oração com *alguma*, pretendendo formar a concordância *alguma medida*. Todavia, antes de formar a suposta concordância, elabora uma rápida mudança de raciocínio e forma a concordância *medida nenhuma*. Sendo essa a sua escolha, parte-se do pressuposto de que a oração conta com um elemento negativo e que este é *nenhuma*. Isto posto, poder-se-ia interpretar, por exemplo, que existe aqui um caso de dupla negação pré-verbal do tipo autêntico intermediário, o qual estaria formado por [...*medida nenhuma* [[*para acabar com esse tipo de violência com as pessoas que passam por ali que circulam por ali*]] não/não é feito...], em que o sintagma [*medida nenhuma*] representa [NEG], o sintagma [*para acabar com esse tipo de violência com as pessoas que passam por ali que circulam por ali*] é o elemento intermediário [xxx], e o sintagma [*não/não é feito...*] corresponde a [NÃO V]. Note-se que a suposta concordância negativa, formada com o operador negativo *não*, também sofre uma quebra de raciocínio, a qual, contudo, não é reformulada. Assim, o falante decide-se pela manutenção do elemento negativo *não* na oração. Em detrimento desta interpretação, ou seja, de que se trate de um exemplo autêntico intermediário, dois fatores incidem na decisão da manutenção deste exemplo como apenas um caso potencial de realização de dupla negação pré-verbal. O primeiro fator se refere às já mencionadas reformulações: as reformulações podem indicar, por exemplo, uma mudança rápida de raciocínio ou perda do raciocínio. A primeira reformulação realizada pelo falante aparenta ser do tipo “mudança rápida”. Esta

interpretação se relaciona ao fato de que, em casos muitos específicos²⁰⁰, a língua admite que o elemento indefinido *algum/a* adquirira uma interpretação negativa, com um valor muito semelhante a *nenhum/a*. Dessa forma, acredita-se que a primeira reformulação, que consiste no uso de *nenhuma* em lugar de *alguma*, seja apenas um caso de nova escolha lexical, a qual não tem incidência relevante no restante do conteúdo oracional. O segundo fator está relacionado ao conteúdo [xxx], ou seja, o conteúdo específico do elemento intermediário: a complexidade do conteúdo selecionado pelo falante poderia fazer com que houvesse uma dificuldade para encerrar o raciocínio em elaboração. A hesitação na colocação do elemento *não* no último sintagma seria uma prova disso. A falta de concordância do termo adjetivo feito com os elementos anteriores, como *medida alguma* ou *medida nenhuma* corrobora para a interpretação de perda do raciocínio.

Com isso, não há possibilidade de se desfazer a ambiguidade da concordância oracional provocada pelas reformulações. Se realmente [xxx] fora capaz de provocar uma perda de raciocínio, a manutenção de *não* pode ser interpretada ora como [...medida alguma²⁰¹ [[para acabar com esse tipo de violência com as pessoas que passam por ali que circulam por ali]] não é feito...], ora como [...medida nenhuma [[para acabar com esse tipo de violência com as pessoas que passam por ali que circulam por ali]] não/não é feito...]. Somente esta segunda interpretação poderia consolidar um caso de dupla negação pré-verbal com a presença de um elemento intermediário.

Potencial 3: Nenhuma gracinha eu num sei... num sei mermu. (*CORPUS PEUL MOBREAL M03 Jor*, somente texto)

O exemplo aqui colocado apresenta a possibilidade de concordância negativa entre o adjetivo indefinido *nenhuma* e a realização fonética do operador negativo *não*. Ambos os termos são realizados com alguma especificidade fonética: “*nenhuma*” apresenta um rebaixamento da vogal pré-tônica ([e] > [i]), enquanto *não* é realizado com redução

200 Recorde-se Neves (2000): “No singular, equivalendo a NENHUM. A oração em que se emprega ALGUM posposto apresenta uma marca negativa ou privativa (*não*, *nem*, *sem*), se o sintagma que contém o elemento ALGUM vier após o verbo da oração:

O povo precisa aprender que **não** está recebendo presente **ALGUM**. (AR-O)

Pelo menos esse atleta para uso externo, para efeito visual, **não** terá, de modo **ALGUM**, alterado o equilíbrio interior. (AE)

Era bem possível que melhorasse e acabasse a noite **sem** cometer desatino **ALGUM**. (A)

Em tempo **ALGUM** de sua história, nosso povo deu, quanto agora, provas de serenidade e de maturidade. (AR-O)”. (NEVES, 2000, p. 543)

201 Esta interpretação negativa só é possível com a inversão sintática dos elementos.

fonológica, adquirindo, assim, a forma *num*. Novamente, vale ressaltar as possibilidades apontadas nos exemplos autêntico intermediário 1 e autêntico intermediário 2: pode-se supor que o adjetivo indefinido, ao realizar-se também como pronome, possa ser licenciado no padrão [NEG NÃO V]. A inversão sintática do elemento na oração e sua mudança de categoria gramatical também podem implicar um outro efeito discursivo. Os dados obtidos do *corpus* PEUL MOBREAL, apesar de serem relevantes para suscitar algumas possibilidades de casos de dupla negação pré-verbal, não se enquadram dentro da metodologia ideal da tese, i.e., não apresentam comprovação por meio de áudio.

Potencial 4: Ma si num dé certu cum eli, essi...imbaraçu di tê mais filhu cum ninguém ela num vai tê mais, né? (*CORPUS* PEUL MOBREAL M01 Elv, somente texto)

Este exemplo, também oriundo do *corpus* PEUL MOBREAL, fornece apenas o texto da entrevista realizada. Após hipotetizar diversas reconstruções, interpreta-se que a única possibilidade dada pelo contexto seja realmente uma realização de dupla negação pré-verbal. Aqui, a concordância do padrão [NEG NÃO V] se dá entre o termo negativo *ninguém* e a realização fonética do operador negativo *não*, realizado em sua forma com redução fonológica, *num*.

Potencial 5: Ninguein lá onde eu moro num qué casá não (*CORPUS* PEUL MOBREAL M05 Hen, somente texto)

O quinto exemplo de caso potencial também faz parte dos dados colhidos do *corpus* PEUL MOBREAL, os quais não apresentam comprovação por meio de áudio. Neste caso, o elemento negativo *ninguém* estabelece uma relação de concordância com o operador negativo reduzido fonologicamente, *num*, o qual legitima o padrão [NEG NÃO V]. Assim, potencial 5, não fosse pela ausência de áudio, poder-se-ia tratar como mais um caso de autêntico intermediário, em que o sintagma [lá onde eu moro] cumpriria o papel de [xxx], ou seja, de elemento intermediário.

Potencial 6: Porque ele num...porque ninguém lá do coisa num gostava dele (*CORPUS* PEUL CENSO 2000 T21 Cla, somente texto)

Este último exemplo traz a concordância do elemento negativo *ninguém* com a realização fonética do operador negativo *não*, fonologicamente reduzido em *num*. Intercalado

ao elemento negativo *ninguém* e o negativo *num*, encontra-se o sintagma *lá do coisa*, o qual não se vincula a nenhum dos dois elementos negativos. Sendo assim, o sintagma *lá do coisa* é deslocável a outras posições oracionais e permitiria, sem nenhuma implicação sintática, a realização de uma oração como *porque lá do coisa ninguém num gostava dele; porque ninguém num gostava dele lá do coisa*. Para a interpretação de orações como as que foram propostas, deve-se considerar que *lá do coisa* está sendo interpretado como um adjunto adverbial de lugar, como poder-se-ia supor *lá da comunidade, lá da capital, lá do centro da cidade, lá da escola*, entre inúmeras outras possibilidades. O deslocamento do sintagma em questão substancia a possibilidade da ocorrência do elemento *ninguém* em dupla negação pré-verbal, i.e., poder-se-ia admitir um caso de [NEG [xxx] NÃO V]. Apesar da possibilidade de ser uma representação plausível de dupla negação pré-verbal, a não confirmação por meio de áudio, conforme estabelecido pela metodologia proposta pela tese, impossibilita uma afirmação categórica a respeito deste caso.

4.4 Casos com *nem* nos *corpora* e a questão diacrônica

Os casos de dupla negação pré-verbal foram recorrentes em todas as línguas românicas, especialmente no estágio arcaico, conforme se tem visto ao longo deste trabalho. O fortalecimento dos termos negativos [+neg] se efetivou de forma gradual em dois sentidos: a) cada um dos termos teve seu processo de fortalecimento peculiar; b) cada uma das línguas seguiu o seu processo de mudança de forma independente e também peculiar.

A língua catalã, conforme já salientado em diversas oportunidades, foi tomada como modelo com a finalidade suscitar possibilidades que expliquem como esse processo ainda sobrevive no português brasileiro. Dessa forma, é plausível partir de trabalhos como os de Pérez-Saldanya (2004), quem propõe uma hierarquia da independência ou suficiência dos termos negativos nesta língua; ou seja, de forma cronológica, o autor verifica quais foram os primeiros tipos de termos negativos que conseguiram autonomia negativa oracional. Observe-se:

La idea que tractarem de defensar en aquest treball és que la tendència a l'absorció de la partícula *no* no és idèntica en tots els TPN i es produeix al llarg d'un període molt dilatat de temps. Per explicar aquest canvi,

assumirem que la negació és una propietat de l'oració (són les oracions les que són negatives o afirmatives) i que, d'acord amb aquest comportament, la negació ocupa una posició estructural que afecta el conjunt de l'oració bàsica. (PÉREZ-SALDANYA, 2004, p. 70).²⁰²

Conforme as ideias expostas, a partir de suas análises, os termos negativos apresentam uma sensibilidade bastante diferente uns dos outros no que concerne à realização fonética do operador negativo *não*. Enquanto alguns adquirem prontamente um valor [+neg], outros, no entanto, serão capazes de expressar esse traço apenas em época bem mais tardia. A razão que encontra Pérez-Saldanya (2004) para justificar essa diferença na sensibilidade e sensibilização dos termos em questão é a posição estrutural, sintática, que eles ocupam na oração, como se pode ver em:

Hem volgut fer referència de manera explícita a l'ordre lineal i a l'estructural, perquè la posició estructural dels TPN és un dels factors que cal tenir en compte a l'hora d'explicar la pèrdua progressiva (o l'opcionalitat progressiva) de la concordança. Comptat i debatut, l'elisió de l'adverbi *no* exigeix que el predicat (incloent-hi la posició que hauria d'ocupar la negació) es trobi sota l'abast del TPN, però, curiosament, es documenta primer amb el TPN més perifèric (amb la conjunció *ni* quan enllaça oracions), després amb les expressions temporals en posició d'adjunt oracional (*null temps, nunca, jamás* o *jamai* i *mai*) i, finalment, amb la resta d'elements. (PÉREZ-SALDANYA, 2004, p. 71)²⁰³

Segundo as análises realizadas pelo autor, a perda da concordância negativa, ao menos para o catalão, afetou, primeiramente, itens negativos mais periféricos, passando pelas expressões temporais até alcançar os demais elementos. Dessa forma, um dos primeiros itens negativos que prescindiram da concordância negativa foi, sem dúvidas, *nem*. Seguindo, então, a ordem estabelecida acima, a qual também poder-se-ia aplicar à maioria das línguas românicas, dentre os itens que deixaram de se sensibilizar pela concordância negativa estão os estudados na presente pesquisa. Assim, as chances de o português brasileiro apresentar

202 A ideia que trataremos de defender neste trabalho é que a tendência à absorção da partícula *no* não é idêntica em todos os TPN e se produz ao longo de um período muito dilatado de tempo. Para explicar esta mudança, assumiremos que a negação é uma propriedade da oração (são as orações as que são negativas ou afirmativas) e que, de acordo com este comportamento, a negação ocupa uma posição estrutural que afeta o conjunto da oração básica. (PÉREZ-SALDANYA, 2004, p. 70). Tradução nossa.

203 Quisemos fazer referência de maneira explícita à ordem linear e à estrutural, porque a posição estrutural dos TPN é um dos fatores que precisam ser levados em conta na hora de explicar a perda progressiva (ou a opcionalidade progressiva) da concordância. Em resumo, a elisão do advérbio *no* exige que o predicado (incluindo aqui a posição que deveria ocupar a negação) se encontre sob a abrangência do TPN, mas, curiosamente, documenta-se primeiro com o TPN mais periférico (com a conjunção *ni* quando coordena orações), depois com as expressões temporais em posição de adjunto oracional (*null temps, nunca, jamás* o *jamai* i *mai*) e, finalmente, com o resto dos elementos. Tradução nossa.

concordância negativa com elementos como *nada*, *nenhum* e *ninguém* são, *a priori*, muito mais plausíveis em relação aos demais termos negativos. Por esse motivo, a pesquisa não contava, por exemplo, com a efetivação de concordância negativa com o elemento *nem*.

Estudos mais específicos de língua portuguesa que versam sobre o comportamento de itens negativos, como os de Martins (1996, 2001 e outros), também deixam de incluir análises e considerações acerca de casos com *nem*, o que, implicitamente, remete à veracidade dos apontamentos de Pérez-Saldanya (2004) e à semelhança comportamental que se pode estabelecer entre o português e o catalão. Contrariando, contudo, essa expectativa, casos substanciais de dupla negação formados com o elemento *nem* foram encontrados nos *corpora* do português brasileiro. A inconsistência entre os apontamentos na literatura específica e os dados obtidos pelos *corpora* demanda, ao menos, a abertura desta subseção a fim de levantar e apontar algumas ideias ou mesmo suscitar algumas hipóteses para alguns casos encontrados.

Isto posto, serão expostos e explorados alguns pontos para breve discussão de casos com *nem* nas subseções seguintes.

4.4.1 *Nem* e a abrangência diatópica

Pelo que foi possível observar durante a coleta de dados, a dupla negação pré-verbal com o termo *nem* é um fenômeno diatopicamente generalizado, visto que a sua realização, em maior ou menor grau, ocorre em todos os *corpora*. A título de exemplo, observem-se as realizações a seguir:

- Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais:

a) Minha mãe *nem* não ia na rua fazer compra (*CORPUS PORTUGUÊS FALADO* Viver com os outros).

- Concordância:

a) É ela diz *aliais nem* meu filho *nem* minha filha eles não querem ter filhos porque acham que o mundo está muito violento. (*CORPUS CONCORDÂNCIA* COP-C-3-M).

- Iboruna:

- a) Nem oi num te falô(u) (*CORPUS* IBORUNA AI-006-MAR-4).
- b) Nem com o meu pai e minha mãe direito ela num saía (*CORPUS* IBORUNA AC-011).
- c) Nem a mãe num sabia (*CORPUS* IBORUNA AC-105)
- d) Mas nem um cachorro num dorme ali como que eu vô(u) dormi(r) ali? (*CORPUS* IBORUNA AC-129)
- e) Nem a minha rua num era asfaltada (*CORPUS* IBORUNA AC-132)

- PEUL:

- a) Quer dizer que ele nem assim não repetiu. Ele operou, quando estava na terceira série. Nem assim ele não repetiu (*CORPUS* PEUL CENSO 1980 C16Marl)
- b) Então, nem a minha irmã, que é sogra, não consegue viver com ela. (*CORPUS* PEUL CENSO 1980 C17Ire)
- c) O vendedor não, nem no caixa mesmo não paga, porque isso é uma transação da-do cliente com o caixa (*CORPUS* PEUL CENSO 1980 C28Lau)
- d) Chega uma certa hora, nem ônibus não tem mais (*CORPUS* PEUL CENSO 1980 C30Ari)
- e) Nem comida ela não gosta (*CORPUS* PEUL RECONNECTADOS 2000 R06Jup)

- Piauí e Maranhão:

- a) Ele nem sócio num é (*CORPUS* PIAUÍ MARANHÃO LU)
- b) Nem para Parnaíba eu num gosto (*CORPUS* PIAUÍ MARANHÃO DD)
- c) Nem assinar o nome meu pai num sabia (*CORPUS* PIAUÍ MARANHÃO FLC)
- d) Tem homem que nem no porto num vai à noite (*CORPUS* PIAUÍ MARANHÃO MSAS)

As zonas dialetais brasileiras que compreendem a presente pesquisa apresentam um quadro bastante heterogêneo no que se refere ao seu momento e temporalidade de colonização. A região do nordeste brasileiro apresenta uma colonização bem mais antiga se comparada à colonização da região sudeste. Com isso, permite-se suscitar a hipótese de que a concordância negativa realizada entre o termo *nem* e o operador negativo foneticamente

realizado no padrão [NEG NÃO V] não somente chegou ao Brasil, mas também ainda pode apresentar comportamento sintático como os elementos aqui estudados, como *nada*, *nenhum* e *ninguém*. Porém, diferentemente destes termos negativos, o item *nem* sugere ter uma difusão bastante ampla e apresenta consistentes dados que exemplificam a opção pela realização fonética do operador negativo com traço [uNeg]. Isto é, *nem* apresenta importantes frequências da legitimação da negação seja pela realização fonética do operador negativo quanto pela ausência deste, i.e., com o operador negativo abstrato.

4.4.2 Considerações diastráticas acerca de *nem*

O fenômeno de dupla negação pré-verbal que afeta o termo *nem*, *a priori*, aparenta ser bastante difundido também em nível diastrático, dado que, ao menos nos quesitos principais desse nível (sexo, escolaridade e faixa etária, por exemplo), *nem* suscita fortes possibilidades de concordância negativa com *não*. A título de curiosidade, observem-se os apontamentos a seguir:

- Sexo: a maioria dos exemplos encontrados de *nem* em concordância com *não* pré-verbal são referentes ao sexo feminino. Contudo, este dado não pode ser considerado determinante para qualquer avaliação, visto que, por exemplo, o *corpus* Piauí-Maranhão é formado apenas por mulheres pescadoras. Dessa forma, a dicotomia feminino/masculino não apresenta o equilíbrio necessário para se fazer apontamentos específicos no quesito sexo. Mesmo assim, abaixo se apresentam alguns exemplos recolhidos:

a) Feminino:

a1) Nem pra ele ele num ficô(u) [com dinhe(i)ro no bolso nem pra ele] (*CORPUS* IBORUNA AI-003-ILHA-2)

a2) Minha mãe nem não ia na rua fazer compra (*CORPUS* PORTUGUÊS FALADO Viver com os outros)

a3) É ela diz aliais nem meu filho nem minha filha eles não querem ter filhos porque acham que o mundo está muito violento (*CORPUS* CONCORDÂNCIA COP-C-3-M)

a4) Tem homem que nem no porto num vai à noite (*CORPUS* PIAUÍ-MARANHÃO MSAS)

a5) Chega uma certa hora, nem ônibus não tem mais (*CORPUS* PEUL CENSO 1980 C30Ari)

b) Masculino:

b1) Nem luz elétrica num tem ainda lá na fazenda (*CORPUS* IBORUNA AC-093)b2) Se terminei, nem diploma num tenho mais (*CORPUS* PEUL RECONNECTADOS 2000 R13 Jan)b3) Não, nunca dei e se'u pudesse nem num dava nunca. (*CORPUS* PEUL MOBREAL M04 Geo)

- Escolaridade: neste quesito, *nem* em concordância negativa pré-verbal sugere que, quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade do desaparecimento dessa concordância. Isto é, o fator baixa escolaridade pode influenciar positivamente para o aumento de casos de dupla negação pré-verbal entre *nem* e *não*, dado que a grande maioria dos casos encontrados são referentes a produções de falantes com apenas o nível fundamental concluído ou incompleto, seguido de falantes que nem tiveram acesso à alfabetização primária; portanto, analfabetos. Já com falantes de nível superior, as ocorrências são mínimas, constituindo apenas dois casos. A título de exemplo, observem-se os casos abaixo:

a) Dados de falantes com ensino fundamental (completo ou incompleto):

a1) Nunca fala, nem os próprios professores de português não fala correto (*CORPUS* PEUL MOBREAL M07 Sid)a2) Nem com o meu pai e minha mãe ela num saía (*CORPUS* IBORUNA AC-011)

b) Dados de falantes com ensino médio:

b1) Nem isso eu num tomo mais (*CORPUS* IBORUNA AC-144)b2) Nem a mãe num sabia e a irmã (*CORPUS* IBORUNA AC-105)

c) Dados de falantes com ensino superior:

c1) Acho que nem a metade bem eles não cumpre (*CORPUS* IBORUNA AC-152)c2) É ela diz aliais nem meu filho nem minha filha eles não querem ter filhos porque acham que o mundo está muito violento. (*CORPUS* CONCORDÂNCIA COP-C-3-M)

d) Dados de falantes analfabetos:

d1) Tem homem que nem no porto num vai à noite (*CORPUS* PIAUÍ-MARANHÃO MSAS)

d2) Porque nem para vender mais eu num tiro assim para mim vender (*CORPUS PIAUÍ-MARANHÃO FLC*)

e) Dados de falantes com escolaridade não informada:

e1) Não, nunca dei e se'u pudesse nem num dava nunca. (*CORPUS PEUL MOBRAL M04Geo*)

e2) Nem uma piranha dessas num mordeu nós (*CORPUS PIAUÍ-MARANHÃO MLSS*)

4.4.3 Breves considerações sobre *nem* e os níveis gramaticais

A fim de fechar os apontamentos acerca da dupla negação pré-verbal com o termo negativo *nem*, será estabelecido um paralelo entre as possibilidades de ocorrência em catalão e os dados colhidos nos *corpora* do português brasileiro. Privilegiando o nível morfossintático, é possível verificar que os dados reportam dois usos: *nem* + *sintagma* + *não* + *verbo* ou *nem* + *não* + *verbo*, à semelhança do comportamento de outros itens negativos já analisados no presente capítulo. As duas estruturas também são relatadas como legítimas do catalão, especialmente na língua antiga. Segundo Pérez-Saldanya (2004, p. 72),

Quant a la connexió oracional, l'adverbi *no* apareixia tant en estructures del tipus “*niSX noV*”, amb un sintagma anteposat al verb [...], com en estructures del tipus “*ni noV*”, sense cap sintagma anteposat i amb contigüitat de *ni* i *no* [...].

La seqüència *ni no* (o *ne no*), de fet, es troba ben documentada en els textos més antics. Tot i amb això, aquesta seqüència devia resultar anòmala, ja que ben aviat comença a aparèixer sense *no* i l'elisió ja és normal, i fins habitual en textos de Llull o coetanis[...].²⁰⁴

Com as colocações acima, unidas às possibilidades de representação da dupla negação de *nem* vigentes no português brasileiro, parece legítimo que outras línguas românicas tenham partilhado dessas duas estruturas para este ou outros termos negativos. Além disso, o autor

204 Quanto à conexão oracional, o advérbio *no* aparecia tanto em estruturas do tipo “*niSX noV*”, com um sintagma anteposto ao verbo [...], como em estruturas do tipo “*ni noV*”, sem nenhum sintagma anteposto e com contigüidade de *ni* e *no* [...].

A sequência *ni no* (o *ne no*), de fato, encontra-se bem documentada nos textos mais antigos. Apesar disso, esta sequência devia resultar anômala, já que bem cedo começa a aparecer sem *no* e a elisão já é normal, e até habitual em textos de Llull o coetâneos [...]. Tradução nossa.

ressalta o precoce desaparecimento da estrutura *nem+ não+ verbo*, a qual basicamente se limita aos textos arcaicos da língua. De fato, dos exemplos coletados nos *corpora*, a estrutura apresentada é, sem margem a dúvidas, bem mais rara que a que apresenta um sintagma intermediando *nem* e *não*. A título de exemplo, observem-se os seguintes dados:

- a) Minha mãe nem não ia na rua fazer compra (*CORPUS PORTUGUÊS FALADO* Viver com os outros)
- b) Não, nunca dei e se'u pudesse nem num dava nunca (*CORPUS PEUL MOBRAL* M04 Geo)
- c) Um tal de Berenin num sabi nem num conheci nada, intendeu (*CORPUS PEUL MOBRAL* M05 Jor)
- d) Agora, hoje, Deus me livre, nem num é de vê... (*CORPUS PEUL MOBRAL* M05 FEM)

Os exemplos acima selecionados são os únicos que se apresentam na estrutura *nem+ não+ verbo*, no mesmo molde verificado por Pérez-Saldanya (2004, p. 72) para o catalão antigo. Apesar de esta ser uma estrutura legítima no português brasileiro, *nem+ sintagma+ não+ verbo* é substancialmente mais produtiva na língua. Dessa forma, pode-se sugerir a hipótese de que o português brasileiro, apesar de herdeiro de ambas as estruturas, privilegia o emprego de *nem* no padrão negativo simples ou, se em concordância negativa, há grande favoritismo de *nem+ sintagma+ não+ verbo*, provavelmente pelo distanciamento, e enfraquecimento do sentido negativo, entre *nem* e *não*, já que se encontram intercalados por um sintagma.

4.5 Outros casos de negação

Além dos dados coletados para apresentação e discussão da dupla negação pré-verbal, serão pontuadas algumas ocorrências que remetem a outros tipos de negação já discutidos nesta tese. Para este fim, atente-se para a lista abaixo.

- a) Mais nada você num sabe fazer? (*CORPUS PEUL CENSO 2000* T02 Raf, somente texto)

O exemplo apresentado possui condições para agrupar-se aos casos potenciais de

dupla negação pré-verbal, uma vez que existe a concordância entre o termo negativo *nada* e *num*. Todavia, dois fatores contribuem para o isolamento deste caso. Em primeiro lugar, a fala em questão não pertence ao entrevistado, e sim ao entrevistador, fator este que impossibilita uma análise sociolinguística. Em segundo lugar, o dado apresentado pertence a um documento que apenas consta de texto e não pode ser confirmado por áudio, como alguns casos já relatados anteriormente. Esses dois fatores juntos, assim, impossibilitam que o exemplo se encaixe na divisão estabelecida para classificar os dados dos *corpora*.

Além disso, o efeito conseguido pela concordância negativa *nada* e *num* em uma oração interrogativa é também um elemento que chama a atenção. Até o momento, a dupla negação pré-verbal não havia se manifestado em orações interrogativas, mas sim havia se manifestado em orações interrogativas independentes, porém, próximas à da dupla negação. São os casos, por exemplo, em que aparece *né*, como em autêntico 5: ... nesse dia que tira muito marisco, ninguém não vai, né? (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 19'00").

b) Sei lá! Não sei te dizer (*CORPUS PEUL CENSO 1980 C05 Sue*)

c) De jeito maneira (*CORPUS PEUL CENSO 2000 T09 Fil*)

Os exemplos b) e c) reforçam a existência, na língua portuguesa, da negação metalinguística. Casos de negação metalinguística²⁰⁵ foram estudados por Martins (2014) para o português europeu, conforme apontado no capítulo 1. Este tipo de negação é um produto que se forma por meio de uma equação pragmática e sintática. Dessa forma, todo o conjunto expressa a negação sem sequer utilizar nenhum elemento negativo.

d) Adianta nada (*CORPUS PEUL MOBRAL M03 Mar*)

No exemplo em questão, o elemento negativo *nada* apresenta uma posição sintática mais à margem direita, a qual, difundidamente, ocupa quando a oração está em concordância negativa pós verbal [NÃO V NEG]. No entanto, e especialmente em registros mais informais, observa-se um recorrente emprego de estruturas como as do exemplo d). Também o negativo *não*, conforme visto no capítulo 1, assume, sem nenhum inconveniente, a posição sintática de *nada* no exemplo d). Para Cavalcante (2012), se o português brasileiro realmente possui uma negação que se possa considerar enfática, esse lugar é exatamente o de *nada* à margem direita,

205 Faz-se necessário especificar que os exemplos colocados são os do tipo estudados por Martins (2014), e não os casos de negação metalinguística propostos por Ducrot (1987).

exatamente como representada por d). Diz Cavalcante (2012, p. 25): “[...] proponho que o PB possui um outro tipo de marcador negativo responsável pela negação enfática, i.e., o quantificador *nada* em posição não-argumental”.

e) Tu imagina o que que num tem dentro de uma aeronave, né? (*CORPUS PEUL RECONNECTADOS 2000 R07 Leo*)

f) Pôxa, que esse médico não vai pensá de mim (*CORPUS PEUL MOBIL M05 Mar*)

Os casos selecionados, e) e f), poder-se-iam considerar como exemplos de negação retórica, conforme retratado por Neves (2000, p. 313), em que, na realidade, não existe uma negação; ao contrário, a intenção alcançada remete ao oposto afirmativo ou positivo. Assim, a leitura de e) deve ser considerada como *Tu imagina o que que tem dentro de uma aeronave, né?*, agregando, provavelmente, um tom mais exclamativo, típico dos casos de negação retórica. Em f), a leitura a ser feita é *Pôxa, que esse médico vai pensá de mim*. Aqui, a expressão *Pôxa* já pode dar conta da interpretação exclamativa a ser considerada na oração. Em ambos os casos, a simples extração do termo negativo *não* é o suficiente para a real interpretação da oração.

4.6 Comportamento dos elementos negativos em orações com dupla negação pré-verbal

4.6.1 *Não* e *num* nas orações de dupla negação pré-verbal

Antes mesmo de entrar na questão específica acerca do comportamento dos termos negativos em estudo, faz-se necessário retomar algumas discussões relativas ao próprio comportamento do negativo *não*. Conforme visto nos capítulos anteriores e também nas diversas formas de negação apresentadas, *não* possui grande mobilidade sintática dentro das orações e, exatamente por isso, comporta-se, em cada uma delas, de maneira diferente: em posição pré-verbal, pós-verbal, expletivo ou outras. De qualquer maneira, seja qual for a

posição ocupada, *não* não possui características de um elemento intensificador, enfático ou reforçador da negação. Essas ideias aventadas acerca de *não* devem-se, especialmente, à grande difusão da realização fonológica da forma *num*. De fato, aqui existe um enfraquecimento ou desgaste que não pode ser desprezado; contudo, esse desgaste se limita apenas ao nível fonológico e não atinge, por exemplo, a estrutura sintática. Se não fosse assim, estruturas como [NUM V] seriam agramaticais em português brasileiro. Ao contrário, [NUM V] é uma das formas de negação bastante difundida.

Além do mais, a redução fonológica de *não* em *num* não é um caso exclusivo do português (brasileiro ou europeu, ainda que nesta variedade não seja uma forma tão amplamente difundida). San Segundo (2016)²⁰⁶, para o asturiano, também atesta a existência das variantes negativas *não* e *nun* e seu trabalho vai no sentido de identificar os lugares que cabem a cada uma das formas, ou seja, quando elas não alternam livremente. Mais ainda, ao estudar a estrutura oracional afetada por um ou outro marcador negativo, San Segundo (2016, p. 62) observa que nem sequer podem ser classificados como variantes, e sim que se trata de dois marcadores negativos diferentes ou independentes. Observe-se:

[...] *nun* actúa dentro de la estructura oracional mientras que *non* no tiene acceso a ella, sino que opera a nivel discursivo para refutar lo expresado por la oración negativa. Por lo tanto, la concurrencia de ambas unidades en un mismo enunciado y los distintos efectos sintáctico-pragmáticos que genera cada una de ellas ponen de manifiesto que *non* y *nun* no son variantes de una misma unidad, sino dos marcadores negativos diferentes.²⁰⁷

Em asturiano, a negação desempenhada por *non* serve para marcar a negação metalingüística, a que “se emplea a nivel discursivo para refutar una aseveración previa”, enquanto *nun* é um marcador ambíguo, visto que, além de servir para expressar a negação metalingüística, também serve para marcar a negação oracional. (SAN SEGUNDO, 2016, p. 68)²⁰⁸

206 Agradeço a Ares Llop (Universitat Autònoma de Barcelona) a indicação da leitura.

207 [...] *nun* atua dentro da estrutura oracional enquanto que *non* não tem acesso a ela, e sim opera no nível discursivo para refutar o expressado pela oração negativa. Portanto, a concorrência de ambas as unidades em um mesmo enunciado e os distintos efeitos sintático-pragmáticos que gera cada uma delas evidenciam que *non* e *nun* não são variantes de uma mesma unidade, mas sim dois marcadores negativos diferentes. Tradução nossa.

208 São exemplos de usos de *non* e da ambiguidade encontrada nos usos de *nun* os seguintes casos colocados pela autora: A: Xuan tien tres fios ‘tres exactamente’

B: a. Nuntien tres fios, tien dos ‘tres exactamente’ Neg. regular

b. Nuntien tres fios, tien cuatro ‘al menos tres’ Neg. metalingüística

c. Tien tres fios non, tien cuatro ‘al menos tres’ Neg. Metalingüística (SAN SEGUNDO, 2016, p. 69)

Após essas breves explicações, voltam-se os olhos para a alternância entre os negativos *não* e *num* no português brasileiro. O emprego de um segundo *não* na oração não deve ser atribuído ao enfraquecimento fonológico de *não* (i.e. *num*), nem tampouco ser associado a uma forma enfática de negação, dado que o uso do segundo *não* oracional é anterior à redução fonológica do primeiro.²⁰⁹ No que tange especificamente ao presente objeto de estudo, a dupla negação pré-verbal, tampouco poder-se-ia considerar o emprego de *não* ou *num* como mero reforço negativo. A estrutura [NEG NÃO V], ainda existente no português brasileiro, porém pouco produtiva, apresenta variação fonológica também em [NEG NUM V]. Em nenhuma das formas apresentadas, porém, foi verificado qualquer tipo de ênfase fonética ou prosódica na enunciação das orações que apresentavam alguma das duas estruturas. Dito de outra forma, *não* e *num* são passíveis de formar a dupla negação pré-verbal sem obedecer a nenhum critério de reforço²¹⁰. Portanto, a oscilação fonológica de *não* e *num* na estrutura [NEG NÃO V] ou [NEG NUM V] não afeta, em específico, nenhum nível gramatical, nem tampouco pode ser considerada como uma oscilação intra-falantes. Tanto é assim que os exemplos autênticos 4, 5, 6, 7, 8 e 9 são realizações pertencentes ao mesmo falante. Assim, para a formação da dupla negação pré-verbal, *não* e *num* sugerem ter uma variação mais livre se comparado a outras estruturas negativas, nas quais cada um apresenta posições mais rígidas²¹¹.

209 Conforme Teixeira de Sousa (2012), um estudo realizado pela própria autora na cidade de Mariana-MG, nos anos de 2005-2007, traz um dado novo acerca da relação de *não* e *num*: não é a redução fonológica do *não* pré-verbal que provoca o aparecimento de um segundo *não* ao fim da oração; ao contrário, primeiramente surge esse segundo *não*, o que ocasiona, aos poucos a erosão fonética do *não* pré-verbal. Agradecimento à professora Teresa Espinal (*Universitat Autònoma de Barcelona*) por recordar de inserir essas informações do trabalho de Teixeira de Sousa (2012) também aqui.

210 Para Cavalcante (2012, p. 141), reforçar a negação tem a finalidade de “tornar uma informação já presente na sentença mais transparente para a interpretação ou identificação (pelo ouvinte)”, enquanto a expressão da ênfase “adiciona algum tipo de informação à sentença”.

211 Sabe-se, por exemplo que *não* e *num* podem alternar em orações do tipo [NEG V], como *Não veio* ou *Num veio*. Porém, [V NEG] restringe a presença de *num*: *Veio não* e **Veio num* (o asterisco indica a agramaticalidade da oração). Sobre as posições ocupadas por *não* e *num* na oração, podem-se consultar os trabalhos de Cavalcante (2007), Biberauer; Cirino (2009) e Teixeira de Sousa (2012).

4.6.2 Os elementos negativos na formação de orações de dupla negação pré-verbal

Para que se manifestem realizações de dupla negação pré-verbal, é imprescindível que o elemento negativo estabeleça concordância com um operador negativo, como *não*, realizado foneticamente, conforme se tem apontado no presente estudo. Segundo os dados coletados nos diversos *corpora* da pesquisa, a presença dessas realizações é bastante limitada, se comparada às vezes em que este espaço é ocupado por um operador abstrato; contudo, os exemplos encontrados permitem propor sugestões acerca do comportamento e funcionamento desses elementos.

A literatura específica e também a literatura correlata têm utilizado ao menos três tipos de classificação dos elementos negativos, conforme brevemente abordado no capítulo 1, a saber, quantificadores negativos, *n-words* e itens de polaridade. Na história evolutiva de cada um dos elementos, a depender da língua abordada, a passagem de uma classe a outra não era algo incomum. Segundo Labelle; Espinal (2014, p. 204), por exemplo, no Francês Arcaico, *nul* mantinha um *status* de item de polaridade. Não obstante, ao final do século XIV, *nul* passa novamente a se comportar como *n-word*.²¹²

Essa grande mobilidade, -não aleatória, deve-se recordar-, de categoria que caracteriza o comportamento dos itens negativos foi marcante não somente nas línguas românicas, mas também em outras línguas, como o inglês. Dessa maneira, não é despropositado suscitar a hipótese de que os diferentes elementos negativos em estudo se comportem de maneira não uniforme no português brasileiro. Mais ainda, é lícito afirmar, desde já, que os mesmos elementos negativos não tenham idêntico comportamento na língua, dado a incidência de fatores intra ou extralinguísticos, como, por exemplo, considerações sociolinguísticas. Dito de outra maneira, seria plausível que, mesmo em uma perspectiva sincrônica, *nada* apresentasse, para determinado falante, de determinada região, faixa etária e escolaridade, um

212 Observe-se o exemplo fornecido pelas autoras (LABELLE; ESPINAL, 2014, p. 204):

Et ce conseil, je le donne et nul aultre;
and this advice I it give and no other
'And this advice, I give it and no other'
(1373-FROISSART-P, 723.15675)

comportamento de *n-word* enquanto que, para outro(s), apresentasse um comportamento de quantificador negativo.²¹³

Assim sendo, retomam-se algumas ideias primordiais acerca das características comportamentais de termos negativos.

1. Quantificadores negativos: são elementos licenciados em um nível alto da estrutura sintática, ou seja, apresentam uma leitura negativa por si mesmos, sem dependência de nenhuma outra estrutura.
2. *N-words*: são licenciados em níveis mais inferiores da estrutura sintática e, por isso, dependem de outros elementos estruturais para a aquisição do valor negativo. Assim, em conjunto com o marcador setencial, criam uma instância de concordância negativa.
3. Itens de polaridade: à semelhança dos *n-words*, estes também são validados em estruturas sintáticas inferiores. Mais ainda, dependem do contexto para validar um traço formal (negativo ou positivo). São também os elementos que aparecem em contextos chamados não-verídicos e anti-verídicos.

À semelhança do que ocorre no português europeu hodierno, o português brasileiro parece desconhecer o emprego de elementos negativos em contextos não-verídicos e anti-verídicos. Isso não quer dizer, categoricamente, que o português brasileiro não tenha recebido essa transmissão linguística; apenas significa que o fenômeno não chegou forte o suficiente para se consolidar na língua. Nos *corpora* disponíveis para análise, nenhum dado corrobora para a afirmação do contrário. Então, mesmo que seja possível afirmar que ainda o português brasileiro possui casos de dupla negação pré-verbal, o comportamento desses itens negativos envolvidos nesses casos de negação, não demonstra qualquer relação comportamental semelhante aos itens de polaridade.

No que tange às características dos *n-words* e dos quantificadores negativos, deve-se ater, antes, a alguns fatos. Pela observação da evolução dos itens negativos em português europeu, possivelmente os elementos negativos chegaram ao Brasil, em sua maioria, em um estágio similar ao dos quantificadores negativos. No entanto, há uma forte possibilidade de que algum, ou mesmo alguns, item negativo apresentasse características de *n-words* ou

213 Recorde-se que em castelhano há relatados casos com dupla negação pré-verbal, como: *Aquí nadie no sabe sobre eso* (ESPINAL et al., 2015, p. 150), exemplo do espanhol falado na região basca.

mesmo de itens de polaridade. Esta afirmação se respalda em dois fatos: a) o português europeu, justamente em período de transição linguística, de sua fase arcaica para a fase moderna, em que a dupla negação oscila com a forma de negação simples, coincide com o português a ser transplantado ao Brasil²¹⁴; b) outras línguas, românicas ou não, apresentam, ao menos dialetalmente, a possibilidade de realização fonética do operador negativo para formar o padrão [NEG NÃO V] para esses termos em estudo. É o caso, por exemplo, de determinadas realizações do espanhol basco ou de outros dialetos do espanhol americano. Com isso, fica claro que a manutenção do fenômeno linguístico, em âmbito dialetal ou contextual, não tem exclusividade na língua portuguesa.

Assim, ainda sobre o fato a), exposto logo acima, e com o amparo dos dados coletados nos *corpora* de pesquisa, pode-se constatar que a opcionalidade é um fator vigente para os falantes que realizam a dupla negação pré-verbal, remetendo à estrutura encontrada na transição da fase arcaica para a fase moderna da língua portuguesa. Ou seja, os falantes que tendem a realizar a dupla negação pré-verbal com determinado(s) termo(s) negativo(s) não excluem a possibilidade de expressão de orações negativas com a negação simples, em que há um operador negativo abstrato [iNeg]. Os dados obtidos por meio da análise dos *corpora* permitem suscitar que apenas o elemento *ninguém* ainda possui características de *n-word*. Os demais elementos negativos que este estudo se propôs a analisar, como *nada* e *nenhum*, ao que parece, já operava, desde a chegada da língua portuguesa no Brasil, com forte tendência ao comportamento exclusivo de quantificador negativo. Vejam-se os casos a seguir, que tratam acerca dos dois traços formais expressos por *ninguém* nos dados dos portugueses brasileiro:

- Re-escuta do áudio (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*), que envolve os exemplos autênticos 1, 2 e 3.

Os dados pertencentes a este áudio e, portanto, pertencentes a um mesmo falante, referem-se a apenas um termo negativo que aparece em dupla negação, a saber, *ninguém*. A intenção da re-escuta é verificar se o termo que apresenta concordância negativa, também se manifesta no discurso do falante sem a concordância, ou seja, com o operador negativo abstrato.

214 Para além deste fato, poder-se-ia respaldar no uso vigente da dupla negação pré-verbal obrigatória em cabo-verdiano. A chegada de portugueses em Cabo Verde é pouco anterior à sua chegada ao Brasil; possivelmente menos de meio século.

A re-escuta possibilitou encontrar quatro casos com a ocorrência do elemento negativo *ninguém*. Em três delas, existe a concordância pós-verbal; ou seja, *ninguém* não assume a posição de sujeito e, encontrando-se na posição pós-verbal, realiza a concordância com o negativo *num*:

- a) já num tem ninguém por ali
- b) eu num pedia ninguém comigo
- c) num queria ninguém

A dupla negação pós-verbal é bem difundida tanto pela fala culta, na linguagem normativa e padrão, quanto na linguagem popular. Assim, esses casos de concordância encontrados são absolutamente esperados nas realizações dos falantes. No português brasileiro, especialmente na linguagem mais popular, *ninguém*, na mesma posição apresentada nas três orações acima, já possui real autonomia negativa [+neg]; tanto é assim que não raro se escutam realizações como *Tem ninguém por ali*; *Pedia ninguém comigo*; *Queria ninguém*.

Outra realização de *ninguém* em concordância é observada em d):

- d) porque nesse tempo ninguém nem pensava assim

Nesta oração, porém, *ninguém* ocupa posição de sujeito e poder-se-ia sugerir a existência de concordância negativa que se efetiva em posição pré-verbal, realizada entre *ninguém* e *nem*. Contudo, cabe ressaltar que a formação de dupla negação, aqui, não está sendo tratada como um sinônimo de *ninguém não*. *Nem* parece desempenhar um papel diferente de *não*. *Ninguém não* expressa um valor negativo conjunto, representados dentro de um mesmo sintagma, enquanto *nem* parece ter autonomia sintagmática com papel mais de intensificador, o qual está relacionado à ação de *pensar*. Dessa forma, assume-se que o *ninguém*, nesta oração, realiza concordância com um operador negativo abstrato e sua negação é independente da que expressa *nem*.

- Re-escuta do áudio (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*), que envolve os exemplos autênticos 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Na re-escuta deste documento, foi constatado que todos os empregos de *ninguém* se efetivaram em concordância negativa pré-verbal com a realização fonética do operador *não*. O documento sugere que o padrão [NEG NÃO V] é característico da norma individual deste falante, já que a concordância com o operador negativo abstrato, como em [NEG V], não é realizada.

- Re-escuta do áudio (*CORPUS CONCORDÂNCIA NIG-A-3M*), referente ao exemplo autêntico 10.

Neste documento, o elemento negativo encontrado em concordância com *não* é *nunca*. À semelhança da evolução do termo *nem*, *nunca* não era esperado como uma manifestação possível de concordância negativa no padrão [NEG NÃO V], dado que, precocemente, o termo evolui para o fortalecimento [+neg]. A insistência na representação de *nem* em concordância negativa pré-verbal, no entanto, levou à abertura de uma subseção para uma breve observação das ocorrências. Ao nomear as representações de “insistência”, está-se referindo não somente à quantidade de casos apresentados, mas também à presença pan-diatópica das ocorrências. No caso de *nunca*, todavia, não houve uma insistência de uso de concordância negativa pré-verbal em nenhuma região específica e nem sequer com um mesmo falante. Assim, a concordância de *nunca* é realizada uma única vez em todo o material coletado, podendo, de antemão, ser considerado como uma idiossincrasia. Apesar desta colocação, para seguir a mesma metodologia adotada com os demais elementos negativos, observem-se outros casos de *nunca* encontrados no documento em questão:

- a) depois que veio SKOL pra cá pergunta se ti/ passou a ter algum carro ali alguma patrulha ali sumiu nunca mais e era só às sextas-feiras;
- b) falava tudo errado então parecia que vo/ não tinha estudado nunca mas poxa pra ela chegar ali: é porque::...;
- c) que olha eu acho que: a/ nesse período eu acho que nunca se precisou tanto de psicólogos;

Dos exemplos apresentados acima, a) e c) representam o elemento negativo *nunca* no padrão de negação simples [NEG V]. Em a), o verbo fica implícito e *nunca* vai reforçado pelo intensificador *mais*, recurso este já utilizado desde a língua arcaica. No exemplo b), *nunca* não aparece em posição de sujeito; porém estabelece a concordância negativa com *não* pós-verbal, [NÃO V NEG], recurso linguístico muito frequente no português brasileiro.

- Re-escuta do áudio (*CORPUS IBORUNA AC-093*), referente ao exemplo autêntico 11.

No documento em questão, foi constatado o emprego de *nenhum* em concordância negativa pré-verbal com a realização fonética do operador negativo *não*. A re-escuta foi

realizada no sentido de verificar se em algum outro momento o mesmo falante voltaria a empregar o mesmo termo e avaliar o padrão negativo a ser adotado. No entanto, não foram encontradas outras ocorrências de *nenhum*, nem mesmo em sua forma feminina, *nenhuma*.

- Re-escuta do áudio (*CORPUS PEUL CENSO1980 C04 Lei*), referente ao exemplo autêntico 12.

Na re-escuta do documento acima, buscaram-se outros dados que apresentassem a manifestação do elemento negativo *ninguém*. A partir, então, deste novo contato com o áudio, foram encontrados os seguintes casos:

- a) quando eu saio, ninguém chora para ir atrás de mim (inint), ("assim é bom!");
- b) aqueles pedaço ali ninguém tem muro, quase ninguém não tem muro;
- c) Ele tem um tal de comigo-ninguém-pode, então eu fico com maior medo;
- d) Ele: "Olha, Leila, agora que o seu filho nasceu, você vai arrancar esses comigo-ninguém-pode todinho;
- e) Porque não acha ninguém para subir ali;
- f) "ela está mentindo, dizendo para os pessoal que ela não foi- ninguém o forçou ela e bem que [aquele]- aquele João Bento, não e?"

Dos exemplos apresentados, c) e d) não devem ser considerados como orações negativas, já que, em ambos os casos, são formadores de substantivo. Nos casos de a), b) e f), a posição do elemento *ninguém*, que é claramente a de sujeito, evidentemente o operador negativo escolhido foi um operador abstrato, o que possibilitou a formação do padrão [NEG V]. Em b), para além do primeiro aparecimento de *ninguém*, manteve-se, propositadamente, a continuação do raciocínio do falante: a segunda oração com o mesmo elemento negativo; porém, agora, trata-se do exemplo de concordância negativa pré-verbal já analisada. A expansão do contexto, neste caso, faz admitir que o falante ocupa a estrutura vazia com a realização fonética do operador negativo *não* e também prescinde da mesma, legitimando a negação de *ninguém* com o operador negativo abstrato. Essa decisão, a de realizar foneticamente ou não o operador negativo, não parece estar relacionada a nenhum elemento prosódico ou a outro elemento oracional que possa justificar a necessidade de ocupar a estrutura destinada ao operador negativo em concordância pré-verbal. Por fim, o exemplo e) não apresenta o elemento negativo em posição de sujeito e seu emprego se faz a partir da dupla negação pós-verbal.

Dentre os elementos negativos esperados em concordância negativa pré-verbal, *ninguém* foi o que mais satisfaz as expectativas. Também foram encontrados algumas realizações de *nenhum/nenhuma*, porém, em casos esporádicos. Um elemento sobre o qual também se mantinha expectativa de produções nos *corpora*, e que ficou frustrada, foi com relação ao termo *nada*. Para os elementos *nem* e *nunca*, não esperados dentre as realizações encontradas, abriram-se breves discussões nesta seção.

4.6.3 A busca de padrão para o elemento *ninguém*

Uma vez feitas as considerações, na seção 4.6 e suas respectivas subseções, acerca do comportamento dos elementos negativos, julga-se que os dados obtidos permitem apenas que se suscite um padrão comportamental para o termo *ninguém*. Conforme relatado na subseção anterior, dos três termos negativos com mais potencial para legitimar a concordância com a realização fonética do operador negativo para a formação do padrão [NEG NÃO V], a saber, *nada*, *nenhum* e *ninguém*, somente este apresenta uma quantidade substancial de casos que permitam estudos mais aprofundados. Com relação aos outros dois elementos negativos, conforme também já se relatou, *nenhum* não apresenta produções substanciais do padrão buscado e *nada*, neste mesmo padrão, não apresenta nenhuma realização nos *corpora*.

Com isso, isolam-se as realizações classificadas como casos autênticos para uma análise mais aprofundada do comportamento do termo *ninguém*, seja em nível gramatical, seja em nível sociolinguístico. Com este isolamento, apenas os casos autêntico 10 e autêntico 11 ficam excluídos da análise. Desta forma, apresentam-se os dez seguintes casos:

- 1) Autêntico 1: ... pra trás ninguém num pescava o siri, aqui não, pescava lá... (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 05'56");
- 2) Autêntico 2: [*jogá o laço] também, ninguém num tem não... (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 24'23");
- 3) Autêntico 3: ... ninguém:: num viu o que era, mas aquele assovio não era de gente. (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 37'54");
- 4) Autêntico 4: ... ninguém num tá vendo, ninguém num tá ouvindo (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 15'10");

- 5) Autêntico 5: ... nesse dia que tira muito marisco, ninguém não vai, né? (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 19'00");
- 6) Autêntico 6: ... ninguém não pode pegar o saco e sair arrastando. (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 19'14");
- 7) Autêntico 7: ... quando a maré tá grande, que ninguém num vai, vai colher... (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 21'45");
- 8) Autêntico 8: ... ninguém não precisa de muito (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 24'45");
- 9) Autêntico 9: ... agora não, que tem essas máquinas, ninguém num [*bota] (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO MLSS*, 43'00");
- 10) Autêntico 12: ...quase ninguém não tem muro (*CORPUS PEUL CENSO1980 C04 Lei*, 10'13").

Estabelecidos os casos de análise, passam-se às observações que obedecem aos mais diversos níveis gramaticais.

4.6.3.1 O nível fonológico

Durante a coleta de dados e também durante o processo de re-escuta de todos os áudios dos casos autênticos, não foi verificada qualquer influência fonológica que pudesse justificar o (não) emprego dos casos de concordância negativa entre os termos *ninguém* e a realização fonética do operador *não/num*. Esta possibilidade se respaldava numa certa insistência de diversos autores a considerar *não*, em concordância com outro elemento negativo, como reforço. Além disso, a ideia de ênfase também era plausível pela semelhança do fenômeno com a língua catalã, dado que Espinal (2015), entre outros, ainda busca respostas na prosódia para justificar as ocorrências de dupla negação pré-verbal. Em nível fonológico, o que sim foi observado, e já extensamente comentado no item 4.6.1, foi a variação de realização fonológica do termo negativo *não* e *num*. A variação dos termos ocorre livremente nos contextos de dupla negação pré-verbal, diferentemente de outros contextos negativos, em que os termos podem coincidir em uma posição sintática e não são passíveis de

ocupar o mesmo espaço em outras²¹⁵. Com relação a supostas marcações prosódicas indicativas de ênfase ou que poderiam estar relacionadas à opção de concordância negativa, tampouco foi encontrado qualquer elemento que pudesse fundamentar este argumento. Ao contrário, segundo os esclarecimentos apontados também na seção 4.6.1, fica patente que o emprego de um segundo *não* na oração não deve ser tomado como um elemento criado para suprir a erosão fonológica destinada ao primeiro *não* oracional, no caso, em sua forma reduzida *num*. A partir das ideias expostas naquela seção, toma-se como válida a explicação também para os casos de concordância negativa estabelecida entre dois itens negativos pré-verbais.

4.6.3.2 O nível morfológico

No que concerne ao nível morfológico, não foi possível estabelecer nenhuma relação entre este nível e as realizações da concordância negativa pré-verbal. Apenas a título de curiosidade, recorda-se que, no nível morfofonológico, a redução de *não* à variante *num* não interfere na sua interpretação negativa. Apesar da coincidência formal de *num* negativo com *num* (de contração mais artigo), não existe qualquer possibilidade de ambiguidade interpretativa no contexto entre os dois termos.

4.6.3.3 O nível sintático

O nível sintático tem papel determinante no que se refere às realizações da dupla negação pré-verbal dos tipos que aqui se estudam. Esta afirmação não se limita aos casos selecionados acima, mas também se estendem, por exemplo, às manifestações em que o elemento negativo é *nenhum/nenhuma*. Isto porque a posição sintática que beneficia, sem condicionar, a concordância [NEG NÃO V] é a de sujeito da oração. Casos em que o

215 Por exemplo, em posição pré-verbal, pode-se realizar *Ele não foi* ou *Ele num foi*. À margem direita, no entanto, o lugar apenas pode ser ocupado por *não*: *Ele foi?* *Foi não*; considera-se realização agramatical *Ele foi?* **Foi num*.

elemento negativo ocupa a posição de objeto, por exemplo, categoricamente estará em realização negativa simples [V NEG]²¹⁶ ou em concordância pós-verbal [NÃO V NEG]²¹⁷.

4.6.3.4 O nível morfossintático

Para este nível gramatical, foram observados diversos aspectos que poderiam ser levados em conta para a realização da dupla negação pré-verbal. Pelo que mostram os exemplos, os verbos selecionados pelos falantes para a estrutura [NEG NÃO V] não possuem, semanticamente, uma condição inerentemente negativa que suponha o uso da concordância negativa. Pelo contrário, a questão da seleção verbal não sugere influência sobre a concordância negativa. Encontram-se, em sua maioria, verbos de ação, como *pescar* em 1) ou *ver* em 2). *Estar*, utilizado em duas orações do exemplo 4), não desempenha papel de verbo de ligação. Dessa maneira, os exemplos são insuficientes para provar a possibilidade de expressão da dupla negação pré-verbal com esse tipo de verbo, ainda que se acredite que a posição sintática do elemento negativo (*ninguém*, *nenhum*, *nada*) tenha mais influência sobre a realização estrutural [NEG NÃO V] do que propriamente a natureza verbal.

No que concerne à argumentação verbal, tampouco se observam complementos que tendem a exigir a presença da dupla negação pré-verbal. Há a presença de verbos que não exigem argumentos (objeto direto e/ou indireto), como é o caso de 5), com o verbo *ir*, em que pode-se considerar a existência, implícita de um advérbio de lugar, dado pelo contexto. Também o contexto é capaz de recuperar, por exemplo, os argumentos verbais em 4), em que aparecem dois verbos: *ver* e *ouvir*. Estes, assim como a maioria dos verbos encontrados nos exemplos, por serem verbos transitivos diretos, exigem objetos diretos. Em 8), o verbo *precisar*, transitivo indireto, apresenta o argumento *de muito* na oração. Com isso, a argumentação verbal não sugere ter forte influência a ponto de favorecer a realização de construções do tipo [NEG NÃO V].

O sintagma *ninguém não* tem aparência de ser irrompível; porém, esta é uma impressão causada pelos exemplos selecionados dos casos autênticos. Recorde-se que a

216 *Adianta nada* (CORPUS PEUL MOBIL M03 Mar), e outros exemplos com *não* à margem direita: *Adianta não*.

217 *Eu num pedia ninguém comigo* (CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC).

classificação em “autênticos” justamente se deveu pela unidade sintagmática. Recorde-se, ainda, que também houve a classificação dos exemplos encontrados em casos autênticos intermediários. Nestes, a realização da concordância negativa pré-verbal era rompida por outro sintagma. Embora nesta classificação não tenham sido encontrados casos com *ninguém*, acredita-se que sejam possíveis realizações do tipo [NINGUÉM [xxx] NÃO V]. Mesmo assim, a estrutura sintática afetada seria a pré-verbal e nenhuma relação teria com os argumentos verbais.

Certamente, o verbo há de ser incluído na relação estrutural da dupla negação pré-verbal. Tanto é assim que a omissão verbal acarreta, inevitavelmente, na impossibilidade de expressão desta concordância negativa. Suponha-se um contexto de pergunta-resposta em cuja resposta haja possibilidade de omissão verbal sem perda de conteúdo. Observe-se:

- Alguém mais viu aquilo?

- Ninguém num viu/Ninguém não viu - [NEG NUM V]/[NEG NÃO V]

Ninguém viu - [NEG V]

Não, ninguém/Ninguém, não - [NÃO] [NEG]/[NEG] [NÃO]

*Num, ninguém/*Ninguém, num - [*NUM] [NEG]/[NEG] [*NUM]

Ninguém - [NEG]

*Ninguém não - [NEG NÃO]²¹⁸

*Ninguém num - [NEG NUM]²¹⁹

No exemplo, em especial a primeira resposta, foi espelhada em uma possibilidade real de produção da dupla negação pré-verbal, cuja oração é a mesma observada no documento (*CORPUS PIAUÍ MARANHÃO FLC*, 37'54"), abordado no caso autêntico 3. Das diversas possibilidades de formulação de uma resposta negativa, encontram-se três casos agramaticais. O primeiro deles, **Num, ninguém* e também **Ninguém, num* refletem a impossibilidade do aparecimento do elemento negativo com redução fonológica, *num* como resposta completa, ou seja, com omissão verbal. Conforme já se comprovou, esta posição é exclusiva de *não*. O segundo e o terceiro casos agramaticais vão neste mesmo sentido. **Ninguém não* é uma estrutura esperada com independência sintagmática entre os elementos, tal como representado

218 O asterisco indica agramaticalidade da oração. Considerar esta estrutura como agramatical tem como base principal a não verificação deste tipo de ocorrência nos *corpora* pesquisados.

219 O asterisco indica agramaticalidade da oração. Considerar esta estrutura como agramatical tem como base principal a não verificação deste tipo de ocorrência nos *corpora* pesquisados.

em *Ninguém, não* - [NEG] [NÃO]. Não obstante, como estrutura de dupla negação, torna-se agramatical. O mesmo se dá para a estrutura agramatical **Ninguém num* – [NEG NUM]. Com isso, torna-se evidente a dependência de uma realização verbal para a formação da dupla negação pré-verbal, ainda que, provavelmente, esta relação não tenha a ver, diretamente, com o tipo de verbo selecionado.

4.6.3.5 O nível semântico

No que diz respeito ao nível semântico, constata-se que, apesar de pouco produtiva, a realização [NEG NÃO V], no português brasileiro, não é nunca interpretada como uma afirmação. De fato, aqui não há espaço para a ambiguidade, o que torna a estrutura sempre interpretável como negativa. Juntamente com o nível pragmático, essa constatação pode ser facilmente verificada. Seja pela ampliação do contexto, seja pela re-escuta das falas produtivas de [NEG NÃO V], o contexto dado somente permitia a interpretação negativa desta estrutura.

4.6.3.6 O nível pragmático

O nível pragmático somente se torna passível de observações ao se olhar para além da estrutura [NEG NÃO V], isto é, com a ampliação, mínima, na maioria das vezes, do contexto em que a estrutura está inserida. Esta referida ampliação se dá com a escuta e também com a re-escuta dos documentos dos *corpora* e pela qual se comprova que, para o contexto das realizações ds dupla negação pré-verbal, a única interpretação cabível é a de uma negação. Agora bem, outros fatores extralinguísticos, também contextuais, poderiam apresentar alguma relação com a estrutura em estudo. A maioria desses potenciais fatores, no entanto, coincidem com os fatores e variáveis diastráticos. Dessa forma, reservam-se as análises de fatores sócio-culturais para a subseção específica de variação diastrática.

4.6.3.7 *Ninguém* e a variação diacrônica

O indefinido negativo *ninguém* é uma herança direta do latim. Ainda no latim clássico, o termo *nemo* (<*nē* + *hemo* (ant. *homo*)) era empregado com o mesmo sentido que, modernamente, emprega-se para *ninguém* em português padrão. No latim vulgar, contudo, *nemo* foi substituído pela expressão **nequem*, uma reconstrução baseada, provavelmente, no latim clássico, de *nec* + *quem*. O português recuperou a construção do latim vulgar quando, possivelmente, o traço [+humano] expresso por *nullus* se encontrava mais debilitado. Conforme apontado no primeiro capítulo desta pesquisa, Martins (2003) procura traçar, para o português, um panorama diacrônico acerca da evolução dos termos negativos, ou melhor, os itens de polaridade (*nada*, *nenhum*, *ninguém*). Para tanto, estabelece quatro etapas pelas quais esses itens devem passar (vide capítulo 1); aqui, serão retomadas as etapas concernentes apenas ao termo *ninguém*.

Em uma primeira etapa, que corresponde ao português antigo (mais ou menos até o fim do século XIV), os indefinidos negativos estabelecem uma relação de obrigatoriedade da concordância negativa em posição pré-verbal. Contudo, o termo *ninguém* ainda não é usual na língua e, em seu lugar, ainda atua o elemento *nenhum* com traço [+humano] ao lado, também, de *homem*. Já em uma segunda etapa, que pode-se considerar até a primeira metade do século XVI, *ninguém* e *nenhum* são variantes que apresentam o traço [+humano]. Porém, o emprego de *homem*, com o mesmo traço, já apresenta baixa produtividade na língua. Nesta fase, a concordância negativa em posição pré-verbal mantém uma relação de opcionalidade com os elementos indefinidos.

Na terceira etapa, referente ao português moderno (até o final do século XVII), duas mudanças são evidentes na língua: a primeira, e principal, é que a concordância negativa com os indefinidos negativos em posição pré-verbal já não se verifica. Em segundo lugar, *ninguém* assume, com exclusividade, a expressão do traço [+humano], em detrimento da variante *nenhum*. O termo *homem* tampouco se verifica nesta fase. Finalmente, em sua última fase (a partir do século XVIII), todas as mudanças apontadas são mantidas na língua e, mais ainda, os elementos negativos indefinidos perdem mais uma propriedade: deixam de ser utilizados nos contextos modais, em que poderiam assumir um valor afirmativo.

De acordo, pois, com a divisão estabelecida por Martins (2003), a língua portuguesa que desembarca no Brasil traz consigo as características da segunda etapa evolutiva dos termos indefinidos e da dupla negação pré-verbal. Em linhas gerais, esta etapa é marcada pela opcionalidade da concordância negativa. No que concerne a *ninguém*, o português brasileiro parece ter trilhado um caminho bem semelhante ao europeu: estabeleceu-se na língua, ainda que, possivelmente, tenha também apresentado como variante *nenhum*, ambos com traço [+humano]. Segundo Martins (2003), até o final do século XVII, todos os indefinidos negativos passam a expressar o traço [+neg] no português europeu, fato este que não pode ser atestado no português brasileiro, visto que esta variedade ainda apresenta, embora apenas dialetalmente, padrões de negação cujos termos negativos não expressam, por si só, o valor negativo. Este seria, então, o caso de *ninguém*, termo que, como visto nos dados apresentados, é passível de realizar foneticamente o operador negativo em concordância com o elemento negativo.

A partir de um cotejo entre este panorama e os dados obtidos pelos *corpora*, algumas considerações devem ser pontuadas. Dentre os documentos que manifestaram realizações de concordância negativa pré-verbal com o elemento *ninguém*, os dados sugerem que apenas um deles, categoricamente, realiza foneticamente o operador negativo pré-verbal, estabelecendo a concordância negativa. Os demais mantêm uma relação de opcionalidade, ora admitindo a realização fonética do operador negativo, ora conservando o operador negativo abstrato. Os dados escassos, contudo, não são capazes de expressar se esta relação de opcionalidade se assemelha ao quadro patenteado pela segunda etapa evolutiva dos termos indefinidos do português europeu.

Finalmente, no que se refere ao uso modal dos indefinidos negativos, há de se pontuar que nenhum caso foi encontrado nos *corpora* selecionados. Com isso, não se pode afirmar que o português brasileiro não tenha conhecido este emprego; porém, fica evidente que a língua, assim como o português europeu, eliminou este uso, apesar da tendência de emprego bastante disseminada em outras línguas românicas bastante próximas, como o castelhano e o catalão.

4.6.3.8 *Ninguém* e a variação diatópica

Conforme disposto na seção 4.2, o *corpus* de maior peso para a pesquisa, devido à grande contribuição quantitativa, é o que representa uma pequena porção da região nordeste, o qual foi nomeado Piauí Maranhão. Apesar da disposição de algumas poucas entrevistas, deve-se enfatizar que a qualidade das produções negativas pré-verbais proporcionaram fôlego extra para seguir com a análise do fenômeno. No *corpus* em questão, os dados mostraram que, dentre os elementos negativos pesquisados (*nada*, *nenhum*, *ninguém*), apenas o elemento *ninguém* legitima, embora em situação de opcionalidade, o padrão [NEG NÃO V]. Dos doze exemplos isolados nos casos autênticos, dez realizações se referem ao termo *ninguém*; dentre elas, nove pertencem ao *corpus* Piauí Maranhão.

O único documento que realiza o padrão de concordância negativa pré-verbal para *ninguém*, fora do *corpus* Piauí Maranhão, é de um documento do PEUL, portanto, do Rio de Janeiro. Assim, uma única manifestação, dentro de um *corpus* tão consistente, não traz contribuições relevantes para esta pesquisa. A ausência do padrão de dupla negação pré-verbal para *ninguém* nos demais *corpora* sugere um fortalecimento mais eficaz, [+ neg], deste elemento negativo na região sudeste. Também há de se levar em consideração um aspecto diatópico-diacrônico: o Nordeste brasileiro é a porta de entrada dos portugueses no Brasil; sendo assim, obviamente estabelece um contato mais precoce com a língua portuguesa. Com isso, pode-se sugerir que, sobre o fenômeno pesquisado, ainda pese algum fator arcaizante da língua, dado que as zonas circunscritas ao *corpus* Piauí Maranhão refletem falas rurais. A respeito desta classe de fala, considera Preti (1997, p. 25): “A segunda [língua rural] mais conservadora e isolada, extinguindo-se gradualmente com a chegada da civilização”. Assim, a tendência urbanizadora é um fenômeno que tende a apagar traços dialetais, funcionando, portanto, como fator homogenizador da língua.

Dentro de um pequeno grupo dialetal, tal como se apresentam os falantes do *corpus* Piauí Maranhão, sobre a situação de opcionalidade refletida no fenômeno da dupla negação pré-verbal para o termo *ninguém*, pode incidir a relação dicotômica diversidade/uniformidade explicitada por Preti (1997, p. 48):

[...] a oposição diversidade/uniformidade mantém a língua num contínuo fluxo e refluxo: de um lado, uma força diversificadora, constituída pelas falas individuais, em sua interação com fatores extralinguísticos; de outro,

uma força disciplinadora, prescritiva, nivelando os hábitos linguísticos. Ambas, mantendo-se, abrem concessões mútuas, de tal forma que o indivíduo sacrifica sua criatividade, em função de uma necessidade comunicativa, enquadrando-se inconscientemente, na linguagem do grupo em que atua; a comunidade, por seu turno, admitindo a criação individual, incorpora hábitos linguísticos originais que atualizam os processos da fala coletiva, e evolui naturalmente, procurando uma melhor forma de comunicação.

O emprego de *ninguém* no padrão [NEG NÃO V] parece ser bastante difundido na(s) comunidade(s) que abrange o *corpus* Piauí Maranhão e, conforme já ficou comprovado, a variação estabelecida entre realização fonética do operador negativo *versus* realização do operador negativo abstrato reflete a citada dicotomia diversidade/uniformidade. Assim, se por um lado a diversidade admite e conserva a produção individual de fala, conservadora de peculiaridades linguísticas, ali opera também um fator uniformizador, provavelmente com uma tendência normalizadora e normatizadora.

4.6.3.9 *Ninguém* e a variação diastrática

As considerações acerca das variações ditas diastráticas para o *corpus* Piauí Maranhão ficam bastante limitadas, dado que, por não ter sido um material elaborado para atender especificamente a estudos linguísticos, não houve uma preocupação explícita com a etiquetagem e classificação de diversos dados dos falantes. Dentre os fatores que poderiam ser abordados aqui, dar-se-á ênfase à escolaridade dos falantes.

Acerca dos demais fatores diastráticos, podem ser pontuados os seguintes aspectos:

- Sexo: o *corpus* foi elaborado tendo em vista uma prévia preocupação: o trabalho das pescadoras e rendeiras de duas localidades nordestinas. Dessa forma, todos os documentos analisados no *corpus* Piauí Maranhão serão exemplares de fala feminina. Como não existe, então, documentos que reflitam a fala dos homens da mesma região, não é possível estabelecer um contraponto para relacionar o fenômeno com o fator sexo.
- Idade: as informantes do *corpus* Piauí Maranhão apresentam uma idade mínima de 50 anos e máxima de 84. Dessa forma, é esperado que sua fala reflita aspectos mais arcaizantes. No

entanto, como o *corpus* não possui amostras de fala de grupos etários mais jovens, não há base para que se possa estabelecer esse contraponto e comprovar a veracidade dessa afirmação.

- Profissão: conforme comentado anteriormente, a preocupação com a elaboração do *corpus* já definiu algumas características em nível diastrático. No que concerne à profissão das entrevistadas, há duas atividades desempenhadas: a de pescadora e a de rendeira, que são as atividades laborais típicas do lugar.

- Grau de escolaridade: este fator é mais homogêneo, no *corpus* Piauí Maranhão, que os anteriores. No grupo de mulheres entrevistadas, constatou-se que a escolaridade é bastante baixa, dado que a maioria é analfabeta e uma pequena parte possui o ensino primário.

De todos os fatores diastráticos acima apontados, considera-se que a escolaridade seja o que mais tenha a contribuir para uma análise do fenômeno da dupla negação pré-verbal e, em especial, para analisar as ocorrências de *ninguém* no padrão de concordância negativa pré-verbal. Recorde-se que, na subseção anterior, dizia Preti (1997, p. 25): “A segunda [linguagem rural] mais conservadora e isolada, extinguindo-se gradualmente com a chegada da civilização”. Assim, além da variação diatópica, fatores diastráticos podem ser extraídos dos dizeres de Preti, haja vista que o advento da civilização, marcado em sua fala, também deixa implícita a chegada da escola e, com ela, toda a bagagem normativa da língua padrão.

A língua normativa, adquirida com a educação formal, tem como base a literatura e os cânones literários, e se torna, dessa maneira, uma ferramenta niveladora ou, como dito anteriormente, homogenizadora. É, ainda, consequência dessa “chegada da civilização” a entrada de novos meios de comunicação, especialmente os de massa. Assim, de acordo com as ideias de Preti (1997, p. 54), os modelos linguísticos urbanos acabam adquirindo amplo acesso ao espaço rural, interferindo na linguagem característica do local e desempenhando, assim, também um papel de nivelador linguístico ao difundir o dialeto social culto.

Em consequência de todo o exposto, deve-se enfatizar que a escolarização e a difusão de um dialeto padrão da língua pelos meios de comunicação de massa, por exemplo, são fatores preponderantes que contribuem a enfraquecer um padrão não normativo, tal como é o caso de [NEG NÃO V] para o elemento negativo *ninguém*. Consensualmente, a língua padrão, que unifica a língua portuguesa, dissemina apenas o emprego de um modelo de padrão negativo para *ninguém*, assim como também para outros negativos, como *nada* e

nenhum/nenhuma. A concordância negativa, para todos esses termos mencionados, apenas é legítima para a posição pós-verbal, com a estrutura [NÃO V NEG].

4.6.3.10 Considerações acerca do contexto linguístico

Dentre os fatores que poderiam ter alguma influência sobre a maneira de expressão dos falantes nas entrevistas realizadas para o *corpus* Piauí Maranhão²²⁰, o contexto deve ser levado também em consideração. Apesar da apresentação em caráter mais informal, em um registro que favorece a realização da dupla negação pré-verbal, a entrevista pode conter elementos de incidência negativa na esperada realização do fenômeno.

No que tange ao contexto da realização das entrevistas, notam-se dois elementos que poderiam repercutir negativamente para a manifestação de uma fala mais espontânea. Em primeiro lugar, o gravador e, portanto, a própria gravação, são elementos que tendem a causar um certo receio por parte do falante, que pode pensar mais em suas respostas antes de falar ou se corrigir constantemente durante a entrevista. Em segundo lugar, há a presença de um entrevistador, que é uma pessoa de fora da comunidade e que pode ser notada com certo prestígio devido ao nível de estudo que possui. De certa maneira, então, ambos os elementos mencionados contribuem para uma homogeneização da fala, situação em que o entrevistado tende a prescindir de sua fala individual e adota uma norma mais generalizada. No mesmo sentido, o entrevistador também tende a se esforçar para se aproximar mais do dialeto do entrevistado e assim conseguir mais facilmente as informações almejadas.

Em resumo, observa-se que elementos externos, como o grau de formalismo, o nível de cortesia, o vocabulário técnico utilizado pelas pescadoras e rendeiras não constituem fatores impeditivos para a realização do fenômeno em estudo. Assim, não se fez necessário um alto grau de intimidade entre as partes envolvidas nas entrevistas para que se manifestasse a concordância negativa entre *ninguém* e um operador negativo realizado foneticamente, o que sugere que este não está restrito ao âmbito familiar.

²²⁰ Faz-se referência apenas a este *corpus* porque, à exceção de uma ocorrência, todas as realizações de *ninguém*, em concordância com o operador negativo realizado foneticamente, pertencem a ele.

4.7 Discussão de dados em cotejo com os estudos precedentes

Para que as observações possam gerar afirmações mais consistentes acerca do fenômeno da dupla negação pré-verbal, novamente serão tomados a exemplo os casos de *ninguém* especificados em casos autênticos. Primeiramente, no que concerne à realização fonética do operador negativo em concordância com *ninguém*, conforme ficou exposto, a frequência de uso deve ser considerada baixa. Apenas um dos falantes entrevistados parece aplicar sempre esta estrutura para o termo *ninguém* em todas as suas manifestações. Os demais apresentam realizações que representam os diversos padrões de negação: [NEG NÃO V], [NÃO V NEG], [NEG V]. A falta de elementos que possam comprovar que [NEG NÃO V] possua algum caráter de reforço ou ênfase leva a suscitar a hipótese de que, se existe alguma competição de normas aqui estabelecida, esta é feita na forma de livre variação intra-falante. O benefício de [NÃO V NEG] e [NEG V] sobre [NEG NÃO V] pode ser associado, em especial, ao fator de crescente escolarização nas últimas décadas no país, apagando, assim, marcas dialetais peculiares do português brasileiro.

Da mesma forma, a dificuldade em atribuir, conforme dito acima, graus de ênfase às produções [NEG NÃO V] levam à relativizar determinadas afirmações, como as apontadas diversas vezes por Zeijlstra (2004), acerca do fortalecimento dos itens negativos. Dentre as suas ideias, o autor apontava como causa principal o emprego frequente desses elementos em contextos negativos aliados a uma marcação de ênfase expressa pelo elemento de concordância negativa. No processo de escuta dos áudios dos casos autênticos, não foi encontrado nenhum elemento que pudesse comprovar uma marcação enfática da oração com a construção [NEG NÃO V]. Atentou-se, especialmente, para alguma evidência fonética ou marcação prosódica, mas que tampouco foram encontradas. O único caso em que seria possível aventar uma hipótese para ênfase, seria a ampliação do caso autêntico 12: *aqueles pedaço ali ninguém tem muro, quase ninguém não tem muro*. Aqui, duas orações são apresentadas com o elemento *ninguém* em sequência; contudo, a primeira registrada com o operador negativo abstrato, enquanto a segunda apresenta a realização fonética do mesmo. Uma possível ênfase poderia ser atribuída à segunda oração, cuja estrutura é [NEG NÃO V], já que, conjuntamente com uma pequena reformulação de seus dizeres, o falante, -que

minimiza a negação com o elemento *quase* - lança mão da estrutura de dupla negação pré-verbal. Ainda assim, quase não há elementos suficientes para se atribuir a *quase* uma qualidade léxico-semântica de ênfase. Nenhuma das estruturas [NEG NÃO V], portanto, apresentaram qualquer tipo de recurso que pudesse servir para uma tipologia de elemento enfático. Conforme dito, recursos prosódicos podem, comprovadamente, serem descartados e recursos léxico-semânticos também não apresentaram evidências consistentes.

Larrivé (2010), já havia chamado a atenção para o fato da dificuldade em se atribuir a ideia de ênfase como uma justificativa no processo de fortalecimento [+ neg] para os itens de polaridade, como são os elementos *nada*, *nenhum* e *ninguém*. O autor coloca em xeque a questão da suposta ênfase relacionada à concordância negativa, a qual seria responsável pela crescente frequência de uso e, finalmente, o processo culminaria na especialização desses elementos. Para Larrivé, então, o processo seria melhor explicado pela pragmática, em que se observa uma inversão nas etapas do processo anterior: primeiramente, os termos sofreriam uma perda do valor pragmático e, portanto, sofreriam uma especialização. Uma vez ativado o processo de especialização é que se iniciaria a frequência de uso desses termos em contextos negativos. A impossibilidade de verificação de ênfase nos casos autênticos de *ninguém* no padrão em estudo concede veracidade ao primeiro argumento de Larrivé (2010), mas não prova que o processo de consolidação [+ neg] tenha realmente se dado dessa maneira. De qualquer forma, a tese do autor é ainda bastante plausível, visto que a existência de *ninguém* com realização fonética do operador negativo no português brasileiro contemporâneo não necessariamente se apresenta com as mesmas características comportamentais que em outras etapas de seu processo evolutivo. Isto é, não se descarta a possibilidade de uma prévia existência de um elemento enfático de qualquer ordem que tenha atuado na fixação da estrutura [NEG NÃO V] e que, posteriormente, tenha desaparecido, mas deixando consolidada a referida estrutura.

Com a finalidade de facilitar o entendimento do funcionamento da estrutura [NEG NÃO V] no português brasileiro, recorreu-se ao modelo trazido pela língua catalã, visto que, além de ser uma língua românica próxima, admite, para os elementos negativos estudados, a opção de realização fonética do operador negativo, no padrão [NEG NÃO V], e também realiza o operador negativo abstrato, como no padrão [NEG V]. Conforme abordado nos capítulos anteriores, o catalão concebe, para a língua estandar, ambas as possibilidades de negação. De acordo com as postulações de Tubau (2008), o privilégio de uma forma sobre a

outra é devido a uma mera variação intra-falantes, a qual se origina a partir de uma competição de gramáticas. No entanto, resta ainda estabelecer os fatores que caracterizam este tipo de variação. Estariam estes relacionados a elementos mais intangíveis, mais ou menos como os considerados por Butler (2012, p. 67), em que a autora relaciona a forma de negar ao posicionamento do sujeito no mundo e ao entendimento da alteridade? Haveriam outras características não linguísticas? Ou uma classificação a partir de fatores extra-linguísticos, como os fatores sociolinguísticos, seria possível?

De qualquer maneira, o que fica bastante evidente nessa tentativa de comparação entre o português brasileiro e o catalão é que elementos puramente linguísticos não são capazes de se transformarem em fatos para que, finalmente, um padrão de variação efetivamente possa ser estabelecido. Todas as tentativas, neste sentido, não têm dispensado fatores não-linguísticos ou fatores extra-linguísticos. Sobre os primeiros, são capazes de obter legitimação por meio do saber epilinguístico, sempre que respaldados pelo próprio Sistema de possibilidades da língua, tal como entendido por Coseriu (1973, p. 55). Já os segundos, são os fatores concebidos pela variação na Sociolinguística e já retratados neste capítulo.

4.7.1 A realização fonética do operador negativo discutida nos estudos brasileiros

Antes de se iniciarem as buscas de dados nos *corpora* disponíveis, diversas gramáticas e estudos sobre o português brasileiro foram examinados a fim de contribuírem com informações acerca da existência e caracterização da negação e, especialmente, da dupla negação pré-verbal. Dentre as diversas gramáticas pesquisadas, apenas a de Neves (2000) de fato levava em consideração a existência e o uso da estrutura [NEG NÃO V]. Conforme visto no Capítulo 3, segundo a autora, a dupla negação “pode exprimir uma intensificação do valor negativo da oração. Essa 'negação dupla' ocorre especialmente em linguagem mais popular e regional” (NEVES, 2000, p. 299). Por meio da observação dos dados obtidos e depois de confrontá-los com algumas teorias já trabalhadas nesta pesquisa, a afirmação de que a estrutura de concordância negativa “pode exprimir uma intensificação do valor negativo” não é tão bem vista neste momento. Como há pouco discutido, não há elementos de nenhuma

ordem capaz de servir de argumento para a comprovação categórica da função de ênfase ou intensificação da negação nesta estrutura. Não obstante, está-se de pleno acordo com a afirmação de que o tipo de negação aqui em estudo pertença a uma “linguagem mais popular e regional”. Segundo os dados obtidos, especialmente para os casos de *ninguém*, verifica-se a presença o emprego de dupla negação, ainda que em variação do padrão de negação simples, em uma linguagem mais popular, como o é a das pescadoras entrevistadas de duas pequenas localidades da região Nordeste. Recorde-se, para isso, que as entrevistadas, além de possuírem baixa escolaridade – portanto, com uma linguagem mais apartada da língua padrão transmitida pela escola-, também estão situadas em localidades distantes de grandes zonas urbanas, o que pode favorecer a manutenção de peculiaridades linguísticas em sua comunicação.

Dos estudos dialetais encontrados e discutidos no Capítulo 3, também podem ser confrontadas algumas outras questões. Em seus estudos, Amaral (1955) e Rodrigues (1974) se debruçam sobre a questão do português caipira. Enquanto Amaral parte de uma tentativa de delimitação do que é e quais são as regiões a que pertence o dialeto caipira, Rodrigues diretamente se dispõe a caracterizar uma dessas regiões, a saber, Piracicaba. O trabalho de Rodrigues não apresenta questões relacionadas à dupla negação pré-verbal e, portanto, não será aqui confrontado com os dados. Já o estudo de Amaral contribui em alguns pontos. Em primeiro lugar, o autor expande para além das fronteiras do Estado de São Paulo a concepção de um falar que nomeia “dialeto caipira”, haja vista que a questão diatópica vem aqui acrescida de qualidades do tipo “zonas de retrocesso”, “interiorana”, além de apresentarem um público, os falantes, com um perfil pré-estabelecido: idosos e com baixa escolaridade. Além disso, o autor sentencia o desaparecimento do dialeto caipira à medida em que a urbanização for se efetivando, assim como a escolarização. Os falantes, idosos, carregariam com eles também os resquícios desse dialeto.

No que tange especificamente às características linguísticas do dialeto caipira, Amaral inclui a dupla negação pré-verbal (cf. AMARAL, 1955, p. 34). Em confronto com os casos autênticos separados para a análise linguística, torna-se a contestar a categórica afirmação do autor ao se referir à dupla negação pré-verbal como um único modelo possível no dialeto caipira. Recorde-se:

O emprego de duas negativas – **ninguém não**, **nem não**, etc., assim como contíguas, - vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusado na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá, - é obrigatório

no falar caipira: *Nem eu num disse – Ninguém num viu – Nenhum num fica.*
(AMARAL, 1955, p. 34)

Tanto os dados apresentados nos casos autênticos quanto os dados referentes ao *corpus* IBORUNA, representativo de falares do interior do Estado de São Paulo -e, portanto, representante ao menos de uma porção do dialeto caipira-, mostram claramente que, entre os falantes que nas entrevistas realizaram a dupla negação pré-verbal, houve majoritariamente uma tendência à variação com o padrão simples [NEG V]. Isso não significa desautorizar Amaral em suas observações, mas, no mínimo, pode sugerir que a pesquisa feita à época já se encontra defasada. Além disso, o fenômeno observado no *corpus* IBORUNA não traz dados suficientes para embasar todas as afirmações de Amaral. A falta de dados, contudo, também sugere, conforme preconizara o autor, uma tendência ao desaparecimento do fenômeno²²¹ nessas regiões. Vale a pena, outrossim, revisar o perfil dos falantes do *corpus* IBORUNA que produziram a realização da dupla negação pré-verbal. Observem-se os casos:

- Autêntico 11: ...mas eu creio que nenhum num estava presente... (*CORPUS* IBORUNA AC-093, 06'15"). O falante é do sexo masculino, possui o 1º ciclo do ensino fundamental, tem a profissão de vendedor e é nascido em 1951.

- Autêntico intermediário 1: ...nenhum tipo de fibra não pode comê(r)... (*CORPUS* IBORUNA AC-152, 39'50"). Este falante é do sexo feminino, possui ensino superior, tem a profissão de professora e nasceu em 1928.

- Autêntico intermediário 2: ...nenhuma criança num vai subí(r) em cima do guarda-roupa pa pegá(r). (*CORPUS* IBORUNA AC-058, 20'05"). O falante em questão é do sexo feminino, tem a profissão de doméstica, possui 1º ciclo do ensino fundamental e é nascida em 1959.

Se os três dados fossem suficientes para demonstrar uma realidade mais ampla, teria razão Amaral no que tange à relação entre a produção das orações do tipo [NEG NÃO V] e o fator geracional. À época das entrevistas realizadas para a formação do *corpus* IBORUNA, os entrevistados já tinham completado mais de 50 anos e estariam mais próximos da faixa etária dos idosos que dos jovens. Assim, o fator geracional pode ter alguma influência sobre a produção das orações de dupla negação pré-verbal. Quanto ao fator escolaridade, tem-se dois casos de baixa instrução formal contra um caso de nível superior completo. Assim, apesar de o IBORUNA ser um dos *corpora* mais consistente para este estudo, a carência dos dados

221 Deve-se interpretar como “desaparecimento” não o fenômeno da dupla negação pré-verbal, mas sim do dialeto caipira e, assim, em consequência, a extinção do fenômeno aqui em estudo.

esperados pode encontrar eco na fala de Amaral ao vislumbrar o desaparecimento do dialeto caipira. Para modalizar esta afirmação tão categórica, pode-se suscitar a ideia de que o dialeto caipira não chegue à sua completa extinção, mas minimize ou apague características mais marcantes, como pode ser classificada a dupla negação pré-verbal, já que o autor considera o padrão [NEG NÃO V] uma obrigatoriedade da fala caipira. No entanto, se as considerações de Amaral puderem se estender às demais localidades estudadas, como, por exemplo, às regiões interioranas do Piauí e Maranhão abordadas, ainda que a influência do fator geracional e o fator escolaridade se mantenham válidos para a possível manifestação de [NEG NÃO V], não se pode dizer que a tendência seja a perda da vitalidade do fenômeno, muito menos que este esteja fadado ao desaparecimento.

Outro estudo que contribuiu para a caracterização dialetal do português brasileiro foi o de Nascentes (1953), dado que faz uma tentativa de extrair as peculiaridades do dialeto carioca, o qual constitui um dos quatro subfalares do dialeto fluminense, segundo o agrupamento proposto pelo autor. As constatações do autor que versam especificamente sobre a dupla negação pré-verbal no dialeto carioca aparecem para pontuar três momentos: 1) recordar o seu emprego na língua antiga; 2) legitimar o seu emprego na língua literária como “requite de arcaísmo”, em palavras do autor (NASCENTES, 1953, p. 177); 3) atribuir a essa estrutura um uso linguístico próprio da “classe inculta” (NASCENTES, 1953, p. 178). Em diálogo, então, com as sugestões de Amaral (1955, p. 34) no que se refere ao perfil dos falantes com potencial para empregar a estrutura [NEG NÃO V], o item 3) também faz alusão à baixa escolaridade incidente para esse tipo de realização linguística.

Das bases de dados consultadas para a presente pesquisa, a maioria delas contemplava se não integralmente, ao menos parcialmente, entrevistas realizadas com falantes cariocas ou que moravam há tempo no Rio de Janeiro, de modo que essa foi a região mais favorecida pela quantidade de informações disponibilizadas. No entanto, no que tange à qualidade dos dados obtidos para a verificação da estrutura [NEG NÃO V], deve-se ressaltar que não foi a esperada, já que somente dois casos puderam ser classificados como autênticos. Os demais casos relevantes foram classificados apenas como potenciais, visto que não passaram pelo processo de escuta para garantir uma comprovada realização da dupla negação pré-verbal. Os dois casos autênticos são:

- Autêntico 10: ... no meu caso meu pai... ele nunca não teve oportunidade assim de:/de estudar... (*CORPUS CONCORDÂNCIA NIG-A-3M*, 17'40");

- Autêntico 12: ...quase ninguém não tem muro (*CORPUS PEUL CENSO1980 C04 Lei*, 10'13").

Os dois únicos exemplos autênticos oriundos e característicos do linguajar carioca são os casos autêntico 10 e autêntico 12. Eles se encontram em dois momentos cronológicos diferentes: enquanto autêntico 10 representa uma fala mais atual, dos anos 2000, autêntico 12 pertence a um falar dos anos 80. Sobre os falantes, ambos são do sexo feminino e pertencem a uma mesma faixa etária: autêntico 12 tem como entrevistada uma mulher de 25 anos e autêntico 10, uma mulher de 29 anos. O que mais contrasta no perfil dos falantes é o fator escolaridade, dado que autêntico 10 possui ensino superior e autêntico 12 possui ensino fundamental. Dessa forma, a ausência de dados torna impraticável o estabelecimento de uma relação entre a realização [NEG NÃO V] com o fator escolaridade. Dentre os seis casos potenciais classificados neste estudo, a maioria pertence a realizações oriundas também do Rio de Janeiro. Quatro delas chamam a atenção por serem da base PEUL destinada à análise de fala representativa do antigo projeto MOBREAL, extinto em 1985. A não comprovação por áudio da realização [NEG NÃO V] inibe que se atribua, categoricamente, a influência do fator escolaridade sobre o fenômeno investigado. Mesmo assim, a hipótese ainda não pode ser descartada.

Por fim, resta analisar a contribuição de Marroquim (1945) para o presente estudo e cotejar com os dados obtidos, especialmente os do *corpus* Piauí Maranhão. O autor parte de obras literárias para exemplificar contextos reais de fala de duas regiões nordestinas: Alagoas e Pernambuco. A respeito do emprego da estrutura [NEG NÃO V], Marroquim apresenta exemplos literários coletados em obras regionais (MARROQUIM, 1945, p. 206), deixando registrada a existência desta peculiaridade linguística nos dialetos da região. Embora o autor forneça exemplos da dupla negação pré-verbal nas obras de Gil Vicente e Garret, não admite que [NEG NÃO V] seja uma estrutura herdada do português europeu, concebendo-a como um produto elaborado pelo português brasileiro. O autor não chega a detalhar o emprego da dupla negação pré-verbal nas regiões pesquisadas; porém deixa claro que o fenômeno está relacionado à “linguagem matuta”, sobre a qual Marroquim não chega a fornecer mais detalhes. Sejam quais forem as características peculiares dessa “linguagem matuta”, fica implícito que o autor não está se referindo à língua normativa difundida no processo de

escolarização. Além disso, “matuto/a” pode apresentar alguma relação com a variação diatópica, visto que também recebe a conotação de “sertanejo”, que, em analogia, poder-se-ia comparar ao “caipira”, dado que seu jeito peculiar de fala se circunscreve a uma região interiorana, distante de grandes zonas urbanas. Dessa forma, uma vez mais o emprego da dupla negação pré-verbal fica associado ao fator escolaridade, o que corrobora com os dados apresentados nos casos autênticos dos exemplos extraídos do *corpus* Piauí Maranhão. Recorde-se que, neste *corpus*, todos os entrevistados, especialmente as pescadoras que realizam a dupla negação do elemento negativo *ninguém*, têm baixa escolaridade, que oscila entre falantes analfabetas e falantes com o primeiro grau escolar.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa chega ao final de suas discussões pontuando alguns aspectos que marcaram o trajeto aqui percorrido. Inicialmente, a perspectiva diacrônica contribuiu para uma visão temporal abrangente, a qual remetia ao fenômeno da dupla negação pré-verbal antes mesmo de sua manifestação nas línguas que aqui serviram de estudo, especialmente o português e o catalão. Dessa forma, o recorte sincrônico, bem representado nos *corpora* analisados do português brasileiro, pode ser tomado de modo dialógico com a história do fenômeno. A língua catalã, por sua vez, proporcionou um modelo linguístico, no que tange ao tratamento da negação na língua, para que se pudesse contemplar esse fenômeno no português brasileiro e, em especial, nas variedades linguísticas que estão mais distanciadas dos padrões normativos.

Os dados coletados nas diversas bases disponíveis para consulta revelaram que determinadas variedades linguísticas do português brasileiro ainda fazem uso da dupla negação pré-verbal. Com base nessas realizações, pode-se constatar que, quantitativamente, não são amplamente produtivas, fato que conduz a uma outra discussão: ao notar que um determinado elemento negativo, para um mesmo falante, manifesta-se tanto com a realização fonética do operador negativo quanto com a realização do operador negativo abstrato, remonta-se uma situação linguística bastante esperada, já que se espelha na época da chegada da língua portuguesa a terras brasileiras. O século XV serviu de marco que ajudou a definir o futuro do fenômeno: funcionou como período de transição, ou seja, os elementos estudados, *nada*, *nenhum*, *ninguém* que, em período anterior, ao ocupar a posição de sujeito, licenciavam a negação no padrão [NEG NÃO V], passaram a realizar esta concordância de forma opcional, ou seja, em alternância com o padrão [NEG V].

A baixa produtividade do fenômeno da dupla negação pré-verbal aqui visualizada não deve ser associada a um erro metodológico ou mesmo a uma inconsistência de dados. Conforme dito acima, apenas reflete o estado do fenômeno na língua portuguesa quando de sua chegada ao Novo Mundo. Obviamente, a partir tanto da incidência de outros fatores (internos ou externos à língua) -já discutidos e pontuados anteriormente- quanto da evolução da língua portuguesa e também da formação do português brasileiro e suas variedades, o

entendimento do fenômeno segue vias e ritmos diferenciados e são homogeneizados apenas em uma variedade: a língua padrão. O registro selecionado para o estudo, o oral, é o que apresenta maiores possibilidades de documentar o fenômeno. Segundo as colocações iniciais da pesquisa, um trabalho cujo *corpus* era formado apenas de documentos escritos já foi realizado e, de fato, o fenômeno ali foi muito menos favorecido.

Conforme estabelecido pelos objetivos da pesquisa, a verificação da produtividade de [NEG NÃO V] foi realizada e, ainda que se tenha contemplado o registro mais favorecido, pode-se considerar como de baixa realização. Além disso, nem todos os termos negativos esperados foram encontrados com a realização fonética do operador negativo, como é o caso de *nada*. Isso corrobora com o fato de que cada um dos elementos apresentados possui um estágio de evolução diferente: atente-se para a disparidade entre as produções de *ninguém* e dos demais elementos negativos também. Enquanto os dados possibilitaram uma melhor visualização do funcionamento de *ninguém* no padrão de dupla negação pré-verbal, *nada* não apresentou nenhuma produção em nenhum dos *corpora*, e *nenhum/a*, ou mesmo *nunca*, foram pouco expressivos. Já o elemento *nem*, não esperado em concordância com o operador negativo, apresentou produtividade bastante difundida em todos os *corpora* consultados. No que tange especificamente aos elementos *nada*, *nenhum*, *ninguém*, é necessário pontuar que não foram encontradas realizações em contextos modais, o que diferencia o português europeu e também o português brasileiro das demais línguas românicas, como o catalão, o castelhano ou o italiano, fato que já havia sido apontado por Martins (2002). Assim, *nada*, *nenhum* e *ninguém* são elementos que, diacronicamente, apresentam comportamento semelhante, mas estão, como também estiveram, em estágios evolutivos diferentes. Recorde-se, por exemplo, que Martins (2003) já relatava o emprego tardio de *ninguém* na língua portuguesa: o seu emprego com traço [+humano], em concorrência com *nenhum* [+humano] se dá apenas na segunda fase do português antigo. Se fossem tomados apenas os dados coletados nos *corpora* desta pesquisa, poder-se-ia afirmar que, dentre os três elementos apontados, *nada* está estabelecido como [+neg], desempenhando sempre o papel de operador negativo, enquanto que *nenhum/a* está em vias de fortalecimento. Por sua vez, o termo *ninguém* apresenta duas variantes concorrentes de padrão negativo: [NEG NÃO V] e [NEG V]. Desta forma, dos três elementos negativos focados neste estudo, *ninguém* é o menos afetado pelo fortalecimento da estrutura negativa preconizada pela língua padrão.

Admitindo-se, então, que, em geral, o licenciamento de termos negativos no padrão [NEG NÃO V] nas variedades do português brasileiro aqui contempladas, no que diz respeito exclusivo à sua quantidade, é baixo, deve-se também observar os dados selecionados pela vertente qualitativa. As realizações dos casos autênticos analisados no estudo deixaram clara a existência de [NEG NÃO V] com interpretação negativa tanto por parte do falante que a reproduz quanto por parte do interlocutor, quem, neste caso, era representado pela figura do entrevistador. Esses casos analisados, além de provarem a existência do fenômeno no português brasileiro, ainda contribuem para: 1) provar que o padrão [NEG NÃO V], ao não ser interpretado como uma afirmação, por anulação da negação, pelo interlocutor, não tem a iminente necessidade de eliminação linguística, dado que não provoca ruídos na comunicação; 2) suscitar a hipótese de que sobre o fenômeno incide o fator diatópico, ainda que este não seja determinante para a sua manifestação; 3) suscitar a hipótese de que sobre o fenômeno incidem fatores sociolinguísticos, como a escolaridade e, provavelmente, a faixa etária do falante.

A seleção dos *corpora* foi elaborada para atender ao preceito primeiro de que deveria representar o registro oral, já que este apresenta condições mais favoráveis para a manifestação do fenômeno em estudo. Em especial, eram esperados os atos de fala mais espontâneos, já que estes, mais distantes dos padrões normativos da língua, apresentam mais possibilidades de manifestação do fenômeno da dupla negação pré-verbal. Dado que apenas o elemento negativo *ninguém* se apresentou de forma mais consistente e possibilitou uma análise mais profunda, apenas os contextos de suas realizações foram analisados. Não de forma coincidente, sugere-se que os contextos das realizações de *ninguém* em dupla negação pré-verbal, no *corpus* Piauí Maranhão, são advindos de falas sobre as quais não pesam tanto os padrões linguísticos normativos. Além do contexto em si, favorecido pelo deslocamento do entrevistador ao local familiar dos entrevistados, entendido aqui como zona de conforto e segurança linguística para estes, as características próprias dos falantes também somaram pontos a favor da manifestação do fenômeno. Os temas abordados, de domínio exclusivo dos entrevistados, como, por exemplo, o relacionado às atividades laborais ali desenvolvidas, também contribuíram para o aumento do conforto linguístico para os entrevistados. A presença do “outro”, na figura do entrevistador, não constitui uma barreira para a inibição da fluidez das entrevistas, nem muito menos para a manifestação do fenômeno linguístico.

Assim, fatores que poderiam inibir uma fala mais espontânea por parte dos entrevistados não foram observados de forma expressiva nesse *corpus*.

No que tange ao tratamento dado à dupla negação pré-verbal em diversos estudos linguísticos, algumas considerações são aqui enfatizadas. Já era esperado que o fenômeno não fosse contemplado pelos estudos linguísticos normativos, ficando à margem, por exemplo, das prescrições da gramática normativa. No entanto, a perspectiva da gramática descritiva também parece passar distante da abordagem do fenômeno. A gramática histórica, aqui contemplada pela obra de Said Ali (1971), tampouco trouxe fatos muito relevantes para a pesquisa; apenas contribuiu para reforçar que, ao que se nota, a maior diferença, no que tange ao entendimento das orações negativas, encontra-se no registro. A oposição, ao que se entende, poderia ser estabelecida entre dicotomias: oral/escrito, culto/popular, formal/informal entre outras possibilidades. Segundo Said Ali (1971, p. 198), a língua não padrão, representada pelo que o autor nomeia como “povo”, entende que o acúmulo de termos negativos expressa reforço. Aqui, no entanto, este entendimento está sendo descartado: optou-se por considerar que a realização fonética do operador negativo em variação com a realização do operador negativo abstrato se dá meramente por uma variação intra-falantes e em caráter opcional, não estando atrelado a nenhum tipo de ênfase ou reforço determinado por qualquer nível gramatical. Aceitar a ideia de ênfase é enfraquecer a própria legitimidade histórica do fenômeno, dado que a negação, em muitos estágios e registros da língua, seja latina ou portuguesa, funcionou em caráter composicional nos mesmos termos tratados por Larrivé (2010), i.e., como um *puzzle*.

A gramática que mais contribui com a pesquisa é a de Neves (2000), já que leva em consideração diversos usos linguísticos do português brasileiro; no que se refere ao tratamento da negação, contempla o fenômeno aqui estudado. A autora parte de um *corpus* escrito que, contudo, é representativo de registros orais, como, por exemplo, os diálogos de peças teatrais. Ao comprovar a existência do padrão [NEG NÃO V] em simulações de língua falada, a autora, como tantos, também atribui ao fenômeno uma expressão intensificadora de seu valor negativo. Apesar da abrangência dos *corpora* utilizados em sua gramática, os documentos que registram a língua falada não passam de simulações, o que levanta uma questão que merece ser colocada: ao identificar e relacionar a dupla negação pré-verbal com uma “linguagem mais popular e regional”, pode-se correr o risco de uma certa caricaturização do fenômeno. Ou seja, o que está em xeque não é o fato de a dupla negação servir como característica desse tipo

de linguagem, mas sim a exacerbação e generalização desse fato. Pelo que se pode verificar, tanto pela bibliografia consultada quanto pelos dados trazidos pelos *corpora*, outros fatores, de ordem sociolinguística, incidem para a legitimação do padrão negativo [NEG NÃO V].

Apesar das ressalvas, Neves (2000) dialoga acertadamente com Amaral (1955) quando o autor expõe, não sem exalar algum tipo de preconceito, que a dupla negação pré-verbal é marca do dialeto caipira, ou seja, pertencente a uma zona “interiorana” e de “retrocesso”. Amaral (1955), no entanto, não se limita à variação diatópica para estabelecer os limites do dialeto caipira; para ele, fatores sociolinguísticos, como faixa etária, idosos neste caso, e baixa escolaridade, são determinantes na legitimação do padrão [NEG NÃO V]. Em Nascentes (1953), o autor assume que o dialeto carioca também conhece o padrão de dupla negação pré-verbal, o qual é característico da “classe inculta”. Por fim, o estudo de Marroquim (1945), cujo *corpus* é formado por obras literárias representativas da linguagem local e no qual verifica que a legitimação da dupla negação pré-verbal é característica dos dialetos falados nas regiões de Alagoas e Pernambuco. Ao estudo de Marroquim estendem-se as ressalvas feitas ao estudo de Neves (2000): há de se considerar que os dados são simulações de fala e resguardar-se de que não haja uma caricaturização do fenômeno. Sem fornecer mais características sobre o fenômeno da dupla negação pré-verbal, o autor apenas aponta que é típica da “linguagem matuta”. Observadas, mais uma vez, as obras que tratam das variedades linguísticas do português brasileiro, no que tange ao licenciamento da dupla negação pré-verbal, constata-se que todos esses autores enfatizam, para a realização do fenômeno, a variação diatópica de forma inespecífica, ao utilizar termos como “regional”, “interiorana”, “caipira” (concepção que extrapola o interior de São Paulo). Com isso, pode-se considerar que, de fato, a variação diatópica não é a que determina a conservação e manifestação do fenômeno, já que o trabalho de cada autor está direcionado a caracterizar a fala de uma determinada região. Além disso, fatores sociolinguísticos, e também de outra ordem, são apontados: “popular” (registro), “faixa etária”, “escolaridade”, “linguagem matuta” (registro), “classe inculta”. Ao estabelecer um cotejo com os dados analisados, com respeito aos fatores sociolinguísticos, corrobora-se como fator preponderante para a legitimação do padrão [NEG NÃO V] o fator escolaridade. Este fator, por si só, já seria suficiente para possibilitar o emprego da dupla negação pré-verbal; contudo, se a linguagem utilizada for ainda mais distanciada da linguagem urbana, a qual serve também como instrumento normatizador e nivelador da língua, as chances de legitimar a dupla negação parecem ser ainda maior.

A fim de encontrar um espaço para discutir e classificar a negação no português brasileiro, e suas variedades linguísticas, além da perspectiva diacrônica adotada e a abordagem sincrônica proporcionada pelos dados, também foi necessário propor um cotejo do tratamento da negação entre o português e o catalão. A proposta de um estudo comparado entre essas línguas foi motivada pelo estudo proposto por Martins (2002), no qual a autora verifica que, no que concerne ao emprego da dupla negação pré-verbal e ao tratamento dos elementos negativos *nada*, *nenhum*, *ninguém*, o português é, entre as línguas românicas, a que concede tratamento mais inovador ao fenômeno, enquanto o catalão é a língua mais conservadora deste. No estudo da autora, leva-se em consideração apenas o português padrão, que desempenha papel homogeneizador e unifica o português europeu e o brasileiro, apagando marcas características das variedades dialetais. Nesse processo de apagamento se encontra, entre outros fenômenos, a dupla negação pré-verbal. Conforme visto nesta pesquisa, estudos precedentes já tratavam o fenômeno como elemento caracterizador de certos dialetos do português brasileiro. O capítulo 2 do presente estudo trouxe à tona algumas questões concernentes ao português brasileiro e também referentes à sua variação linguística. No que tange à primeira questão, endossaram-se certas concepções acerca da relação entre o português europeu e o brasileiro, como as que colocava Câmara Jr (2004, p. 123) ao salientar que o elo existente entre uma variedade e outra é construído, basicamente, por meio da escrita da norma padrão. Assim sendo, “escrita” e “padrão” são elementos capazes de definir e igualar o português europeu e brasileiro, em sua representação estandar, formando uma representação que pode ser apenas chamada de Português. Os adjetivos europeu e brasileiro não se veem, nesta representação, contemplados, dado que as marcas peculiares de cada um não estão aí impressas. Ainda mais, os desdobramentos linguísticos em variações das mais diversas ordens não são nem cogitados nessa representação estandar. Com isso, quer-se ressaltar que existe um português brasileiro estandar que está mais próximo ao estandar europeu, e ambos mais afins à língua padrão comum.

No que concerne à negação no português brasileiro, observa-se que a língua estandar, mais próxima à variedade europeia, e a língua coloquial/informal/regional, i.e., outras variedades linguísticas do português brasileiro, apresentam propriedades bastante distintas. Note-se o seguinte esquema:

	Exemplo	Português brasileiro estândar (padrão)	Variedades do Português brasileiro
Negação simples [NEG V]	Ninguém chegou.	Sim	Sim
Dupla negação pós-verbal [NÃO V NEG]	Não chegou ninguém.	Sim	Sim
Negação metalinguística	Chegou uma ova!	Sim	Sim
Dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V]	Ninguém não chegou.	Não	Sim
Dupla Negação [NEG V NÃO]	Ninguém chegou, não.	Sim	Sim
Negação enfática [V NADA]	Chegou nada!	Não	Sim
Negação à direita [V NEG]	Chegou não.	Não	Sim

Quadro 4 – As negações no português brasileiro

O esquema apresentado pretende servir como base para um cotejo entre as formas de negação no português brasileiro e, assim, direcionar melhor as análises que se seguirão. Em essência, três são os tipos de negação que diferenciam uma variedade linguística da outra, a saber, a negação enfática [V NADA], a negação à direita [V NEG] e a dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V]. Sobre estas, tecem-se os seguintes comentários:

- Negação enfática: em seu estudo de 2012, Cavalcante propõe a desvinculação de ênfase sobre o *não* à direita da oração e propõe que, em seu lugar, considere-se *nada* em posição não-argumental para tal função. Também o autor verifica que este é um emprego peculiar do português brasileiro, em especial de variedades mais distanciadas da língua padrão.

- Negação à direita [V NEG]: apesar de esta ser uma negação bastante estendida no português brasileiro, ela é uma produção bastante difundida na língua coloquial ou informal, embora não regional. Aproximando-se mais da língua oral que da escrita, este tipo de negação se distancia da língua padrão.

- Dupla negação pré-verbal [NEG NÃO V]: conforme tem-se visto até o momento, a dupla negação pré-verbal não é difundida pelas gramáticas da língua padrão. Além disso, estudos gramaticais estabelecem uma associação desta produção a regionalismos e característica do

falar de pessoas com baixa escolaridade. Portanto, é uma estrutura bastante apartada da língua padrão.

Conforme ilustra o esquema apresentado, as variedades linguísticas do português brasileiro, regional/informal/coloquial, apresentam estruturas de negação que não são reconhecidas na língua padrão. Dessa forma, a riqueza de possibilidades contemplada pela variação é obscurecida, na língua padrão, em prol de uma homogeneidade e uniformização linguística. Com isso, pode-se estabelecer uma relação entre a variação da língua com o Sistema (de possibilidades) linguístico. Desta maneira, fica mais fácil compreender a situação limitadora da língua padrão: esta está contida no Sistema, muito mais amplo e abrangente. Obviamente, essa disparidade de abrangência da língua padrão e das demais variedades da língua não se observa apenas com o tema da negação, mas, aqui, está-se tratando apenas deste tópico gramatical. Zeijlstra (2004) já havia observado uma grande disparidade, no sentido em que se acaba de pontuar, entre a negação do francês padrão, o francês coloquial e o francês do Quebec (vide ZEIJLSTRA, 2004, p. 137-142). Cada variedade de francês apontada encontrava-se em um estágio diferente na classificação do Ciclo de Jespersen. Com isso, depreende-se que o autor também levou em consideração, ao realizar as agrupações, outras variedades das línguas, e não apenas a estandar.

Recorde-se que, segundo essa mesma classificação, o português se encontra na fase I do Ciclo, na qual a negação é legitimada por um marcador negativo simples encontrado em posição pré-verbal. De acordo com as constatações de Zeijlstra, esta fase apresenta alguns subgrupos e o português pertence ao subgrupo de duas outras línguas, ambas também românicas, a saber, o castelhano e o italiano, dado que “Italian, Spanish and Portuguese are Non-Strict NC languages, as they do not allow *n*-words to dominate the negative marker. Hence, if an *n*-word is in preverbal subject position, the sentence is ungrammatical”²²² (ZEIJLSTRA, 2004, p. 129). Conforme se observa, duas características traçam o perfil deste grupo de línguas românicas: 1) são línguas *Non-Strict NC*²²³; e 2) consideram agramatical a posição de sujeito para *n-words*.

No que tange à primeira característica, está-se de acordo com a agrupação proposta pelo autor. No entanto, a segunda característica é passível de sofrer algumas modalidades.

222 “Italiano, espanhol e português são línguas *Non-Strict NC*, já que elas não permitem que *n-words* dominem o marcador negativo. Consequentemente, se um *n-word* está em posição pré-verbal de sujeito, a sentença é agramatical”. Tradução nossa.

223 Esta classificação se refere a línguas que não validam verdadeiros imperativos negativos.

Em Martins (1996, p. 181), a autora já apontava o precoce e vanguardista tratamento dado à dupla negação pré-verbal por parte do italiano: foi a primeira língua, dentre as línguas românicas, a prescindir da legitimação da estrutura [NEG NÃO V] em favorecimento do emprego do marcador negativo simples. Já no século XIV, a situação do italiano é a mesma verificada na língua contemporânea. No processo de pesquisa bibliográfica, não foram encontrados usos de [NEG NÃO V] em italiano estândar ou em alguma variedade desta língua. Portanto, até o momento, a constatação de Martins (1996) é a que se assume como válida. Não obstante, o contato feito com outros estudos linguísticos revelou novidades para a presente pesquisa: obteve-se notícia, por exemplo, de variedades não estândar do castelhano que legitimavam a dupla negação pré-verbal, como uma variedade linguística da região basca ou de regiões hispano-americanas (recorde-se ESPINAL et al., 2015, p. 150). E, finalmente, para desestabilizar um pouco mais este grupo, o presente estudo contribui com diversos exemplos que atestam a existência da estrutura [NEG NÃO V] no português brasileiro, especialmente em variedades não estândar. Com isso, o subgrupo formado por Zeijlstra (2004), em que se enquadrariam as três línguas românicas, português, castelhano e italiano, na primeira fase do Ciclo de Jespersen só pode ser tomado como verdadeiro para as variedades estândar/padrão.

A partir tanto das observações das características que diferenciam, no que tange à negação, o português brasileiro estândar e outras variedades do português brasileiro, e a partir também das modalizações tecidas sobre a classificação do português proposta por Zeijlstra (2004), passa a ser considerada uma aproximação maior entre a língua portuguesa e a língua catalã, língua esta que se encontra em uma fase diferente segundo a classificação pelo Ciclo de Jespersen.

Conforme visto, a fase I do Ciclo apresenta dois critérios para admitir integrantes neste grupo; um desses critérios não é cumprido pela variedade brasileira²²⁴ e, talvez, nem por certas variedades do castelhano. O critério não atendido, impossibilidade de licenciamento de *n-words* em posição de sujeito precedidos de um marcador negativo, tem de ser reavaliado. Se esses *n-words* consistirem em elementos negativos como *nada*, *nenhum*, *ninguém*, há a possibilidade de legitimação da estrutura em certas variedades da língua. O critério não

224 Talvez, se forem tomadas como base as variedades do português brasileiro, nenhum dos dois critérios é atendido. O primeiro critério apontado por Zeijlstra (2004, p. 131) versa sobre a impossibilidade de legitimação de verdadeiros imperativos negativos, considerando agramatical uma estrutura como **Não faz isso!* A linguagem coloquial do português brasileiro, por exemplo, aceita esse tipo de construção.

contemplado, ademais, faz com que, dentre as línguas românicas, as variedades do português brasileiro se encontrem mais próximas ao catalão. Esta língua, segundo a caracterização proposta no Ciclo de Jespersen, encontra-se na fase II, uma fase com mínima representatividade, já que nela se encontram apenas o catalão e o berbere. Segundo a proposta de agrupamento das línguas nas distintas etapas do Ciclo, a fase II é caracterizada pelo enfraquecimento fonológico do marcador negativo pré-verbal, o que faz que se tenha a opção de um segundo advérbio negativo para expressar a negação. Deve-se, aqui, chamar a atenção para um possível entendimento de “enfraquecimento fonológico” relacionado a um “reforço” da negação. Conforme já se discutiu, o suposto enfraquecimento fonológico não leva ao emprego de uma segunda negação, o que pode ser comprovado diacronicamente e etimologicamente pelo entendimento dos elementos negativos como itens de polaridade. No português brasileiro, estudos recentes, como os de Teixeira de Sousa (2012), já estão desmistificando a ideia de que o enfraquecimento fonológico é capaz de originar um negativo para suprir a perda da negação. Essa ideia tampouco está de acordo com as observações propostas pelo entendimento pragmático, conforme estudos de Larrivé (2010) anteriormente discutidas. Ademais, a literatura que versa sobre a dupla negação pré-verbal em catalão não chega a discutir a existência de um enfraquecimento fonológico do marcador pré-verbal, o que remete diretamente a relação da estrutura [NEG NÃO V] à língua arcaica, quando certos elementos expressavam a negação, majoritariamente, com a realização fonética do operador negativo. No que concerne à opcionalidade do segundo advérbio negativo na oração para consolidar a negação, já se reservaram espaços nos capítulos 2 e 3 para se discutir, tanto na gramática normativa quanto em estudos dialetais, as escolhas em que podem se pautar a variação entre [NEG NÃO V] e [NEG V].

Aqui, a discussão sobre a opcionalidade será retomada para colocar em xeque também a limitação da língua estandar. No catalão, o estandar apresenta os dois padrões de negação: a gramática de Fabra (1929), p.e., recomendava o emprego da estrutura [NEG NÃO V] e, em especial, em casos em que pudesse haver um contexto de ambiguidade. Nenhum dos padrões negativos, no entanto, eram rechaçados pelo uso normativo. Na língua portuguesa estandar, todavia, não há a discussão sobre empregos desses padrões negativos, visto que somente o padrão [NEG V] é apresentado e, portanto, aceito. Já para as variedades do português brasileiro, pode-se admitir que se faz presente a questão da opcionalidade, conforme mostram os dados analisados e, em especial, os dados do *corpus* Piauí Maranhão. Em Tubau (2008),

para a língua catalã, a autora atribuía a opcionalidade, ou a variação entre o padrão de negação simples ou em concordância negativa pré-verbal, a uma variação intra-falante. Nesta concepção, entende-se que “This concept was already introduced [...] to refer to the speakers’ switches from one variety to another. In the particular case of Catalan, the switch seems to be between a grammar with Strict NC and a grammar with Non-Strict NC”. (TUBAU, 2008, p. 247)²²⁵. Dessa forma, a variação intra-falantes pode ser compreendida como uma qualidade pertencente a determinados falantes que admitem uma transição entre variedades linguísticas; ou seja, são falantes que, de alguma maneira, têm internalizada mais de uma norma e, portanto, que acessam mais livremente o Sistema de possibilidades oferecido pela língua.

No português brasileiro, ao cotejar estudos linguísticos precedentes com os dados obtidos, os quais apresentam, majoritariamente, um caráter de opcionalidade entre as estruturas [NEG NÃO V] e [NEG V], permite-se admitir uma variação intra-falantes também para as variedades não-estândar contempladas pela pesquisa. Conforme ilustra o *Quadro 4 – As negações no português brasileiro*, as possibilidades de expressão da negação nas variedades não estândar ou não padrão da língua são maiores nestas que na língua normativa. Pelo que se pode supor, as variedades linguísticas são capazes de incrementar as possibilidades de expressão da negação sem, necessariamente, desfazer-se de estruturas anteriormente absorvidas por elas.

Em relação especificamente à dupla negação pré-verbal nas línguas românicas, parte-se da já referida da proposta de Martins (2002, p. 280), em que a autora utiliza apenas dois critérios para agrupar essas línguas, a saber, a “co-ocorrência de indefinidos negativos pré-verbais com não” e a “ocorrência de indefinidos negativos em contextos modais não negativos”. Estes dois quesitos, para a autora, apartam o português e o catalão de um grupo bastante coeso formado pelas línguas: galego, castelhano, italiano e francês, dado que elas não obedecem ao primeiro critério, mas sim obedecem ao segundo. Enquanto o catalão cumpre os dois critérios estabelecidos, aproximando-se, assim, da segunda fase dos romances antigos, o português não cumpre nenhum deles, ficando, portanto, a língua mais distante do grupo e, em especial, do catalão.

225 “Este conceito já foi introduzido [...] para referir-se às trocas dos falantes de uma variedade para outra. No caso particular do catalão, a troca parece ser entre uma gramática com *Strict NC* e uma gramática com *Non-Strict NC*.” (TUBAU, 2008, p. 247). Tradução nossa.

Os documentos apresentados e discutidos na presente pesquisa, no entanto, revelam que as variedades linguísticas do português brasileiro não se encontram tão distantes assim do catalão. Os dados referentes às variedades linguísticas do português brasileiro permitem apenas concordar com Martins (2002) no que concerne à impossibilidade de emprego dos elementos indefinidos negativos (*nada*, *nenhum*, *ninguém*) em contextos modais. Não obstante, esses mesmos indefinidos negativos são passíveis de aparecerem em posição de sujeito da oração em concordância negativa pré-verbal, na mesma estrutura utilizada na língua antiga [NEG NÃO V]. Dessa forma, as variedades linguísticas do português brasileiro não ocupam a mesma posição que Martins propõe em seu quadro, visto que, provavelmente, apenas levou em consideração a língua padrão. Ao se reavaliar o quadro, tendo em mãos os dados proporcionados por esta pesquisa, a dúvida que se faz presente é: ao se separar o português das variedades linguísticas brasileiras, -que, de momento, tampouco se agrupam com quaisquer outras línguas românicas-, estas devem intermediar quais grupos? Duas possibilidades são colocadas:

	Co-ocorrência de indefinidos negativos pré-verbais com “não”	Ocorrência de indefinidos negativos em contextos modais não negativos
Catalão	Sim (opcional)	Sim
Variedades do Português Brasileiro (A)	Sim (opcional)	Não
Galego Castelhano Italiano Francês	Não	Sim
Variedades do Português Brasileiro (B)	Sim (opcional)	Não
Português	Não	Não

Quadro 5 – Avaliações sobre a posição do português brasileiro entre as línguas românicas: termos negativos

Conforme hipotetiza o quadro reavaliado, adaptado da proposta de Martins (2002, p. 280), os dados obtidos respondem aos dois critérios estabelecidos pela autora para a separação das línguas românicas no que tange ao tipo de negação aqui estudado. As variedades

linguísticas do português brasileiro, aqui contempladas, podem ser um elo entre o grupo do catalão e o grupo formado pelas línguas galego, castelhano, italiano e francês, conforme demonstra Variedades do Português Brasileiro (A). Contudo, de acordo com o que demonstra a segunda hipótese, nomeada Variedades do Português Brasileiro (B), essas variedades linguísticas formariam um elo entre o Português e o grupo do galego, castelhano, italiano e francês. Assim, os dois critérios estabelecidos pela autora são insuficientes para uma classificação, entre as línguas românicas do português brasileiro não-padrão.

Isto posto, propõe-se que se volte a debruçar os olhares aos critérios estabelecidos pelo Ciclo de Jespersen para se tentar chegar a uma resposta mais satisfatória. Como visto, o Ciclo não é específico das línguas românicas nem tampouco se baseia nos mesmos critérios colocados por Martins (2002). Portanto, cruzar os critérios mais generalizados, Ciclo de Jespersen, com critérios mais específicos, Martins (2002), permite encontrar um lugar mais adequado para se classificar o português brasileiro não padrão.

Tendo em vista que a fase I do Ciclo de Jespersen prevê um subgrupo formado pelas línguas português, castelhano e italiano, a primeira opção plausível seria tomar as variedades linguísticas brasileiras estudadas de acordo com a posição ocupada por Variedades do Português Brasileiro (B), conforme demonstrado no quadro esquemático mais acima. No entanto, os dois critérios que justificam a fase I não são aplicáveis às variedades linguísticas em estudo. O primeiro fundamento, a respeito da impossibilidade de emprego de *n-words*, em posição de sujeito, em ocorrência com marcadores negativos não se aplica totalmente, visto que, nas variedades, se esses *n-words* forem, p.e., indefinidos negativos, torna-se plausível a sua legitimação na estrutura [NEG NÃO V]. Há a possibilidade, inclusive, de esta afirmação ser aplicável também para dialetos do castelhano. O segundo preceito que agrupa o português, o castelhano e o italiano também deve ser comentado, dado que em variedades linguísticas do português brasileiro, p.e., na linguagem informal e familiar, é possível a aceitação de formas que desempenham papel de imperativos negativos e que se consideram agramaticais na língua padrão. Observe-se o exemplo fornecido por Zeijlstra (2004, p. 131):

a. Faz isso!	Portuguese
Do.IMP it	
‘Do it’	
b. *Não faz isso!	
Neg read.IMP it	
‘Don’t do it’	

O asterisco atribuído ao exemplo indica a agramaticalidade da oração. Na linguagem coloquial, no entanto, entende-se que esse seja um exemplo real de fala e que, de fato, o Presente do Indicativo seja uma forma empregada para suprir a dificuldade ou desconhecimento das formas do Imperativo Negativo. Mesmo assim, as conjugações verbais empregadas para expressar o Imperativo Negativo não é uma forma própria do tempo verbal, e sim uma forma compartilhada, no caso do exemplo, entre o Presente do Indicativo e o Imperativo Afirmativo. A forma gramatical aceita da oração, *Não faça isso!*, também consiste em um empréstimo do Presente do Subjuntivo. Sendo assim, Zeijlstra (2004, p. 31), tem razão ao afirmar que o português não possui uma forma própria, ou legítima, de Imperativo Negativo, ainda que o exemplo colocado pelo autor seja aceitável em certos registros da língua portuguesa.

No que concerne à fase II do Ciclo de Jespersen, à qual pertencem somente o catalão e o berbere, note-se que, em linhas gerais, o grupo se caracteriza por possuir um marcador negativo enfraquecido e torna o emprego de um segundo marcador negativo opcional. A opcionalidade de um segundo marcador, conforme visto, é estudada também por Tubau (2008); esta flexibilidade na formação de orações negativas não fere a legitimidade de nenhuma das estruturas, [NEG NÃO V] e [NEG V], seja na língua padrão ou em outras variedades linguísticas. Essa opcionalidade fica condicionada a uma variação intra-falante, de acordo com o exposto anteriormente. Conforme os dados puderam comprovar, as variedades linguísticas do português brasileiro estudadas apresentam caráter de opcionalidade para a negação, oscilando entre as estruturas [NEG V] e [NEG NÃO V], com a diferença, aqui, de não possuírem o assentimento da língua estandar. Mesmo assim, pode-se estabelecer, com ressalvas, aproximações entre as variedades estudadas e o grupo da fase II do Ciclo. Para que seja possível uma maior aproximação das variedades linguísticas do português brasileiro a este grupo, contudo, é necessário que uma modalização seja colocada: o enfraquecimento de um marcador negativo deve se restringir ao nível fonológico sem implicações para outros níveis gramaticais a fim de que o emprego da concordância negativa não seja interpretado como um elemento de reforço ou ênfase. Desta forma e finalmente, poder-se-ia admitir que tanto o berbere quanto o catalão e as variedades linguísticas do português brasileiro são línguas capazes de se apresentarem, por suas características, na mesma fase do Ciclo de Jespersen. Não obstante, não necessariamente formam um mesmo subgrupo: as ressalvas

feitas às variedades linguísticas do português brasileiro podem levar à formação de um novo subgrupo em que, no momento, as variedades contempladas aqui se encontram isoladas.

Em conclusão, as variedades linguísticas do português brasileiro privilegiadas nesta pesquisa ocupam o lugar de Variedades do Português Brasileiro (A), representado no *Quadro 5- Avaliações sobre a posição do português brasileiro entre as línguas românicas: termos negativos*. Conforme visto, estas expressam mais possibilidades de realização das negações que as prescritas pela língua estandar; estas possibilidades retomam tanto as formas mais arcaizantes, como a estrutura [NEG NÃO V], quanto formas da língua padrão [NEG V] e incluem, ainda, formas mais peculiares, como [V NEG]. Essas variedades se encontram mais próximas ao catalão, já que: 1) é o seu caráter opcional que influi sobre a escolha dos padrões de negação; 2) trata-se de uma oscilação intra-falantes, a qual está tanto associada a fatores extralinguísticos quanto ao acesso de mais de uma norma prevista no Sistema.

Na proposta do presente estudo, com parte da revisão bibliográfica realizada e antes de se iniciarem as coletas de dados nos *corpora*, algumas expectativas haviam sido colocadas em forma de hipóteses. Abaixo, colocam-se e comentam-se, agora com todos os dados em mãos, todas as hipóteses aventadas inicialmente.

- HIPÓTESE 1: A dupla negação pré-verbal que se manifesta no português brasileiro contemporâneo fornece subsídios para a afirmação de que na língua existe uma competição de gramáticas que poderia responder a usos discursivos diferentes.

Parcialmente verdadeiro. Na medida das possibilidades apresentadas pelos documentos obtidos, foram analisados os contextos e registros em que as produções de dupla negação pré-verbal se realizaram. Após a separação dos dados relevantes para a análise, ou seja, documentos que registravam a dupla negação pré-verbal, iniciou-se um processo de reescuta das gravações, com o qual se comprovou uma oscilação entre o emprego das estruturas negativas [NEG NÃO V] e [NEG V] nesses documentos selecionados. Nesse processo, também se voltaram a atenção para os diversos níveis gramaticais a fim de verificar se algum deles exercia forte influência na determinação da produção da estrutura [NEG NÃO V] e, em especial, se essa suposta influência teria a conotação de ênfase relacionada à estrutura negativa. Não obstante, não foi encontrado nenhum elemento a que se pudesse associar essa função pragmática imputada à estrutura negativa em estudo. Assim, no nível discursivo, nenhum fator contextual se repetiu a ponto de formar um padrão para que a ele fosse atribuída

a determinação ou favorecimento do emprego da estrutura [NEG NÃO V] nos documentos consultados. Além do mais, levaram-se em conta, em cotejo com os dados, estudos recentes que versam também sobre construções negativas. Poder-se-ia levar em consideração as postulações de Larrivé (2010) sobre a especialização do termo negativo, -esta sim seria concebida no nível gramatical da pragmática,- a partir de sua teoria composicional (funcionando como um *puzzle*), rechaçando a ideia de ênfase sobre o segundo marcador negativo da oração. Recorde-se, ainda, que em Cavalcante (2012) desmistificava-se a ideia tão difundida de que *não*, como segundo marcador negativo, teria uma função de ênfase ou reforço na oração. Assim, não se associa um uso enfático à duplicação da negação e este fato remonta às próprias origens da língua portuguesa, visto que “A negação repetitiva é um arcaísmo, que era usual no português europeu, sem ênfase, até o século XVI”. (NOLL, 2008, p. 216-217)

Quanto à questão da competição de gramáticas, pode-se considerar a sua existência desde que admitidas as colocações, por exemplo, de Tubau (2008) para o catalão como aplicáveis para as variedades linguísticas do português brasileiro: a variação [NEG NÃO V] e [NEG V] é uma variação intra-falantes e deve ser aplicada para esse âmbito da gramática individual:

Accounting for variability in language as resulting from the co-existence of various competing grammars that are available to a speaker (Kroch 1989, 1994, 2001; Pintzuk 1991 and Roeper 1999, among others) could possibly explain why for some speakers it is possible to produce (76a) [*Ningú no* ha telefonat] and (76b) [*Ningú* ha telefonat] interchangeably. The claim would be that the two grammatical systems that compete diverge as far as the type of NC is concerned. (TUBAU, 2008, p. 247)²²⁶

No que concerne ao fenômeno da concordância negativa pré-verbal, a aproximação entre o catalão e as variedades linguísticas do português brasileiro, a partir das colocações de Tubau (2008, p. 47), pode saciar a questão da oscilação dos padrões negativos que se alternam indistintamente entre os falantes, além de fazer eco com as ideias colocadas por Coseriu (1973, 1979) acerca do Sistema de possibilidades que está à disposição de cada indivíduo.

226 A ponderação sobre a variação linguística como resultante da coexistência de várias gramáticas concorrentes que estão disponíveis para o falante (KROCH, 1989, 1994, 2001; PINTZUK, 1991; ROEPER, 1999; entre outros) possivelmente pode explicar por que, para alguns falantes, é possível produzir (76a) [*Ningú no* ha telefonat] e (76b) [*Ningú* ha telefonat] de forma intercambiável. O argumento seria que dois sistemas gramaticais em competição divergem na medida em que o tipo de concordância negativa é considerado. Tradução nossa.

- HIPÓTESE 2: A dupla negação no português brasileiro contemporâneo é realizada nos mesmos moldes do português antigo (2ª fase), ou seja, é uma concordância opcional que legitima a negação, ao invés de anulá-la.

Parcialmente verdadeiro. Conforme ficou demonstrado, o português brasileiro estândar, que mantém forte relação com o estândar do português europeu, não admite, para a língua normativa, o emprego da estrutura [NEG NÃO V], admitindo como possível a realização do operador negativo abstrato para os elementos aqui estudados. As variedades linguísticas que fogem das limitações impostas pela língua estândar, no entanto, concebem como legítimas ambas as estruturas, [NEG NÃO V] e [NEG V], e, em consequência, passam a licenciar diversos padrões de estruturas negativas, em contraste com as formas mais limitadas da língua estândar. Dessa maneira, a escolha de um padrão negativo qualquer é norteadas por uma variação intra-falante, na qual se assume que o falante,- na verdade, o grupo de falantes que concebe legitimidade para a realização fonética do operador negativo,- tem incorporado mais de uma variante e o emprego de uma ou outra é uma mera questão de opcionalidade. Então, neste sentido, pode-se estabelecer uma analogia com o uso do português antigo a respeito da oscilação de [NEG NÃO V] e [NEG V]. Contudo, não é possível afirmar que, nessa fase do português antigo, a opcionalidade era devida a uma variação intra-falante, mesmo porque o acesso ao fenômeno se dá por meio exclusivo do registro escrito. Segundo estudos precedentes, como o de Martins (1996), a opcionalidade apenas retratava um enfraquecimento, ou relaxamento, do fenômeno da dupla negação pré-verbal. Quanto às variedades do português brasileiro, houve um esforço inicial para concentrar documentos potenciais que contivessem dados como os apresentados; ou seja, admite-se, desde o início, que o fenômeno está concentrado e restrito a determinados registros, falantes e zonas diatópicas que também puderam ser, ainda que minimamente, caracterizados. Assim, apesar de se admitir uma opcionalidade para o emprego dos padrões de negação [NEG NÃO V] e [NEG V], tanto no português antigo quanto nas variedades de língua brasileira, não se pode afirmar que apresentem exatamente as mesmas características. Ainda mais, pode-se lançar a hipótese de estudo de um novo processo, o qual começa com o enfraquecimento do fenômeno, no português europeu, passa a formar parte das variedades linguísticas brasileiras e, contemporaneamente, expressa-se por uma variação intra-falante. Assumindo-se, então, a existência de uma variação intra-falante, deve-se salientar que o indivíduo que admite e emprega as estruturas [NEG NÃO V] e [NEG V], em oscilação, não fere nem provoca ruídos

de comunicação ao se ter como interlocutor um indivíduo que não admite a dupla negação pré-verbal, já que não existe nenhuma possibilidade de [NEG NÃO V] ser entendida como uma afirmação devido ao emprego “redundante” de duas negações.

- HIPÓTESE 3: Um dos fatores sociolinguísticos favoráveis para a manifestação da dupla negação pré-verbal em português brasileiro é a baixa escolaridade.

Verdadeiro. O contato com a língua padrão, muitas vezes consolidado apenas por meio de vários anos de escolarização, é um fator que incide negativamente para a manifestação da estrutura [NEG NÃO V] e, obviamente, para a realização fonética do operador negativo em concordância com os elementos negativos em estudo. Isso é devido a que a língua estandar não licencia a negação para o padrão estabelecido pela dupla negação pré-verbal, exceto em raros casos em que consagrados autores a tenham usado na literatura como recurso estilístico (vide, por exemplo, a seção 3.1.2). Dessa forma, entende-se que quanto maior for o contato com a educação formal, e com a língua normativa, por conseguinte, maior é a tendência de apagamento de formas marginais, como a estrutura estudada. Conforme abordado em estudos linguísticos precedentes, especialmente os de cunho dialetológico, os argumentos que se aplicavam à existência da dupla negação tocavam, basicamente, em dois pontos: o nível de escolaridade e a localização geográfica. Esta, sempre distante de grandes centros urbanos, onde o “progresso” ainda não havia se tornado eficaz, de acordo, por exemplo, com os dizeres de Amaral (1955, p. 42). Como a maioria dos dados obtidos com a estrutura [NEG NÃO V] provém de zonas mais recônditas do país, pode-se corroborar, em princípio, esses dois argumentos: o nível de escolaridade e a localização geográfica compõem uma possibilidade bastante plausível para a manifestação da estrutura estudada. Essa ideia é bem sustentada pelo *corpus* Piauí Maranhão, o qual contribui com a maioria dos dados para a observação da estrutura [NEG NÃO V] e o nível de escolaridade dos entrevistados é bastante homogêneo: as pescadoras e rendeiras apresentam baixa escolaridade ou são analfabetas. Não se trata apenas de estabelecer uma dicotomia fala urbana/fala rural, mas há de se convir que a fala urbana traz consigo um modelo a ser imitado e que, por isso, é um fator nivelador da linguagem. Dessa forma, a fala mais rural é um fator suscetível de influenciar o licenciamento do padrão [NEG NÃO V] para os elementos negativos estudados; porém, não é um fator determinante do fenômeno.

- HIPÓTESE 4: um falante que legitima a estrutura [NEG NÃO V] possui internalizados diversos outros padrões de negação, tal como acontece na língua catalã.

Verdadeiro. Esta hipótese encontra eco na questão da opcionalidade relacionada ao uso das estruturas negativas. Conforme já comentado, um falante que legitima a estrutura [NEG NÃO V] é um falante que tem internalizada mais de uma norma e, portanto, que pode transitar pelo Sistema de possibilidades, no sentido coseriano, oferecido pela língua. Assim, os demais padrões de negação são admitidos e empregados em livre oscilação, ou, talvez, respondendo a fatores mais subjetivos e extralinguísticos. Os dados obtidos e o processo de re-escuta dos áudios que apresentavam a dupla negação pré-verbal apontam que, majoritariamente, um falante que concebe o legítimo padrão [NEG NÃO V] para os elementos negativos estudados, também admite o padrão [NEG V] para estes. Como caso excepcional, ou até idiossincrático, apenas um falante manteve constantemente a realização fonética do operador negativo em concordância com *ninguém* em posição de sujeito. Assim, negações simples e negações duplas, pré e pós-verbais, são esperadas por um falante que legitima a estrutura [NEG NÃO V]. Como o estudo provou ser possível a realização do fenômeno a partir de uma variação intra-falantes, em proximidade ao que acontece no modelo catalão, a internalização e o emprego de diversos padrões negativos se sustentam com essa aproximação linguística e em cotejo com os dados obtidos pelos *corpora*.

Com base em uma metodologia essencialmente descritiva e comparada, este estudo foi guiado pela atualização bibliográfica relacionada ao tratamento da negação em diversas línguas, com ênfase no português e no catalão. Se, por um lado, a comparação serviu a delinear generalizações que serviram a pontuar traços comportamentais da negação, em especial, da dupla negação pré-verbal, no português brasileiro, por outro, a descrição, fundamentada pelo empirismo trazido pelos dados, permitiu delinear características linguísticas e extra-linguísticas para essa variedade. Dessa forma, o trabalho comparativo aqui estabelecido corrobora a ideia de Zeijlstra (2004, p. 6) quando afirma que a negação apresenta comportamento semelhante nas línguas e que, portanto, é plausível estabelecer generalizações sobre o fenômeno a partir de um modelo de microvariação. A negação nas línguas românicas, e em especial o padrão [NEG NÃO V], encontra-se mais bem estudado na língua catalã, provavelmente porque é um padrão de variação que não obedece a limitações preconizadas pela língua padrão. Dessa forma, sem dúvidas, esta língua é a que apresenta, dentre as

românicas, o melhor modelo para que sejam feitas generalizações e aproximações acerca do fenômeno que ainda se preserva em variedades e registros do português brasileiro.

O complexo estudo de Zeijstra (2004), que trata da negação em diversas línguas, contribui sobremaneira para esclarecer que elementos negativos são passíveis de expressar o traço formal [iNeg] ou [uNeg]. Um elemento cujo traço é [iNeg] sempre se comporta como um operador negativo, já que prescinde da presença de qualquer outro elemento negativo no contexto para ser interpretado como negativo; este é o caso de *não*, por exemplo. Este comportamento é mantido, inclusive, em contextos não-verídicos (perguntas, orações condicionais, etc.). Por sua vez, um elemento [uNeg], apesar de ser uma palavra negativa, necessita de um operador negativo que o legitime no contexto, como é o caso de *ninguém*. Este operador negativo, com o poder de legitimar a negação atribuída a *ninguém*, i.e., o elemento [iNeg], pode ser realizado foneticamente ou pode apenas ser um operador negativo abstrato. Assim sendo, em línguas como o catalão e nas variedades do português brasileiro aqui contempladas, o operador negativo pode ou não apresentar realização fonética e isso dá lugar à alternância entre os padrões [NEG V] e [NEG NÃO V]. Além de justificar a alternância entre esses padrões negativos, o trabalho do autor, ao revisitar o Ciclo de Jespersen e estabelecer critérios como os de línguas *Strict NC* e *Non-Strict NC*, permite avaliar outras fases do Ciclo em que variedades linguísticas do português brasileiro, especialmente as que ainda fazem uso do padrão [NEG NÃO V], poderiam ver-se contempladas.

As colocações tecidas por Larrivé (2010) deram fôlego à ideia de que a dupla negação pré-verbal não é um padrão que se especificiza com o intuito de conceder ênfase à oração negativa, conforme também corroboram os estudos de Teixeira de Sousa (2012) e Cavalcante (2012). Isto, contudo, leva à dispensa de uma aproximação, entre o português e o catalão, nos moldes investigativos de Espinal et al. (2015), em que se propõe uma interação entre a sintaxe e a prosódia para discutir os padrões negativos, entre eles [NEG NÃO V]. Larrivé ainda destaca a ideia de uma negação composicional, à maneira de um *puzzle*, a qual, sob uma perspectiva diacrônica, torna-se bastante transparente. No que concerne à contribuição de Tubau (2008), a proposta, para a língua catalã, de que a variação dos padrões negativos é motivada por uma variação intra-falantes apresenta correspondências bastante satisfatórias para as questões encontradas nas variedades linguísticas do português brasileiro, ainda mais se somadas ao dados sociolinguísticos discutidos. Além do mais, auxilia a

problematizar a discussão na qual o fenômeno pode ser tomado como uma competição entre gramáticas. Todas essas discussões, em maior ou menor grau, permitiram que se reavaliasse a posição do português, no que concerne ao tratamento dado ao padrão negativo [NEG NÃO V], na proposta de Martins (2002). Para tanto, diminuiu-se sobremaneira o foco sobre o português europeu e sobre a língua padrão ou estandar e se passou a enfatizar variedades linguísticas representativas do português brasileiro.

A observação empírica possibilitada pelos dados permitiu ampliar, modalizar ou corroborar, em certa medida, alguns estudos dialetais do português brasileiro, como os de Nascentes (1953) e Amaral (1955). Majoritariamente, os dados obtidos e discutidos serviram a reavaliar ou atualizar esses estudos com a verificação de fatos linguísticos em documentos mais recentes. De modo geral, o que esse cruzamento de informações possibilitou foi conceder peso a fatores sociolinguísticos de condições favoráveis para o emprego do padrão [NEG NÃO V]. Dentre esses possíveis fatores facilitadores, estariam a escolaridade, principalmente se o uso da linguagem estiver mais distanciado da língua padrão. No que tange a uma possibilidade de proposição tipológica do fenômeno em estudo, -não aventada por esta pesquisa-, deve-se assinalar que ainda faltam dados, especialmente referentes aos termos negativos *nada* e *nenhum*, que permitiriam levar a cabo um estudo teórico do padrão negativo em questão. Assim, ressalta-se, os dados obtidos apenas fortalecem mais os estudos sociolinguísticos, mas ainda não conseguem vislumbrar propostas teóricas que deem conta de formular uma tipologia para o fenômeno, mesmo porque, nos estudos recentes, em geral, a estrutura [NEG NÃO V] é concebida como agramatical.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. *Dialectologia catalana*. Barcelona: Editorial Teide, 1991.

ÁLVAREZ, R.; XOVE, X. *Gramática da língua galega*. Vigo: Editorial Galaxia, 2002.

ALVES, I.M. “Prefixos Negativos no Português Falado”, in CASTILHO, A.T. (org.). *Gramática do Português Falado. Volume II: Níveis de Análise Linguística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. Pp. 91-100.

AMARAL, A. (1920) *O dialeto caipira. Gramática – vocabulário*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. *Filosofia da linguagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

BADIA I GABARRÓ, A. “Català Superior (1937)”. Em: FABRA, P. *Obres completes. A cura de Jordi Mir i Joan Solà*. Barcelona : ECSA : Edicions 62 ; València : Edicions 3i4 ; Palma, Mallorca : Moll, 2005-2008. Vol. 2.

BADIA I MARGARIT, A. M. *Gramática histórica catalana*. Noguer: Barcelona, 1951.

_____. *Llengua i cultura als països catalans*. Barcelona: Edicions 62, 1979.

_____. *Gramática catalana*. Tomo II. Madrid: Gredos, 1962.

_____. *Gramàtica històrica catalana*. València: Biblioteca d'estudis i investigacions/Tres i quatre, 1984.

_____. *Gramática de le llengua catalana. Descriptiva, normativa, diatòpica, diastràtica*. Barcelona: Biblioteca Universitària/Enciclopèdia Catalana, 1994.

- BASSOLS DE CLIMENT, M. *Sintaxis latina I*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1967.
- BATLLORI, M. “The Significance of Formal Features in Language Change Theory and the Evolution of Minimizers” in Larrivé, P.; Lee, C. (eds.), *Negation and Polarity: Experimental Perspectives, Language, Cognition, and Mind*. Cham: Springer International Publishing, 2015, p. 349-379.
- BELTRÁN-LLORIS, F. “El latín en la Hispania romana: una perspectiva histórica”, in CANO, R. (coord.). *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel, 2008.
- BIBERAUER, T.; CYRINO, S. “Negative developments in Afrikaans and Brazilian Portuguese”. University of Cambridge/Stellenbosch University & University of Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.kongresuak.ehu.es/p275-content/en/contenidos/informacion/generative_grammar09/en_inf/adjuntos/Handout%20THERESA%20BIBERAUER%20y%20SONIA%20CYRINO.pdf>. Acesso 11 mai. 2011.
- BIBILONI, G. *Llengua estàndard i variació lingüística*. València: Editorial 3 i 4, 1998.
- BLASCO-FERRER, E. *Grammatica Storica del Catalano e dei suoi dialetti con speciale riguardo all'Algherese*. Tübingen: Narr, 1984.
- BUTLER, J. *Sujetos del deseo. Reflexiones hegelianas en la Francia del siglo XX*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.
- CAMACHO, R. G. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CÂMARA JR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, Prolivro, 1975.
- _____. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. / Carlos Eduardo Falcão Uchôa (org.)*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CART, A. et alii. *Gramática latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CAVALCANTE, R. *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2007.

_____. “A negação sentencial”, in Dante Lucchesi, Alan Baxter, Ilza Ribeiro (Eds). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *Negação anafórica no Português Brasileiro. Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 2012.

COLOMINA I CASTANYER, J. *Dialectologia catalana. Introducció i guia bibliogràfica*. Alacant: Universitat d'Alacant/Secretaria de Publicacions i Departament de Filologia Catalana, 1999.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e historia*. Madrid: Gredos, 1973.

_____. *O homem e sua linguagem. Estudos de teoria e metodologia linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

_____. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral. Cinco Estudos*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CUNHA, C. F.; LINDLEY-CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1992.

DA COSTA SOUZA, P. *Conservació i innovació. La concordança negativa en català i en portuguès: un estudi filològic*. Tesi de Màster corresponent al Màster en Iniciació a la Recerca en Humanitats. Història, Art, Filosofia, Llengua i Literatura. Girona: Universitat de Girona, 2011. 144p.

DOBRINESCO, G. *Gramática da Língua Romena*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ERNOUT, A.; THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Editions Klincksieck, 1972.

ESPINAL et al. “Double Negation in Catalan and Spanish. Interaction Between Syntax and Prosody”. In: P. Larrivée and C. Lee (eds.), *Negation and Polarity: Experimental Perspectives, Language, Cognition, and Mind I*. Suïça: Springer International Publishing, 2015.

FABRA, P. *Ensayo de Gramática de Catalán Moderno*. Barcelona: L'Avenç de Massó y Casas, 1891.

_____. *Gramàtica de la llengua catalana*. Barcelona: L'Avenç/Massó, Casas & C^a, 1912.

_____. *Compendio de gramàtica catalana*. Barcelona: Libreria Catalonia, 1929.

_____. *L'obra de depuració del català. Discurs legit pel President Pompeu Fabra en a sessió inaugural del curs acadèmic de 1924-25*. Barcelona: Ateneu Barcelonès, 1982.

_____. *Obres completes. A cura de Jordi Mir i Joan Solà*. Barcelona : ECSA : Edicions 62 ; València : Edicions 3i4 ; Palma, Mallorca : Moll, 2005-2008.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ-DURAN, G. *Gramàtica del català rossellonès*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2011. Tesi Doctorat, 493 p.

GONÇALVES, S.C.L. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. 2007. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em 10 ago 2014.

Gramàtica normativa valenciana. València: Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2006.

HORN, L. "Multiple negation in English and other languages" in HORN, L. (org.). *The expression of negation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2010.p. 111-148.

HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HÜBER, J. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Casa da Moeda, 1986.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2009.

IORDAN, I.; MANOLIU, M. *Manual de Lingüística Románica*. Madrid: Gredos, 1972.

JESPERSEN, J.O. *Negation in English and others languages*. Copenhagen: Det Kgl. Danske Videnskabernes Selskab, 1917. Disponível em: <<https://ia800207.us.archive.org/9/items/cu31924026632947/cu31924026632947.pdf>>. Acesso: 20 abr. 2016.

LABELLE, M.; ESPINAL, M.T. "Diachronic changes in negative expressions: The case of French" in *Lingua* 145 vol. Oxford: Elsevier, 2014, p. 194-225.

LARRIVÉE, P. "The pragmatic motifs of the Jespersen cycle: default, activation, and the history of negation in French". In *Lingua* 120 vol. Oxford: Elsevier, 2010, p. 2240-2258.

_____. "Reanalysis of negatives as polarity markers? The last 400 years of decline of the French preverbal negative clitic" in *Lingua* 147 vol. Oxford: Elsevier, 2014, p. 40-49.

LAUSBERG, H. *Lingüística Románica*. Madri: Gredos, 1970.

LEITE DE VASCONCELOS, J. *Opúsculos. Volume II. Dialectologia (Parte I)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

_____. *Opúsculos. Volume VI. Dialectologia (Parte II)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

LEITE, M.Q. *O nascimento da gramática portuguesa. Uso & Norma*. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

LIPPARINI, G. *Sintaxe latina*. Petrópolis: Vozes, 1961.

LLOP, A.N. *La negació en pallarès: sintaxi de l'adverbi cap*. Tesi de Màster d'Estudis Avançats en Llengua i Literatura Catalanes. Barcelona: Universitat de Barcelona/Universitat Autònoma de Barcelona, 2013. 101 p.

_____. A expressão da polaridade (enfática) no contínuo linguístico transpirenaico. In: SEMINÁRIO CLUL, 2015, Lisboa. Conferência. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.

_____. “La negació en els parlars Pirinencs Centrals. Sintaxi de la partícula enfàtica *cap*”, in *Llengua & Literatura*. Núm. 26. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2016, p. 31-60.

LÓPEZ DEL CASTILLO, L. *Llengua standard i nivells de llenguatge*. Barcelona: Editorial Laia, 1976.

MAIA, C.A. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

MARROQUIM, M. (1934) *A língua do nordeste. Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

MARTÍ I CASTELL, J. *Gramàtica històrica: problemes i mètodes*. València: Biblioteca Lingüística Catalana/Universitat de València, 1990.

_____. *L'ús social de la llengua catalana*. Barcelona: Editorial Barcanova, 1992.

_____. *Els orígens de la llengua catalana*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2001.

MARTINS, A. M. “Aspectos da negação na história das línguas românicas. (Da natureza de palavras como *nenhum, nada, ninguém*)”, in *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, 1996, p. 179-210.

_____. “Polarity items in romance. Underspecification and lexical change”, in Pintzuk, Susan, Georges Tsoulas i Antohy Warner (eds.), *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 191-219.

_____. “Mudança sintática e história da língua portuguesa”. *História da língua e história da gramática: Actas do encontro*, org. per Brian F. Head, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros i António Pereira. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos, 2002.

_____. “Relatório da cadeira História da Língua Portuguesa”. *Apresentado a concurso para Professor Associado do 2º Grupo A (Lingüística Geral e Românica) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Colibri, 2003.

_____. “How much syntax is there in metalinguistic negation?” in *Natural Language Linguistic Theory* vol 32, [s.l.]: Springer, 2014, p. 635-672

MAURER JR, T.H. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

_____. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

MEILLET, A.; VENDRYES, J. *Traité de Grammaire comparée des langues classiques*. Paris: Éditions Champion, 1924.

MIRAVITLLES I SERRADELL, J. *Apunts taquigràfics del Curs superior de català (1934-1935) professat per Pompeu Fabra a la Universitat Autònoma de Barcelona*. Andorra la Vella: EROSA, 1971.

MOLL, F.B. *Gramàtica catalana. Referida especialment a les Illes Balears*. Palma de Mallorca: Moll, 1975.

MORAIS, M.A. “Aspectos da história das palavras negativas no português”, in *Para a história do português brasileiro. Volume II: Primeiros Estudos*. Tomo I. Mattos e Silva, R. V. (org). São Paulo: Humanitas/ FFLCH: FAPESP, 2001. P. 149-203.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NEGRÃO, E.V. *et al.* “Itens negativos em *corpus* do Português Brasileiro”, in CASTILHO, A.T. (org.). *Gramática do Português Falado. Volume VIII: Novos Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NOLL, V. *O português brasileiro. Formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.

PAIS, J. *Gramàtica algueresa*. Barcelona: Barcino, 1970.

PÉREZ-SALDANYA, M. “La negació i la concordança negativa en català antic”, *Estudis Romànics*, XXVI, 2004.

PÉREZ-SALDANYA, M.; TORRENT, A. “La modalitat oracional (II): La negació”. 2006. Disponível em: <<http://webs2002.uab.es/sfi/cica/GCA/Esberranys/Textos/Capitol-40.pdf>>. Acesso: 27 out. 2010

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINA, E.C. *Aspectos da estrutura da frase e da negação frásica no cabo-verdiano (variante de Santiago) e no português europeu- Um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

PRETI, D. *Sociolinguística. Os níveis da fala. Um estudo sociolinguístico do Diálogo na Literatura Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1997.

RAVIZZA, J. *Gramática elementar da língua latina*. Niterói: Salesiana, 1919.

RIGAU, G. “Mirative and focusing uses of the Catalan particle *pla*”, in 2005.

ROBY, H. J. *Grammar of the latin language. From Plautus to Suetonius*. Vol.2. New York: Cambridge University Press, 1875/2010

RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SANCHIS-GUARNER, M. *La llengua dels valencians*. València: Eliseu Climent, 1980.

SAN SEGUNDO, R. C. “Negación metalingüística y estructura informativa: caracterización sintáctico-pragmática de non/Metalinguistic negation and informative structure: syntactic-pragmatic characterization of non”, in *Lletres Asturianas* vol. 114. Disponível em: <<http://www.academiadelallingua.com/lletresasturianas/pdf/1460021102Art%C3%ADculu%204-Rosabel%20San%20Segundo%20Cachero-Negaci%C3%B3n%20metaling%C3%BC%C3%ADstica%20y%20estructura%20formativa.%20Caracterizaci%C3%B3n%20sint%C3%A1ctico-pragm%C3%A1tica%20de%20non.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

SEGARRA, M. “Les polèmiques lingüístiques prefabrianes”, in PRADILLA, M.A.(ed.). *Societat, llengua i norma. A l'entorn de la normativització de la llengua catalana*. Benicarló: Edicions Alambor, 2001.

SILVA NETO, S. *A língua portuguesa no Brasil. Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

SOUZA, P.C. *O caráter vulgar da perífrase ir + infinitivo: estudo comparativo entre o catalão, o valenciano e o português*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, 203 p., 2 v.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2012, 272 p.

TUBAU, S.M. *Negative concord in English and Romance: syntax-morphology interface conditions on the expression of negation*. University of Amsterdam, 2008. Tese de Doutorado, 298 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Banco de dados PEUL/UFRJ**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/peul/amostras%201.html>> . Acesso em: 20 out. 2013.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madri: Gredos, 1985.

VÁSQUEZ-ROJAS, M.; MARTÍN, V. Fragile Equilibrium: (N)PI licensing in Catalan and Spanish. Ms.New York University, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251448380_Fragile_Equilibrium_NPI_licensing_in_Catalan_and_Spanish>. Acesso 09 nov. 2015.

VENY, J. *Introducció a la dialectologia catalana*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1985.

_____. *Els parlars catalans (Síntesi de dialectologia)*. Palma de Mallorca: Editorial Moll, 1987.

WALLAGE, P. “Jespersen's Cycle in Middle English: parametric variation and grammatical competition”, in *Lingua* vol. 118, p. 643-675, 2008. Disponível em: <<http://http://www.sciencedirect.com/science/journal/00243841/118/5>>. Acesso 11 nov. 2015.

ZANUTTINI, R. *Syntactic properties of sentential negation: a comparative study of romance languages*. Graduate Scholl of Arts and Sciences, University of Pennsylvania, 1991.

_____. *Negation and clausal structure: a comparative study of Romance languages*. New York: Oxford University Press, 1997

ZEIJLSTRA, H. H. *Sentential negation and Negative Concord*. University of Amsterdam, 2004. Tese de Doutorado, 315 p.

Bases de dados consultadas:

IBORUNA: banco de dados do projeto ALIP. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015.

PEUL: banco de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/peul/index.html>>. Acesso em 24 set. 2013.

CONCORDÂNCIA: banco de dados do Projeto de Cooperação Internacional Brasil-Portugal. Disponível em: <<http://www.concordancia.letras.ufrj.br/>>. Acesso em 03 fev. 2014

PORTUGUÊS FALADO- VARIEDADES GEOGRÁFICAS E SOCIAIS: banco de dados do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/pt/component/content/article/195-spoken-portuguese-geographical-and-social-varieties>>. Acesso em 10 jan. 2016.